

# RECONFIGURAÇÕES NAS AGENDAS DE CUIDADOS?

Um estudo  
comparado  
entre Argentina  
e Brasil



Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo

# Reconfigurações nas agendas de cuidados?

um estudo comparado entre Argentina  
e Brasil



1ª Edição  
Foz do Iguaçu  
2023

© 2023, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

**Diagramação:** Ualace Lima Nascimento

**Capa:** Gloriana Solís Alpizar

**Revisão:** A autora

**ISBN** 978-65-86746-30-3

DOI: 10.23899/9786586746303

Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/100>

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Reconfigurações nas agendas de cuidados? [livro eletrônico]:  
um estudo comparado entre Argentina e Brasil /  
organização Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo. -  
-Foz do Iguaçu, PR: Editora CLAEC, 2023. PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86746-30-3

1. Antropologia. 2. Cuidados. 3. Pandemia. I. Araújo,  
Danielle Ferreira Medeiro da Silva de.

CDD: 301

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

**Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC**  
**Diretoria Executiva**

Me. Bruno César Alves Marcelino  
Diretor-Presidente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo  
Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós  
Diretora Vice-Presidente

Dr. Lucas da Silva Martinez  
Diretor Vice-Presidente

**Editora CLAEC**

Me. Bruno César Alves Marcelino  
Editor-Chefe

Me. Fernando Vieira Cruz  
Editor-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez  
Editor-Chefe Adjunto

Me. Ronaldo Silva  
Editor-Assistente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de  
Araújo  
Editora-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo  
Editora-Assistente

**Conselho Editorial**

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán  
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray  
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão  
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler  
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo  
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine  
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva  
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro  
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues  
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzain  
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes  
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino  
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto  
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo  
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

*Dedico esse livro a minha família, reforçando a  
verdade de que tudo é possível ao que crê.*

# Agradecimentos

Já adentrou a madrugada, mas esse processo de rememorar flui melhor no silêncio. Minha filha mais velha me disse ontem, depois de dois dias adoentada: - mãe, obrigada por cuidar de mim. Ao mirar nos seus olhos, não disse nada, apenas correspondi com um sorriso. O que na verdade aconteceu por dentro foi uma explosão sentimental, que agora integra a finalização desse estudo sobre cuidados, em que também sou sujeito da pesquisa. É inegável a dimensão emocional do cuidado (o que muitas vezes se transforma em sobrecarga), mas as trocas, saberes e transferências advindas desse processo são vivenciadas de maneira plural, e para mim também guardam belezas ocultas. Nesse momento, quero estar em casa, e sem culpa. Faz parte das complexidades e relações da vida, no sentido de cuidado mais vinculado a uma ideia de inteireza e não de perda. Ao finalizar esse percurso, pude rememorar as vivências com a vó Mezina e a Tia Fia (in memorian); relembra a força da minha mãe Marly e o esforço do meu pai José Antônio para nossa educação. Lembrei principalmente da rede de apoio composta pelas minhas irmãs Vanessa, Priscila e Sâmella. Gratidão família. Essa potência vem dos que vieram antes, vem também da fé de meus pais em um Deus que tudo pode. Para chegar aqui foi muita história, muitos desafios e perseverança. Depois da tempestade de defender a tese em meio a pandemia, o estágio pós-doutoral foi o grande desafio da transição pós-isolamento social. Ao escolher estudar essa temática não sabia as surpresas que o futuro me reservava. A professora Rosamaria Giatti Carneiro foi quem assumiu a supervisão do Projeto no Programa de Pós-graduação em Estudos Comparativos sobre as Américas na Universidade de Brasília, a quem agradeço pela atenção e direcionamentos que muito contribuíram para o resultado da pesquisa. Agradeço ao Departamento de Estudos Latino-americanos da UNB e aos colegas pelas trocas riquíssimas, tanto na organização como na participação no Seminário Internacional Reconfigurações nas agendas de cuidado em tempos pandêmicos - Reflexões sobre Brasil e Argentina, realizado na Universidade de Brasília em agosto de 2022. Brasília me apresentou as queridas pesquisadoras Denise Pimenta e Johana Kunin, me possibilitou abraçar a querida pesquisadora e juíza Adriana Manta (TRT 5ª Região) e dialogar com uma parceira intelectual de longa data, a profa. e jurista Walkyria Chagas (UFT), além do privilégio de ouvir atentamente os conhecimentos de pesquisadoras conceituadas nos estudos sobre cuidados. Após, no estágio de campo na Argentina, em outubro de 2022, supervisionado pela profa. Valéria Llobet (EH-UNSAM/LICH-CONICET), tive a honra de entrevistar Virginia Franganillo (que foi Conselheira do Consejo Nacional de la Mujer); Eleonor Faur

(EIDAES-UNSAM, Argentina); Leandro Bleger (integrante da Dirección Nacional de Políticas de Cuidados (MMGyD); conhecer a Associação das Mães da Praça de Maio (Buenos Aires); e a querida jornalista e escritora Violeta Gorodischer, aos que agradeço muitíssimo a atenção, evidenciando a recepção calorosa da pesquisadora Johana Kunin e dos seus filhos. No final desse percurso aconteceram muitas mudanças, e com a discussão sobre criar uma Política Nacional de Cuidados no Brasil me levaram a entrevistar a Secretária Nacional de Cuidados e Família, vinculada o Ministério do Desenvolvimento Social, Laís Abramo e a Diretora do Departamento de Cuidados da Primeira Infância e Pessoa Idosa, Maria Carolina Pereira Alves, a quem agradeço imensamente pelas contribuições a este trabalho. Montar todo esse mosaico de falas e conteúdos riquíssimos só foi possível com a parceria de longa data com meu esposo Timóteo de Araújo, e da paciência e compreensão das minhas pequenas Sarah e Bettina. É bom começar, mas é muito bom finalizar os processos, e faço isso com muita alegria no coração de que cumpri uma Missão.

*Família Necessária*

Seria incapaz de contar  
Como tudo começou,  
Depois de muito averiguar  
O pensamento aflorou.

Em uma pequena cidade  
No interior de Minas Gerais,  
Nasceu um forte menino,  
Que se tornou lindo rapaz.

Sete anos no espaço  
Nasce na Cidade do Aço  
Menina Marly com embaraço,  
Ormezinda logo tem nos braços.

Os anos passaram num piscar  
A peralta menina começa ajuizar.  
Depois de muito brincar,  
Pelo seu par começa a procurar.

A caçula da família quer se formar,  
E estuda com afinco até J. A. encontrar.  
Depois de dois anos namorar  
Foram se encontrar no Altar.

Para o amor não há barreiras  
Social, racial ou financeira,  
Como fruto deste amor,  
Nasce Vanessa a primeira.

A árvore dá fruto sem constrangimento,  
Nascem Priscila, Diego, Danielle e Sâmella,  
E novo clã se forma num momento,  
Como um céu azul repleto de estrelas.

*De Marly Ferreira dos Santos Silva (minha mãe)*



# Lista de figuras

Figura 1 – Matriz Teórica sobre Cuidados .....	38
Figura 2 – Gráfico Ocupações de Cuidados, população ocupada, população em trabalho remoto e população em domicílios com renda per capita igual ou superior a cinco salários mínimos cujos residentes ocupados trabalham remotamente (Maio-Novembro, 2020).....	88
Figura 3 – Perfil profissional de quem cuidou durante a pandemia de COVID-19 .....	89
Figura 4 – Definições de Autonomia .....	107
Figura 5 – A perspectiva de gênero na caracterização da pandemia.....	108
Figura 6 – Estrutura da demanda total de cuidados na América Latina .....	110
Figura 7 – Porcentagem de tempo dedicado ao trabalho doméstico na América Latina.....	112
Figura 8 – Tempo dedicado ao trabalho remunerado e não remunerado na América Latina ..	119

# Lista de quadros

Quadro 1 – Eventos acadêmicos que discutiram temas de cuidados (2020 a 2023) .....	46
Quadro 2 – Contribuições dos estudos brasileiros e argentinos durante e pós-pandemia .....	55
Quadro 3 – Panorama de políticas públicas desenvolvidas pelo Brasil e Argentina durante a pandemia.....	66
Quadro 4 – Programa de Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción (ATP).....	73
Quadro 5 – Informações do público-alvo e condições do PRONAMPE.....	74
Quadro 6 – Ações realizadas pelo Brasil e pela Argentina em relação as trabalhadoras domésticas .....	97
Quadro 7 – Contribuições dos estudos interseccionais brasileiros e argentinos durante e pós-pandemia.....	103
Quadro 8 – As ações de estruturam a Campanha <i>Cuidar em Igualdad</i> na Argentina .....	130
Quadro 9 – <i>Las Rondas Nacionales</i> .....	134
Quadro 10 – Conteúdo principal do Projeto de Lei Cuidar em Igualdade - Argentina.....	138
Quadro 11 – Análise sobre a construção de uma política nacional de cuidados na Argentina..	139
Quadro 12 – Conteúdo dos projetos desenvolvidos pelo Governo brasileiro durante a pandemia de COVID-19.....	149
Quadro 13 – Programa Selo Empresa Amiga da Família .....	151
Quadro 14 – Cartilha Conheça a Secretaria Nacional de Cuidados e Família .....	153
Quadro 15 – Proposta da Política Nacional de Cuidados no Brasil.....	156
Quadro 16 – Competência da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados.....	159
Quadro 17 – Brasil e Argentina - aproximações e diferenciações no que tange ao tema cuidados .....	161
Quadro 18 – Comparação da Política de Cuidados no Brasil e na Argentina .....	165

Quadro 19 – Sistematização do processo de escuta da comunidade para a construção do anteprojeto de lei Cuidar em Igualdade na Argentina .....	167
Quadro 20 – Resposta e Pergunta 1 do Formulário Pós-doutoral.....	175
Quadro 21 – Resposta e Pergunta 2 do Formulário Pós-doutoral .....	176
Quadro 22 – Resposta e Pergunta 3 do Formulário Pós-doutoral .....	178
Quadro 23 – Resposta e Pergunta 4 do Formulário Pós-doutoral .....	180
Quadro 24 – Resposta e Pergunta 5 do Formulário Pós-doutoral .....	181
Quadro 25 – Resposta e Pergunta 6 do Formulário Pós-doutoral .....	182
Quadro 26 – Resposta e Pergunta 7 do Formulário Pós-doutoral.....	183

# Sumário

Introdução .....	13
Bases epistemológicas e percurso metodológico da pesquisa.....	20
Os caminhos e atravessamentos da pesquisa .....	20
Objetivos específicos da pesquisa .....	22
Fases da pesquisa .....	23
Etapa I.....	23
Etapa II.....	24
Etapa III .....	25
Pensando o cuidado a partir da minha escrevivência.....	27
Infância: rememorando uma rede de mulheres negras cuidadoras .....	27
A luta pelo direito à educação: compreendendo a cultura do privilégio .....	28
Mulheres negras na Academia: o nosso não lugar .....	31
Os atravessamentos da pandemia em minhas agendas de cuidados .....	34
A contribuição das escrevivências para reconfiguração das agendas de cuidados .....	35
O cuidado e o gênero do cuidado: reflexões teóricas.....	37
Estudos sobre cuidados: bases teóricas.....	37
Mulheres e as múltiplas experiências de cuidado: um olhar para as múltiplas infâncias .....	42
Discussões teóricas no Brasil e Argentina: o marco da pandemia de COVID-19.....	45
Cuidados e novas problematizações: os atravessamentos da Pandemia de COVID-19 e os impactos nas políticas públicas no Brasil e na Argentina.....	58
O cuidado pensado a partir de uma perspectiva interseccional .....	77
A mulher negra e sua relação histórica com o cuidado.....	78
A desvalorização do trabalho doméstico no Brasil: as engenhosidades e os saberes de sobrevivência.....	81
A pandemia e o acirramento das desigualdades no campo dos cuidados.....	88
O trabalho doméstico na Argentina: as cadeias globais de cuidado .....	95
O cuidado como marco na pandemia de COVID-19 na América Latina e Caribe .....	105
Reconfigurações nas agendas de cuidado? Um olhar para o contexto argentino.....	117
Trabalho de cuidados não remunerados.....	117
Trabalho Remunerado de Cuidados.....	123

Políticas Públicas de Cuidados .....	127
Reconfigurações nas agendas de cuidado? um olhar para o contexto brasileiro .....	140
Trabalho de cuidados não remunerados.....	141
Trabalho Remunerado de Cuidados.....	145
Políticas Públicas de Cuidados .....	147
Discussões.....	160
Para onde temos avançado? A contribuição de diferentes interlocutores-chave para se refletir um paradigma de cuidados no Brasil e na Argentina .....	173
Considerações finais.....	193
Referências .....	199
Apêndice 1 .....	221
Apêndice 2.....	222
Apêndice 3 .....	224

# Introdução

Este livro é resultado de meus estudos no estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparativos sobre as Américas (Universidade de Brasília - UNB) realizado de março de 2022 a março de 2023, sob a supervisão da profa. Rosamaria Giatti Carneiro. O presente relatório de pós-doutoramento tem como objetivo uma análise comparada acerca das intersecções entre cuidado, gênero e trabalho com enfoque para o contexto pandêmico e pós-isolamento social no Brasil e na Argentina. O estudo visa problematizar, de forma interseccional, possíveis reconfigurações nas agendas de cuidado no contexto brasileiro e argentino, no período de pandemia de COVID 19 e pós-isolamento social, refletindo sobre as intersecções entre cuidado, domesticidade e, trabalho, no âmbito autobiográfico e nas relações sociais, interpessoal nas produções científicas e nas políticas públicas.

As múltiplas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas advindas da crise sanitária de COVID - 19<sup>1</sup>, como isolamento social, *lockdown*, fechamento das escolas e teletrabalho, modificaram as lógicas laborais e de provisão de cuidado, impactando material e subjetivamente os que cuidam e os que culturalmente recebem cuidados, evidenciaram também as atividades de cuidado como problemas sociais (CASTILLA, KUNIN, ESMORIS, 2020; SILVA, CARDOSO, *et al.*, 2020).

De acordo com a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe (2020), a pandemia de COVID-19 evidenciou a importância dos cuidados para a sustentabilidade da vida, o que remete a compreensão de que *“todas las personas dependen de los cuidados de otros durante la mayor parte de sus vidas”* (CEPAL, 2020, p.1). Todavia, a crise sanitária escancarou também a injusta organização social dos cuidados na América Latina e Caribe.

De acordo com Santos (2020), a realidade da pandemia trouxe mudanças nas formas de se viver, consumir e produzir, por exemplo. Para Santos (2020), os grupos sociais localizados no Sul Global, caracterizados por aspectos político-sociais e

---

<sup>1</sup> A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 10 mar.2023.

culturais de exclusão, e que estão submetidos a exploração capitalista, discriminação racial e sexual foram os mais afetados com a cruel pedagogia do vírus.

Com o isolamento social, as pessoas foram obrigadas a estar mais tempo em casa, houve o fechamento das escolas, o trabalho presencial se transformou em *home office*, o que mobilizou novos procedimentos e ferramentas de cuidado centradas na família e comunidade (FOURNIER, 2020; VOMMARO, 2020; ONU, 2020).

Nos anos críticos de 2020 a 2022 (quando o cuidado se tornou um recurso escasso), foi debatido sobre quem deveria receber cuidado e quais seriam os grupos prioritários, quem teria direito ao cuidado? A sociedade, diante da dramática do cuidado, precisou discutir a formulação de políticas e o paradigma da vulnerabilidade, ou seja, o cuidado não seria apenas necessidade de dependentes, pois, todos vão precisar de cuidado e vamos todos precisar cuidar.

A visibilidade social que ganhou o tema dos cuidados possibilitou repensar as estruturas sociais, demonstrar o que parecia invisível, a saber, como a organização social dos cuidados nas sociedades capitalistas e patriarcais naturalizam o espaço doméstico como local de surgimento do amor/cuidado (DALY e LEWIS, 2000; FAUR, 2014).

Com a pandemia, o público e o privado se sobrepuseram nas casas (com muitos conflitos), oportunizando, por exemplo, que os homens tiveram acesso a um espaço pouco conhecido para eles, em seus códigos, obrigações e temporalidades, a casa, um lugar essencialmente feminino (CANEVARO; CASTILLA, 2021).

Também se evidenciou a importância da interdependência para a nossa existência, ampliando as lentes de observação sobre a relação entre o cuidado individual e coletivo (REDONDO, 2020). Esse fenômeno visibilizou a importância do cuidado na manutenção da vida, tanto para quem trabalha de forma remunerada, como para quem realiza atividades de cuidado sem remuneração.

Além disso, demonstrou que os modos de cuidar, padecer e morrer estão atrelados a desigualdades sociais, econômicas, socio sanitárias e comunitárias também, o que obriga a se pensar o fenômeno do cuidado como uma categoria de análise e política que tem repercussões nas políticas públicas (CASTILLA, KUNIN, ESMORIS, 2020).

Essas políticas precisam ser pensadas de forma contextualizada, com arcabouços teóricos que não sejam importados do Norte Global, e nem reproduzam a visão de uma região marcada pela ideia de mal-estar (MARTÍNIZ FRANZONI, 2008), mas a partir da

observação de práticas que possam se configurar como um novo paradigma de transformação social na América Latina.

Observa-se que as assimetrias de gênero influenciam nas relações laborais assalariadas e de cuidado (GUIMARÃES e HIRATA, 2019). Com a pandemia foi colocado uma lente de aumento sobre o cuidado, evidenciando desigualdades preexistentes (BARBOSA e HECKSHER, 2020; CARNEIRO; MULLER, 2020). É inegável a visibilidade que se deu ao cuidado enquanto práticas fundamentais para a configuração dos vínculos e relações (MARTINEZ, 2020).

Ao se tornar uma pauta pública tornou-se fundamental problematizar e desnaturalizar a domesticidade, que está ligada a noções subjetivas de carinho e afeto (SCHWARCZ, 2020), advindo de um processo de naturalização da visão tradicional do ser mulher e da casa, essencialmente pertencente a natureza feminina (BIROLI, 2014; FEDERICI, 2019).

A partir desse novo cenário algumas reflexões se colocaram, como: “seria possível uma nova cartografia política, tencionando a relação público-privado, que o dispositivo casa dispara?” (MOREIRA, ALVES, et. al., 2020, p.4). Ou, a pandemia de COVID-19 apenas visibilizou o tema dos cuidados, mas no âmbito das relações interpessoais agravou as assimetrias de gênero?

É importante ressaltar que, de forma preexistente ao fenômeno pandêmico, a lógica do cuidado é pensada a partir de uma questão de gênero. Não se pode deixar de pontuar a historicidade de séculos confinadas ao espaço privado com os cuidados maternos e o aprisionamento dos corpos das mulheres, além do trabalho invisível e não remunerado realizado no âmbito doméstico, que mantiveram pelo menos desde o séc. XVIII as sociedades sob o poder masculino. O binômio casa e rua reflete a separação entre o público e o privado.

Dentro da lógica de organização social pautada na dicotomia da casa e da rua (DAMATTA, 1997), presume-se o funcionamento da estrutura de cuidado baseada nas relações de gênero, na tentativa de manterem vivas as correntes de afeto, as alianças e a solidariedade (BUTLER, 2020, s/p).

O interesse pelo estudo sobre cuidados vincula-se às transformações no mundo do trabalho e pelo processo de profissionalização do cuidado, somado a mudanças na taxa de fecundidade, ao aumento da expectativa de vida e as alterações nos formatos de arranjos familiares, que ocasionaram um *déficit* de cuidado (RAZAVI, 2005; CARRASCO, 2011), sem que houvesse uma provisão pública de tais necessidades



(BATTHYÁNY,2004) e nem modificações das práticas familiares, como o aumento da responsabilização masculina (SORJ, 2013).

Tal desequilíbrio recaiu principalmente sobre as mulheres, em especial as negras, indígenas e imigrantes, por meio do trabalho remunerado e não remunerado (TODARO e ARRIAGADA, 2011; PEREIRA, 2016). A pandemia se apresenta como um fenômeno que reafirmou essa lógica. Logo, torna-se fundamental entender quem cuida, quem é cuidado, onde se cuida, como e em quais condições, quem arca com os custos do cuidado, e como essas questões são influenciadas pela existência ou ausência de políticas de cuidado<sup>2</sup>.

Para se falar de uma revolução social e econômica, nesse contexto, torna-se necessário o reconhecimento do trabalho doméstico e do cuidado enquanto labor (FEDERICI, 2019), e de que “a divisão sexual do trabalho penaliza as mulheres em termos de tempo, renda e reconhecimento” (ANDRADE, 2018, p.109). Tais políticas de cuidado precisam levar em conta os contextos específicos de cada país, interligando infraestrutura, serviços públicos, relações de trabalho, e as transformações demográficas<sup>3</sup>.

Além disso, o caminho para um novo paradigma do cuidado deve estar atrelado a noção de bem-viver, para manter, reproduzir e restabelecer as condições para viver no mundo, o que pressupõe uma rede complexa, articulando autocuidado e cuidado, inclusive com o meio ambiente, pensado em uma perspectiva relacional.

Mas o que se apresenta quando realizamos um estudo analítico das intersecções entre domesticidade, cuidado, gênero e trabalho, no contexto pandêmico, são processos contraditórios, pois por um lado a pauta sobre cuidados entrou na agenda pública, mas por outro lado se observou a sobrecarga física e emocional e a hiper-responsabilização das mulheres pelas agendas de cuidado, somado da expropriação do cuidado pelos homens, e pelo capitalismo através do feminizar das profissões com maior demanda na pandemia (as mesmas já marcadas historicamente pela precariedade do trabalho e salário).

A partir dessas reflexões, o estudo pretende problematizar, de forma interseccional tendo como marcadores as categorias de gênero, classe e raça, possíveis reconfigurações nas agendas de cuidado no contexto brasileiro e argentino, no período de pandemia de COVID 19 e pós-isolamento social, refletindo sobre as intersecções

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.institutolula.org/as-19h-lancamento-do-boletim-sobre-politicas-de-cuidado>. Acesso em: 4 abr. 2023.

<sup>3</sup> Ibid.

entre cuidado, domesticidade e trabalho, no âmbito autobiográfico e nas relações sociais, nas produções científicas e nas políticas públicas.

Tendo como objetivos específicos: 1. Apresentar meu mapa de cuidados a partir de um relato de experiência enquanto pesquisadora negra, atravessada pela pandemia de COVID-19; 2. Mapear, no Brasil e na Argentina, eventos e estudos teóricos e empíricos sobre o tema cuidados, com recorte para as categorias cuidados, gênero e trabalho; e, 3. Analisar comparativamente os resultados de pesquisas empíricas sobre a situação das mulheres em relação aos cuidados durante a pandemia e pós-isolamento social e a repercussão do tema na legislação e políticas públicas de cuidados.

O Relatório encontra-se dividido em seis partes.

Na primeira parte é apresentado o percurso metodológico do estudo, que tem enfoque qualitativo e utiliza-se do método autobiográfico e dos estudos comparados para construir o corpo da pesquisa.

Na segunda parte é construído um relato autobiográfico, uma escrevivência que articula o particular e o coletivo da realidade social da mulher negra no Brasil. Mobilizo fragmentos de minha trajetória biográfica para ilustrar como a mulher negra sai do lugar de não direito e não cuidado para um lugar estratégico de contribuição no processo de construção de uma política de cuidados no Brasil, a partir do legado adquirido através dos saberes de sobrevivência e reexistência, contextualizados em uma estrutura social racista.

No terceiro tópico é apresentado um panorama teórico da temática, apresentando as contribuições sobre o cuidado e o gênero do cuidado a partir principalmente dos estudos de pesquisadoras brasileiras e argentinas. Para este estudo serão privilegiadas as matrizes teóricas trabalho de cuidado, política pública e direito ao cuidado, interseccionalidade e cuidado, com intuito de contribuir com a análise comparativa proposta. O estudo priorizou aprofundar nas temáticas das múltiplas experiências de cuidados remunerado e não remunerado, e políticas públicas de cuidados, com recorte para os atravessamentos da pandemia de COVID-19.

Na quarta parte, a discussão se aprofunda nos estudos sobre a perspectiva interseccional dos cuidados, contribuindo para a compreensão das cadeias globais do cuidado e das múltiplas relações promotoras de desigualdades entre as mulheres. O tópico aprofunda a situação das trabalhadoras domésticas no Brasil e na Argentina, mapeando as contribuições da academia para a construção de uma política de cuidados contextualizada e situada em ambos os países.

No quinto tópico são sistematizados e analisados os dados da América Latina e Caribe em relação aos cuidados, como foco no histórico de produção de conhecimento sobre o tema e as mudanças sociais e econômicas que aconteceram durante a pandemia e seus impactos na vida das mulheres. Evidencia-se as discussões sobre os cuidados enquanto um novo paradigma social, e as aproximações e diferenças em relação as dinâmicas interpessoais (domesticidade), o trabalho remunerado de cuidado (com recorte para o trabalho de enfermagem) e também para as políticas que atravessaram as agendas de cuidado, tendo como marco a pandemia de COVID-19.

Por fim, a sexta parte apresenta as entrevistas realizadas com interlocutores-chave no Brasil e na Argentina, em 2022 e 2023. Dialoga as falas com os textos apresentados no estudo na tentativa de construir um balanço dos retrocessos e avanços quando se discute cuidados, seja em âmbito interpessoal ou no público.

Como resultados, a pesquisa identifica que houve um processo de discussão ampla sobre o tema na Academia, a partir de um levantamento de eventos e publicações acadêmicas no período estudado, o que se evidencia com estudos desenvolvidos no Brasil sobre cuidados atrelados as categorias de trabalho, afetos, território, racialidade, domesticidade. Na Argentina, a Academia contribuiu com estudos sobre a democratização dos cuidados, trabalho comunitário, ruralidades, pluralidades de infâncias, paternidades, cadeias globais de cuidados, por exemplo. O diálogo entre os estudos é fundamental para a construção de uma base teórica de colonial, atrelado ao contexto social, econômico e cultural do Sul Global.

A interseccionalidade tem sido a base de construção de um corpo teórico sobre o tema em ambos os países. Os estudos transversais sobre raça no Brasil podem contribuir de forma inovativa para a construção de uma política de cuidados na América Latina, assim como os estudos que evidenciam as pluralidades no cuidar das mulheres indígenas, ciganas, quilombolas, rurais, por exemplo.

O estudo aponta para uma permanência das relações assimétricas de cuidados no âmbito da domesticidade em ambos os países, sinalizando que os estudos sobre paternidades podem trazer contribuições para evidenciar as pluralidades de experiências vivenciadas no âmbito doméstico durante a pandemia de COVID-19.

No que tange ao trabalho remunerado, com recorte para o trabalho de enfermagem, observa que esse tipo de trabalho e outros vinculados ao cuidado ganharam mais espaço na academia no Brasil e na Argentina, e que no âmbito legislativo e das políticas públicas impulsionaram modificações, com foco em ampliação de direitos, proteção da saúde e reconhecimento social. Na Argentina, as políticas de saúde

no enfrentamento à COVID-19 aconteceram em acordo com as normas de proteção sanitárias internacionais, o que culminou em um maior investimento em estudos e diagnósticos na área da saúde, proteção e desenvolvimento profissional, diferente do Brasil, o que impactou diretamente no desenvolvimento do trabalho desse grupo.

Por fim, no que tange a construção de uma política de cuidados, a Argentina tem desenvolvido ações sistemáticas desde a pandemia, levando-se em conta um histórico de lutas por direitos políticos, sociais, trabalhistas, por exemplo, que as mulheres realizaram no país. Além de campanhas, muitos materiais informativos têm sido construídos para a democratização do tema na sociedade. Também foi criado uma Mesa Ministerial para discutir o tema, e apresentado um Projeto de lei Cuidar em Igualdade, que visa reconhecer os cuidados como um direito.

Nesse âmbito, pode-se falar em uma reconfiguração das agendas de cuidado, que tomam centralidade, e que precisam ser monitoradas e avaliadas, no intuito de se mensurar os impactos dessa transformação nas relações interpessoais ao longo do tempo.

No Brasil, não se pode falar em uma política de cuidados desenvolvida durante a pandemia, nesse período a Academia e movimentos sociais discutiram o tema, mas ele não chegou até a agenda pública. Foi com a mudança de governo que o tema passou a ganhar centralidade, e as discussões realizadas até então começaram a ser visitadas e utilizadas como fonte para a construção de uma política de cuidados no Brasil.

A pandemia então não foi um marco de reconfiguração nas agendas de cuidado, mas o novo cenário político que se inicia no país. As ações governamentais começam a ser realizadas em 2023 no intuito de se integrar todos os Ministérios na discussão, além de realizar um diálogo com a sociedade para a elaboração de um Plano Nacional de Cuidados.

# Bases epistemológicas e percurso metodológico da pesquisa

O estudo visa, de forma interseccional, observar no âmbito interpessoal os efeitos da crise sanitária de 2019 para as mulheres, e as respostas das políticas públicas em relação as necessidades sociais do cuidado no Brasil e na Argentina.

Com enfoque na pandemia, o tema cuidados, já estudado pela minha supervisora de pós-doutorado Rosamaria Giatti (2020, 2021, 2022), dialoga com meus estudos de mestrado e doutorado sobre infâncias plurais, uma vez que também questiono o processo de marginalização das formas de cuidado/proteção dos diferentes grupos sociais em relação as suas crianças e adolescentes.

Na referida pesquisa propus ampliar as lentes interpretativas sobre a relação entre infância/adolescência e trabalho, permitindo e agregando à investigação acadêmica os postulados da irregularidade e contradições do real, a partir de uma visão integrativa, ecológica e transdisciplinar. Desta forma, criticando os postulados universalizantes sobre a infância e adolescência, que ocultam no campo das estruturas sociais as categorias de raça, gênero, localidade e classe, que vão delinear a construção de diferentes sentidos para a relação entre as noções que envolvem os sujeitos e a sua ligação com o universo do trabalho (ARAÚJO, 2021).

## Os caminhos e atravessamentos da pesquisa

A pesquisa tem como base as epistemologias críticas que questionam a objetividade e universalidade do conhecimento. Para Haraway (1995), o conhecimento pode ser construído a partir da parcialidade, de fragmentos, de um lugar desprezado que recusa as polaridades que foge de uma teoria totalizadora, responsável pela perda de grande parte da realidade. O que se pretende é a defesa de um conhecimento situado, que exponha a visão parcial desde um corpo contraditório e complexo em contraposição a uma visão de cima e simplista, que busque as possibilidades de conexões e aberturas inesperadas a partir de um viver dentro de limites e contradições (BORDO, 2000; MATOS, 2008).

Tem como desafio estudar o tema a partir do paradigma da complexidade dos fenômenos, que significa reconhecer a incompletude do conhecimento, fugindo de uma padronização. A complexidade tenta conceber a articulação dos aspectos físicos,

biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, enquanto o pensamento simplificador separa-os ou unifica-os por uma redução mutilante (MORIN, 2008). O que significa a possibilidade de se pensar os fenômenos não de forma fragmentada, mas concebida em sua unidade (MORIN, 2008). O caminho que se propõe é pensar cuidados a partir de uma ótica intercultural.

A pesquisa tem enfoque qualitativo, pois visa compreender a complexidade do fenômeno em tela, analisando a interação de variáveis identificadas como cruciais, compreendendo e classificando processos dinâmicos (GOLDEMBERG, 2004). O conhecimento complexo permite avançar no mundo concreto e real dos fenômenos, e nos convida a quebrarmos as esferas fechadas, restabelecemos as articulações do que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, a singularidade, a temporalidade e a localidade dos fenômenos (MORIN, 2008).

O recorte geográfico do estudo é para a realidade do Brasil e Argentina, Estados federativos. A escolha da Argentina nesse estudo comparativo vincula-se ao atual esforço do país em desenhar e programar políticas de cuidados transformadoras, tendo como centro a corresponsabilidade e a equidade de gênero. Enquanto no Brasil, tendo em vista o início da pesquisa em 2022, não se tinha na pauta das políticas sociais a construção de um sistema de cuidados, sendo então promissor estudar quais caminhos levaram a Argentina a iniciar o processo de construção de um Sistema Nacional de Cuidados.

Foi no campo da sociologia que o método comparativo teve início, através dos estudos de Durkheim e Weber, que o utilizaram como instrumento de explicação e generalização (FRANCO, 2000; SCHNEIDER e SCHMITT, 1998). Na antropologia, ao problematizar "o outro" e a valorizar a diferenciação, o método comparativo tem sido utilizado para buscar aproximações ou diferenças. Tem como intuito estabelecer correlações entre os vários grupos e fenômenos sociais, mediante a comparação (MAURICE, 1989). Este estudo vai utilizar uma abordagem societal que tem como objetivo

[...] comparar países distintos levando em conta e respeitando o caráter social e único dos fenômenos estudados – é uma abordagem que não se aplica a fenômenos ou objetos em particular, mas ao conjunto de fenômenos que, de forma interdependente, constituem um todo coerente, que identifica cada país. Esses mesmos processos de interdependência excluem a possibilidade de se identificar uma causalidade linear entre os fatos e eventos analisados. Nesta abordagem, a não comparabilidade não é vista como limite, mas sim como objeto de análise – dessa forma não é colocado um modelo teórico a ser testado, mas sim um modelo ou teoria a ser construída (MAURICE, 1989).

A metodologia comparada exige definição clara dos critérios de comparação, inseridos em um contexto histórico-cultural. Em primeiro lugar, busca-se olhar para as assimetrias de gênero anteriores ao fenômeno da pandemia, no que tange a trabalho e cuidado, analisado de forma interseccional.

Os estudos comparativos entre países de uma mesma região são debatidos na literatura e oportunizam a compreensão de uma dimensão regional sobre as políticas sociais (MAINWARING e LIÑÁN, 2005; HAGGARD e KAUFMAN, 2009; FILGUEIRA, 2009). Mas, tem como desafio contextualizar as diferenças históricas, socioeconômicas, culturais, por exemplo (DRAIBE e RIESCO, 2011).

## **Objetivos específicos da pesquisa**

Para alcançar o objetivo específico 1 e com intuito de situar meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017) na pesquisa foi utilizado o método autobiográfico (BOLÍVAR, 2002; SANTOS e GARMS, 2014). Espaço em que apresento minhas escrevivências (EVARISTO, 2005) como marco reflexivo fundamental para compreensão e discussão teórica sobre os cuidados. É a partir dessa posicionalidade que a pesquisa pretende, a partir de uma perspectiva interseccional, dialogar com os estudos do campo das Ciências Sociais, de gênero e políticas públicas.

O método (auto) biográfico possibilita ao sujeito produzir um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, o qual se revela através da subjetividade, da singularidade, das experiências e dos saberes, ao narrar com profundidade os conhecimentos produzidos a partir das narrativas de vida, o que possibilita valorizar outras epistemologias e descolonizar os saberes, numa perspectiva intercultural. (SOUZA, 2014).

Para a persecução dos objetivos 2 e 3 foi utilizada a metodologia de estudos comparados que busca aproximações ou diferenças entre países distintos, levando em conta e respeitando o caráter social e único dos fenômenos estudados (MAURICE, 1989), a partir de uma análise bibliográfica, documental e de políticas públicas que foram elaboradas (e reelaboradas) no período de 2020 a 2023.

O desenho de nosso estudo integra a comparação e análise de como a pandemia de COVID-19 influenciou as produções acadêmicas sobre o tema; as mudanças no âmbito doméstico, de trabalho remunerado e políticas públicas no Brasil e na Argentina. O período de análise foi de 2020 a 2023. Foi realizada uma pesquisa exploratória, com revisão da literatura especializada/ complementada com atividades de campo, na qual

foi analisados documentos e realizado entrevistas. Dentro das limitações da pesquisa temos a diferença de idiomas, realidades culturais diversas, o tempo para o desenvolvimento da pesquisa, não foi possível aprofundar nos temas de cuidados com a pessoa idosa e pessoas com deficiência de forma específica; nem aprofundar diálogo com os estudos sobre paternidades; também é preciso mais aprofundamento sobre cuidados e saber tradicionais e ancestrais.

## Fases da pesquisa

A construção dos dados da pesquisa foi estruturada em três fases:

### Etapa I

Na primeira fase exploratória foi realizado o levantamento bibliográfico, com a seleção dos critérios de comparação entre os dois países. Nesse levantamento foram identificadas as principais matrizes teóricas sobre os cuidados, apresentando uma linha temporal de discussões e intersecções de temáticas. Para o estudo, foram priorizadas as bases teóricas trabalho de cuidado, política pública e direito ao cuidado, interscissionabilidade e cuidado.

O material bibliográfico foi disponibilizado pelo Núcleo de Estudios sobre Intimidaciones, Política y Sociedad (IDAES-UNSAM), e também por pesquisas realizadas no site de pesquisa Scielo com os descritores mulheres, pandemia, Brasil, Argentina, no período de 2020 a 2022. No âmbito documental, foram analisados os relatórios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), Relatório do CEPAL, ONU Mulheres, OIT, OPAS, de organizações não governamentais, e por pesquisas financiadas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação da Argentina.

Acrescenta-se nessa fase minha escrivência como estratégia para de compreensão do fenômeno a partir do meu lugar de fala, a saber, pesquisadora negra, neta, sobrinha e filha de mulheres negras posicionadas como trabalhadoras domésticas, lavadeiras, e vendedoras de quitutes.

Como resultado dessa etapa foi elaborado um quadro comparativo com os eventos na Academia e no âmbito público, privilegiando a discussão sobre o tema dos cuidados a partir de diferentes perspectivas; um quadro com as contribuições teóricas das pesquisadoras brasileiras e argentinas para pensar cuidados dentro do contexto pandêmico e dialogado com os processos de disputa política e implementação de políticas públicas de cuidados; um quadro com um panorama de políticas públicas desenvolvidas pelo Brasil e Argentina durante a pandemia; um quadro com medidas de proteção para trabalhadoras domésticas no Brasil e na pandemia; e, um com nomes das



autoras que contribuem para uma abordagem interseccional do tema.

## Etapa II

No segundo momento foram realizadas a pesquisa de campo, entrevistas e formulários, além do levantamento de documentos. Um marco importante desse período foi minha participação na equipe organizadora do *Seminário Internacional Reconfigurações nas agendas de cuidado em tempos pandêmicos - Reflexões sobre Brasil e Argentina*, realizados na Universidade de Brasília nos dias 25 e 26 de agosto de 2022.

A partir da relatoria e discussões realizadas no evento, a pesquisa também foi se reconfigurando e atualizando, o que oportunizou um aprofundamento das discussões a partir de formulários e entrevistas semiestruturadas realizadas com as pesquisadoras participantes do evento. Dentre os palestrantes, 3 responderam ao formulário, e foram realizadas 3 entrevistas.

Somado a isso, mais três entrevistas com interlocutores-chave foram realizadas durante o estágio de campo na Argentina. O período da atividade de campo durou de 18 a 25 de outubro de 2022. Algumas atividades realizadas foram a participação em eventos acadêmicos e realização de entrevistas. Os eventos que participei foram *Plataforma para el diálogo: Identidades, géneros y desigualdades em América Latina*, realizado em 24, 25 e 26 de outubro de 2022, na *Universidad de San Martín*, em Buenos Ayres, na Argentina. Uma das mesas que acompanhei e que dialoga com o tema da pesquisa era intitulada *Diálogo: Relaciones de poder y violências estructurales*, tendo como participantes Maria Victoria Castilla (EIDAES-UNSAM/CONICET, Argentina; Laura Masson (EIDAES-UNSAM, Argentina) e Eleonor Faur (EIDAES-UNSAM, Argentina).

As entrevistas foram realizadas com: Virginia Franganillo (ativista do movimento feminista argentino e que foi Conselheira do *Consejo Nacional de la Mujer*), em 19/10/2022; Eleonor Faur (EIDAES-UNSAM, Argentina), em 25/10/2022; Leandro Bleger (integrante da *Dirección Nacional de Políticas de Cuidados do Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad de la Nación (MMGyD)*, em 25/10/2022; Valeria Llobet (EH-UNSAM/LICH-CONICET), em 24/10/2022; Johana Kunin (EIDAES-UNSAM/CONICET, Argentina), em 24/10/2022; Associação das Mães da Praça de Maio (Buenos Aires), em 25/10/2022; Violeta Gorodischer, editora do jornal *La Nación*, escreveu o livro *Desmadres - De la experiencia personal a la aventura colectiva: la decisión de maternar hoy*, em 25/10/2022.

### **Etapa III**

E na terceira etapa, foi realizada a publicização dos resultados preliminares, com checagem de dados e revisão de análises com interlocutoras-chave, a saber, integrantes da Secretaria Nacional de Cuidados e Família. Para democratização dos resultados preliminares da pesquisa participei de eventos: IV Seminário Nacional Sobre Maternidade NIEM UFF, realizado em outubro de 2022, com a apresentação do trabalho *Repensando as reconfigurações nas agendas de cuidado pós-isolamento social: um relato de experiência*; II Seminário Maternidade e Universidade da UFRJ, realizado em dezembro de 2022, com a apresentação do trabalho *Repensando das agendas de cuidado pós-isolamento social: um relato de experiência sobre uma pesquisa de campo na Argentina*; IV Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura, realizado em novembro de 2022, com a apresentação do trabalho *A importância dos cuidados para a sustentabilidade da vida: um olhar para o contexto brasileiro e argentino a partir da pandemia de COVID 19*.

Nesse processo foi possível ter acesso a novos documentos institucionais sobre a construção da Política Nacional de Cuidados na Argentina, como Informes, Material de Campanhas, Boletins, Relatórios e pesquisas nacionais, Decreto e Projeto de Lei, o que contribuiu para o processo comparativo.

Após esse período a pesquisa sofreu uma virada interpretativa, tendo em vista a mudança do governo brasileiro e a criação da Secretaria de Cuidados e Família. Já na fase de revisão final da pesquisa foi possível realizar em março de 2023 uma entrevista com a Diretora do Departamento de Cuidados da Primeira Infância e Pessoa Idosa, Maria Carolina Pereira Alves, e também com a Secretária da pasta, Laís Abramo.

No finalizar da escrita do relatório final da pesquisa um evento de âmbito nacional foi realizado, marcando o comprometimento do atual governo brasileiro com a construção de uma Política Nacional de Cuidados. O Seminário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA intitulado *Cuidar, Verbo Transitivo: Caminhos para a Provisão de Cuidados no Brasil* reuniu representações políticas, de movimentos sociais e academia em prol da discussão aprofundada da temática, tendo como base o lançamento de um livro com o mesmo título do encontro.

Foi traçado um panorama dos dados sociodemográficos de ambos os países sobre as questões de gênero, raça e classe com intuito de se compreender a situação das mulheres no que tange ao universo de trabalho antes e depois da pandemia. Serão

analisadas legislações específicas e políticas públicas<sup>1</sup> antes (2 anos antes) e depois da pandemia (a partir de 2020) no que se refere as dimensões de gênero, trabalho e cuidado.

---

<sup>1</sup> A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, como legislação, dados de organismos nacionais e internacionais ou não-governamentais especializados na temática estudada (MATOS e VIEIRA, 2001).

# Pensando o cuidado a partir da minha escrevivência

Nossos passos vêm de longe!  
Jurema Werneck

Lendo o “Diário de Bitita” (1986), de Maria Carolina de Jesus, refletimos sobre questões que ontem e hoje ainda permeiam o universo social brasileiro, as diferenças em razão da cor e a falta de acesso da população negra a oportunidades de educação e trabalho. Logo, ainda nos persegue questões que também atormentavam a pequena Bitita, a saber, as dificuldades dos negros e negras de serem reconhecidos livres e que a liberdade sem a educação não se completa, mas perpetua a pobreza e a escravidão, reformulada através de outras prisões físicas e simbólicas (ARAÚJO e CHAGAS, 2020).

Se é possível mudar através da educação, todavia ela ainda não é caminho de sucesso para as negras e negros no país, ainda estamos com nossas mãos nos trabalhos manuais, enquanto a classe dominante (branquitude<sup>2</sup>) forma seus filhos nos melhores centros educacionais para serem os gestores, os intelectuais, como bem falou Bitita tempos atrás.

## Infância: rememorando uma rede de mulheres negras cuidadoras

Pensar minha infância é lembrar das mulheres negras que cuidaram de mim, de suas renúncias, força, resiliência, e enfrentamento das violências com o saber da sobrevivência. Ao olhar minha infância consigo perceber muito bem o legado do “cuidado das mãos pretas” dentro da minha casa, a minha avó lavadeira (contava que a avó de sua avó foi escravizada); minha tia Fia era doméstica, parou de estudar ainda cedo por causa do racismo na escola (contava que sempre sofreu muita humilhação na casa dos patrões). Minha mãe gostava de ler, queria estudar. A vó dizia que ler era bobeira, tinha que trabalhar, mas mamãe lia escondido.

Mas, voltando a Bitita, e todo o seu entorno de pobreza e dificuldades, me faz lembrar minha própria história (que se pensarmos bem, somos obrigados a esconder de nossa trajetória/escrita acadêmica neutra). Vovô foi lavadeira, que criou com muitas

---

<sup>2</sup> Compreendida como uma racialidade que se construiu historicamente como superior e se beneficia de bens materiais e imateriais auferidos a partir do seu lugar de privilégio social em detrimento a grupos sociais não branco (BENTO, 2002).

dificuldades os cinco filhos, quando o marido a deixou. Contam lá em casa que Tia Fia e meus tios trabalharam cedo, em casa de família e com vendas de quitutes na rua, isso na Cidade do Aço (Volta Redonda, localizada no Sul Fluminense do Rio de Janeiro).

Minha mãe nasceu por último, sempre gostou de estudar, mas era desestimulada pela minha avó Mezina, analfabeta. Mas minha mãe queria estudar e estudou, abrindo caminhos para a próxima geração romper com a miséria (já que meu avô abandonou a família, perdendo todos os negócios que ele tinha na cidade). Lembro da minha mãe sempre buscando novas oportunidades profissionais, até fora de nossa cidade, ela queria que tivéssemos uma educação melhor em escolas particulares.

Para minha mãe (e também nossa madrinha Suzete, militante do movimento negro), sem estudar não teria como romper com as amarras da escravização e com o ciclo do trabalho manual desvalorizado, mãe sempre dizia que a gente tinha que estudar, não queria ver aos filhos trabalhando em mercadinho na cidade. E foi difícil, sempre é, porque a cultura do privilégio facilita para uns, enquanto fecha portas para outros, e a sociedade precisa acreditar que isso é “natural”.

Minha vó, minha tia e mamãe resolviam o problema da falta de oportunidades com a fé, a certeza de que Deus faria o impossível para que nós pudéssemos crescer e deixar para trás o histórico de miséria e pobreza, nas palavras dessas mulheres de fé “Deus levanta do pó o pobre, do monturo eleva o necessitado, para os fazer sentar entre os príncipes, para os fazer herdar um trono de glória”<sup>3</sup>. Era preciso resgatar uma nobreza que elas enxergavam em Deus, para que pudéssemos ser aquilo que a sociedade e as políticas públicas não iriam oportunizar. Vó era conhecida como benzedeira, muita gente batia do portão para pedir oração ou receitas de chás. A fé foi o suprimento das ausências materiais da nossa casa, meio muito comum utilizado também pelas famílias pobres (naquele contexto), como porta para alcançar o impossível, para ter proteção das violências, para crescer e ser bem-sucedido. Também é um saber, um legado de cuidado espiritual que afeta diretamente o universo terreno, as dinâmicas e relações sociais, na minha casa foi assim.

## **A luta pelo direito à educação: compreendendo a cultura do privilégio**

Minha mãe dizia que a gente tinha que estudar, lá em casa somos cinco, foi muito difícil estudar, lembro-me do meu pai trabalhando muito e às vezes não tinha dinheiro para manter os estudos das minhas irmãs na cidade grande, não pagava a Faculdade não, elas tinham bolsa, era mesmo os custos de alimentação e moradia, pois cultura e

---

<sup>3</sup> Texto Bíblico de 1 Samuel 2.8. Disponível em: [https://bibliaportugues.com/1\\_samuel/2-8.htm](https://bibliaportugues.com/1_samuel/2-8.htm). Acesso em: 10 mai. 2023.

lazer, nem se fala! Ele perdeu o emprego com a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, eu era criança, mas lembro de que passamos necessidade, e ele teve que buscar trabalho em outra cidade. Aí quando foi minha vez de fazer Faculdade foi difícil também, eu queria estudar Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense - UFF, e tinha passado no vestibular em Direito na Pontifícia Universidade Católica - PUC, no Rio de Janeiro.

Estudar para mim sempre requereu trânsito, mudança, tudo com intuito de crescer e buscar melhores condições de vida e maior qualificação, mas a falta de estrutura, principalmente no primeiro nível de graduação. Eu (e minhas irmãs) ficamos muito vulneráveis (trabalhar e estudar para se sustentar na cidade grande), o que nos fez prosseguir com a certeza de que foi o saber da sobrevivência de nossas mães pretas que oportunizaram nosso sucesso. Mudei demais de residência, morei em república, fiz de tudo para manter duas faculdades, mas eu precisava de uma bolsa de estágio. Minha mãe falou que o Direito abria mais portas, e abandonei a UFF.

Eu tentei levar as duas Faculdades, mas não tinha apoio financeiro dos meus pais, eram minhas irmãs que me ajudavam, e eu tinha que conseguir um trabalho logo, mas eu não conseguia em loja, acho que eu não tinha “a boa aparência” que o shopping precisava (inclusive Lélia Gonzáles fala sobre isso), então eu tinha que estudar muito para não perder a bolsa na Faculdade particular (parceria da PUC com a EDUCAFRO) e para conseguir bolsa de pesquisa na própria instituição (isso tendo auxílio transporte e alimentação da Faculdade).

Lembro-me que um dia minha amiga da Faculdade me chamou para fazer um teste no escritório que ela estagiava (eu precisava muito), eu fui, era um local lindo no centro do Rio, fiz a avaliação na parte de Direito, mas quando chegou a redação de inglês não consegui fazer, não tinha como entrar para trabalhar num escritório que pedia inglês (mesmo com todo esforço de minha mãe, não conseguimos nos manter matriculados em um curso de inglês).

Assim, sempre “preferi” atuar na área pública, fui estagiar no Instituto Brasileiro de Resseguros do Brasil, depois passei a estagiar no Balcão de Direitos no morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro. Essa experiência me fez problematizar o conhecimento da Faculdade, dissociado da realidade dos grupos periféricos, isso me influenciou a construir uma trajetória no Terceiro Setor.

Após a finalização da graduação em Direito, tentei reabrir a matrícula na UFF, mas novamente tive que parar em razão da minha primeira gravidez. As classes tradicionalmente educadas no Brasil (digo dos grupos que sempre tiveram acesso à

educação formal) nunca tiveram que escrever sobre sua trajetória, mas nós temos que escrever, rememorar esse caminho, pois o lugar da intelectualidade não é natural para a população negra, em especial as mulheres negras.

Se Bitita ainda estivesse viva, teria a oportunidade de ouvir em pleno 2020 um Ministro da Educação, afirmar que o ensino superior não é para todos, outro, tentou retroceder e retirar o direito às cotas para negros e indígenas (muita coisa mudou, nos fortalecemos, mas a luta continua). Ainda estamos enfrentando a perseguição policial, somos maioria a nas estatísticas da pobreza, trabalho infante-juvenil, sistema carcerário, extermínio, e esse cuidado e dor recaem sobre as mulheres negras, mães de corpos marginais.

A nossa história ainda é de muita dificuldade para estudar, a educação pública não prepara igual, aí quem pode se sacrifica para pagar uma escola melhor e quem não pode vai estar fadado aos subempregos. Minha mãe lutou para a gente estudar, mas muito influenciada pela amiga Suzete, que dizia dia e noite para ela que negro tem que estudar. Mas não é simples assim, é enorme o ônus que temos que arcar, minha mãe praticamente viveu e trabalhou para que os filhos estudassem, e minha Tia Fia também, como lavadeira de roupas para fora, formou o filho em Economia, sendo esse o primeiro a possuir um Diploma Superior na família dele. Mesmo capacitado o homem preto tem dificuldades de se realizar no mercado de trabalho devido a esse racismo estrutural, ainda que munido de cursos extras e diploma de universidade pública o homem negro não é visto como capaz, existe sempre uma incerteza sobre sua capacidade (esse exemplo tem na família, Diego meu irmão, médico veterinário, após atender ao animalzinho de uma senhora da zona Sul do Rio de Janeiro, a senhora se virou, e perguntou se, de fato, ele era veterinário).

Após a graduação, construí uma trajetória no Terceiro Setor (ARAÚJO, 2021). Minhas vivências em comunidades periféricas encontram-se subdivididas por projetos sociais que participei desde o ano de 2008: Projeto Balcão de Direitos (RJ/2009)<sup>4</sup>; Programa Justiça Comunitária (RJ/2012); Projeto de Bebel – inclusão socioeconômica

---

<sup>4</sup> As experiências aqui relatadas foram publicadas em ARAÚJO, D. F. M.S. Mediação Comunitária: um relato de experiência sobre a tensão entre normas legais e normas sociais em favelas do Rio de Janeiro. In: MARCHIORI NETO, Daniel Lena; RABBANI, Roberto Muhájir Rahnemay; MEDEIROS, Orione Dantas de. (Orgs.). Estudos contemporâneos sobre Direito, Estado e Sociedade. Série Direito, Estado e Sociedade, v. 2, Rio Grande: Ed. da Furg, 2020; ARAÚJO, D.F.M.S, CHAGAS, W.S.S. Controle das práticas periféricas: entre normas legais e pluralidades. RELACult – Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade, v.7, n.4. 2021.

de mulheres na Praça da Bandeira (RJ/2013-2014)<sup>5</sup>; Projeto de prevenção ao tráfico de pessoas na Praça da Bandeira (RJ/2014)<sup>6</sup>; Projeto Crescer Crescer – proteção integral de crianças e adolescentes na Praça da Bandeira (RJ/2014); Escola de Gestão Comunitária (2012-2017); Projeto Mais Nordeste: mais educação, cultura e direitos (BA/2015-2017)<sup>7</sup>; Projeto Filhos da Terra: um despertar para a educação cidadã (BA/2018) e Projeto Infância e Trabalho: novas alternativas de atuação (BA/2019).

Após dez anos de trabalho realizado no campo social com crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro e na Bahia, algumas vivências me fizeram refletir sobre alguns entraves para a concretização da cidadania social dependiam da falta de acesso da população aos seus direitos básicos como: a) documentação civil, Registro Geral e/ou Certidão de Nascimento; b) a incerteza quanto à segurança da integridade física; c) insegurança jurídica e social quanto aos direitos de moradia; d) informalidade das relações trabalhistas, que também geravam muita instabilidade econômica e exploração da mão de obra (ARAÚJO, 2022). Observei que nesses contextos de ausência de serviços públicos, as redes comunitárias (religiosas ou não) são fundamentais para a manutenção da vida. Minha passagem como Coordenadora de Projetos na Secretaria Estadual de Direitos Humanos, no final de 2014, também confirma que são os grupos mais vulneráveis que se transformam em perfis do tráfico de pessoas e do trabalho análogo à escravidão.

## Mulheres negras na Academia: o nosso não lugar

Nossa luta tem nome, sempre tem nome. A cidade grande tem prazeres, mas a gente não pode se iludir, como disse Bitita, a gente não tem recurso para transporte, para roupa e para lazer. Minha mãe dizia: - vocês estão indo para o Rio para estudar! E

---

<sup>5</sup> Ver MINNE, Jente; ARAÚJO, Danielle; CHALAMET, Maud; GABRIEL, Maria Angélica de Oliveira; CARNEIRO, Rachel Shimba; TEIXEIRA, Ângela. Uma Análise Socioeconômica das Mulheres da Praça da Bandeira. *Revista Conexões Psi*, v. 1, p. 84-108, 2014.

Ver ARAÚJO, Danielle. Educação de pares como estratégia para promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos. *Revista Acadêmica GUETO*, v. 8, p. 13, 2017; Ver ARAÚJO, Danielle. Espaços Participativos e o Uso de Metodologias Integrativas para a Efetividade de Direitos. *NAU - A REVISTA ELETRÔNICA DA RESIDÊNCIA SOCIAL*, v. 9, p. 67-80, 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/projetos-de-prevencao/relato\\_gerandovida.pdf](https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/projetos-de-prevencao/relato_gerandovida.pdf). Acesso em: 05 ago. 2021.

<sup>7</sup> As atividades desse tópico foram publicadas em ARAÚJO, Danielle F. M.; S de. O poder social e a luta pela efetividade dos direitos sociais: um relato de experiência sobre o Alecrim II, no extremo sul da Bahia. In: ROCHA, C. R. G. M.; ROCHA, M. A. M. R.; LIMA, T. A. L. (Orgs.). *Direitos humanos, democracia e reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018; ARAÚJO, D.F.M.S; PEREIRA, T.A. Articulações para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e social: um olhar para a cidade de Eunápolis no Extremo Sul da Bahia. *Revista Brasileira de Administração Política - UFBA*. v. 11, n. 1. 2018; ARAÚJO, D.F.M.S. Projeto Mais Nordeste: metodologias integrativas em um contexto de desigualdade social no Extremo Sul da Bahia. *Revista PINDORAMA*, [S. l.], v. 8, n. 8, p. 14, abr. 2019.



fomos! Finalizei a graduação e casei. Trabalhava no terceiro setor e com mediação de conflitos em favelas cariocas, a especialização veio de uma oportunidade na Fiocruz, então aproveitando que trabalhava em Manguinhos, mesmo sendo difícil conciliar a nova responsabilidade com um recém-nascido em casa. Nunca podemos esquecer que ainda com o diploma, a cultura do privilégio beneficia quem a integra, sendo muito difícil acessar bons postos de trabalho (“por mérito”). Naquele ano ainda me esforcei para voltar para a UFF, tendo o esforço frustrado em razão da gravidez e dos altos custos com a locomoção para outra cidade.

Depois de três anos nos mudamos para Bahia, nesse ínterim havia tentado mestrado por duas vezes, conseguia a pontuação para passar, mas não alcançava a tão almejada classificação, que por vezes foram ocupados por alunos dos orientadores durante a graduação. Em uma das provas realizadas tive que refazer a prova de língua estrangeira. Penso que não tive maturidade, inclusive na entrevista, por não ter quem me orientasse.

No extremo sul da Bahia com poucos conhecidos e pouquíssimas oportunidades, quem chega é visto como forasteiro, a estabilidade era para os patrícios da própria terra. Mas não chegamos sós, A Universidade Federal do Sul da Bahia, chegou também e trouxe grande avanço para a região histórica, constatando o *déficit* educacional regional. O meu sonho era ser professora igual a minha mãe (ela professora de biologia). Surge novamente a oportunidade de ingresso no mestrado, a notícia me deixou eufórica, fiz a prova e fui bem em tudo, mas meu esforço foi muito grande para dar conta de cuidar das meninas, nessa época a segunda havia chegado, tarefas domésticas, além de ajudar na provisão financeira para a casa, depois de um período a minha saúde emocional ficou abalada, à beira de uma depressão, quase não acreditava que seria capaz de vencer aquela etapa da vida. Enfrentava diariamente a sensação de incapacidade, uma fossa, propriamente dita. Outra situação bem marcante para mim, foi quando ao ler o edital do Programa do mestrado atentiosamente, vi que a primeira prova de proficiência seria em inglês, novamente os alicerces se abalaram. Estudava antes de minha filha mais nova acordar, era um bebê de seis meses, ainda tinha cólicas intestinais. Foi bem difícil realizar o processo seletivo em outra cidade, além dos gastos, tinha o bebê para amamentar nos seios, tive que levá-la para a prova. O resultado de classificação na prova de inglês foi satisfatório, isso me fortaleceu bastante para as outras etapas. Estava em viagem de férias no Rio de Janeiro quando li o meu nome na lista de aprovados ao mestrado. Num ímpeto minhas forças se renovaram isso seria em dúvidas um novo ciclo.

Nessa caminhada a vida nos reserva algumas surpresas, no Rio de Janeiro, faltando um dia para retornarmos à Bahia, descobrimos que a nossa pequena estava com pneumonia. E começou ali uma verdadeira via crúcis, foram dias tensos, e a menina só piorava. Sendo preciso entrar em coma induzido, era terrível ver aquele corpinho frágil com sete aparelhos no UTI do Hospital dos Servidores, no centro do Rio de Janeiro. A minha aflição aumentou quando fiquei ciente que a data de matrícula seria em um período em que eu estaria fora da cidade, isso fez a minha reserva de resiliência ou fé evaporar. Com a graça de Deus a minha filha despertou bem melhor após os procedimentos cirúrgicos e podemos em fim, voltarmos para casa, e para nossa alegria, a data da matrícula do mestrado havia sido adiada e então consegui realizar a inscrição (mas, sem dúvidas perderia a matrícula se a bebê não tivesse melhorado).

Foi realmente um novo ciclo a pós-graduação, fiquei feliz de poder trabalhar um tema que envolvia minha trajetória profissional, o trabalho infanto-juvenil. Todo o amadurecimento acadêmico foi fundamental para a ampliação de minha capacidade crítica e de escrita. O primeiro ano foi de ajustes, tinha bolsa FAPESB, realizava os componentes na parte da manhã, era comum levar minha filha mais velha para Universidade comigo, enquanto a menor ia para a Universidade com o pai.

No segundo ano, foi aprovada a resolução estabelecendo os critérios para a progressão do mestrado para o doutorado. O processo de progressão me custou a bolsa de estudos e foi muito desgaste emocionalmente (isso para fazer valer a resolução). Eu não tinha tempo para escrever, mas fazia o tempo. Além disso, junto com outras estudantes iniciamos o Coletivo Dandaras, inspiradas nas dificuldades enfrentadas para acessar o curso de pós-graduação, com objetivo de fortalecer a Políticas de Ações Afirmativas no Programa e também auxiliar candidatos e candidatas cotistas no processo de seleção do mestrado e doutorado (ARAÚJO e CHAGAS, 2020). Atuamos a partir do princípio Ubuntu “eu sou porque nós somos” (JEAN, 2017).

É importante dizer que o lugar social do negro, mais especificamente das mulheres negras nos trabalhos manuais, acontece em razão da falta de oportunidades educacionais, o que torna as políticas afirmativas um caminho necessário para a alteração da realidade social (ARAÚJO, CAMPOS, *et al.*, 2020) e da realidade que aprisiona às mãos negras ao cuidado do outro, quase vinculado a uma dívida moral com o seu senhorio (pois aliás ela é “da família” e “ganha” muitas coisas da casa, menos um salário digno com direito a proteção social, e se desamparada, não tem “coragem” de buscar seus direitos ou não tem como pagar advogados), impossibilitando que ela mesma cresça profissionalmente ou invista em crescimento educacional para os seus filhos.

Em 2018, tive a oportunidade de coordenar o Diagnóstico Situacional do Trabalho Infantil em Porto Seguro – BA, no Instituto Mãe Terra, o que fortaleceu muito a minha pesquisa, e reconfigurou minha logística doméstica, já que tive que trabalhar em outra cidade, dependendo mais de uma rede de apoio interna e externa. O resultado do Diagnóstico trouxe achados importantes para a minha tese, reafirmando que as classes periféricas e a população negra ainda é maioria nos postos de trabalhos manuais, mas sinalizando uma necessária mudança na legislação e políticas públicas em prol da proteção e promoção das múltiplas infâncias, inclusive a partir do reconhecimento de que as categorias trabalho e infância/adolescência podem estar atreladas a noção de cuidado para diferentes grupos sociais (ARAÚJO e FELBERG, 2019; ARAÚJO, 2020)<sup>8</sup>.

Também consegui uma vaga em uma Faculdade privada para começar a lecionar no ensino superior, um passo importante para minha realização profissional, mas que ainda não trazia estabilidade (ainda se discute como o aumento da escolaridade não se reverte em aumento salarial, principalmente para as mulheres negras intelectuais). Esse espaço tem sido muito importante como instrumento de representatividade negra na docência no ensino superior.

## Os atravessamentos da pandemia em minhas agendas de cuidados

Estava finalizando o doutorado na Universidade Federal do Sul da Bahia, Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade, quando a pandemia começou, as aulas presenciais nas escolas foram extintas e fiquei com duas crianças menores de doze anos em casa. E tive que dividir meu tempo com as tarefas de cunho educacional delas também. Foram muitos conflitos familiares, pois eu estava esgotada, e efetivamente homem e mulher não estavam no “mesmo barco”. As adaptações foram difíceis, mesmo em um contexto particular de equilíbrio de tarefas de cuidado (a pandemia desequilibrou a agenda mais para mim que fiquei em casa).

Passei por um processo de transição profissional, decidi viajar para a casa da minha mãe no interior do Estado do Rio de Janeiro (para contar com uma rede de apoio, que é feminina, composta além de minha mãe, por minhas irmãs, em especial), onde passei quatro meses finalizando a tese e trabalhando em *home office*.

As mudanças advindas da pandemia impactaram muito a minha produção acadêmica, influenciando na diminuição do número de publicações e participação em eventos (uma forma de manter a produção acadêmica foi através das parcerias). Na

---

<sup>8</sup> Tese disponível em:

<https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/verArquivo?idArquivo=659937&key=f7bb2d38072857e441570f771e8427ff>. Acesso em: 12 dez. 2022.

minha casa, as atividades de cuidado sempre foram equilibradas, com momentos de desequilíbrios e reajustes no percurso, minha atuação profissional por vezes fez com que meu companheiro estivesse mais em casa, e em outros momentos, eu estava mais em casa.

No meu âmbito doméstico, mudanças também aconteceram (mas, com as dificuldades evidentes de desnaturalização do cuidado na figura feminina), são processos contínuos de micro revoluções, necessárias para se alcançar uma igualdade de gênero. A entrada no pós-doutorado também ajudou no processo de problematização da temática, inclusive no reconhecimento do meu lugar enquanto sujeito da pesquisa.

Além das leituras, e da oportunidade de integrar a equipe de organização do Seminário Internacional Reconfigurações nas agendas de cuidado em tempos pandêmicos- Reflexões sobre Brasil e Argentina, que aconteceu na Universidade de Brasília em agosto de 2022, outra experiência importante para meu processo de problematização foi a pesquisa de campo realizada em outubro de 2022 na *Universidad de San Martín*, na Argentina, momento em que observei mais de perto as aproximações e diferenciações em relação as agendas de cuidado nos dois países.

Mesmo após todo o processo educacional, os desafios continuam reafirmar a competência intelectual em sala de aula, e lutar contra a cultura do privilégio que também se encontra nos concursos para a docência superior (dos três concursos que fiz no último ano, dois foram suspensos com acusações de pessoalidade no processo seletivo). Tornar-se intelectual negra, sendo reconhecida como pensadora e construtora de conhecimento não é fácil, nem se chegamos ao nível de pós-doutorado (mesmo dentro das relações com pares dentro da Academia).

Nesse momento, como forma de equilibrar a agenda de cuidados na minha casa estarei mais em casa, cuidando das crianças e sendo rede de apoio para o meu marido na pós-graduação, que em outras circunstâncias foi minha rede de apoio também, o que tem modificado meu planejamento profissional, mas também permitido uma maior possibilidade de trocas com minhas filhas, o que faz parte das complexidades e reações da vida.

## **A contribuição das escrituras para reconfiguração das agendas de cuidados**

A escritura, entendida como processo de contar/escrever as nossas vivências (EVARISTO, 2005), permite uma reflexão profunda como parte do fenômeno estudado,

não como pesquisadora imparcial e neutra, mas a partir da minha posicionalidade como sujeito envolvido no processo de construção do conhecimento. Conto dos medos, das perdas, dos choros e alegrias da vida real, marcada por injustiças, preconceitos e muita força e fé para se tornar uma intelectual negra em um país racista.

De acordo com a autora Haraway (1994, p.33), “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular”. Os saberes localizados posicionam o objeto do conhecimento como um ator e agente, possibilitando que as pessoas estudadas transformem o projeto de produção de teoria social, fugindo do lugar de escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo”, externalizando assim a violência implícita que existe nas práticas de visualização. Para Haraway (1988), a visão é sempre uma questão do poder de ver.

Logo, torna-se fundamental que os sujeitos historicamente excluídos (como eu), do processo de construção do conhecimento, sejam reconhecidos enquanto co-construtores de saberes (ARAÚJO e CHAGAS, 2019a; 2020), problematizando os múltiplos processos de exclusão pelos quais estão sujeitos, apresentando novas perspectivas e visões de mundo, co-construtoras de um novo porvir.

Nós, enquanto mulheres negras, temos muito a contribuir com os estudos sobre o cuidado, e quiçá com a reconfiguração das agendas de cuidados, contribuindo com nosso saber da sobrevivência, reexistência e ancestral, escrevivências advindas de nossa trajetória biográfica de luta pela vida e por direitos. É nesse lugar, atravessado pelas desigualdades de reconhecimento dos cuidados enquanto direito, imbuída por relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade práticas, que escrevo esse relatório, em uma perspectiva crítica e também como um contributo necessário aos estudos do campo. A minha história evidencia isso, que o estudo sobre cuidados é marcado por múltiplas vivências, privadas e públicas, e que devem ser analisadas em uma perspectiva interseccional, é como se pretende apresentar esse Relatório.

# O cuidado e o gênero do cuidado: reflexões teóricas

O termo cuidado tem sentidos múltiplos, e pode estar vinculado a amor, ética, políticas públicas (MOLINIER e PAPERMAN, 2015), a expressão gera tensões no que tange principalmente a dicotomia público-privado, e trabalho-família. Está vinculado a uma polissemia de sentidos (GEORGES, 2017).

O cuidado faz parte de uma divisão sexual do trabalho, pautada em uma construção histórica e cultural dos papéis de quem cuida e quem deve receber cuidado. O trabalho de cuidado compreende “*la producción de bienes y servicios esenciales para la vida, como la preparación de alimentos, la realización de tareas de apoyo físico y emocional, la transmisión de conocimientos y valores y el acompañamiento a las personas para garantizar su bienestar*” (CEPAL, 2020, p. 2).

Cuidar pode ser entendido como uma atividade destinada a cuidar dos membros da família ao longo de todo o ciclo de vida e inclui cuidados indiretos – produção de bens e serviços – como cuidados pessoais diretos. Seja por questões de idade (nos extremos do ciclo vital) ou de saúde, por qualquer deficiência ou necessidades emocionais e afetivas, todas as pessoas precisam de atenção (CEPAL, 2015; MONTAÑO e CALDERÓN, 2010).

O cuidado é socialmente reconhecido como pertencente ao universo feminino (HIRATA e GUIMARÃES, 2012). A mulher é gerenciadora dos cuidados. Assim, é preciso ter em mente que “dentro de uma estrutura patriarcal, o cuidado é uma ética feminina” (GILLIGAN, 2011, p. 22).

## Estudos sobre cuidados: bases teóricas

Os estudos sobre cuidados possuem diferentes matrizes teóricas, podem ser sintetizados em quadro grandes grupos: trabalho de cuidado, ética do cuidado, política pública e direito ao cuidado, interseccionalidade e cuidado. Para melhor visualização sobre as contribuições e principais referências de estudos feministas, observe a imagem abaixo:

Figura 1 – Matriz Teórica sobre Cuidados

Matriz Teórica	Marco	Principais contribuições	Referências bibliográficas*
<b>Trabalho de cuidado</b>	Estudos sobre gênero e trabalho – 1960/1970 (implícito)	Divisão sexual do trabalho, economia feminista e trabalho doméstico	Hirata e Kergoat, 1994; Ávila, 2011; Kergoat, 2009
	Estudos sobre trabalho de cuidado – 1990 (explícito)	Economia do cuidado; trabalho do <i>care</i> ; trabalho emocional	Batthyány, 2009; Carrasco, 2011; Rodríguez Enríquez, 2007; Guimarães, 2012; Molinier e Paperman, 2015; Hirata, 2016
<b>Ética do cuidado</b>	Gilligan (1982)	Cuidado como um padrão moral e ético de relacionamento humano; crítica à ética da justiça liberal e à dicotomia autonomia/dependência	Gilligan, 1982; Tronto, 1987; 2009; Ruddick, 1989; Kittay, 1999; Fraser, 2013
<b>Política Pública e Direito ao Cuidado</b>	Primeira década de XXI (AL e Brasil)	Análise do estado (direitos e políticas públicas); política social e regimes de bem-estar	Daly e Lewis, 2000; Martinez Franzoni, 2005; Pautassi, 2007; Razavi, 2007; Aguirre, 2011; Esquivel, Faur e Jelin, 2012
<b>Interseccionalidade e cuidado</b>	Estudos interseccionais (anos 1990)	Incorporação de classe, raça, etnia e outras formas de desigualdade (ex. migrações, idade)	Lorde, 1984; hooks, 2000; Crenshaw, 2002; Hirata, 2014; Hill Collins, 2015
		Trabalho doméstico remunerado (quem faz?) e cadeias globais de cuidado	Tronto, 2009; Todaro e Arriagada, 2012; Sorj, 2013; Pereira, 2016; Kergoat, 2016

Fonte: MORENO (2020).

Estudos sobre divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e regime de bem-estar social vêm sendo realizados desde Reid, M. (1934), nos anos 1960 e 1970 (DALY e LEWIS, 2000; PATEMAN (1988); GUIMARÃES, HIRATA e SUGITA, 2011; CARRASCO, 2011). Como categoria autônoma aparece na década de 1980 (principalmente com os estudos como a ética do cuidado de Gilligan). Também se podem citar estudos analíticos sobre o patriarcado (DELPHY, 1982), a construção da ideologia da domesticidade (SCOTT, 1995; GARDINER, 1997; 2005), economia feminista (FERBER e NELSON, 1993, 2003).

Como objeto empírico e categoria analítica o cuidado tem sido estudado há pelo menos duas décadas e de forma a integrar diferentes áreas do conhecimento, como pelo Direito (PAUTASSI, 2007; VIEIRA, 2018); na psicologia (MOLINIER e PAPERMAN, 2015), na política social (DALY e LEWIS, 2000), na sociologia do trabalho (GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, 2011), por exemplo. Na América Latina, o tema vem ganhado prestígios nos estudos feministas e financiamentos de agências internacionais como CEPAL, ONU – Mulheres, Fundo de Populações das Nações Unidas, e OIT. Em 2018 foi realizado no Uruguai o primeiro *Congreso Latinoamericano de Estudios de Género e Cuidado* (HIRATA, 2018).

No Brasil, temos como marco a publicação de uma coletânea resultante de um Seminário sobre Trabalho de Cuidado na Universidade de Brasília - 2010 (HIRATA e GUIMARÃES, 2012), publicações de livros acadêmicos, edições especiais em Revistas Científicas como na Revista Brasileira de Ciência Política (2015), além de produções dos movimentos feministas (como FARIA e MORENO, 2010; ÁVILA e FERREIRA, 2014). Em 2012 foi um ano quem que o tema cuidado esteve em mesas de Congressos como na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais (ANPOCS) e *Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Podem-se citar outras reflexões no campo de estudos da economia do cuidado (CARRASCO, 2013; RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2007); e (GUIMARÃES, 2012; KERGOAT, 2010; HIRATA, 2016); trabalho e emoções (MOLINIER e PAPERMAN, 2015; SOARES, 2016); estudos que se interligam as discussões sobre divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico.

A partir dos anos 2000 diversos estudos foram realizados no intuito de se categorizar as crescentes modalidades de trabalhos de cuidado (DUFFY, 2005 e 2011; FOLBRE, 2012). As novas pesquisas se voltaram para compreender a interdependência social, espiritual e material entre as pessoas, animais, entidades espirituais, paisagens e forças da natureza, direcionando a uma nova ótica de entendimento da relação natureza e cultura, extrapolando a ideia de cuidado dentro de uma lógica individual, assumindo a noção de uma rede de cuidados. Atualmente, estudos se dedicam a estudar também as plataformas intermediadores no mercado de cuidados como agências e plataformas digitais (MORENO, 2022; CARDOSO e PEREIRA, 2023)<sup>9</sup>.

Os trabalhos do cuidado e do cuidar, compreendidos como categoria de análise interdisciplinar para analisar as formas de organização da sociedade, tem sua origem na psicologia dos Estados Unidos, a partir de estudos de Carol Gilligan (1982), no final do século XX. As reflexões baseadas no *care* (que expressa a ideia de cuidar e cuidado) se preocupa em refletir sobre “quem se ocupa do que e como?”, como forma de mapear e criticar a organização do mundo social (REDONDO, 2020).

---

<sup>9</sup> Em fevereiro de 2023, o IPEA abriu chamada pública para selecionar interessados para concessão de bolsa de pesquisa, que atendam aos requisitos do Termo de Referência constante no Anexo I e no REGULAMENTO desta Chamada, em realizar pesquisa no Projeto: “Cuidados em tempos de pandemia e pós”. O projeto tinha como objetivo entender qual é o papel das empresas de plataformas na oferta de serviços de cuidados para quem dele necessita? Seria apenas o “match” entre contratantes e contratados cadastrados nas plataformas? De que forma esta modalidade de contratação de serviços pode operar para garantir serviços de melhor qualidade para os contratantes e melhores condições de trabalho para os cuidadores? Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/chamadas\\_publicas/2023/230207\\_chamada\\_publica\\_007.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/chamadas_publicas/2023/230207_chamada_publica_007.pdf). Acesso em: 06 abr. 2023.



A discussão sobre a exclusão do cuidado como reprodução privada da força de trabalho é uma crítica feminista feita aos estudos econômicos (MEILLASSOUX, 1975; LARGUÍA e DUMOULIN, 1976). De acordo com Silva, Cardoso, *et al.* (2020)

[...] a lógica de produção capitalista ignora as questões da vida fora do ambiente de trabalho, mesmo quando este trabalho é desenvolvido dentro do ambiente doméstico, o chamado *home office*, ao mesmo tempo que as questões das mulheres referentes à conciliação de maternidade e vida profissional permanecem circunscritas como uma questão da vida privada (SILVA, CARDOSO, *et al.*, 2020, p. 150).

Como citado anteriormente o trabalho de Gilligan (1982) sobre a ética do cuidado é um marco, pois problematiza que os valores morais e éticos tidos como universais são advindos de interpretações e experiências masculinas. Os estudos sobre a ética do cuidado contribuíram para problematizar a necessidade de uma nova teoria democrática, pautada no reconhecimento de que todas as pessoas precisam de dar e receber cuidados (KITTAI, 1999). O cuidado é inerente a experiência humana, e deve ser incorporado ao *ethos* público para um processo de melhoramento das democracias, avançando para uma ideia de interdependência.

Tronto (1987) contribuiu com os estudos da área afirmando que a associação entre cuidado e mulher remete às desigualdades sociais de raça, etnia, classe e origem (FRASER, 2013). Para Fisher e Tronto (1990 *apud* TRONTO, 1998, p. 15), o cuidado se define como

Uma atividade da espécie que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso 'mundo' para que possamos viver nele o melhor possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso ambiente, todos os que procuramos entrelaçar em uma complexa teia de sustentação da vida (FISHER e TRONTO, 1990 *apud* TRONTO, 1998, p. 15).

No campo da economia do cuidado temos como contribuição reflexões sobre a produção capitalista que não reconhece o trabalho não assalariado, negando-se a reprodução social o *status* de trabalho, sendo o mesmo reconhecido como atividade natural das mulheres, logo, inerente a manutenção das relações de dominação. Os estudos feministas deram visibilidade ao invisível e reformularam o conceito de trabalho, superando os limites entre público-privado, trabalho-família (FARIA e MORENO, 2010; ESQUIVEL, FAUR e JELIN, 2012; FRASER, 2013).

Durán (2018) apresenta o conceito de cuidatoriado, atrelado ao conceito de proletariado, possui características como subordinação, ausência de produção social, altíssimo risco de pobreza, invisibilidade e marginalização. Abrange uma dimensão mais sociológica e estrutural, quem cuida e quem é cuidado está pautado em uma base moral e individual, mas vincula-se a estrutura pessoal, com função social principal de dar cuidados.

A questão é que o cuidado se constitui como uma fonte de recursos invisíveis não incorporados às narrativas econômicas, mas que se transforma como um custo para as mulheres. Logo, tempo e valor econômicos devem ser calculados de forma a computar o trabalho não remunerado, mas não são valorizados pois estão atrelados ao universo feminino (DURÁN, 2018; BLANC, LAUGIER e MOLINIER, 2020).

Apesar de existirem diversos atores<sup>10</sup> do cuidado como o Estado, a família, a comunidade e o mercado, - além das cuidadoras -, ainda se observam desigualdades e assimetrias (GUIMARÃES e HIRATA, 2019). Verifica-se que “o excesso de carga que recai sobre as mulheres, ou sobre as famílias, resultado de uma distribuição desigual da provisão de bem-estar entre Estado, mercado e família, os três pilares do bem-estar” (ANDRADE, 2018, p. 109).

Aliás, o próprio neoliberalismo, com o desmantelamento de equipamento de cuidado e dos sistemas de bem-estar, contribuiu para a individualização do cuidado e maior concentração dessas atividades nos corpos das mulheres (FRASER e SOUZA FILHO, 2020). Nesse modelo econômico não se considera a relacionalidade intrínseca a noção de cuidado. Para Foucault (2008),

Para Foucault (2008)<sup>11</sup>,

Na análise que eles fazem do capital humano, como vocês se lembram, os neoliberais, procuravam explicar, por exemplo, como a relação mãe-filho, caracterizada concretamente pelo tempo que a mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela lhe dedica, pelo afeto de que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares mas físicos, pela maneira como não só ela o alimenta, mas como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem comele - tudo isso constitui, para os neoliberais, um investimento que vai constituir o quê? Capital humano, o capital humano da criança, capital esse que

---

<sup>10</sup> A Agenda Regional de Gênero reconhece o cuidado como um direito dos indivíduos e, portanto, como uma responsabilidade que deve ser compartilhada por homens e mulheres de todos os setores da sociedade, famílias e empresas (CEPAL, 2014).

<sup>11</sup> Foucault também aborda sobre o processo de individualização do cuidado, e diminuição de sua esfera coletiva dentro de uma perspectiva biopolítica, ou seja, da lógica relacional do Estado com a vida.

produzirá renda. Essa renda será o quê? O salário da criança quando se tornar adulta. E para a mãe, que investiu, qual renda? Bem, dizem os neoliberais, uma renda psíquica. Haverá a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e de ver que seus cuidados tiveram sucesso (FOUCAULT, 2008, p. 334-335).

Logo, o cuidado deve ser compreendido dentro das relações sociais como um conjunto de atividades e atitudes morais para manter, continuar ou reparar o mundo comum, e apoiar a reprodução de vida (TRONTO, 1993). Ou seja, o cuidado é uma necessidade da condição humana. Não se trata, portanto, de que alguém queira ou não os fazer, nem de que se goste ou não; é simplesmente uma condição humana e é preciso realizá-las.

Neste sentido, o cuidado tem uma dupla dimensão: por um lado, é um direito individual, por outro, é uma responsabilidade coletiva. Se a sociedade nos permite viver através do cuidado, todos e todas deveríamos participar do cuidado dos e das demais. “O cuidado não é um assunto de mulheres” (CARRASCO, 2018, p. 48).

## **Mulheres e as múltiplas experiências de cuidado: um olhar para as múltiplas infâncias**

As mulheres vivenciam de formas distintas as experiências de cuidado (KUNIN, 2019). As assimetrias de gênero influenciam as relações laborais, e dividem o campo do público e privado, da vida familiar e vida profissional, mercantil e não-mercantil, produção e reprodução.

É complexo correlacionar cuidado, domesticidade e maternidade, pois a produção da domesticidade – tanto em uma perspectiva histórica como no cotidiano se articulam com a organização dos cuidados e suas regras de sentir (CASTILLA, KUNIN, ESMORIS, 2020). E vivenciamos um novo atravessamento dessas categorias com a pandemia e as mudanças nas relações laborais.

Este consumo de cuidados é assegurado pelas famílias, a cargo do seu orçamento, ao longo de todo o ciclo de vida de qualquer pessoa, mas com maior frequência e intensidade nos primeiros e últimos anos de vida. Por vezes, os recursos do agregado familiar são insuficientes para satisfazer as necessidades de cuidados, e é então, e só então, quando essas necessidades emergem na economia real, ou seja, são contabilizadas, sob a forma de serviços públicos e/ou privados, que são inacessíveis à maioria das famílias. Ou seja, os cuidados se inviabilizam como forma de riqueza. Então, o mercado, o Estado, ou ambos, terão que assumir a tarefa de cuidar que até agora tem

sido deixada nas mãos das famílias, ou seja, dos milhões de mulheres que compõem o cuidado (DURÁN, 2018).

E como este cuidado doméstico se constrói da invisibilidade? Vejamos a relação mãe e filhos/as. Historicamente, crianças e mulheres encontravam-se vinculados ao universo doméstico (FLECK e WAGNER, 2003). A relação mãe e filho é uma construção social advinda da família patriarcal, e que acaba impondo os limites da domesticidade e do confinamento das mulheres. Para Zanello (2016),

O dispositivo materno diz respeito, assim, a um lugar de subjetivação no qual as mulheres são constituídas como cuidadoras ‘natas’. (...) esse dispositivo se construiu historicamente, sobretudo a partir do século XVIII, momento esse no qual a capacidade de maternagem foi compreendida como desdobramento da capacidade de procriação (ZANELLO, 2016, p. 113-114).

É dentro de um processo histórico e cultural que a criação de crianças fez com a maternidade reduzisse a autonomia relativa individual e coletiva das mulheres (BIROLI, 2018). Além disso, soma-se as vulnerabilidades que atravessam os cuidados de mulheres e filhos/filhas dentro de contextos diversos sociais, econômicos e culturais. É preciso reconhecer que,

O cuidar é um ato importante para a própria sobrevivência daqueles que dependem do cuidado, sobretudo, para os bebês humanos. Ao mesmo tempo, esse ato pode vir de maneira muito sobrecarregada para a cuidadora ou cuidador, quando se centraliza em apenas uma pessoa toda essa responsabilidade (SARAIVA; CARNEIRO, 2021, p. 197).

Dispensar ou dificultar a atuação da mulher no vasto âmbito social é o que entra em questão quando a mulher decide ser mãe, fazendo com que a maternidade seja um lugar de inconformidade constante da mulher com ela mesma e desta em relação ao “mundo” que almeja. A junção do individualismo e a necessidade de realização pessoal convocam as prováveis mães a se questionarem, tirando a maternidade do campo do instinto ou obrigatoriedade para a esfera de opção da mulher (BADINTER, 2011).

Independente da maternidade, “o dispositivo materno não atua apenas sobre as mulheres que são mães, mas também institui códigos e valores morais para todas as mulheres, para que estejam prezando sempre pelo cuidado do outro”. (SILVA, CARDOSO, *et al.*, 2020, p. 151). Com a multiplicidade de funções assumidas pela mulher

contemporânea, a maternidade sofre influências diretas, pois as novas representações sociais do ser mulher ampliaram as possibilidades quanto ao âmbito individual e social de escolhas profissionais, por exemplo.

Ao ter experiência da maternidade moderna, principalmente com os atravessamentos da pandemia, as mulheres mães vão encontrar dificuldades em se manter estudando com qualidade, sobretudo quando fazemos uma leitura de raça, maternidade solo, território de moradia, que revelam cada vez piores a qualidade do acesso e condições de estudo dessas mulheres. (OLIVEIRA, 2020; MULLER e CARNEIRO, 2020). As mulheres sofrem o peso do cansaço da sobrecarga de atividades de cuidado, sendo que as mesmas não são público-alvo das políticas de cuidado (CARNEIRO, 2021).

As problematizações também abarcam os estudos sobre as infâncias, a construção social da noção de infância fez emergir a partir do século XIX com a ideia de “criança do desenvolvimento”, sendo utilizada como elemento central para o apagamento da alteridade, sendo a diferença reconhecida como uma expressão de inferioridade diante de uma linearidade evolutiva universal (GOUVÊA, 2011).

A questão é que não é apenas na cultura ocidental que se encontra a ideia de infância/adolescência, mas em todas as sociedades ao longo do tempo, podendo apresentar inúmeras variações. E é o caráter dialético dessa construção que leva a diferentes tipos de infância/adolescência, uma vez que dentro das sociedades as crianças e adolescentes vivenciam contextos distintos (HEYWOOD, 2004). Logo, “é preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história (KUHLMANN, 2010, p. 30)”.

As infâncias, principalmente quando se fala em América Latina, são plurais (ARAÚJO, 2022). Elas não estão estáticas no lugar de dependentes de cuidado, elas também cuidam. É preciso ter em mente o fenômeno das crianças que cuidam de outras pessoas e/ou do ambiente nos contextos familiares e comunitários principalmente na América Latina.

Isso requer também uma reflexão mais aprofundada sobre a relação entre infância/adolescência e trabalho, rever as dimensões universalistas e localistas que afetam o fenômeno do trabalho infanto-juvenil, essas parcialidades não devem ser totalizadoras, por isso o caminho escolhido deve ser uma visão complexa, que tenha como pressupostos diferentes concepções de mundo, abertura para a escuta dos sujeitos em seus contextos (ARAÚJO, 2022).

Novos estudos valorizam as evidências transculturais e valorizam outras formas de relationalidades nas práticas de cuidados, por exemplo, crianças que auxiliam na

supervisão de outras crianças; ajudam familiares doentes ou com deficiência, realizam atividades domésticas e também comunitárias, integram redes de subsistência de suas famílias e/ou comunidade, contribuem para a manutenção do território em que vivem (HUNLETH, 2017; HERNÁNDEZ, 2019; LARA e CASTRO, 2021; LEAVY e SZULC, 2021; LEAVY e SHABEL, 2022).

## Discussões teóricas no Brasil e Argentina: o marco da pandemia de COVID-19

As produções de pesquisadoras argentinas integraram produções técnicas da ONU Mulheres e CEPAL, além de subsidiar projetos políticos e legislativos em curso. O diálogo regional com outras pesquisadoras, inclusive brasileiras, tem acontecido tanto em território argentino como brasileiro. As novas discussões que aconteceram a partir da pandemia se transformaram em produções teóricas, metodológicas e em relatos de experiência que tem sido publicada por Núcleos de Pesquisa em ambos os países, mas também de forma coletiva em Dossiês, trabalhos técnicos e livros produzidos em âmbito regional.

Observa-se que o advento da pandemia de COVID-19 influenciou produções e eventos na Academia privilegiando a discussão sobre o tema dos cuidados a partir de diferentes perspectivas. O quadro abaixo apresenta a seleção de alguns eventos acadêmicos<sup>12</sup> e no âmbito público foram realizados em ambos os países<sup>13</sup>:

---

<sup>12</sup> Participei de três eventos em que discuti o tema cuidados: IV Seminário Nacional Sobre Maternidade NIEM UFF, realizado em outubro de 2022, com a apresentação do trabalho Repensando as reconfigurações nas agendas de cuidado pós isolamento social: um relato de experiência; II Seminário Maternidade e Universidade da UFRJ, realizado em dezembro de 2022, com a apresentação do trabalho Repensando das agendas de cuidado pós-isolamento social: um relato de experiência sobre uma pesquisa de campo na Argentina; IV Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura, realizado em novembro de 2022, com a apresentação do trabalho A importância dos cuidados para a sustentabilidade da vida: um olhar para o contexto brasileiro e argentino a partir da pandemia de COVID 19.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://cuidado.cebrap.org.br/producoes-documento-de-trabalho/>. Além de eventos e publicações também foram utilizados outros formatos de comunicação como *podcast*. Disponível em: <https://cuidado.cebrap.org.br/2023/02/15/cuidar-verbo-coletivo/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

Quadro 1 – Eventos acadêmicos que discutiram temas de cuidados (2020 a 2023)

<b>Eventos acadêmicos no Brasil que discutiram temas de cuidados</b>	<b>Eventos acadêmicos na Argentina que discutiram temas de cuidados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- V Encontro da REDEGEN – Trabalho, Cuidado e Política, UFF/Niterói (2022);</li> <li>- Seminário Internacional “Reconfigurações nas agendas de cuidado em tempos pandêmicos: reflexões sobre o Brasil e a Argentina” – UNB (2022);</li> <li>- IV Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero da UFMG, Belo Horizonte (2022);</li> <li>-Seminário Internacional Lições da Pandemia para o Futuro da Proteção Social no Brasil: garantia de renda e trabalho decente. Instituição promotora: Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza.</li> <li>X Congresso da ALAP (Latin American Population Association), Valparaíso.</li> <li>- Primeiro Congresso da Red de Investigación sobre Trabajo del Hogar de América Latina (RITHAL)</li> <li>- 46° Reunião da ANPOCS (2022)</li> <li>- Seminário “Cuidado: Vulnerabilidade, direitos e políticas públicas”. SP, CEBRAP (2022)</li> <li>- Oficina de Sociologia Econômica e do Trabalho (OSET), USP (2022)</li> <li>- 12° Seminário Nacional Sociologia &amp; Política (2022)</li> <li>- 3° Fórum Latino-Americano de Cuidado Centrado na Pessoa</li> <li>- Políticas da parentalidade, maternidades e práticas de cuidado, UERJ (2022)</li> <li>- Seminário Cuidar, Verbo Transitivo: Caminhos para a Provisão de Cuidados no Brasil, IPEA (2023)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plataforma para o Diálogo: Identidades, géneros y desigualdades en América Latina, Universidad San Martín (2022);</li> <li>- XV Reunião da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe “A liderança das mulheres nas agendas de cuidado: do porquê às estratégias (2022)</li> <li>- XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (2022)</li> <li>- Conversatorio Hacia la sociedad del cuidado o del endeudamiento? Desafios y propuestas desde los feminismos, 2022 (Centro Cultural de la Cooperación, Buenos Aires);</li> <li>- 1° Encuentro Latinoamericano de Infancias, Juventudes y Territorios. Diálogos entre investigaciones situadas y experiencias de participación, Universidad Villa Maria, Córdoba (2022)</li> <li>- Los cuidados: dimensiones académicas y políticas – Diálogo com Dolors Comas-D’Argemir, Escuela IDAES (2022)</li> <li>- XV Jornadas Nacionales de Debate Interdisciplinario em Salud y Población, Facultad de Ciencias Sociales de la UBA</li> <li>- Seminario Endeudamiento, géneros y cuidado, Ministerio de Las Mujeres, Géneros y Diversidad (2022)</li> <li>- Jornadas Internacionales Riesgos e incertidumbres en América Latina: pensando la sociedad post COVID-19, Universidad San Martín, 2022</li> <li>- 12° Congreso Argentino de Antropología Social</li> <li>- Seminario General de la Escuela Idaes – La politicidad de los afectos y la intimidad de lo social: experiencias de investigación em Ciencias Sociales, Universidad San Martín -</li> </ul>

Fonte: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Elaboração autoral.

No Brasil, durante a pandemia os eventos acadêmicos tiveram prevalência na discussão das agendas de cuidado, com diferencial nas discussões sobre vulnerabilidades sociais e raciais. Na agenda pública o tema cuidado não alçou a devida relevância, o que pode estar relacionado ao conservadorismo do governo da época.

Destaca-se o Seminário Internacional “Reconfigurações nas agendas de cuidado em tempos pandêmicos: reflexões sobre o Brasil e a Argentina, que para aprofundar os estudos sobre a temática a UNB recebeu nos dias 25 e 26 de agosto diversas pesquisadoras (Programação completa – Apêndice 1): Valeria Llobet - Cedesi-LICH, Conicet; Denise Pimenta (USP); Alessandra Rinaldi (UFRRJ); Johana Kunin (Idaes, Unsam-Conicet & EHESS); Walkyria Chagas (UFT); Nadya Araújo Guimarães (USP); Valeska Zanelo (UnB); María Fernanda González (Universidad Nacional de Entre Ríos); Alejandro Goldberg (UnB); Eliene Rodrigues Putira Sacuena (Técnica na Coordenação Estadual de Saúde Indígena e Populações Tradicionais - Cesipt/ Sesp); Márcia Reis Longhi (UFPB); Eleonor Faur (UNGS-Ides); Adriana Manta (Juíza TRT/5ª Região); - Karina Bidaseca (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto)<sup>14</sup>.

O evento reforçou as alianças postas dentro da Universidade de Brasília, em parceria com a núcleos de estudos na Argentina como o Programa de Género, Infancia y Juventud del Cedesi - grupo de pesquisa argentino Cedesi-LICH, Conicete - o grupo de pesquisa argentino Núcleo de Estudios sobre Intimidades, Política y Sociedad (Idaes-Unsam)<sup>15</sup>.

Além disso, inseriu o Distrito Federal e a Universidade de Brasília em um mapa de debates em exponencial crescimento na América Latina, inovando a discussão em seu cenário. Desconhecemos eventos trabalhados nesse nível realizados anteriormente no DF, o que dá destaque e reforça a projeção nacional, mas também internacional do GDF e da UnB nesse campo de pesquisa e atuação. Para, além dessa informação, o debate travado durante os dois dias, certamente inspirará ações e políticas públicas em âmbito regional<sup>16</sup>.

O primeiro grande evento que reuniu autoridades executivas, legislativas, academia e movimentos sociais foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA intitulado Seminário: Cuidar, Verbo Transitivo: Caminhos para a Provisão de Cuidados no Brasil, realizado em marco de 2023, em outro contexto político, a partir de novo giro à esquerda.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/5974-repensar-as-agendas-de-cuidado-pos-pandemia-uma-reflexao-necessaria>. Acesso em: 20 dez. 2022.

<sup>15</sup> Ibid.

<sup>16</sup> Ibid.



Na Argentina, a Academia deu destaque para as diversidades regionais, pluralidades de infâncias e juventudes, diversidade de gênero. Eventos regionais buscaram abrir espaço para um diálogo para o intercâmbio e a recuperação das experiências, estratégias de ação e aprendizados de mulheres da região que lideraram e impulsionaram políticas de cuidado, como a XV Reunião da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe “A liderança das mulheres nas agendas de cuidado: do por que às estratégias”. Tal encontro envolveu importantes instituições como: Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos (CIM/OEA); Diretoria da Divisão de Assuntos de Gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); ONU Mulheres para o Escritório Multi-País no Caribe; Coordenação Regional do Comitê da América Latina e o Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM); Divisão de Proteção Social e Saúde do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Direção Geral de Assuntos Interamericanos da Global Affairs Canadá.

No Eixo Regional podemos citar também o *Foro Regional: Informe Alternativo del Convenio 189 de la OIT sobre los y las trabajadoras domésticas: Avances y Retrocesos en Ocho países de América del Sur*, que teve como objetivo Apresentar os resultados do estudo “Balanço da Convenção 189 da OIT sobre trabalhadores domésticos: avanços e retrocessos em 8 países da América do Sul” e estabelecer um espaço de diálogo sobre as conclusões do estudo para facilitar o acompanhamento e a busca de alternativas com os governos da região , a OIT e a CISS sobre os compromissos necessários para avançar em seu cumprimento<sup>17</sup>.

Outro evento regional importante realizado em 2022 na Argentina foi a XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (2022)<sup>18</sup> . Os países participantes<sup>19</sup> se comprometeram a adotar marcos regulatórios que garantam o direito ao cuidado por meio da implementação de políticas e sistemas de atenção integral a

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://conlactraho.org/evento/https-youtu-be-w-0sudj8lwe/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>18</sup> A Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe é um órgão subsidiário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e é o principal fórum intergovernamental sobre direitos da mulher e igualdade de gênero na região. É organizado pela CEPAL, como Secretaria da Conferência e, desde 2020, em coordenação com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Disponível em: <https://www.cepal.org/es/organos-subsidiarios/conferencia-regional-la-mujer-america-latina-caribe>. Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>19</sup> Participaram delegados de 30 países da América Latina e Caribe e outras regiões, bem como representantes de 17 agências das Nações Unidas e 14 organizações intergovernamentais. A eles se juntaram parlamentares de 15 países da região e mais de 750 membros da sociedade civil. No total 1.168 participantes.

partir das perspectivas de gênero, interseccionalidade, interculturalidade e direitos humanos.

Dentro da programação<sup>20</sup> aconteceram ações de cunho político importantes: Foro Parlamentario en el marco de la XV Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe "La sociedad del cuidado: horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género"; Sexagésima Tercera Reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe; reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe; apresentação do documento "La sociedad del cuidado: horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género"; Lectura de la declaración de la sociedad civil (Declaración del Foro Feminista<sup>21</sup>, Declaración del Foro de Juventud<sup>22</sup>); Diálogo de alto nivel sobre la sociedad del cuidado en América Latina y el Caribe; apresentação do documento El financiamiento de los sistemas y políticas de cuidado en América Latina y el Caribe: aportes para una recuperación sostenible con igualdad de género; apresentação do documento Romper el silencio estadístico para alcanzar la igualdad de género en 2030: aplicación del eje sobre sistemas de información de la Estrategia de Montevideo para la Implementación de la Agenda Regional de Género en el marco del Desarrollo Sostenible hacia 2030; Mesa redonda sobre corresponsabilidad de los cuidados.

Especificamente em relação a Declaración del Foro Feminista pede-se que os Estados implementem "leyes, políticas y programas con suficiente presupuesto dirigidos a la creación de sistemas integrales de cuidado que desarrollen infraestructuras y servicios accesibles, próximos y de calidad y que incorporen una perspectiva de género, de interseccionalidad y con pertinencia cultural, con un enfoque feminista que analice y comprenda el impacto del cuidado en las vidas de las mujeres y niñas en toda su diversidad. Los sistemas de cuidado deben asumirse como una inversión, no como un gasto y deben contemplar la co-responsabilidad del Estado, las comunidades, las familias y el mercado"<sup>23</sup>.

Em fala da representante da ONU Mulheres no evento, se fala da construção de uma sociedade de cuidado, levando-se em conta um novo modelo de desenvolvimento.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/programa>. Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>21</sup> Disponível em:

[https://conferenciamujer.cepal.org/15/sites/crm15/files/presentations/declaracion\\_foro\\_feminista.pdf](https://conferenciamujer.cepal.org/15/sites/crm15/files/presentations/declaracion_foro_feminista.pdf). Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>22</sup> Disponível em:

<https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/programa#:~:text=del%20Foro%20Feminista-Declaraci%C3%B3n%20del%20Foro%20de%20Juventud,-Declaracion%20of%20the>. Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>23</sup> Ibid.

Nas palavras de María-Noel Vaeza: “Es durante las crisis que nos tenemos que atrever a soñar. Este encuentro en Buenos Aires ha significado un impulso sin precedentes a un nuevo modelo de desarrollo que estamos promoviendo desde organizaciones feministas y de mujeres, organismos internacionales y parlamentos: la sociedad del cuidado. Confiamos en que los Estados y el sector privado se sigan sumando a este gran esfuerzo para corregir desigualdades históricas, ayudar a cuidar el planeta y, finalmente, hacer crecer las oportunidades para toda la sociedad, y especialmente las mujeres en toda su diversidad, las mujeres indígenas, rurales, afrodescendientes, con discapacidad, niñas, adolescentes y adultas mayores, migrantes y refugiadas, del colectivo de la diversidad y que viven con VIH”<sup>24</sup>.

O *Compromiso de Buenos Aires* reconhece o cuidado como um direito das pessoas de cuidar, ser cuidadas e exercer o autocuidado com base nos princípios de igualdade, universalidade e corresponsabilidade social e de gênero e, portanto, como uma responsabilidade que deve ser compartilhada por pessoas de todos os setores da sociedade, famílias, comunidades, empresas e Estado<sup>25</sup>.

Os países concordaram em desenhar, programar e avaliar as políticas macroeconômicas e, especialmente, as políticas fiscais (receitas, despesas e investimentos), sob a perspectiva da igualdade de gênero e dos direitos humanos, salvaguardando os progressos alcançados e mobilizando o máximo de recursos disponíveis com vistas a aumentar o crescimento sustentável investimento público ao longo do tempo em políticas e infraestruturas de cuidados, de forma a garantir o acesso universal a serviços de cuidados acessíveis e de qualidade. Da mesma forma, os representantes se comprometeram a que as medidas de ajuste fiscal ou cortes orçamentários destinados a enfrentar situações de desaceleração econômica estejam de acordo com os princípios dos direitos humanos e da não discriminação, evitando especialmente cortes em programas e apoios que possam gerar aumento dos níveis de pobreza e sobrecarga de trabalho e cuidados não remunerados que atingem as mulheres<sup>26</sup>.

A Argentina assumiu publicamente um compromisso com a Agenda Regional de Gênero, a *Ministra de las Mujeres, Géneros y Diversidad de la Argentina*, Ayelén Mazzina,

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/noticias/paises-la-region-se-comprometieron-transitar-un-nuevo-estilo-desarrollo-la-sociedad-cuidado>. Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>25</sup> Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48737/S2300107\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48737/S2300107_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/noticias/paises-la-region-se-comprometieron-transitar-un-nuevo-estilo-desarrollo-la-sociedad-cuidado>. Acesso em: 07 abr. 2023.

afirmou que “como argentina y feminista, me enorgullece que el Compromiso de Buenos Aires se sume a la Agenda Regional de Género. Llegamos hasta este día con un recorrido enorme por todo el país, con la convicción de construir colectivamente una posición común que represente todas las voces. Lo hicimos gracias a la cooperación de todas y todos ustedes, que nutrieron de diversidad cada uno de los debates que llevaron a estos acuerdos”<sup>27</sup>.

A sra. Amina J. Mohammed, vice-secretaria General de las Naciones Unidas, direcionou que os países construíssem sistemas integrais de cuidados, redistribuição de tempo, poder e recursos. Nas palavras da mesma “la distribución desigual del trabajo de cuidados, la ausencia de servicios de cuidados y la falta de reconocimiento del valor social del trabajo doméstico socavan directamente la igualdad de género. En este sentido, llamó a los países de la región a “desarrollar sistemas integrales de cuidado y redistribuir tiempo, poder y recursos, para lograr una verdadera igualdad de género, lo que exige adecuado financiamiento”<sup>28</sup>.

Evidenciou-se a importância do Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe, e suas produções estatísticas sobre autonomia econômica (com documentos sobre leis de cuidados e pensões), autonomia para tomada de decisões, autonomia física e a interrelação das autonomias, tendo como foco o indicador *tiempo total de trabajo*.

No banco de dados sobre as leis de cuidados contém a legislação assistencial existente nos níveis nacional e subnacional contida nas cartas constitucionais e outros instrumentos legislativos dos países da América Latina e do Caribe. As políticas públicas de cuidado são entendidas como aquelas destinadas a garantir o bem-estar físico e emocional cotidiano das pessoas com algum grau de dependência, que intervêm na organização social do cuidado e estabelecem os direitos ao cuidado<sup>29</sup>.

As leis recolhidas referem-se a: licença de maternidade para assistência e aleitamento, paternidade, licença parental e assistência a dependentes de diferentes faixas etárias; estabelecimento e facilidades de acesso a serviços de cuidados extradomiciliários, leis anti-discriminatórias no emprego para mães e pais, segurança social em caso de maternidade e cuidados médicos preventivos e curativos para filhos ou filhas, regulamentos para promover a responsabilidade pela maternidade e paternidade, legislação de responsabilidade partilhada para as famílias e a comunidade, mecanismos de cuidado e integração social para pessoas com deficiência,

---

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Ibid.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://oig.cepal.org/es/leyes/leyes-de-cuidado>. Acesso em: 07 abr. 2023.

transferências monetárias para cuidadores e normas constitucionais para cuidadores não remunerados<sup>30</sup>.

Este repositório de leis assistenciais do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe tem mais de duzentos órgãos legislativos de 36 países da região<sup>31</sup>.

A Conferência apresentou um documento preparado pela *Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)* em seu caráter de *Secretaría Técnica de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe*, para la XV reunión em Buenos Aires, que aconteceu de 7 a 11 de novembro de 2022. O documento intitulado *La sociedad del cuidado Horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género*, reconhece a preocupação com a necessidade de uma mudança de paradigma e apresenta diagnósticos e recomendações para avançar em direção à sociedade do cuidado<sup>32</sup>.

O documento é dividido em 3 capítulos: 1. *La igualdad de género y la sociedad del cuidado*, que discute *el cuidado en el centro del desarrollo sostenible con igualdad de género, el cuidado y la sostenibilidad de la vida, el derecho al cuidado, hacia la sociedad del cuidado*; 2. *El vínculo ineludible entre la división sexual del trabajo y la desigualdad de género* que discute *la explotación insostenible de los recursos naturales y los efectos sobre las mujeres en toda su diversidad, la división sexual del trabajo, su vínculo con los otros nudos estructurales de la desigualdad y su impacto en la autonomía de las mujeres, la división sexual del trabajo y los cuidados em los territorios*; 3. *Los cuidados ante los cambios demográficos, epidemiológicos y económicos* que aborda *efectos de las tendencias demográficas, económicas y epidemiológicas en la oferta y la demanda de cuidados, secuelas y lecciones aprendidas de la crisis del COVID-19*; 4. *El mercado laboral y los cuidados* que abordou *un modelo basado en el tiempo de las mujeres e cuidar a quienes cuidan de forma remunerada*; 5. *Los desafíos macroeconómicos y mundiales para una sociedad del cuidado* que discutiu *los vínculos del comercio internacional, la estructura productiva y la autonomía económica de las mujeres em un contexto incierto, Los desafíos estructurales y coyunturales de la política fiscal para la igualdad*; 6. *Un cambio de época: el Estado para la sociedad del cuidado* que refletiu sobre *el Estado para*

---

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Ibid.

<sup>32</sup> Disponível em:

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48363/S2200704\\_es.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48363/S2200704_es.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso em: 07 abr. 2023.

*la sociedad del cuidado, políticas públicas para la sociedad del cuidado, desatar los nudos de la desigualdad de género para transitar a la sociedad del cuidado*<sup>33</sup>.

Outro documento importante preparado pela CEPAL foi *Romper el silencio estadístico para alcanzar la igualdad de género en 2030*, que apresenta a situação atual da produção estatística com enfoque de gênero na América Latina e no Caribe, os fatores-chave para avançar nesta matéria e os desafios pendentes. O documento foi elaborado no marco do processo de exame sistemático dos avanços na aplicação da Estratégia de Montevideu, com foco no eixo de implementação 9, e é resultado do trabalho articulado entre a Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe e a Conferência Estatística das Américas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>34</sup>. Some-se ao corpo de documentos o material intitulado *El financiamiento de los sistemas y políticas de cuidados en América Latina y el Caribe: aportes para una recuperación sostenible con igualdad de género*<sup>35</sup>.

No âmbito acadêmico, a Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais - CLACSO ofereceu em 2021, 2022 e 2023 um curso de especialização sobre Políticas do Cuidado com Perspectivas de Gênero, com a coordenação geral de Karina Batthyány (CLACSO e Universidade da República, Uruguai) e Joan Tronto (Universidade de Minnesota, Estados Unidos). O curso foi elaborado a partir da expansão das análises e pesquisas empíricas da academia em torno do tema do cuidado, o que tem ocasionado o desenvolvimento de novos conceitos como a organização social do cuidado, estudos sobre a configuração da demanda e oferta de cuidados, pesquisas sobre os vínculos entre as migrações femininas e o cuidado, análise de políticas públicas, estudos sobre as práticas de cuidado em diferentes gerações, levantamentos sobre as representações sociais do cuidado, entre tantos outros<sup>36</sup>.

O curso teve como objetivo: 1. Fornecer ferramentas teóricas que permitam uma formação sólida a respeito da vinculação entre gênero e cuidado, seus principais debates e tensões conceituais; 2. Conhecer os avanços da pesquisa empírica realizada

---

<sup>33</sup> Disponível em:

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48363/S2200704\\_es.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48363/S2200704_es.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/documentos/romper-silencio-estadistico-alcanzar-la-igualdad-genero-2030>. Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/documentos/financiamiento-sistemas-politicas-cuidados-america-latina-caribe-aportes-recuperacion>. Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>36</sup> Disponível em:

<https://www.clacso.org/politicas-do-cuidado-com-perspectivas-de-genero/#:~:text=A%20Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20Pol%C3%ADticas%20do,e%20a%20el%20ab%20trabalho%20final>. Acesso em: 07 abr. 2023.

na região e suas principais contribuições; 3. Capacitar para a análise e formulação de políticas públicas de forma que os estudantes sejam capazes de realizar contribuições que permitam incorporar a perspectiva de gênero nas questões do cuidado. Pesquisadoras brasileiras e argentinas compuseram a equipe acadêmica: Profissionais de saúde - Profa. Nadya Guimarães (Universidade de São Paulo, Brasil); Direitos à assistência - Profa. Laura Pautassi (Universidad de Buenos Aires, Argentina); Cuidado e Estado - Profa. Bila Sorj (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil).<sup>37</sup>

O CLACSO também abriu chamada para bolsas de pesquisa em *Cuidados y Políticas Públicas*, com intuito de “*ampliar y profundizar en los estudios sobre cuidados y género en la región, en especial sobre las desigualdades que se configuran en las distintas actividades y dimensiones del cuidado*”<sup>38</sup>. Em 2023 vai apoiar o evento Terceiro Encontro Global sobre Trabalho de Cuidado “Trabalho de cuidado em tempos incertos: convergências e divergências ao redor do mundo”, de 7 a 9 de junho de 2023 Costa Rica<sup>39</sup>.

Além dos eventos, as produções científicas sinalizam as multiplicidades de lentes interpretativas em que os cuidados se tornam categoria analítica importante na compreensão das relações sociais ou na construção de uma agenda pública que esteja pautada na igualdade de gênero. Fora da academia o tema também tem sido discutido, reunindo experiências múltiplas das mulheres e homens durante a pandemia, podemos citar a publicação do livro *Desmadres: de la experiencia personal a la aventura colectiva: la decisión de maternar hoy*, de Violeta Gorodischer.

Abaixo se encontra apresentado um quadro com a seleção de alguns temas que têm sido estudados por pesquisadoras brasileiras e argentinas.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/09/Encontro-global-2023-Portugues.pdf> Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.clacso.org/cuidados-y-politica-publicas/> Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/09/Encontro-global-2023-Portugues.pdf> Acesso em: 08 abr. 2023.

Quadro 2 - Contribuições dos estudos brasileiros e argentinos durante e pós-pandemia

<b>CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS BRASILEIROS DURANTE E PÓS PANDEMIA</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS ARGENTINOS DURANTE E PÓS PANDEMIA</b>
<p>- Plataformas intermediadoras do mercado de cuidados (MATIAS e ARAUJO, 2020; EPAMINONDAS, 2021; MORENO, 2022; CARDOSO e PEREIRA, 2023; FIGUEIRAS e ANTUNES, 2020; SILVA, SILVA e PALHARES, 2021)</p> <p>- Trabalho doméstico e racismo/racialidades e cuidados (TEIXEIRA, 2020; ARAÚJO, 2022; GUIMARÃES, 2022; MARTINS, 2022; ALMEIDA, 2022);</p> <p>- Trabalho feminino (SPINK, 2020; BARBOSA; 2020; CASTRO e CHAGURI, 2021; FEDERIC, 2021; SILVA, 2022, SOUSA, 2022);</p> <p>- Transversalidade de gênero nas políticas de cuidado (MARCONDES, 2020);</p> <p>- Maternidade e cuidados (CARNEIRO e MÜLLER, 2020; ANTUNES, 2022; (OLIVEIRA, 2020; SOUZA; MACHADO, 2021; DROTBOHM, 2022);</p> <p>- Desigualdades sociais, movimentos migratórios do mercado de cuidados e interseccionalidade no campo dos cuidados na América Latina (BLANCO, SACRAMENTO, 2021; GUIMARÃES e HIRATA, 2020a, 2020b, 2020c, 2021; MALUF, 2021);</p> <p>- Maternidade e cuidados na pandemia (BLANC, LAUGIER, MOLINIER, 2020; ZANELLO, 2022);</p> <p>- Políticas de cuidado (MORENO, 2020, VIEIRA e FERREIRA, 2022; GUIMARÃES, HIRATA, POSTHUMA, 2020; CAMARANO, 2023; SHAFIK, 2021; FERNANDES, 2021);</p>	<p>- Migrações e trabalho de cuidados (DEBANDI E PENCHASZADEH, 2020; BATTHYANY; CEPEDA; ESPINEL VALLEJO, 2020; GAVAZZO, 2021, 2022; NEJAMKI e LÓPEZ, 2021)</p> <p>- Cuidado comunitário (ROSAS, 2020; AVAZZO; RAJOY; LÓPEZ, 2021)</p> <p>- Trabalho remunerado e não remunerado (ATTHYANY; CEPEDA; ESPINEL VALLEJO, 2020; ISLAS, 2020; RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ; ALONSO; MARZONETTO, 2020; DEBANDI; PENCHASZADEH, 2020; ROSAS, 2020);</p> <p>- Trabalho feminino em serviços de saúde (CAMMAROTA, 2020; PECHENY, 2020; ORTIZ, 2020; NOVICK, 2020; MALLEVILLE, 2020; MALLEVILLE e BELIERA, 2020; FREIDIN, 2021; RAMACCIOTTI, 2022).</p> <p>- Infâncias cuidadoras e plurais na América Latina (LLOBET, 2020; BATTHYANY, 2020; LARA e CASTRO, 2021; LEAVY e SZULC, 2021; LEAVY e SHABEL, 2022)</p> <p>- Descentralização, comunitarização, desfamiliarização dos cuidados (CASTILLA, KUNIN, ESMORIS, 2020, ZIBECCHI, 2022);</p> <p>- Cuidados e mulheres rurais (KUNIN e FACCIO, 2021; KUNIN, 2023);</p> <p>- Cuidados e emoções (BORGEAUD-GARCIANDÍA, 2020; DE GRANDE, FRASCO ZUKER, GAITÁN e LLOBET, 2022);</p> <p>- Políticas de cuidados (FLORENCIA, 2020);</p> <p>- Direito ao cuidado (PAUTASSI, 2020);</p> <p>- Domesticidade (ESMORIS, 2020);</p>



Quadro 2 – Contribuições dos estudos brasileiros e argentinos durante e pós-pandemia (conclusão)

<p>- Descentralização dos cuidados: Infâncias Plurais e Juventudes (ARAÚJO, 2022; ROCHA e REZENDE, 2023; MARCONDES e FARAH, 2020; GUIMARÃES, 2021)</p> <p>Trabalho emocional (DAS, 2020; BELLO, 2020; GUIMARÃES, 2021; ARAÚJO, 2022)</p> <p>- Cuidados na seara justrabalhistas (ARAÚJO, 2020; VIEIRA, 2022);</p> <p>- Cuidado com idosos/cuidadores (EPAMINONDAS, 2021; GROISMAN e ROMERO, 2021; BELI, VENÂNCIO, <i>et al.</i>, 2021; CAMARANO, 2021; ARAÚJO, 2022);</p> <p>- Cuidados comunitários/atuação da sociedade civil (GUIMARÃES e VIEIRA, 2020; ANDION, 2020; DROTBOHM, 2022)</p> <p>- Famílias e desigualdades (GANDRA, 2021)</p> <p>- Cuidados e afetos (KOURY, 2020; CORREA, 2021, GIATTI, 2022)</p> <p>- Mulheres migrantes e cuidados (RIBEIRO e BAENINGER, 2020; VIEIRA, 2022)</p> <p>- Cuidados, ruralidades, grupos indígenas e quilombolas (DAINESE, 2020; MORAES, L.; MEDEIROS; 2020; WEITZMAN, R.; CARNEIRO, M.J.; QUEIROZ, 2021; HERRERA, 2021; WEITZMAN; 2021; MORAES, L.; FUNARI, J; GODOI, E.; WEITZMAN, R.; LOVO, 2022; MAIZZA, F. e OLIVEIRA, 2022)</p> <p>Trabalho remunerado de cuidados na saúde (GARCIA, 2020; CANAVEZ, FARIAS, LUCZINSKI, 2021; SILVA, 2022)</p>	<p>- Pedagogia do cuidado (ALVAREZ, BOILINI, <i>et al.</i>, 2021).</p> <p>- Paternidades e cuidados (MARTÍN, 2020; CANEVARO e CASTILLA, 2021)</p>
---	---

Sites de pesquisas acadêmicas no Brasil e Argentina.

Fonte: Elaboração autoral.

Observa-se que existe um diálogo entre as produções das pesquisadoras brasileiras e argentinas, que se unem para pensar sistemas e políticas de atenção na América Latina, ou seja, percebe-se um direcionamento para se aprofundar debates conceituais e metodológicos sobre cuidados e também sua organização social, levando-se em conta os contextos dos diferentes países.

No Brasil, diferentes Núcleos de pesquisa em Universidades Públicas (UERJ, UFRJ, UNB, USP, por exemplo) movimentaram eventos e publicações sobre o tema dos cuidados durante a pandemia, inclusive em diálogo com os estudos argentinos, mas com uma contribuição diferenciada no âmbito de estudos das desigualdades sociais e raciais, a partir de uma perspectiva interseccional.

Na Argentina, o Núcleo de Estudios sobre Intimidaciones, Política y Sociedad (IDAES-UNSAM) tem problematizado a centralização do tema cuidado atrelado ao universo feminino, adultocêntrico, familiarista e caseiro, propondo algumas descentralizações: de sujeitos, espacialidades e ontologia (CASTILLA, KUNIN, ESMORIS, 2020). Esse processo de problematização pode nos levar a novas discussões na agenda de estudos sobre os cuidados e também políticas públicas que podem ser construídas com essa mirada descentralizada do tema. Os processos de privatização/estatização, desfamiliarização dos cuidados e comunitarização ocupam um lugar central nessas discussões (ZIBECCHI, 2022). Também tem se dado relevância para os impactos da pandemia nas populações rurais<sup>40</sup>.

Os estudos avançaram para uma perspectiva interseccional, ampliando os estudos para além das desigualdades de gênero, mas também de classe e raça. Na Argentina, uma linha de estudos são as mulheres migrantes, principalmente paraguaias e peruanas, mas há o problema da sub-representação das mesmas, que em geral desempenham trabalhos domésticos. (BORGEAUD-GARCIANDÍA, 2022).

A importância disso está no reflexo nas políticas públicas, que a partir do marco pandemia de COVID-19 se espera construir uma noção de “*cuidar en igualdad a partir de concebir el ser cuidado como un derecho de anclaje federal y territorial, marcado en redes de reciprocidad y constitutivo de las desigualdades de género*” (CASTILLA, KUNIN, ESMORIS, 2020, p. 5). Isso abre caminhos para um processo de valorização de trabalhos que em geral são notados quando não realizados (REDONDO, 2020).

Esperava-se que uma postura feminista ativa eficaz seja utilizada no enfrentamento da pandemia, agregando assim as vozes das mulheres mais vulneráveis

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47874-deudas-cuidados-vulnerabilidad-caso-mujeres-hogares-rurales-la-argentina>. Acesso em: 07 abr. 2023.

nesse cenário, a saber, mulheres negras, mais pobres e que desempenham trabalhos informais (PISANI, 2020).

Com a pandemia evidencia-se os temas em questão e novas perspectivas se abriram, no sentido de ampliação da compreensão do cuidado dentro de uma lógica multigênero, e não apenas atrelada ao universo do feminino (CASTILLA, KUNIN, ESMORIS, 2020).

Durante a pandemia esperava-se que tal mudança direcionasse para se repensar os cuidados a partir de uma perspectiva multigênero, como um contínuo que agrega as noções de cuidado-autocuidado-intependência, ou seja, pensar o cuidado relacionado a uma dependência intrínseca ao ser humano (COMAS-D'ARGEMIR, 2017). São essas novas reflexões e reconfigurações que poderiam suscitar novos modos de provisão de bem-estar e de satisfação de necessidades (CASTILLA, KUNIN, ESMORIS, 2020).

Ainda é preciso aprofundar os estudos sobre o tema cuidado com o planeta<sup>41</sup>, saberes fundamentais para a construção de uma política de cuidados intercultural, que integre saberes ancestrais, espirituais e de sobrevivência em diferentes culturas, que tenha como pressuposto *“construir un diálogo horizontal y de enriquecimiento recíproco entre los pueblos indígenas y no indígenas, sus conocimientos y sus prácticas para poder, desde la complementariedad, buscar mejores soluciones para las crisis que nos afectan ahora y en el futuro”*<sup>42</sup>.

## Cuidados e novas problematizações: os atravessamentos da Pandemia de COVID-19 e os impactos nas políticas públicas no Brasil e na Argentina

É importante considerar o histórico de lutas que permitiram as mulheres brasileiras e argentinas a construírem uma agenda pública de cuidados.

Com a chegada da Revolução Industrial, no final do século XVIII, a necessidade de nova mão de obra nas fábricas favoreceu a entrada da mulher nesse âmbito, embora com remuneração reduzida em relação ao sexo masculino e em péssimas condições de

---

<sup>41</sup> Nádyá Guimarães apontou essa necessidade de se pensar o cuidado atrelado ao cuidado com o planeta em sua fala no Seminário Internacional Reconfigurações nas agendas de cuidado em tempos pandêmicos: reflexões sobre o Brasil e a Argentina” – UNB (2022).

<sup>42</sup> Documento *Cuidado del planeta desde las mujeres y jóvenes indígenas presentado na XV Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe*, 2022. Disponível em: [https://conferenciamujer.cepal.org/15/sites/crm15/files/presentations/xv\\_crm\\_-\\_tarcila\\_rivera\\_zea\\_ecmia\\_-\\_cuidado\\_del\\_planeta.pdf](https://conferenciamujer.cepal.org/15/sites/crm15/files/presentations/xv_crm_-_tarcila_rivera_zea_ecmia_-_cuidado_del_planeta.pdf). Acesso em: 07 abr. 2023.

trabalho. Com a atuação da mulher no mercado de trabalho, mudanças significativas se deram com o passar dos anos, dentre eles a mudança do papel social atribuído à mulher.

No entanto, no decorrer do tempo esse cenário foi se transformando para ambos os sexos. Este processo corroborou no cotidiano favorecendo para que não fosse simplesmente uma mudança transitória o encadeamento de inserção da mulher, mas sim um acontecimento social continuado e perseverante (GARCIA e CONFORTO, 2012).

Na Argentina, no início do século XX, foram observadas diferentes experiências que demandavam espaços de atendimento à criança (creches) no local de trabalho, propostas de coletivização do atendimento, lavanderias públicas, entre outras. Algumas dessas reivindicações foram traduzidas em direitos por meio da sanção de diferentes leis e foram registradas em um contexto mais amplo referente aos primeiros avanços na organização sindical e à conquista de direitos pelas classes trabalhadoras no calor das reivindicações promovidas, principalmente, do anarquismo e do socialismo - no marco de importantes ondas migratórias da Europa - e depois retomada e ampliada durante o peronismo<sup>43</sup>.

Nesse sentido, destacam-se as trabalhadoras de domicílios particulares que passaram a se organizar em sindicatos e conseguiram tornar visíveis na agenda pública as fortes diferenças entre o serviço doméstico e os demais empregos, sendo excluídas do exercício da maioria de seus direitos e da Previdência Social<sup>44</sup>.

Por outro lado, observa-se que a construção histórica do ideal de maternidade fortalecida por diferentes políticas estatais, colocou as mães no papel de “cuidadoras naturais”. Essas mulheres trabalhadoras rurais, trabalhadoras, têxteis e donas de casa particulares das décadas de 30 e 40, também se encarregavam de realizar tarefas domésticas e de cuidado em suas famílias. Dessa forma, assumiram o que as acadêmicas feministas chamaram de “dupla jornada de trabalho”, ou seja, trabalho remunerado e trabalho não remunerado dentro de casa.

O cuidado tem sido um campo de intervenção pública atravessada por diferentes olhares e perspectivas políticas, mas também pelas idiosincrasias, tradições e culturas de cada região do país. Durante muitos anos foi exercida por instituições católicas e sociedades de caridade que se dedicavam à proteção de órfãos, doentes e idosos, com forte enfoque na disciplina e no controle social<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Arquivo Geral da Nação Argentina (2022).

<sup>44</sup> Arquivo Geral da Nação Argentina (2022).

<sup>45</sup> Arquivo Geral da Nação Argentina (2022).

Durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, as mulheres apropriaram-se das atividades da família e assumiram uma postura de trabalhadoras no mercado. Com a expansão da indústria, o coletivo feminino se fortaleceu no trabalho fabril, embora a exploração tenha se dado por muitos anos. O trabalho da mulher foi interessante para as fábricas, tendo em vista que essas expunham essa classe a condições insalubres, exigiam uma alta jornada de trabalho e ofertavam baixa remuneração. Diante deste cenário começam a acontecer manifestações operárias, reivindicando principalmente a diminuição da jornada de trabalho (ROMAR, 2018).

Na Argentina peronista, na década de 1940, vivia-se o apelo à permanência dos papéis de homens e mulheres nas famílias. De forma que os homens trabalhassem para que as mulheres e filhas pudessem ficar em casa. Como referência para as mulheres argentinas, Evita Perón era exemplo para as mulheres operárias, pois a mesma ascendeu da classe pobre. Para Perón e Evita, caso a mulher tivesse que trabalhar, que fosse com salários razoáveis e decentes.

Com o advento do peronismo, ocorreu uma mudança de paradigma. O cuidado torna-se um aspecto central no marco de uma nova concepção política que sai da assistência social do paradigma da caridade para assumi-la como um direito pelo Estado. Isso foi possível graças ao amplo trabalho de justiça social realizado pela Fundação Eva Perón. Ou seja, embora o cuidado não tenha sido abordado como hoje, ele foi concebido como uma necessidade humana fundamental que exigia políticas específicas.

No governo Menem (1989 a 1999), na Argentina, iniciaram-se as mobilizações de mulheres por condições de vida e de trabalho mais favoráveis (WEINSTEIN, 2010).

Nos anos 80 Brasil e Argentina passaram por processos de democratização e a causa trabalhista feminina se fortaleceu.

No Brasil, em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A partir dos anos 2000 foi criado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I e II), mobilizando mais de 200 mil mulheres brasileiras, e tiveram como princípios igualdade e o respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social. Em 2002 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, no Governo Lula (LONDERO, 2013).

Na Argentina ações como “a ‘marcha pela vida’, promovida pelas *Madres da Plaza de Mayo*, fortaleceram as ações coletivas das mulheres. Na história social da Argentina, as Mães da Praça de Maio, também representam um cuidado imemorial, desde 1977, em

que as mães foram à casa do governo reclamar seus filhos desaparecidos. Sempre buscaram ser vistas, mesmo diante da opressão e do silenciamento. Foram duas mil marchas em 40 anos<sup>46</sup>. Representa também um povo mobilizado, um povo que vai para rua em busca de direitos. É também um exemplo de luta coletiva que envolve a socialização da maternidade, unida em prol de trinta mil filhos, e não apenas o seu próprio filho<sup>47</sup>. Isso demonstra uma rede que se reconecta com as gerações. Elas se unem a lutas atuais como trabalhos dignos e em prol da memória dos mortos da pandemia de COVID-19.

Desde a década de 1990, as mulheres têm lutado por um órgão maior, que as represente junto ao Estado brasileiro, “com força de formular e programar políticas de proteção às mulheres assim como o monitoramento dos direitos que lhe são próprios” (LONDERO, 2013, p.133). Lutam também pela constitucionalidade dos direitos da mulher.

No processo de democratização na Argentina verifica-se avanços na pauta feminista, com modificações da legislação civil, direito ao divórcio, guarda compartilhada, por exemplo. Em 1992 foi criado o *Consejo Nacional de La Mujer* (CNM), e foi coordenado por Virginia Franganillo. O movimento de mulheres integrou as equipes técnicas da burocracia estatal. Nesse período as mulheres argentinas buscavam intercâmbio com as brasileiras e espanholas. O Conselho tinha como objetivo a propositura, implementação e avaliação de políticas igualitárias de oportunidades para homens e mulheres, com intuito de promover uma transformação sociocultural, com a participação das mulheres na vida social, política, econômica e cultural. Foi responsável pela aprovação da *Ley de Cupo Feminino*, que determinou que pelo menos 30% das listas de candidatura apresentadas pelos partidos nas eleições fossem ocupadas por mulheres (LONDERO, 2013).

Em 2003, o CNM deu início a implementação do *Programa Nacional Mujer, Equidad y Trabajo* com intuito de promover e efetivar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho. O CNM auxiliou na construção de leis contra a violência, ampliação da participação política das mulheres, ações contra a discriminação no emprego, por exemplo (LONDERO, 2013).

Observa-se que a incorporação da mulher no mercado de trabalho é atribuída a determinados episódios que assinalaram a narrativa da humanidade, e transformaram a vida das mulheres. Ao término das grandes Guerras Mundiais, o cenário e a

---

<sup>46</sup> Octubre Editorial. Ministério da Cultura Argentina, Hebe de Bonafim Uma Madre Ver/belada. Outubro de 2022.

<sup>47</sup> Ediciones Madres de Plaza de Mayo. Outubro de 2022.

organização da sociedade mundial passaram por mudanças, tendo em vista que com o retorno dos homens que estavam em batalha, muitos se encontravam impossibilitados de voltar às atividades laborais por questões físicas, psicológicas, resultando assim em uma nova postura das mulheres, uma vez que foram demandadas para um novo universo do trabalho não doméstico (LEONE e BALTAR, 2008). O que se percebe é que este novo lugar social para uma nova concepção de mulher passa a ampliar-se com o passar dos tempos, rompendo com o binômio homem provedor e mulher dona de casa (HIRATA e KEROGAT, 2007).

Há então o surgimento de uma nova era a partir do século XIX e XX, como o surgimento dos movimentos feministas, em que as mulheres, influenciadas pelas mudanças históricas, sociais querem se desvincular do universo doméstico, e abrem mão de estar no papel social apenas de donas de seus lares, mães, esposas, filhas, passando também a ocupar cargos como professoras, enfermeiras, operárias entre outras diferentes profissões, fazendo uso de uma conjuntura que antes era dominada e exclusiva do sexo masculino. Deixa-se assim a figura tradicional do papel social da mulher e dá-se espaço a uma nova organização do ser mulher (DALONSO, 2008).

No século XXI, as novidades na tecnologia, o capitalismo, e a globalização, fomentaram a qualificação das mulheres para o mercado de trabalho. O incessante avanço da atuação da mulher é elucidado por uma conjunção com aspectos de caráter cultural e econômico. Devido a todas essas transformações motivadas pela entrada da mulher no mercado de trabalho, as funções se transformam e a mulher deixa de ser exclusivamente a única responsável por funções referentes ao lar, e ao cuidado dos filhos e essas atividades, passam então a ser realizadas também pelos homens (BORSA e NUNES, 2011). Todavia, o cuidado ainda é marcado por assimetrias de gênero, e a entrada das mulheres no mercado de trabalho gerou o que chamamos de *déficit* de cuidado.

O reconhecimento de que os trabalhos vinculados ao *care* estão no centro do quadro social, principalmente em tempos de pandemia, evidencia que a vulnerabilidade e a interdependência fazem parte da condição humana, e não são noções apenas vinculadas a grupos considerados vulneráveis (TRONTO, 2013; MOLINIER e MATXALEN, 2016; MURRAY, *et al.*, 2017; REDONDO, 2020). Nesse sentido, deve-se reconhecer o cuidado como “*una necesidad y un derecho universal para hombres y mujeres* (QUIROGA DIAZ, 2011, p. 106).

Além disso, deve-se entender que as pessoas se encontram inseridas em circuitos de cuidado, “sejam como provedores, receptores ou ambos. Esses fluxos de interdependência são também mediados por diferenças articuladas a gênero, idade,

classe e raça” (GUIMARÃES, N., et al., 2020). Guimarães, et al. (2020) apresenta três diferentes circuitos de cuidado: o “cuidado como profissão”, o “cuidado como obrigação” e o “cuidado como ajuda”.

De acordo com o CEPAL (2020, p. 2), este tipo de trabalho pressupõe a *“interdependencia entre las personas que reciben los cuidados y las que los proveen (de forma remunerada o no remunerada), y debería entenderse como un derecho (a cuidar, a ser cuidado, a no cuidar y a autocuidarse)”*. O caminho para se estabelecer o cuidado como um direito encontra-se diretamente vinculado a implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero.

A academia também tem estudado as desigualdades nas agendas de cuidado com foco na América Latina, evidenciando as complexidades raciais, os regimes de proteção social e políticas públicas de cuidado, tensões entre mercantilização e ética do cuidado (GUIMARÃES e HIRATA, 2020a, 2020b, 2021, 2023).

O sistema de bem-estar social brasileiro encontra-se pautado em um modelo de cuidados familista, cuja responsabilidade primária é das mulheres. De acordo com Guimarães e Pinheiro (2023), no Brasil, quase 75% do total de postos de trabalho no setor de cuidados é ocupado por mulheres<sup>48</sup>. Ainda muito baseada em serviços de cuidado não são vistos como política universal do Estado, mas como política social para permitir que mulheres pobres possam dedicar-se a um trabalho remunerado, por exemplo. As questões dos cuidados vão ser tratadas pelas próprias famílias, cuidado comunitário informal, organizações sociais, religiosas e filantrópicas (FONTOURA, 2023). O que evidencia a transmissão de responsabilidades entre as gerações de uma família ou entre vizinhos/as e conhecidos/as de uma rede de sociabilidade no âmbito comunitário e territorial (DROTBOHM, 2022).

No Brasil, por exemplo, de acordo com Índice de Necessidade de Creche (INC), desenvolvido com o objetivo de melhor orientar as políticas públicas e mapear as necessidades de atendimento das crianças em creches no país, em 2018, 40,6% das crianças de até 3 anos estavam em grupos vulneráveis que mais precisavam das vagas. Em 2019, a porcentagem passou para 42,4%. Para 2020, a projeção é que o índice chegue a 42,6%. Isso significa que, das 11,8 milhões de crianças brasileiras com até 3 anos de idade, quase 5 milhões precisam de atendimento em creche<sup>49</sup>. Essa necessidade afeta

---

<sup>48</sup> GUIMARÃES, Nadya e PINHEIRO, Luana. O halo do cuidado: desafios para medir o trabalho remunerado de cuidados no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia e PINHEIRO, Luana. Caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Brasília: Ipea, 2023.

<sup>49</sup> O Brasil deve, por lei, atender a pelo menos 50% das crianças de até 3 anos de idade em creches até 2024. A meta está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014. Segundo os últimos



principalmente as crianças mais pobres, e aumentou com a pandemia, uma vez que com a crise econômica da pandemia muitas crianças saíram da rede privada e vão buscar vagas na rede pública<sup>50</sup>.

A presença do Estado em relação ao cuidado envolve várias esferas (saúde, trabalho, educação, assistência social), em seus diversos níveis de intervenção (BORGEAUD-GARCIANDÍA, 2022). Na Argentina o Estado está mais ausente no que tange ao cuidado institucional com as crianças e pessoas mais idosas, o que culminou com o nascimento de organizações comunitárias (TUÑÓN, 2019).

Os estudos sobre cuidados se desenvolveram a partir das transformações familiares das últimas décadas, pelas mudanças de governo e interesse em discutir temáticas de gênero e sexualidade, impulsionados pelas ações dos movimentos feministas. As pautas também alcançaram a agenda pública. O tema cuidados também alcançou uma agenda regional, por exemplo,

*Las Conferencias Regionales de la Mujer de América Latina y el Caribe de la CEPAL han representado instancias decisivas en el desarrollo de la reflexión, la promoción y la inclusión del cuidado en las agendas regionales y nacionales, desde su surgimiento en el Consenso de Quito en 2007 hasta la centralidad alcanzada en las agendas más recientes (como la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible o la Estrategia de Montevideo 2016), que hacen del cuidado una prioridad para los Estados (BORGEAUD-GARCIANDÍA, 2022, p. 34).*

A Assembleia Geral da OEA aprovou em 2015 a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, que incorpora explicitamente, e pela primeira vez em um instrumento de direitos, o direito ao cuidado, responsabilizando os Estados pelo seu cumprimento, o que se potencializa como uma ferramenta política transformadora das realidades locais (PAUTASSI, 2018). Assim, tanto organizações acadêmicas como organizações internacionais passaram a construir diagnósticos e análises tendo como bases os atravessamentos do cuidado.

A Argentina também apresenta um regime de cuidados de caráter familista, de modo que são as famílias, e dentro famílias são mulheres, que continuam a sustentar mais a responsabilidade do cuidado com seu trabalho não remunerado, fortemente invisível e naturalizado. As disparidades territoriais e institucionais (nacionais, provinciais, municipais) têm um impacto forte e diferencial no acesso da população aos

---

dados disponíveis, de 2019, 37% das crianças nesta faixa etária estavam matriculadas. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/> Acesso em 08 abr. 2023.

<sup>50</sup> Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>. Acesso em; 08 abr. 2023.

diferentes serviços sociais e políticas sociais, traduzindo-se em fenômenos de fragmentação e sobreposição de intervenções públicas, e em fortes desigualdades consoante o espaço de residência e a situação socioeconômica dos habitantes (BORGEAUD-GARCIANDÍA, 2022).

Por exemplo, em termos gerais a assistência educacional para crianças pequenas varia no território<sup>51</sup>, sendo que na maior parte dos casos o tempo na instituição varia de 3 a 4 horas, e para crianças até 4 anos a cobertura privada é de 56%, o que gera situações de quem pode pagar pelo serviço e quem terá que recorrer ao cuidado familiar ou comunitário. Os serviços comunitários são imprescindíveis e completamente funcional ao Estado, mas ainda falta investimento em remuneração e proteção social. Além disso, torna-se necessário questionar a qualidade dos serviços públicos, a incompatibilidade com o horário de trabalho.

Atualmente, tem um novo governo interessado em pensar o Estado como política de Estado, como isso se criou o *Ministerio de Mujeres, Géneros y Diversidad* e diretorias ministeriais direcionadas ao tema dos cuidados.

Em parceria com a CEPAL o Ministério publicou em novembro de 2022 o *Mapa Federal del Cuidado*. O mapa é um portal *web* interativo que permite ao cidadão localizar em todo o território nacional a oferta de espaços e serviços de atendimento à primeira infância, idosos e pessoas com deficiência, bem como espaços de formação profissional para trabalhadores do setor. Por sua vez, o mapa permite integrar essas informações com estimativas de demanda de atendimento e, assim, identificar áreas críticas e sua localização. Nesse sentido, fornece ao Estado nacional e aos governos locais uma ferramenta fundamental para a definição, monitoramento e avaliação de políticas públicas de atenção com base em informações empíricas.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apoiou grande parte do processo de construção do Mapa. Este documento reúne os principais resultados desse processo, as abordagens conceituais aplicadas e as inovações realizadas (em tecnologia da informação e metodologia, entre outras), bem como os usos da ferramenta<sup>52</sup>.

Avançou na organização de uma Mesa Interministerial de Cuidados, que reúne diversos ministérios e órgãos em busca de "gerar políticas públicas que reconhecer o cuidado como uma necessidade, um trabalho e um direito". Esse avanço para se

---

<sup>51</sup> Por ejemplo, para los niños de 4 años, la cobertura promedio roza el 70%, pero existe una brecha entre la cobertura de la CABA (91%) o la de la provincia de Buenos Aires (80%) y las de otras provincias del Norte argentino, como Chaco (43,5%) o Jujuy (62%) (BORGEAUD-GARCIANDÍA, 2022, p. 43).

<sup>52</sup> Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/48384>. Acesso em: 07 abr.2022.

construir uma política nacional de cuidados diferenciou ambos os países no que tange a atuação durante a pandemia de COVID-19.

Observe o panorama de políticas públicas desenvolvidas pelo Brasil e Argentina durante a pandemia, e que estão diretas ou indiretamente atreladas a diminuição das desigualdades de gênero:

Quadro 3 – Panorama de políticas públicas desenvolvidas pelo Brasil e Argentina durante a pandemia

MEDIDAS DO ESTADO	BRASIL	ARGENTINA
<p><b>Medidas de proteção aos vulneráveis (incluindo os migrantes)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auxílio Emergencial de R\$600 por três meses, inclui mulheres em situação de vulnerabilidade e migrantes</li> <li>- Nas hipóteses em que a família é sustentada somente por uma mulher, a trabalhadora tem direito a R\$ 1.200,00 a título de auxílio.</li> <li>- Novas regras ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto presidencial nº320 - no artigo 2º, a suspensão de ações de despejo por falta de pagamento;</li> <li>- Benefício Ingreso Familiar de Emergencia (IFE), 10 mil pesos, para trabalhadores informais e de casas particulares, motoristas de transportes sociais e motoristas das categorias A e B, prioridade do recebimento para trabalhadora mulher (agrega imigrantes com mais de 2 anos de residência), alcanzó a cubrir a 8,8 millones de personas</li> <li>- Beneficio Asignación Universal por Hijo (AUH) –agrega imigrantes com mais de 3 anos de residência</li> <li>- Programa Registradas</li> <li>- Implantação e fortalecimento do Cartão Alimentação, voltado para famílias com filhos menores de 6 anos ou pessoas com deficiência, 1,5 milhão de portadores (2,8 milhões de bebês)</li> </ul>

Quadro 3 – Panorama de políticas públicas desenvolvidas pelo Brasil e Argentina durante a pandemia (continuação)

<p><b>Medidas para trabalhadores registrados</b></p>	<p>- Editada, no dia 1º de abril de 2020, a MP 963/20, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, possibilitando ao empregador a suspensão do contrato de trabalho ou a redução salarial e da jornada laboral durante o período máximo de 90 dias</p> <p>- Benefício Emergencial aos trabalhadores atingidos pela MP 936/20</p> <p>- - Lei 14.442, de 2022 regulamenta o teletrabalho</p>	<p>- Programa de Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción (ATP)</p> <p>- Sanção da lei argentina de teletrabalho</p>
<p><b>Programas, projetos e campanhas desenvolvidos durante a pandemia de COVID 19</b></p>	<p>Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Cuidados à Ansiedade e Depressão</p> <p>Projeto Teleconsulta</p> <p>Linha Vida</p>	<p>- Campanha Nacional "Cuidar en Igualdad"</p> <p>Reconhecer o cuidado como uma necessidade, um direito e um trabalho.</p>
<p><b>Incentivo para micro e pequenas empresas</b></p>	<p>- Pronampe surgiu em 2020 para ajudar micro e pequenas empresas em dificuldades em razão dos impactos econômicos da pandemia de Covid-19.</p>	<p>- Linha para a produção de bens essenciais, financiamento para equipamentos tecnológicos para teletrabalho, empréstimos para infra-estruturas de parques industriais, o relançamento da linha hipoteca PROCREAR para a reabilitação e construção de habitação, o relançamento do programa Ahora 12 para compras com cartão de crédito com juros menores que o mercado, linhas de financiamento para construção ou reforma de casas en el marco del programa "Argentina Construye" y la línea de financiamiento MiPyMEs Plus orientada a micro y pequeñas empresas con garantías del Fondo de Garantías Argentino</p>

Quadro 3 – Panorama de políticas públicas desenvolvidas pelo Brasil e Argentina durante a pandemia (conclusão)

<b>Investimento em saúde</b>	- Cada Estado e Municípios elaboração leis próprias de enfrentamento à COVID-19	- Implementou o programa comunitário de emergência El Barrio Cuida al Barrio. Este buscou acompanhar a aplicação do programa Detect nos bairros, juntamente com outras políticas de assistência e contenção social, por meio de uma gestão articulada com prefeituras, centros educativos públicos e organizações de bairro como base solidária de atendimento comunitário.
<b>Investimento em infraestrutura</b>	- BNDES juntamente com Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da América Latina, FONPLATA – Banco de Desenvolvimento, tem discutido projetos de investimento em infraestrutura pós-pandemia <sup>53</sup> . Não foram feitos investimentos específicos em economia popular e solidária.	- Programa Potenciar Trabalho, voltado para a realização de atividades laborais em cinco ramos de atividade –ligados à produção de alimentos, atividade construtiva, economia do cuidado, atividades de reciclagem e confecção de roupas– e a instalação de um programa específico, o Cadastro Nacional de Trabalhadores da Família Popular Economia (ReNaTEP), para incorporar, conceder reconhecimento institucional e canalizar o acesso a direitos, recursos e meios de produção para os trabalhadores da economia popular.
<b>Programas e campanhas com perspectiva de gênero</b>	- Campanha Nacional contra Violência Doméstica, com divulgação de canais de atendimento <sup>54</sup>	<p>- O El Barrio Cuida al Barrio é um Programa com medidas de resposta e orientação a situações de violência de gênero e familiar intensificadas no contexto de afastamento em lares</p> <p>- Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais</p> <p>- Criou a Diretoria Interministerial de Políticas Assistenciais, que articula ações desde o início da pandemia entre 14 órgãos do Poder Executivo Nacional</p> <p>- Alterou o artigo 179 da Lei de Contrato de Trabalho que garante, nos estabelecimentos que trabalham 100 pessoas ou mais, creches para crianças de 45 dias a 3 anos</p> <p>- Foi apresentado um projeto de lei intitulado <i>Cuidar em Igualdad</i></p>

Fonte: Site do Governo da Argentina e Brasil. Elaboração autoral.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Como-o-investimento-em-infraestrutura-pode-ajudar-na-retomada-da-economia/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/governo-federal-lanca-campanha-contra-violencia-domestica>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Apesar da aparente aproximação quanto aos investimentos em políticas públicas de enfrentamento à crise de COVID – 19, o Brasil viveu momentos complexos quando o presidente além de subestimar a crise, também desaprovou as medidas de distanciamento social defendidas pelo Ministério da Saúde e adotadas por governos estaduais e municipais. Com a ausência de uma política nacional coordenada, estados e municípios lideraram as ações para conter a transmissão do vírus. A combinação entre falta de coordenação e instabilidade política reduziu a curta vantagem que o Brasil ainda tinha para se preparar e controlar a escalada de casos<sup>55</sup>.

Houve desinformação quanto aos modos de prevenção e vacinação o que levou ao número de 700.556 óbitos<sup>56</sup>, sendo que as mulheres negras morreram mais de COVID-19 do que os outros grupos (mulheres brancas, homens brancos e negros) na base do mercado de trabalho, independentemente da ocupação. O que reafirma a necropolítica do Estado e a falta de investimento estrutural em uma política de cuidados que as possibilite se cuidar trabalhar, serem cuidadas e viver<sup>57</sup>.

As medidas de proteção à renda e emprego classificados no eixo de mitigação, por exemplo, são essenciais para a maior adesão ao distanciamento social, mas não foram implementadas há tempo de compensar as famílias pela perda de renda. Esse fator, somado à falta de orientação, dificulta a participação ativa da população no enfrentamento da doença. Nesse contexto, uma das principais peculiaridades das respostas políticas à Covid-19 no Brasil é que, apesar de elevado número, as medidas implementadas pelo Governo Federal não dão conta da diversidade das respostas e da própria evolução da doença. Qualquer análise da realidade do enfrentamento da Covid-19 no país deve considerar também as respostas estaduais e municipais<sup>58</sup>.

De acordo com Informe da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, as medidas do governo não impediram que o país voltasse para o Mapa da Fome. A pandemia acirrou um processo de retração econômica e aumento da desigualdade social e de piora das condições sociais e impactou o acesso aos alimentos, impactando por sua vez as famílias de maneira direta. Em 2022, foi publicado o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2º VIGISAN), que revela que 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer no país. São 14 milhões de

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://observatoriohospitalar.fiocruz.br/conteudo-interno/estrategia-brasileira-de-combate-covid-19-como-o-vacu-de-lideranca-minimiza-os>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>56</sup> Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>57</sup> Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>58</sup> Disponível em: <https://observatoriohospitalar.fiocruz.br/conteudo-interno/estrategia-brasileira-de-combate-covid-19-como-o-vacu-de-lideranca-minimiza-os>. Acesso em: 08 abr. 2023.

novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano, sendo que mulheres e crianças negras são as mais afetadas. Apesar disso, o que se viu foi um processo de implementação de medidas de austeridade fiscal e de retração de gastos com políticas sociais e de saúde durante o governo de Jair Bolsonaro<sup>59</sup>.

Apesar de medidas para a manutenção do emprego e renda, de acordo com a Central Única dos Trabalhadores, - CUT, no auge da pandemia, em 2020, as empresas brasileiras demitiram 825,3 mil trabalhadores formais. Deste total 593,6 mil postos de trabalho eram ocupados por mulheres. Ou seja, dos postos fechados, 71,9% eram ocupados por trabalhadoras, muitas delas mães solo, chefes de família. Mesmo com a campanha nacional contra a violência contra as mulheres, os números de casos de violência aumentaram durante a pandemia<sup>60</sup>.

Mesmo levando-se em conta as diferenças territoriais e populacionais entre Brasil (8.516.000 km<sup>2</sup> e 210. 147.125 habitantes) e Argentina (2.780.000 km<sup>2</sup> e 45.808.747 habitantes), tendo em vista as dificuldades de se implementar políticas emergenciais em um país tão grande e diverso como o Brasil, mesmo assim é preciso comparar a atuação política e a cartela de ações realizadas pelo país vizinho no enfrentamento à COVID-19.

A Argentina, governada pelo presidente Alberto Fernández, da Frente para Todos, executou ações mais coordenadas de prevenção e enfrentamento à COVID-19, decretou rapidamente a quarentena obrigatória, além de oferecer respostas nos níveis econômico e social para enfrentar a pandemia. Investiu em auxílios para evitar o aprofundamento da fome e da miséria em um país afetado pela recessão econômica, bem como medidas de proteção ao trabalho e aos trabalhadores, além do investimento na produção de suprimentos de saúde e uma política de congelamento de preços de itens básicos para o enfrentamento à pandemia.

Além disso, suspendeu cortes de energia elétrica, água, gás encanado, telefone fixo, móvel e internet por falta de pagamento. O país também proibiu demissões e suspensão ou diminuição de contratos por 60 dias. Criou um fundo para espaços culturais, setor da cultura, junto com o do turismo, um dos mais afetados com a

---

<sup>59</sup> Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/secoes/noticia/45092/53223>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>60</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/violencia-contra-mulheres-cresce-em-20-das-cidades-durante-pandemia>. Acesso em: 8 abr. 2023.

quarentena obrigatória, com pagamento de subsídios de até 30 milhões de pesos<sup>61</sup>. O país teve 130.472 óbitos por COVID-19<sup>62</sup>.

O país também enfrentou o aumento da violência doméstica com a criação de um plano nacional contra aumento da violência doméstica na pandemia<sup>63</sup>. A diferença de desemprego entre os gêneros quadruplicou, de 2 pontos percentuais antes da pandemia para 8 pontos percentuais<sup>64</sup>. Para enfrentar a violência de gênero a Argentina desenvolveu programas descentralizados como *El Barrio Cuida al Barrio* que executou medidas de resposta e orientação a situações de violência de gênero e familiar intensificadas no contexto de afastamento em lares.

A Argentina investiu em políticas públicas específicas de gênero, implementou em 2021 o Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais que permitirá a aposentadoria de 155 mil mulheres que saíram do mercado de trabalho para se dedicarem ao cuidado dos filhos. Enquadram-se no programa mulheres com 60 anos de idade ou mais que não completaram os trinta anos de atuação no mercado necessários para se aposentar<sup>65</sup>.

O Programa permitiu somar: um ano de aporte por cada filho, como regra geral; dois anos por filho, em caso de adoção de uma criança ou adolescente menor de idade; dois anos se se tratar de um filho com deficiência; três anos caso tenha recebido a AUH (Benefício Universal por filho, da sigla em inglês) por 12 meses, consecutivos ou não. O benefício mensal é direcionado a pais ou responsáveis desempregados ou que tenham baixa renda; além disso, também incluiu o direito as trabalhadoras com carteira assinada a recorrerem à licença-maternidade, incorporando o período em que estiveram afastadas à contagem como tempo de serviço<sup>66</sup>.

A Argentina começa a construir um marco institucional capaz de reduzir e redistribuir e o trabalho de cuidados não remunerado. Alterou o artigo 179 da Lei de Contrato de Trabalho que garante, nos estabelecimentos que trabalham 100 pessoas ou

---

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/20/como-a-argentina-esta-enfrentando-o-coronavirus>. Acesso em: 08. abr. 2023.

<sup>62</sup> Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/otros/coronavirus/argentina>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/com-aumento-da-violencias-domestica-na-pandemia-argentina-lanca-plano-nacional>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.bloomberglinea.com.br/2021/08/31/mulheres-argentinas-ficam-para-tras-na-recuperacao-pos-pandemia/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>65</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/21/argentina-considera-cuidado-materno-como-trabalho-e-garante-aposentadoria-a-155-mil-mulheres>. Acesso em: 09 abr. 2023.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/246989/20210719>. Acesso em: 08 abr. 2023.



mais, creches para crianças de 45 dias a 3 anos, que estejam a cargo dos empregados (homens ou mulheres) durante a jornada laboral.

Em relação aos migrantes no Brasil, a grande questão é que o auxílio emergencial deve ser requerido por meio de aparelho celular ou computador com acesso à internet. Além das barreiras linguísticas para preenchimento do formulário padrão, há o problema de que muitos imigrantes não possuem acesso à internet e meio eletrônicos. Aqueles cidadãos que possuem o cadastro único (cadastro feito para populações em extrema pobreza e vulnerabilidade) não precisam preencher o formulário eletrônico mencionado (MELO, BASTOS, *et al.*, 2020).

Mesmo com o Auxílio disponibilizado, é importante ressaltar que para a formulação das medidas adotadas, ocorreu pouca ou nenhuma participação da sociedade civil organizada. Embora tenham sido desconsideradas todas as organizações sociais, note-se que é nas ações da sociedade civil que muitos indivíduos hiper vulneráveis encontram apoio e possibilidade de continuar vivendo e sobrevivendo (MARTINI, MOTA, *et al.*, 2020).

No que tange ao benefício para empregados formalizados, a MP 936/20 possibilitou ter como base de cálculo o valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito e deverá observar o percentual de redução de jornada e salário, que poderá ser de 25%, 50%, ou 70%. Logo, se a redução de jornada e salário for de 25%, o beneficiário terá direito ao Benefício Emergencial de 25% do valor mensal do seguro-desemprego a que teria direito. Em casos de suspensão do contrato de trabalho, o benefício emergencial equivalerá a 100% do valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, salvo na hipótese de a empresa ter tido receita bruta maior que R\$ 4.800.000,00 no ano de 2019, ficando, assim, obrigada a fornecer uma ajuda compensatória mensal de 30% do salário do empregado, quando o benefício equivalerá a 70% do seguro-desemprego (MARTINI, MOTA, *et al.*, 2020).

Isso incluiu os aposentados, pensionistas e segurados que gozam de algum auxílio previdenciário foram contemplados pela MP 936/2020: a concessão do 13º salário de mais de 30 milhões de beneficiários do INSS foi antecipada, mediante disponibilização de duas parcelas nos meses de abril e maio do corrente ano (MARTINI, MOTA, *et al.*, 2020).

Na Argentina, a situação é que o benefício emergencial não abarca imigrantes com menos de dois anos de moradia no país. Quanto ao direito ao benefício, também só pode receber imigrantes com três anos de moradia, o que agrava a situação de

vulnerabilidade dos que chegaram recente ao país em busca de melhores oportunidades de vida. (MELO, BASTOS, *et al.*, 2020).

Na Argentina o benefício emergencial foi prorrogado de maio a junho, sendo o valor de 10 mil pesos – o equivalente a R\$ 800,00. Estima-se que mais de 3,6 milhões de chefes de famílias foram beneficiados pelo IFE, o que corresponde a cerca de 8% da população argentina<sup>67</sup> (MARTINI, MOTA, *et al.*, 2020).

Como no Brasil, para empregados formais do setor privado e aos contribuintes individuais e autônomos foi estabelecido *Programa de Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción* (ATP). O Programa foi organizado de forma a beneficiar mais os vulneráveis e as pequenas e médias empresas. Segue a seguinte organização de acordo com o Quadro abaixo:

Quadro 4 - Programa de Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción (ATP)

Nas situações em que o empregado auferir menos de um Salário Mínimo Vital y Móvil (SMVM), o Estado cobre a sua totalidade. Nesse grupo, encontram-se aproximadamente 15% dos beneficiários do ATP;
Nas situações em que o empregado auferir entre um e dois SMVM, o Estado oferta o valor de um SMVM. Nesse grupo, encontram-se aproximadamente de 28% dos beneficiários do ATP;
Nas situações em que o empregado auferir entre dois e quatro SMVM, o Estado custeia exatamente 50% do seu salário. Nesse grupo, encontram-se cerca de 42% dos beneficiários do ATP
Nas situações em que o empregado auferir mais de quatro SMVM, o Estado cobre um valor que corresponde a, no máximo, dois SMVM. Nesse grupo, encontram-se aproximadamente 15% dos beneficiários do ATP.
A empresa deve Realizar atividades econômicas afetadas de forma crítica, ou ter uma quantidade relevante de empregados contagiados pelo COVID-19, em isolamento obrigatório, ou com dispensa laboral por estar no grupo de risco;
O faturamento da empresa entre 12 de março e 12 de abril do corrente ano não ter crescido mais de 5% em comparação ao mesmo período de 2019.

Fonte: Programa de Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción (ATP). Argentina: Gobierno Nacional, 2020. Elaboração autoral.

<sup>67</sup> SOCIAL, *Administración Nacional de la Seguridad. Ingreso Familiar de Emergencia*. Argentina: Gobierno Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.anses.gob.ar/ingresofamiliar-de-emergencia>. Acesso em: 18 maio 2022.

No Brasil, foi criado em 2020 o PRONAMPE, uma Linha de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) para auxiliar no desenvolvimento e fortalecimento do seu negócio<sup>68</sup>.

Abaixo o quadro com informações do público-alvo e condições do PRONAMPE:

Quadro 5 – Informações do público-alvo e condições do PRONAMPE

<b>Público-alvo</b> MEI – Receita Bruta igual ou inferior a R\$ 81 mil. Microempresa – Receita Bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil. Empresa de Pequeno Porte – Receita Bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.
<b>Condições</b> Para ter acesso ao crédito, é necessário compartilhar os dados de faturamento da sua empresa dentro do site da Receita Federal.
<b>Prazo</b> Prazo total de 48 meses, sendo 11 de carência e 37 para pagamento.
<b>Taxa</b> Taxa de juros anual máxima correspondente à taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), acrescida de 6% a.a.
<b>Limite de contratação</b> Até 30% do faturamento anual informado pela Receita Federal, limitado a R\$ 150 mil por CNPJ, conforme capacidade de pagamento.
<b>Pós- contratação</b> Os clientes que contrataram PRONAMPE CAIXA ou Microcrédito PRONAMPE podem solicitar a segunda via dos boletos das prestações ou realizar amortizações antecipadas e liquidação nas agências da CAIXA.

Fonte: Site da CAIXA. Elaboração autoral.

Além desses programas vinculados a área econômica, outros foram pensados a fim de se construir uma política de cuidados no país, foi apresentado um projeto de lei intitulado *Cuidar em Igualdad*, que visa redistribuir os cuidados a nível nacional, ampliando a oferta e infraestrutura dos mesmos, profissionalizar as diversas tarefas de cuidado e regularizar a situação das pessoas que já a exercem. Um dos pontos da lei é a ampliação da licença maternidade para 126 dias para as pessoas gestantes e 90 dias para as não gestantes.

<sup>68</sup> Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/capital-de-giro/pronampe/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 10 abr. 2023.

O que se observa ao olhar para os países da América Latina, como Uruguai, Chile e atualmente a Argentina, é um esforço para se construir um sistema integrado de cuidados. A criação de um Plano Nacional de Cuidados envolve ações integradas e intersetoriais de promoção de bem-estar (PASSOS e GUEDES, 2018; PASSOS, MACHADO, *et al.*, 2021). Deve-se levar em conta a diversidade de famílias e arranjos familiares, o Estado tem papel importante na redução das desigualdades entre as famílias brasileiras (CAMARANO e FERNANDES, 2023).

É importante destacar que o fenômeno pandêmico trouxe à tona reflexões que remontaram ao surgimento de um novo paradigma do cuidado como um direito universal, exigindo a criação e articulação de prestações para sua garantia progressiva dentro dos países, “*con implicancias sustantivas en la institucionalidad de las políticas de cuidado, la definición del rol del Estado y la instalación de una lógica de corresponsabilidad social*” (CEPAL, 2020, p. 2).

Nesse momento, a problematização que se coloca é se podemos falar ou não do surgimento desse novo paradigma? Pois, o mesmo traria como pressuposto uma renegociação para avançar na corresponsabilidade entre homens e mulheres, o que querer “*formular políticas culturales, de uso del tiempo y económicas que apoyen un cambio de comportamiento y una redefinición de roles*” (CEPAL, 2020, p. 2).

Isso requer pensar cuidados e políticas públicas como intersecções entre práticas sociais de cuidado e política social, dentro de processo de desnaturalização da responsabilização das mulheres como principal responsável pelo bem-estar no cotidiano, isso também envolve a responsabilização estatal (PAUTASSI, 2011; RICO, 2011; ESQUIVEL, FAUR e JELIN, 2012). Também requer trabalhar em prol da desfamiliarização parcial do cuidado, construindo-o como uma questão política (TRONTO, 2009), o que implica a corresponsabilização do Estado pelo cuidado através da garantia de direitos e políticas públicas efetivas (MORENO, 2020), levando-se em conta a transversalidade de gênero para a construção dessas políticas (MARCONDES, 2020).

Os sistemas de proteção social devem ser pensados a partir de uma transversalidade de gênero<sup>69</sup>, sendo o cuidado reconhecido como um problema público, incluindo também as necessidades de quem cuida. O que envolve licenças remuneradas, benefícios previdenciários e assistenciais, transferências de renda (REPETTO, BONARI e DÍAZ LANGOU, 2013), políticas intersetoriais de educação, saúde

---

<sup>69</sup> O que envolve planos de ações conjuntas, instâncias de coordenação da ação governamental em prol da igualdade de gênero (MORENO, 2020).

e assistência social (BATTHYÁNY, 2015), políticas de planejamento e orçamento (ESQUIVEL, 2012).

O olhar propiciado pelas teorias feministas aguça uma leitura crítica sobre posições normativas que moldam tais políticas emergentes e questiona em que medida é possível ir além da provisão de acesso a serviços para dependentes a fim de promover mudanças culturais, sobre a divisão sexual do trabalho, apoiadas em modelos assentados na solidariedade e corresponsabilidade (SORJ, 2021).

# O cuidado pensado a partir de uma perspectiva interseccional

Ao refletir cuidado e gênero, torna-se fundamental compreendê-lo em uma perspectiva interseccional, entendido como sistema de opressão interligado que circunda vida de mulheres negras (AKOTIRENE, 2019) e isso requer o reconhecimento de que o cuidado também deve ser estudado a partir das categorias de classe e raça (HILL COLLINS, 2015; HIRATA, 2022). Logo, torna-se fundamental compreender como a pandemia evidencia a vida extrema ou crise contínua do cuidado vivenciada pelas mulheres negras, principalmente as periféricas, no país (ARAÚJO e CHAGAS, 2019).

É preciso se ater a reprodução das desigualdades que é operacionalizada pelo cruzamento e convergência de marcadores sobretudo de gênero, raça e classe, analisando conjuntamente as dominações advindas dessas categorias, evitando assim as suas reproduções no contexto social (KERGOAT, 2012). Esse processo de descentralização é importante para se discutir os múltiplos pressupostos das desigualdades de gênero (QUIROGA DIAZ, 2011). Dois campos de estudos importantes para se evidenciar as desigualdades sociais, de classe e raça estão vinculados ao trabalho doméstico interno e também os fluxos migratórios vinculados a ele.

No que tange ao trabalho doméstico, exercido por mulheres de baixa escolaridade e pouca proteção social, a pandemia de COVID-19 também trouxe modificações, as mulheres que trabalham com esse tipo de serviço integram um dos principais grupos afetados pela crise sanitária. Na América Latina e Caribe, entre 115 e 186 milhões de pessoas se dedicam ao trabalho doméstico remunerado, sendo 93% são mulheres. De acordo com a OIT, os países com maior proporção de mulheres empregadas no serviço doméstico são Paraguai, Argentina e Brasil<sup>70</sup>.

De acordo com Informativo da ONU Mulheres e CEPAL (2020, p. 4)<sup>71</sup>:

O trabalho doméstico não remunerado e remunerado é central para a “sustentabilidade da vida humana” e para o funcionamento dos lares, da

---

<sup>70</sup> Disponível em: OIT (2019) Panorama Laboral 2019. Escritório Regional para América Latina e Caribe da OIT. Lima.

<sup>71</sup> Disponível em:

[https://oig.cepal.org/sites/default/files/pt-trabajadoras\\_del\\_hogar\\_portugues-.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/pt-trabajadoras_del_hogar_portugues-.pdf). Acesso: 20 jan. 2023.

economia e da sociedade como um todo. Tradicionalmente esse trabalho recaiu sobre a mão das mulheres, as quais a sociedade responsabiliza com a missão de zelar pelas tarefas domésticas e pelo cuidado de todas as pessoas, abdicando muitas vezes de seus projetos pessoais, entre eles a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho.

Muitas mulheres acessam esse tipo de trabalho em razão da pouca escolaridade ou acesso à formação profissional, sendo que grande parte são migrantes que buscam suprir em outros países a “crise de cuidados”. As mesmas integram as “cadeias globais de cuidado”, fenômeno global e regional que reflete movimentos de zonas mais pobres às cidades ou países com maiores níveis de ingressos (ONU, 2020). O *déficit* do cuidado recai majoritariamente sobre as mulheres negras (TEIXEIRA, 2020). No Brasil, de acordo com dados do PNAD de 2013 e 2016, o trabalho doméstico não remunerado equivalia cerca de 10% do PIB, sendo 83% realizado pelas mulheres<sup>72</sup>.

Brasil (fluxo Haiti e Síria) e Argentina (fluxo bolivianos, paraguaios e peruanos) além de vizinhos, possuem pontos de fluxos migratórios semelhantes; os imigrantes residentes em terras brasileiras e argentinas são, em grande parte, trabalhadores informais ou de serviços considerados não essenciais em um contexto pandêmico; ambos os países vivem políticas necessárias de distanciamento, isolamento e quarentena sociais para diminuir a expansão do vírus, e tais medidas afetaram a economia e, conseqüentemente, os trabalhadores (MELO, BASTOS, *et al.*, 2020).

Em tempos de crise, o confinamento implicou também no fato de que muitas trabalhadoras domésticas se viram persuadidas/pressionadas a pernoitar em seus locais de trabalho, mantendo-se afastadas de suas famílias e sendo privadas de descanso adequado, ou quando tinham que voltar para a casa, estavam expostas ao vírus nos transportes públicos. Sindicatos denunciaram rescisão de contratos e redução salarial durante a pandemia (ONU, 2020). De acordo com a OIT, 70,4% das trabalhadoras domésticas vêm sendo afetadas pelas medidas de quarentena<sup>73</sup>, situação que carece de intervenção dos governos locais.

## A mulher negra e sua relação histórica com o cuidado

É preciso ter em mente que “não é de maneira isolada que as categorias de gênero, raça e classe existem na vida dessas mulheres, mas definindo as suas relações cotidianas mais profundamente envolvidas em estruturas anteriores aos seus próprios

---

<sup>72</sup> Disponível em: <https://www.institutolula.org/as-19h-lancamento-do-boletim-sobre-politicas-de-cuidado>. Acesso em: 4 abr. 2023.

<sup>73</sup> Disponível em: ILO (2020) *Impact of lockdown measures on the informal economy*.

nascimentos” (VIEIRA, 2014, p. 132). É fundamental compreender o cuidado como uma questão racial fundante das relações sociais no Brasil, marcado por uma história escravocrata. De acordo com Vieira,

A mulher negra ainda está socialmente localizada em trabalhos de servidão, a própria condição de trabalhadora doméstica que se vive maquiada como livre-contratante é uma falácia, pois envolve uma falsa ideia de liberdade que esconde o aprisionamento de determinado corpo em um espaço objetivo de construção subjetiva (VIEIRA, 2014, p. 132).

A mulher negra apresentou-se como fundamental na estruturação social e divisão hierárquica das escravizadas, foi na casa grande, esfera privada de sociabilização, que as escravizadas foram indispensáveis para a estrutura organizacional interna do sistema patriarcal e este processo que garantiu o funcionamento da casa grande (PEREIRA, 2001).

As mulheres negras em toda a Diáspora Africana tiveram um papel – social, cultural, político e emocional – fundamental na construção da sobrevivência de pessoas negras aos atos de violência estrutural e contínua. Mulheres negras que resistiram à escravidão em África ou no Brasil e que criaram estratégias antilinchamento nos Estados Unidos e em diversos países em que ocorreu e ainda ocorre o genocídio da população negra: elas continuam nos ensinando. A importância dos pensamentos e a participação dessas mulheres nas estratégias políticas de garantia da vida de seus entes queridos e de suas comunidades, ou no clamor por justiça, faz-se potência até quando a morte tenta interrompê-las (ARAÚJO, SILVA, QUIRINO, *et al.*, 2018).

Às mulheres negras, em particular, foi deixada a gestão do cuidado, do trabalho doméstico e, ainda, do trabalho de rua, enquanto lavadeiras, vendeiras etc. (ALGRANTI, 1997; PEREIRA, 2011). A mulher negra tem sua trajetória marcado pelo não-direito e não-cuidado. O trabalho doméstico é uma marca da cultura do privilégio, que separa quem pode e quem não pode delegar as tarefas de cuidado, refletindo assim a essência do capitalismo racial (GILMORE, 2007).

É preciso rememorar que o trabalho doméstico após a escravidão assumiu formas variadas como lavadeiras, cozinheiras, babas, amas de leite, mucamas, e as relações de trabalho se davam em troca de casa e comida, ou também prestações de serviços diárias ou mensais, com características informais, pautadas em laços de favor ou compadrio



(PEREIRA, 2001)<sup>74</sup>. Segundo Sueli Carneiro, a mulher negra continua a ser explorada pela elite branca e discriminada por sua identidade negra, assim,

Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. [...] Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. [...] Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”.

Devido à extrema pobreza, as meninas negras ingressam muito cedo no mercado de trabalho, sendo exploradas pela sociedade, que sabendo da sua condição financeira, oprime e humilha. Como é possível verificar nas pesquisas, para as mulheres negras o mercado reserva as posições menos qualificadas, os piores salários, a informalidade e o desrespeito<sup>75</sup> (ARAÚJO e SANTOS, 2019b; PINHEIRO, 2019, 2021). Soma-se a isso o histórico de desigualdades para que as mesmas pudessem ter os mesmos direitos que outros trabalhadores<sup>76</sup>.

Para Lélia Gonzalez o racismo e o sexismo estão na base da sociedade brasileira, impactando na divisão sexual e racial do trabalho. Mesmo após a abolição, os requisitos de “boa educação e boa aparência” foram utilizados como instrumentos de discriminação no mercado de trabalho (GONZALEZ, 1982).

E as representações sociais pautadas do racismo fortalecem a naturalização das mulheres negras em espaços de trabalho desvalorizados, tendo como poucas alternativas os serviços domésticos, que as colocam em situação de sujeição em relação

---

<sup>74</sup> Ibid.

<sup>75</sup> BRASIL. DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. *Estudos e pesquisas*, ano II, nº 14, nov. de 2005. Disponível em: [http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005\\_mulhernegra.pdf](http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005_mulhernegra.pdf). Acesso em: 02 out. 2022.

<sup>76</sup> Mesmo com o advento da Constituição Cidadã em 1988, apenas em 2012 foi publicada a PEC das Domésticas, ampliando ainda mais os direitos dessas trabalhadoras pra uma jornada de trabalho de 8h por dia, totalizando 44 horas semanais, passando a ter direito às horas extra, para os com carteira de trabalho assinada; salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição, auxílio-acidente de trabalho, pensão por morte, entre outros (DOMÉSTICA LEGAL, 2018). Depois dos avanços da PEC a Lei complementar 150 de 2015 foi aprovada concedendo ao trabalhador doméstico os mesmos direitos de um trabalhador celetista, com exceção do Abono Salarial (PIS), insalubridade e o seguro-desemprego (que para a categoria dos domésticos é dividido em três parcelas no valor de um salário mínimo federal). Por meio da Convenção 189 e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e avanços sociais, foi possível o entendimento de que o trabalhador doméstico necessitaria ter os mesmos direitos dos outros trabalhadores. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/93524/trabalho-domestico-historia-caracteristicas-e-direitos> Acesso em: 06 abr. 2023.

às famílias de classe média brancas. “A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação” (GONZALEZ, p. 35, 2020).

## A desvalorização do trabalho doméstico no Brasil: as engenhosidades e os saberes de sobrevivência

No Brasil, as relações étnico-raciais têm sido um recorte interseccional em quaisquer análises sociais. A mulher negra encontra-se posicionada nos trabalhos manuais, em uma encruzilhada pois se divide entre o trabalho duro na casa da patroa e os afazeres do seu próprio lar, é ela quem possibilita a emancipação econômica e cultural das patroas no sistema de duplas jornadas (GONZALEZ, 2020). Por isso, quando refletimos sobre possíveis mudanças das lógicas de cuidado torna-se fundamental que a interpretação aconteça a partir de uma perspectiva interseccional, no sentido de se entender as aproximações e distanciamentos no que tange ao tema em estudo, ampliando assim a compreensão do fenômeno a partir de lógicas de opressão diferenciadas.

O que significa dizer que, *“situar el tema del cuidado desde el lugar que han ocupado las mujeres indígenas, negras, mestizas y todas aquellas que han sido subalternizadas por ser consideradas no blancas lleva a que emerjan otros puntos de vista”* (QUIROGA DIAZ, 2011, p. 111). É preciso sempre contextualizar, situar, posicionar as mulheres em seus múltiplos lugares sociais, econômicos e culturais.

Conforme apontado por Santos *et al.* (2020, p. 4),

Um estudo conduzido pela Rede de Pesquisa Solidária avaliou “o padrão de vulnerabilidade” durante a pandemia no Brasil, e identificou que os impactos da COVID-19 no mundo do trabalho obedecem às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Os negros com vínculos de trabalho mais frágeis compõem a maior parte da informalidade. Destaque para as mulheres, particularmente as negras, que também são muito vulneráveis por integrar setores econômicos historicamente desregulamentados - como a prestação de serviços domésticos, atividade que, em larga medida, foi reduzida, com demissão expressiva de trabalhadoras (es).

O trabalho doméstico é desvalorizado, posto que, em regra, é aquele que explora a mão-de-obra negra, paga baixos salários e viola direitos trabalhistas. À mulher negra é negado o acesso ao capital simbólico, cultural e econômico. Entre a população negra e branca, mais especificamente entre a mulher negra e branca, há um enorme abismo,

levando a uma distinção de direitos e oportunidades, e conseqüentemente, ao aumento da pobreza e da miséria da população negra (GÓES, ARAÚJO, *et al.*, 2019; ARAÚJO e SANTOS, *et al.*, 2020).

As mulheres carregam a maior carga relacionando ao cuidado, dentro e fora das famílias<sup>77</sup>, com recorte racial do trabalho doméstico executado majoritariamente pelas mulheres negras<sup>78</sup>, além disso, são vítimas de violência, que também acontece no espaço doméstico<sup>79</sup> e fora dele. Na imagem acima observe que “a presença negra e feminina é ainda mais expressiva entre as trabalhadoras domésticas e as cuidadoras, equivalente, respectivamente a 62,4% e 65% do total” (MATIAS e ARAÚJO, 2023, p. 32).

Esse contexto, encontra-se atrelado a décadas de ofensiva neoliberal que agravaram as desigualdades de gênero, classe e raça, enfraquecendo o sistema de saúde, educação e serviços sociais, preparando o colapso do sistema sanitário agravado como uma pandemia como essa (MARTINEZ, 2020). Tal desequilíbrio alimenta a economia do esgotamento de corpos negros, seja pela exaustão do trabalho, seja pela impossibilidade de manter a sua subsistência (VÈRGES, 2021; GÓES, MARQUES, *et al.*, 2023). A pandemia afetou a permanência dessas mulheres nos pontos de trabalhos e evidenciou as dificuldades para que as mesmas tivessem acesso aos seus direitos trabalhistas e previdenciários<sup>80</sup>.

Outra encruzilhada que se coloca é que essa mulher negra que se divide entre o trabalho duro na casa da patroa e os afazeres do seu próprio lar é quem possibilita a emancipação econômica e cultural das patroas no sistema de duplas jornadas (GONZALEZ, 2020). Mas, quem cuida dos seus filhos? Quem cuida da mãe negra solo?

A própria legislação (Estatuto da Criança e do Adolescente) assegura que os

---

<sup>77</sup> Dos trabalhadores de nível superior na área da saúde elas são 90,39% entre as enfermeiras; 95,31% entre as nutricionistas, e, no entanto, entre os médicos, elas representam apenas 35,94%. Já, entre os profissionais de nível médio elas são 77,88% das técnicas em fisioterapia e afins, 78,03% das atendentes de enfermagem, parteiras e afins, e 86,93% das técnicas e auxiliares de enfermagem. A situação do Serviço Social é praticamente idêntica. (MATOS, 2020, s.n).

<sup>78</sup> Em 2016, o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras (es) domésticas(os), dos quais 92% eram mulheres. Em 2015, 88,7% das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) entre 10 e 17 anos no Brasil eram meninas e 71% eram negras(os). Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 14 ago. 2021.

<sup>79</sup> Os levantamentos periódicos elaborados pelo Fórum Brasileiro de Segurança FBSP têm mostrado, em todos os meses, aumentos nos índices de feminicídios e/ou homicídios em diversos estados durante a pandemia. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

<sup>80</sup> No período 2019-2021, a média de trabalhadoras domésticas e de cuidadoras que trabalham com carteira assinada é, respectivamente, de 27,9% e 22,6%. A proporção daquelas que contribuem para a previdência é maior, mas inferior a 40%: 38,4% para as trabalhadoras domésticas e 30,6% para as cuidadoras (MATIAS e ARAÚJO, 2023, p. 39).

mesmos estão em um lugar de dependência e vulnerabilidade. A questão é que as infâncias são construídas de forma diferente, o que torna também fluido o lugar de cuidador e quem recebe cuidados, socialmente as crianças negras não são vistas como vulneráveis, mas perigosas, com corpo “tendente” a marginalidade.

Ou seja, o cuidado está implicado na reprodução das relações sociais. Em geral, a criança negra periférica cuida muito “cedo” (dos irmãos, primos, por exemplo), e isso dentro da lógica cronológica do que seria uma criança. Essa fluidez afeta o imperativo moral de que criança não cuida, só recebe cuidado. É comum também que parentes e a própria comunidade estejam engajadas em um processo de cuidado coletivo (aparece como ajuda, tomar conta, filhos do coração, padrinho, madrinha), agentes que integram uma rede de religiosidade e sociabilidade. São as redes de compadrio e irmandades que se conectam a ancestralidade como apoio ao cuidado. O compromisso com os espíritos ancestrais mobiliza a sociabilidade doméstica, essa ideia encontra-se presente em estudos de outras sociedades como na Melanésia (STRATHERN, 2006). É importante lembrar que mulheres indígenas e camponesas também se relacionam a partir do princípio da reciprocidade, da sustentabilidade da vida a partir das relações de cuidado comunitário.

Nem sempre as estratégias de cuidado utilizadas pelas classes populares são validadas pelo Estado, em razão de aspectos morais e culturais pautados na construção social de uma infância/adolescência única, descontextualizada com a visão de mundo dos diferentes grupos sociais. Todavia, o Estado também não investe em estrutura social para essas mulheres, que possuem pouca garantia trabalhista, carecem de creches e estruturas de cultura e esporte para os seus filhos (ARAÚJO, 2017a; 2017b).

O cuidado, para as mulheres negras, está atrelado a ideia dos filhos não se tornarem “marginais”, ou seja, um corpo marcado para morrer, dentro de uma lógica estatal pautada na política de morte em territorialidades perigosas (ARAÚJO e SANTOS, 2019c, ARAÚJO, GÓES, *et al.*, 2020, MBEMBE, 2016). Por isso, ao falar de mulheres de favela, e do seu protagonismo enquanto mulher em condições de subalternidade, torna-se fundante falar em um outro feminismo popular dentro de uma sociedade que carece de compreensão dos significados sociais que refletem sua história de passado e presente (NUNES, 2021; NUNES e VELLETTTE, 2022).

É importante evidenciar que as configurações de cuidado de determinados grupos sociais são influenciadas diante de condições vividas, seja pela privação do mercado ou desproteção pelo Estado. Essas ausências impulsionam redes de reciprocidade entre familiares e vizinhos, que se mostram plurais e efetivas.

Outra forma que as mulheres negras se utilizam para cuidar de seus filhos é através da fé e da ancestralidade, que permite um elo permanente de cuidado para além da existência física. Tal vínculo de cuidado espiritual, independente de religião, não pode ser menosprezado, pois se torna de grande valia para as mulheres em diferentes contextos sociais.

A ancestralidade é uma categoria de relação, ligação, inclusão, diversidade, unidade e encantamento. Ela, ao mesmo tempo, é enigma-ancestralidade e revelação/profecia. Indica e esconde caminhos. A ancestralidade é um modo de interpretar e produzir a realidade. Ela é um instrumento ideológico (conjunto de representações) que serve para construções políticas e sociais (OLIVEIRA, 2007, p. 30).

É através dessa herança espiritual que as mães negras<sup>81</sup>, em geral arrimo de família ou mãe solo (MIZAEL, 2021), encontram para sair cedo para trabalhar e voltar para casa encontrando seus filhos vivos. É preciso acreditar no transcendental, principalmente pela ausência de serviços públicos de qualidade, como saúde e educação, falta também proteção social e segurança pública em regiões periféricas (ARAÚJO e CHAGAS, 2021).

Quando não se tem acesso à saúde tem a benzedeira, o pastor, o pai de santo ou outra figura que possa resolver seu problema. É preciso compreender que a mulheres negras dão sentido diferente a construção da realidade, e isso deve ser reconhecido como um saber dialogado com a experiência, atrelado as suas engenhosidades<sup>82</sup> de cuidado para a manutenção da vida (ARAÚJO e CHAGAS, 2021b), vincula-se a um “saber-fazer” na gestão da vida.

Isso se constrói com redes de sobrevivência, e com as “ajudas” muitas vezes invisibilizadas dentro do contexto comunitário (GUIMARÃES e VIEIRA, 2020)<sup>83</sup>. A ajuda

---

<sup>81</sup> As mulheres indígenas também se fortalecem e organizam suas atividades de cuidado a partir do contato com a ancestralidade, as mesmas são guardiãs de vários conhecimentos e geração de vida, que interliga corpo, território e natureza. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/articulacao-nacional-das-mulheres-indigenas-guerreiras-da-ancestralidade-fortalece-lideranca-local-e-atuacao-em-rede-pelos-biomas/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

<sup>82</sup> Ensinar diariamente os seus filhos a se manterem vivos em uma sociedade racista, seja no comportamento, nos modos de vestir e andar, e na indicação de onde pode ou não andar e com quem andar.

<sup>83</sup> Uma virada importante na conceituação de “cuidados” encontra-se relacionada a influência do campo de “novos estudos do parentesco” – nova ótica sobre as relações sociais atrelado a ideia de criação e dissolução de vínculos significativos. Essas redes podem ser compreendidas como um parentesco ampliado, reconfigurado ao longo do tempo, contextualizado a partir da mutualidade existente entre essas mulheres, o que nos remete aos estudos de CARSTEN (2014).

é uma relação social, querendo estender o universo do possível nas relações sociais do cuidado até abarcar aquelas formas que estão assentadas em reciprocidade, que não se entendem como troca econômica (GUIMARÃES, N., et al., 2020).

Podemos falar que essas redes se configuram como uma rede de parentesco ampliada. Sendo que o sangue se configura como um aspecto simbólico do parentesco, e que o mesmo envolve relacionalidade e sociabilidade que estaria para além do tempo presente, envolvendo também o passado e futuro. Isso significa que o parentesco permite que se faça uma conexão sobre o quem somos hoje com aqueles que foram ontem e os que serão amanhã, isso é possível a partir de uma potencialidade imaginativa (CARSTEN, 2014).

A matéria do parentesco une aspectos materiais e abstratos, e permite que se faça conexões corporais e não corporais a partir do mesmo, levando-se em conta tempo e espaço. É composta de fluídos sexuais e sangue, mas também diferentes registros emocionais como “comida, do espaço vivido, fotografias, cartas, roupas, relíquias, e outras “substâncias” que são boas para transmitir as essências das pessoas e seus relacionamentos ao longo do tempo” (CARSTEN, 2014, p. 113).

É através dessas memórias que se fortalecem ou reduzem os laços sociais, ampliando-se assim os laços de parentesco. Amplia-se, portanto, as conexões de parentesco através das histórias, memórias, que se incorpora em histórias mais amplas ligadas a diferentes temporalidades marcadas pela localidade, identidade do grupo social, raça e hierarquias sociais, o que permite que a matéria do parentesco possa se tornar mais “espessa” ou “diluída” dependendo do espaço e contexto temporal.

A mãe negra sobrevive através dessa rede ampla de parentesco, pois vive a sangria de cuidar do corpo do outro para torná-lo excelente (mantendo-o suprido na cultura do privilégio), enquanto luta para desconstruir o corpo marginal dos seus próprios filhos, marcados desde o nascimento pela periferia, e pela cor. Ela tem poucos instrumentos para lutar contra esse processo “natural” de marginalização, que quando se externaliza em uma prisão ou assassinato, nem mesmo pode clamar por justiça, aliás, “o filho dela era marginal”.

Outros caminhos, como o trabalho, serão moralmente reprovados e duramente combatidos pelas leis gerais e impessoais. A mãe negra nunca chegará ao molde de uma mãe de família da classe média, sofrerá e adoecerá sozinha. O que a une a outras mulheres negras é a dor (ARAÚJO, 2019). Logo, não há uma “crise” de cuidados para nós, não há nada de extraordinário, ela sempre foi um *continuum* desde os tempos da escravidão, o que se chama de crise o é por ter alcançado as mulheres de classe média

e altas, brancas e que possuem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. O que se observa é que as normas sociais<sup>84</sup> do cuidado são naturalizadas nas mãos das mulheres negras, realidade que o feminismo negro vem descortinando e problematizando antes mesmo da “crise” dos cuidados se tornarem uma pauta pública.

Mulheres negras moradoras de periferias, indígenas e rurais, por exemplo, não dissociam cuidados de territorialidades, nesse universo apresentam um conhecimento que vê animais, minerais, plantas e outros seres como potencialmente sujeitos, as trocas entre os diversos seres implicam em negociações focadas na permanência da própria vida no território. É uma ideia pautada na noção de compor com a terra, e se mobilizar politicamente a partir do mundo doméstico, o que se apresenta como cosmopolítica (MAIZZA e OLIVEIRA, 2022). Os territórios emanam de relações de pensar/cuidar situados, e precisam ser compreendidos de forma contextual atrelados a noção de gênero, classe e raça.

Não se pode olvidar que as mulheres indígenas também se fortalecem e organizam suas atividades de cuidado a partir do contato com a ancestralidade, as mesmas são guardiãs de vários conhecimentos e geração de vida, que interliga corpo, território e natureza<sup>85</sup>, vinculam-se a uma dimensão de cuidado a partir da noção de bem-viver interligando territorialidades, corporalidades e modos de subjetivação. Trata-se de uma noção de agencia mútua presente na relação que produz a vida cotidiana por meio de cuidados que são co-constitutivos daqueles que se articula, sendo que o domínio do doméstico que produz pessoas inteiras (MAIZZA e OLIVEIRA, 2022).

Pensar cuidados em uma perspectiva intercultural significa avançar para uma sociedade de cuidado sustentável, com justiça social, ambiental e de gênero. Em documento apresentado pelas mulheres e jovens indígenas da América Latina na XV Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe, as mesmas afirmam que,

*Los pueblos indígenas siempre hemos sabido que todo en la vida es integral y todos los elementos están interrelacionados. Por tanto, consideramos fundamental que los Estados, así como los organismos, agencias, fondos y programas del sistema de las Naciones Unidas, superen las fragmentaciones internas operativas y políticas. En la práctica, esto significa que los ministerios y otros mecanismos de adelanto de las mujeres tienen que trabajar de manera articulada con las instituciones relacionadas con el medio ambiente, recursos naturales, agricultura, salud,*

---

<sup>84</sup> Formas de agir e pensar que influenciam o comportamento de uma coletividade (BICHERI, 2013).

<sup>85</sup> Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/articulacao-nacional-das-mulheres-indigenas-guerreiras-da-ancestralidade-fortalece-lideranca-local-e-atuacao-em-rede-pelos-biomas/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

*protección social, educación, economía y justicia. Esto implica también armonizar y alinear los marcos normativos nacionales, institucionalidad y políticas públicas relacionadas con los cuidados con los instrumentos de derechos y agendas de desarrollo en materia de igualdad de género, población y desarrollo, cambio climático, medio ambiente y biodiversidad, entre otros. Es contraproducente promover sistemas integrales de cuidados desde un sector del Estado si, al mismo tiempo, otro sector viene destruyendo el medio ambiente*<sup>86</sup>.

Isso pressupõe um paradigma pautado na interligação de saberes, no conhecimento em uma perspectiva ecológica. De acordo com Santos e Meneses (2010, p. 9), “qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política”. Isso direciona para a noção de epistemologias plurais, obrigando a uma interpretação mais ampla e o reconhecimento dos diferentes conhecimentos produzidos no mundo, o que se difere de uma epistemologia que se firmou nos dois últimos séculos eliminando da reflexão epistemológica o contexto cultural e político. Fala-se de um processo de religação de saberes, em uma perspectiva transdisciplinar e complexa (MORIN, 1994; 2000, 2008).

Tal perspectiva encontra-se no Documento *Compromiso de Buenos Aires*, a saber, *adoptar marcos normativos que garanticen el derecho al cuidado a través de la implementación de políticas y sistemas integrales de cuidado desde las perspectivas de género, interseccionalidad, interculturalidad y derechos humanos, y que incluyan políticas articuladas sobre el tiempo, los recursos, las prestaciones y los servicios públicos universales y de calidad en el territorio* (tópico 9)<sup>87</sup>.

Os saberes das mulheres rurais também contribuem para a construção da noção de cuidados atrelada a uma ideia de ideia da família, enquanto “unidade” indivisível, que se constroem ideia da família” enquanto “unidade” indivisível, para além da ideia de grupo doméstico, mas como um coletivo que se fortalece através de práticas de hospitalidade, criação de pessoas e conexão com a terra (CARNEIRO e DAINESE, 2015).

No meio rural, a família se constitui como um referencial central, os cuidados englobam o cuidado com o meio ambiente, evidenciando que o cuidado extrapola as relações interpessoais, mas pressupõe interações entre humanidade e natureza para a reprodução da vida (ISLA, NOBRE, *et al.*, 2020). É forte a integração das atividades

---

<sup>86</sup> Documento Cuidado del planeta desde las mujeres y jóvenes indígenas apresentando na XV Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe (p. 3). Disponível em: [https://conferenciamujer.cepal.org/15/sites/crm15/files/presentations/xv\\_crm\\_-\\_tarcila\\_rivera\\_zea\\_ecmia\\_-\\_cuidado\\_del\\_planeta.pdf](https://conferenciamujer.cepal.org/15/sites/crm15/files/presentations/xv_crm_-_tarcila_rivera_zea_ecmia_-_cuidado_del_planeta.pdf). Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>87</sup> Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48737/S2300107\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/48737/S2300107_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 07 abr. 2023.



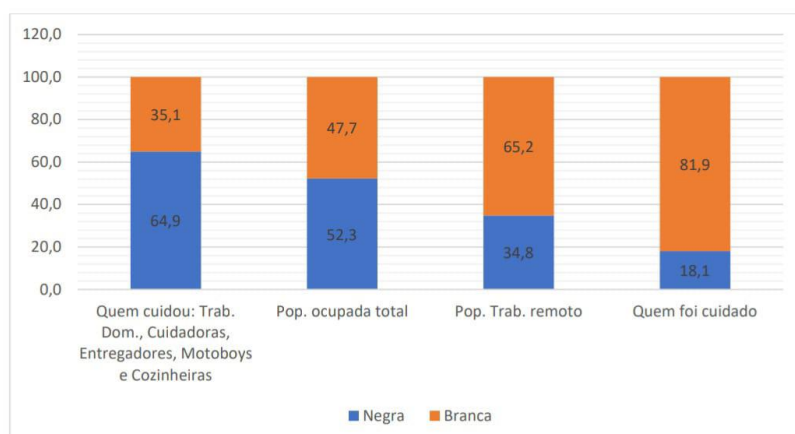
materiais, afetivas e espirituais, constituindo-se como relações de interdependência que tecem sua autonomia individual e coletiva (TELLES, 2018).

Nesse contexto rural, padrões e valores construídos pelas práticas. Os parentes são unidos como um todo, através de uma unidade de comportamento e credo religioso, independente de laços consanguíneos (MOURA, 1978). A comunidade é um entrelaçamento de relação de parentesco/reciprocidade entre famílias (valores culturais), que envolvem trocas matrimoniais. O “parentesco prático” enquanto fenômeno social enfatiza o caráter pragmático das relações de cuidados, nas quais redes de interdependência agitam ao mesmo tempo obrigações e deveres, e também imaginações, frustrações e expectativas não realizadas” (FERNANDES, 2021).

## A pandemia e o acirramento das desigualdades no campo dos cuidados

Observa-se que durante a pandemia, “a suposta essencialidade do trabalho doméstico remunerado, tal como colocada durante a pandemia, evidenciou fragilidades e reforçou vulnerabilidades já existentes e não se refletiu em melhores condições ou valorização para as trabalhadoras” (MATIAS e ARAÚJO, 2023, p. 21). Existe uma evidente divisão racial de quem cuidou e quem foi cuidado durante a pandemia. Observe a imagem abaixo referente ao Gráfico Ocupações de Cuidados, população ocupada, população em trabalho remoto e população em domicílios com renda per capita igual ou superior a cinco salários mínimos cujos residentes ocupados trabalham remotamente (Maio-Novembro, 2020):

Figura 2 – Gráfico Ocupações de Cuidados, população ocupada, população em trabalho remoto e população em domicílios com renda per capita igual ou superior a cinco salários mínimos cujos residentes ocupados trabalham remotamente (Maio-Novembro, 2020)



Fonte: Pnad Covid-19.

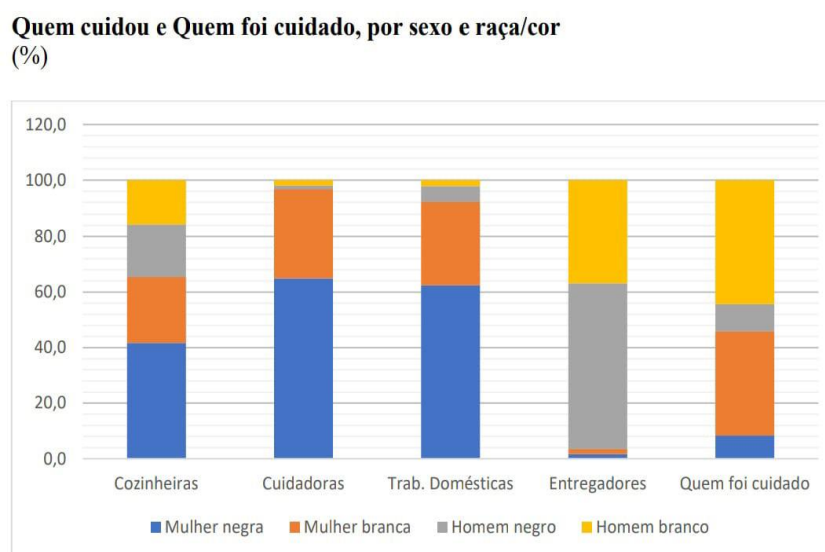
Fonte: MATIAS e ARAÚJO, 2023.

Observe que a população de brancos que foram cuidados é de 81,9%, e é um grupo composto por profissionais liberais, professores e dirigentes da administração pública, enquanto quem cuidou é composto por dois terços de negros – pretos e pardos somados (MATIAS e ARAÚJO, 2023).

Quem é cuidado recorre a contratação de serviços domésticos e cuidados. O trabalho essencial da doméstica na pandemia não tinha por finalidade proteger os rendimentos dessas trabalhadoras, mas reafirmar o lugar de “não-cuidado” que a mesma ocupa dentro da sociedade brasileira, a saber, a mulher negra não pode parar de trabalhar, mesmo em casos de crise sanitária, ou que seus filhos estejam fora da escola, por exemplo<sup>88</sup>. A publicação de Decretos incluindo os serviços domésticos como essenciais colocou em evidência o racismo estrutural: quem pode e quem não pode se cuidar?<sup>89</sup>.

Observe abaixo o perfil profissional de quem cuidou durante a pandemia de COVID-19:

Figura 3 – Perfil profissional de quem cuidou durante a pandemia de COVID-19



Fonte: Pnad-C e Pnad Covid-19.

Fonte: MATIAS e ARAÚJO, 2023.

<sup>88</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/na-pandemia-por-que-servico-domestico-e-classificado-como-essencial/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

<sup>89</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/25/sindicato-critica-estados-que-incluram-domesticas-em-servico-essencial-na-quarentena>. Acesso: 13 nov. 2022.

Na pandemia, o marcador de quem cuida e quem é cuidado ficou muito evidente, separando racialmente quem oferece cuidado e quem pode pagar pelos serviços de cuidado. De acordo com o PNAD COVID (2019 a 2022), quem foi cuidado se refere a uma população majoritariamente branca (81,9%), com características de renda acima de 5 salários mínimos, com possibilidade de trabalho remoto e com acesso aos direitos trabalhistas e sistema de previdência.

A mulher negra periférica conviveu com exigências sanitárias que se encaixam para um público de classe média e dificilmente poderiam ser vivenciados em sua integralidade em outros contextos (com casas muito próximas umas das outras, grande número de pessoas no espaço residencial, impossibilidade de executar atividades profissionais em *home office*, problemas de saneamento básico, instabilidade de acesso à água tratada, falta de recursos financeiros para manter uma alimentação saudável e comprar itens de prevenção obrigatórios, por exemplo<sup>90</sup>), o que favorece a dupla marginalização das populações periféricas, em sua maioria negra<sup>91</sup>, em um contexto atual em que se encontram em maior posição de desigualdade de acesso aos meios preventivos da doença (ARAÚJO, 2020). Além das trabalhadoras domésticas, outros grupos racializados também estiveram dentro da categoria de quem cuida, como entregadores de aplicativos e cozinheiras, por exemplo (CAMARANO, FERNANDES, *et al.*, 2023).

Diante disso, muitas mulheres negras empregadas domésticas eram pressionadas a dormir no local de trabalho, em detrimento de sua casa, e ficando suscetíveis a contaminação e esgotamento físico e mental (COSTA, ALMEIDA, ARAÚJO, *et al.*, 2021, MENEZES e DE SÁ, *et al.*, 2021)<sup>92</sup>. A primeira mulher a morrer de COVID-19 foi uma empregada doméstica<sup>93</sup>. Os cuidados com a proteção dessas mulheres eram garantidos e fiscalizados por quem?

Além disso, “durante a pandemia foram essas mulheres as que mais perderam seus postos de trabalho, reforçando as desigualdades que já existiam” (CAMARANO,

---

<sup>90</sup> Por exemplo, a Prefeitura do Rio foi responsável por pesquisa, em parceria com o Ibope, mostrou que 17% dos moradores de seis áreas populosas e em situação de vulnerabilidade da cidade haviam contraído a doença. Já o estudo Epicovid-19 indicava que, até 7 de junho, enquanto 2,8% da população de 120 cidades brasileiras já haviam tido contato com o vírus, no Rio de Janeiro, o índice era de 7,5%. Disponível em: <https://gife.org.br/periferias-racismo-e-fake-news-como-a-comunicacao-deve-abordar-diferentes-causas-no-combate-a-covid-19/>. Acesso: 15 nov. 2022.

<sup>91</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 15 nov. 2020.

<sup>92</sup> De acordo com o PNAD Covid entre maio e novembro de 2020, as mulheres predominavam nas categorias de empregada doméstica e cuidador, em torno de 94% e 93%.

<sup>93</sup> Disponível em: <https://tvbrasil.etc.com.br/reporter-sao-paulo/2023/03/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-completa-tres-anos>. Acesso em: 14 maio 2022.

FERNANDES, *et al.*, 2023, p. 31). Obrigadas a permanecerem em seus postos de trabalho estavam expostas a violências e ao trabalho análogo à escravidão<sup>94</sup>. De acordo com a Nota Informativa n1/2023 MDS/SNCF<sup>95</sup> (2023, p. 4):

A despeito da importância que possuem nesta economia dos cuidados, as trabalhadoras domésticas constituem uma das mais precárias categorias do mercado de trabalho brasileiro, com baixa proteção social, baixos salários, jornadas extensas e uma vivência marcada por situações de assédios frequentes. Desde 2016, a taxa de formalização da categoria vem caindo continuamente, movimento que foi intensificado pela crise ocasionada pela pandemia de Covid-19. Em 2021, apenas 25,1% das trabalhadoras domésticas remuneradas possuíam carteira de trabalho assinada, valor que se torna ainda mais espantoso quando notamos que a taxa de formalização do mercado de trabalho brasileiro, no mesmo ano, era de pouco menos de 70%. [...]. Em 2021, as diaristas já eram 45% do conjunto de trabalhadoras domésticas no país.

Somado ao processo de demissão em massa, o isolamento social impôs que todos fiquem dentro de suas casas, porém nas comunidades pobres periféricas, as moradias são pequenas, construídas muito próximas, uma das outras, são habitadas geralmente por muitos membros do grupo familiar, dentro dessa realidade, fica claro o maior risco de contágio e a dificuldade para o tratamento e a prevenção. São as consequências sociais do racismo estrutural atravessando e marcando a trajetória do Covid-19 no Brasil (FAUSTINO, 2020).

Aqui não se avançou muito em garantias efetivas às mulheres negras, mesmo com a publicação de nota técnica do Ministério Público do Trabalho asseverando que “a pessoa que realiza trabalho doméstico seja dispensada do comparecimento ao local de trabalho, com remuneração assegurada, no período em que vigorarem as medidas de contenção da pandemia do coronavírus”<sup>96</sup>.

O que levantou a discussão sobre expor um grupo de trabalhadoras ao risco majorado de infecção. Além disso, segundo a Fenatrad - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, as trabalhadoras estão enfrentando coerção para trabalhar, sob pena de demissão. As queixas mais frequentes são de mulheres que “sob coação,

---

<sup>94</sup> Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2021/08/12/xii-congresso-nacional-das-trabalhadoras-domesticas-discute-pandemia-e-trabalho-analogo-a-escravidao/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

<sup>95</sup> Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Secretarias/SNCF/Arquivos/Nota%20Informativa%20N1%2022.03.23.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

<sup>96</sup> Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-no-4-coronavirus.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

ameaça de perder o emprego ou por acharem que elas podem se contaminar no transporte público”, estão tendo que pernoitar nas casas dos patrões<sup>97</sup>. De acordo com o CEPAL (2020, p. 3)

La vulnerabilidad de las trabajadoras domésticas remuneradas en este contexto es producto de la ausencia de regulación, las menores probabilidades de ejercer su derecho a asociarse o a negociar colectivamente y la falta de valoración social de este tipo de trabajo en América Latina y el Caribe.

Da mesma forma, a falta de controle trabalhista em muitos países os deixa desprotegidos. Confrontados com a exigência dos empregadores de continuarem a trabalhar num contexto de crise. A experiência em outras regiões do mundo mostra que, em situações de quarentena, trabalhadores domésticos migrantes que vivem em seus locais de trabalho continuam a exercer suas atividades sem receber a remuneração correspondente, que não só os deixa sem dinheiro, mas também impossibilita o envio de remessas para seus países de origem (OWEN, 2020).

As amarras do racismo são estruturais (ALMEIDA, 2019). As mulheres periféricas sofrem também com o racismo ambiental, através da exclusão e manutenção da segregação dos corpos negros, quer seja nos espaços pobres urbanos periféricos, nas comunidades de terreiro, ou comunidades quilombolas, entre outras (ACSRALD, 2010).

De acordo com a Nota Informativa n1/2023 MDS/SNCF, ainda hoje as mulheres negras são peça fundamental para a garantia da qualidade de vida de outras famílias. Para que mulheres brancas permaneçam no mercado de trabalho com rendimentos mais elevados, as mulheres negras precisam desempenhar o trabalho como cuidadoras, babás ou trabalhadoras domésticas, muitas vezes de maneira informal, e com baixos salários<sup>98</sup>.

Seu trabalho no cuidado alheio, entretanto, não lhes proporciona condições de vida digna, não lhes garante os recursos materiais, culturais e simbólicos que permitiriam a si e aos seus filhos acesso à educação, à moradia ou à saúde de qualidade. Além disso, enquanto trabalham nas casas das classes média e alta, deixam seus filhos em um ambiente comunitário hostil e vulnerável às múltiplas formas de violências, ou seja, a dor da mãe negra é permanente em um universo de instabilidades sociais para si

<sup>97</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/trabalhadoras-domesticas-enfrentamcoacao-de-patroes-durante-pandemia> Acesso em: 28 set. 2022.

<sup>98</sup> Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Secretarias/SNCF/Arquivos/Nota%20Informativa%20N1%2022.03.23.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

e para seus familiares. É importante lembrar que somente a partir do ano de 2013, a categoria teve equiparada parte dos direitos dos demais trabalhadores<sup>99</sup>.

Assim, elas são atingidas por múltiplas formas de opressão, tocadas pela dor que é preta, causada pelo vazio, pelo silenciamento, pelo racismo (PIEIDADE, 2017). É importante evidenciar que a mulher negra, sua família e seus filhos não estão elegíveis para serem cuidados, mas sim para serem descartados, dentro de uma lógica necropolítica (ARAÚJO, SILVA, QUIRINO, *et al.*, 2018).

Por isso, quando refletimos sobre a reconfiguração das lógicas de cuidado torna-se fundamental que a interpretação aconteça a partir de uma perspectiva interseccional, no sentido de se entender as aproximações e distanciamentos no que tange ao tema em estudo, ampliando assim a compreensão do fenômeno a partir de lógicas de opressão diferenciadas. Logo, “*situar el tema del cuidado desde el lugar que han ocupado las mujeres indígenas, negras, mestizas y todas aquellas que han sido subalternizadas por ser consideradas no blancas lleva a que emerjan otros puntos de vista*” (QUIROGA DIAZ, 2011, p. 111).

Importante movimento no Brasil foi realizado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) que iniciou uma campanha “Cuida de Quem Te Cuida”, no início da pandemia, para conscientizar os empregadores a liberarem a ida das trabalhadoras domésticas a suas casas, com garantias de salários, para evitar a contaminação pela Covid-19 para a categoria e empregadores. Entretanto, e mesma teve baixa adesão dos empregadores<sup>100</sup>. Também publicou em 2021 material intitulado Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência<sup>101</sup>.

A FENATRAD integra o Programa de instalação do Conselho Consultivo Brasileiro do Projeto Comparativo Internacional “Who Cares? Reconstruindo o cuidado no pós-pandemia”. Ele é conduzido no Brasil pela Rede Interinstitucional e pluridisciplinar “Cuidados, Direitos e Desigualdades – CuiDDe”<sup>102</sup>.

Em âmbito regional, a *Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras*

---

<sup>99</sup> Disponível em: [https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-direitos-das-trabalhadoras-domesticas/@@display-file/arquivo\\_pdf](https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-direitos-das-trabalhadoras-domesticas/@@display-file/arquivo_pdf). Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>100</sup> Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2022/01/24/0313/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

<sup>101</sup> Disponível em: <https://fenatrad.org.br/biblioteca-de-midia/2021/10/livro-resist%C3%A0ncias.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>102</sup> Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2023/03/07/fenatrad-participa-de-projeto-reconstruindo-o-cuidado-no-pos-pandemia/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

*del Hogar*<sup>103</sup>, também tem atuado durante o período pandêmico, através de campanhas como *Campaña 10 años del Convenio 189 OIT*<sup>104</sup>. E com a publicação de materiais para a compreensão da situação das trabalhadoras domésticas na América Latina, como o *Manual Ilustrado del Convenio 190 de la OIT y Recomendación 206 (2020)* e o material *Balance de los avances y retrocesos del Convenio 189 de la OIT: una mirada desde las trabajadoras remuneradas del hogar (2022)*<sup>105</sup>.

Torna-se necessário refletir que o acesso ao mercado de trabalho no Brasil impacta as mulheres de diferentes formas, a partir do lugar social em que as mesmas estão inseridas, apresentando-se como um desafio maior ou menor a partir do acesso aos direitos sociais básicos como saúde, alimentação, educação e moradia, por exemplo. Isso também influencia na noção de maternidade no Brasil, pois existem desigualdades no que tange ao exercício da maternidade no país, tendo em vista ao maior ou menor acesso das mulheres a um suporte estatal, familiar ou do companheiro/a, tornando-as assim, mais ou menos vulneráveis socialmente.

A naturalização da diferença como desigualdade é um marco da cultura do privilégio que se perfaz pelos direitos de propriedade, poder, nível de vida, acesso a ativos, redes de influência e condições de cidadania. O pertencimento a elites de poder, a origem de classe, gênero, raça e posição socioeconômica também reforçam a cultura do privilégio, reproduzindo estas desigualdades por meio de estruturas e instituições sociais. O Relatório das Nações Unidas - CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) intitulado *A ineficiência da desigualdade*<sup>106</sup>, divulgado em 2018, afirma que:

A cultura do privilégio garante assimetrias em múltiplos âmbitos da vida coletiva, como o acesso a posições privilegiadas nos negócios e nas finanças; o poder decisório ou deliberativo; a maior ou menor presença em meios que impõem ideias, ideologias e agendas políticas; a captura de recursos públicos para benefícios privados; condições especiais de justiça e sistema fiscal; contatos para ter acesso a melhores empregos e serviços; e facilidade para obter os melhores lugares para viver, circular, educar-se, abastecer-se e cuidar-se.

---

<sup>103</sup> A instituição defende bases sindicais empoderadas de sus derechos, caminando unidas, defendiendo los derechos laborales y humanos de 19 millones de mujeres trabajadoras remuneradas del hogar, con seguridad social, salarios dignos y decentes y relaciones libres de violencia y acoso en el mundo laboral. Disponível em: <https://conlactraho.org/quienes-somos/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>104</sup> Disponível em: <https://conlactraho.org/campana/campana-10-anos-del-convenio-189-oit/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>105</sup> Disponível em: <https://conlactraho.org/wp-content/uploads/2022/08/TRH-Investigacion-Final.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>106</sup> Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/43569-ineficiencia-desigualdade-sintese>. Acesso em: 06 mar. 2022.

As valorações que os grupos hegemônicos, detentores do privilégio, atribuem às periferias apresentam um baixo valor de reconhecimento, mascarando as diferenças através de mecanismos de estereotipação. Esses estereótipos criam e sustentam as relações de dominação econômica, política, cultural, de raças, institucional, patriarcal, entre tantas outras existentes nos mais diversos meios (GUARESCHI, 1996).

A cultura do privilégio impede que essas mulheres alcancem ascensão social, ou construam um “projeto de mobilidade ocupacional, devido à carência de redes de apoio, pela dificuldade no reconhecimento de títulos, e até mesmo por conta do estigma associado ao seu histórico ocupacional proveniente do fato de terem exercido essa atividade laboral” (ONU, 2020, p. 4)<sup>107</sup>.

Diante das desigualdades, que são anteriores a pandemia, pode-se observar que para uma parcela da expressiva da população, o choque do isolamento é ainda maior, a saber, as mulheres, e em especial as negras e pobres, que estão em situação de vulnerabilidade extrema (MONTEIRO, 2020; REIS, GÓES, *et al.*, 2020).

## O trabalho doméstico na Argentina: as cadeias globais de cuidado

De acordo com o CEPAL, 63% das pessoas que prestavam trabalho doméstico no CENSO de 2010, eram afrodescendentes, somando a discriminação pela sua condição de migrantes, ou sua característica racial e étnica<sup>108</sup>. A situação irregular durante uma crise sanitária pode dificultar para que as mesmas acessem a saúde, e para que tenham meios de manter condições dignas de moradia, por exemplo.

Se olharmos para a Argentina vamos identificar um contexto em que mulheres migrantes trabalhadoras domésticas se encontram nesse lugar de vulnerabilidade. Por exemplo, as mulheres peruanas e paraguaias que migram em busca de melhores condições de vida. Em geral, estas trabalhadoras sofrem com um maior nível de precariedade laboral e vulnerabilidade que as trabalhadoras locais, o que está associado à sua condição de migrante, aumento as chances de sofrerem situações de discriminação e violência (ONU, 2020).

Movimentos migratórios intrarregionais têm se feminizado e crescido em ritmo mais rápido do que a emigração para os países mais desenvolvidos. Nesses novos fluxos destacam-se as trabalhadoras de cuidado que compartilham baixos salários, *status* legal precário e discriminação racial, tornando mais complexas as configurações da

---

<sup>107</sup> Disponível em: CEPAL (2019). A autonomia das mulheres na mudança de cenários econômicos.

<sup>108</sup> Disponível em: CEPAL (2017) Panorama Social 2016, con datos de Bolivia (Estado Plurinacional de), Brasil, Colombia, Ecuador, Costa Rica. Honduras, Nicaragua y Panamá. Acesso em: 20 jan. 2023.



estratificação social nos países receptores de imigrantes (SORJ, 2021).

Entretanto, o aspecto interseccional de classe, gênero e origem migratória não tem recebido a devida atenção, *“ha hecho evidente la importancia de los cuidados para la sostenibilidad de la vida y la poca visibilidad que tiene este sector en las sociedades y en las economías de la región”* (BATTHYANY; CEPEDA; ESPINEL VALLEJO, 2020, p. 3).

Na Argentina, mais de 75% dos imigrantes se estabelecem na Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) e, sobretudo, da população sul-americana, em bairros populares da periferia urbana, tanto na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) quanto em a Grande Buenos Aires (GBA), são advindos principalmente do Paraguai, Bolívia, Chile (CERRUTI, 2009). No Brasil, o fluxo para o trabalho doméstico é de mulheres Filipinas, principalmente em São Paulo (RIBEIRO e BAENINGER, 2020).

A migração se tornar para as mulheres migrantes uma estratégia de sobrevivência, e que em seus locais de destino criam comunidades étnicas, responsáveis pelas suas famílias de origem e pelos cuidados domésticos dentro do país, sendo centrais para manutenção da vida, formando redes globais de cuidado (CERRUTTI e MAGUID, 2010). De acordo com Gavazzo (2022)

*En ese sentido, para entender la centralidad de la categoría de redes, en el caso de las mujeres migrantes la literatura propone el concepto de cuidado como eje vertebral para el análisis. El mismo hace referencia a todas aquellas actividades pasivas y activas realizadas cotidianamente que, directa o indirectamente, se vinculan con el mantenimiento de la vida, la satisfacción de necesidades, al apoyo socio-emocional y la provisión de bienestar y asistencia diaria (GAVAZZO, 2022, p. 3).*

As mulheres migrantes são responsáveis pelas crianças, idosos, bem-estar e assistência diária, limpeza das casas, provisão de alimentos, atenção à saúde e acompanhamento em processos educativos, seja de forma remunerada ou não. Para que elas se mantenham dentro do país destino elas se organizam em redes comunitárias de cuidados (ESQUIVEL, 2012). Essas redes são fundamentais para possibilitar a sobrevivência dessas mulheres em outro país.

Na pandemia o trabalho doméstico também foi considerado essencial. No que tange às trabalhadoras domésticas, em que se incluem as migrantes, em geral peruanas e paraguaias, a Argentina estabeleceu que as trabalhadoras domésticas deveriam gozar de licença remunerada enquanto durasse o isolamento social preventivo e obrigatório, embora tenham estabelecido como exceção a assistência a idosos isolados ou as

trabalhadoras que não contam com assistência na prestação dos cuidados. Nesses casos, este serviço foi declarado essencial. Sob esta excepcionalidade, o empregador deveria comprovar que necessita o trabalho da trabalhadora e deveria ainda garantir que nem ela nem as pessoas próximas a ela sejam expostos ao COVID-19 (ONU, 2020). Segundo Gavazzo (2022, p. 7),

*En Argentina, muchos de los trabajos considerados “esenciales” y por lo tanto que debieron seguir realizándose en pandemia son llevado a cabo por mujeres, a la vez que las actividades al interior del hogar no solo no cesaron, sino que se incrementaron, teniendo que ayudar a los niños y niñas en la realización de las actividades escolares de forma virtual, generando una carga mayor de actividades para las mujeres (GAVAZZO, 2022, p. 7).*

Com os atravessamentos da pandemia, tanto o Brasil como a Argentina têm publicado leis mais protetivas para as trabalhadoras domésticas, ambas são um marco para garantia de direitos. No Brasil os direitos das trabalhadoras domésticas foram ampliado com a Emenda Constitucional 72<sup>109</sup>. A Lei argentina tem semelhanças com a PEC das Domésticas brasileira, que garantiu as trabalhadoras domésticas os mesmos direitos devidos aos demais trabalhadores. No mesmo ano a Argentina publicou Lei Regime Especial de Contrato de Trabalho de Casas Particulares<sup>110</sup>. Observe o quadro que compara as ações realizadas pelo Brasil e pela Argentina:

Quadro 6 - Ações realizadas pelo Brasil e pela Argentina em relação as trabalhadoras domésticas

<b>LEI DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL</b>	<b>LEI DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NA ARGENTINA</b>
PLS 224/2013 – Complementar / Emenda Constitucional 72  Lei Complementar n. 150/2015	Ley 26844/2013

<sup>109</sup> Cartilha Direitos da Trabalhadora Doméstica, publicado pelo Ministério Público do Trabalho – MPT. Disponível em: [https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-direitos-das-trabalhadoras-domesticas/@@display-file/arquivo\\_pdf](https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-direitos-das-trabalhadoras-domesticas/@@display-file/arquivo_pdf). Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>110</sup> Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/210489>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Quadro 6 – Ações realizadas pelo Brasil e pela Argentina em relação as trabalhadoras domésticas (continuação)

<p>A partir de 2015 a empregada doméstica passou a ter direito ao FGTS. O empregador deverá recolher 8% do valor da remuneração da trabalhadora doméstica e depositá-lo na conta dela do FGTS. O empregador também recolhe o percentual de 3,2% sobre a remuneração da trabalhadora, destinado ao pagamento de uma indenização compensatória caso o contrato da trabalhadora seja rescindido sem justa causa ou extinto por culpa do empregador.</p>	<p>As contribuições serão pagas pelo trabalhador e as contribuições pelo empregador de acordo com o número de horas trabalhadas.</p>
<p>Em regra, a jornada da trabalhadora é de 8(oito) horas por dia e 44(quarenta e quatro) horas por semana. Caso ultrapasse o limite de 44(quarenta e quatro) horas de trabalho na semana, a trabalhadora tem direito à remuneração da hora extra que será, no mínimo, de 50% ao valor da hora normal.</p>	<p>Jornada diária de 8 horas e de, no máximo, 48 horas semanais, com direito a um dia e meio de folga</p>
<p>A trabalhadora doméstica tem garantidos 30 dias de férias por ano após trabalhar por 12 meses para a mesma pessoa ou família, que serão remunerados com 1/3 a mais que o salário normal.</p>	<p>Férias remuneradas e pagamentos. Deverá ser garantido um período contínuo de licença não inferior a 2/3 (dois terços) do correspondente período de antiguidade.</p>
<p>A empregada doméstica gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.</p>	<p>Licença maternidade de três meses e licença de casamento de dez dias</p>
<p>O trabalhador doméstico tem direito à licença de 5(cinco) dias corridos a contar da data do nascimento de seu filho.</p>	<p>O trabalho doméstico tem direito à licença de 2 (dois) dias</p>
<p>A empregada doméstica deve ser inscrita no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O empregador deve fazer recolhimentos previdenciários em percentuais que variam conforme o salário da empregada. Além disso, também deve ser recolhido a cota do empregador, que inclui a contribuição social para financiamento do seguro contra acidente do trabalho.</p>	<p>A contribuição por empregada doméstica é fixa: 95 pesos (R\$ 37 por mês) para aposentadoria, previdência e seguro de saúde do sindicato</p>

Quadro 6 – Ações realizadas pelo Brasil e pela Argentina em relação as trabalhadoras domésticas (conclusão)

Não tem penalização para empregadores ilegais.	A Lei nº 26.844 do Regime Especial do Contrato de Trabalho para o Pessoal Doméstico prevê o dobro das verbas rescisórias por despedimento (regulamentado no artigo 48) quando se tratar de vínculo empregatício que no momento do desligamento não estava registrado ou estava mal registrado.
<b>Proteção Social durante a pandemia de COVID-19</b>	<b>Proteção social durante a pandemia de COVID-19</b>
Foi considerado serviço essencial	Foi considerado serviço essencial
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auxílio Emergencial de R\$600 por três meses, inclui mulheres em situação de vulnerabilidade e migrantes</li> <li>- Nas hipóteses em que a família é sustentada somente por uma mulher, a trabalhadora tem direito a R\$ 1.200,00 a título de auxílio.</li> <li>- novas regras ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto presidencial nº320 - no artigo 2º, a suspensão de ações de despejo por falta de pagamento;</li> <li>- <i>Beneficio Ingreso Familiar de Emergencia</i> (IFE), 10 mil pesos, para trabalhadores informais e de casas particulares, motoristas de transportes sociais e motoristas das categorias A e B, prioridade do recebimento para trabalhadora mulher (agrega imigrantes com mais de 2 anos de residência), <i>alcanzó a cubrir a 8,8 millones de personas</i></li> <li>- <i>Beneficio Asignación Universal por Hijo</i> (AUH) –agrega imigrantes com mais de 3 anos de residência</li> <li>- Programa Registradas</li> </ul>

Fonte: Ministério Público do Trabalho (Brasil) / Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (Argentina). Elaboração autoral.

O quadro acima demonstra que políticas sociais foram efetivadas para garantir a proteção dos mais vulneráveis, mas isso não foi suficiente para evitar que as trabalhadoras domésticas, em sua maioria negras, fossem as mais prejudicadas no que tange a sua própria subsistência, uma vez que no Brasil não se elaborou e nem se efetivou medidas específicas para esse grupo.

Dentre as Recomendações da ONU Mulheres e CEPAL para garantir os direitos e abordar os impactos do COVID-19 para as trabalhadoras domésticas, podemos citar como responsabilidade dos governos: Impulsionar medidas para garantir a retenção de empregos no trabalho doméstico; Ampliar e promover o benefício do seguro-desemprego entre as trabalhadoras domésticas; Garantir transferências monetárias ou subsídios sociais de emergência; Elaborar protocolos de saúde e segurança que atendam as especificidades do setor do trabalho doméstico remunerado; Garantir acesso à saúde para todas as trabalhadoras domésticas; Assegurar que os serviços de cuidados sejam considerados prioritários; Fomentar a formalização do trabalho doméstico; Promover sistemas de proteção social integrais; Fomentar o diálogo social; Promover a formação digital e a inclusão financeira das trabalhadoras domésticas; Assegurar acesso à informação e à assessoria legal para as trabalhadoras domésticas; Impulsionar campanhas de sensibilização sobre os direitos das trabalhadoras domésticas; e, Impulsionar a ratificação e implementação dos Convênios 189 e 190 da OIT<sup>111</sup>.

Na Argentina, Brasil e Chile foi realizada a campanha (#CuidedeQuemteCuida). Outras campanhas executadas pelos sindicatos dos trabalhadores domésticos desses países alertaram sobre a exposição que sofrem essas trabalhadoras diante da pandemia, também sobre questões acerca da quarentena e medidas de prevenção para aquelas que continuam suas atividades durante o isolamento obrigatório (ONU, 2020).

No Brasil, durante a pandemia, a FENATRAD e o MPT trabalharam para garantir a licença remunerada das trabalhadoras domésticas, evitar demissões em massa, e revisão os decretos estaduais que incluíam o trabalho doméstico como “essencial”<sup>112</sup>. A FENATRAD questiona a falta de fiscalização por parte dos Estados com o fim de evitar exploração das trabalhadoras. Além das narrativas dos casos de resgate de empregadas domésticas encontradas em condições análogas à de escravo, bem como do cenário de privação da liberdade que lhes foi imposto durante os anos de pandemia (TANURE, 2022).

Em âmbito nacional o fluxo de casos de trabalho análogo à escravidão é realizado no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)<sup>113</sup>,

---

<sup>111</sup> Disponível em:

[https://oig.cepal.org/sites/default/files/pt-trabajadoras\\_del\\_hogar\\_portugues-.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/pt-trabajadoras_del_hogar_portugues-.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

<sup>112</sup> Disponível em: <http://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-4-coronavirus-vale-essa.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>113</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/04/ajuda-especializada-a-vitimas-de-trabalho-escravo>. Acesso em: 08 abr. 2023.

mas a atuação não foi suficiente para evitar o aumento das denúncias no país durante a pandemia.

Em 2022, a ONU Mulheres, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), o Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ) e as instituições Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB-Rio) e Movimento Negro Unificado (MNU-RJ) iniciam campanha em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas com foco no combate ao trabalho doméstico análogo à escravidão<sup>114</sup>.

De acordo com Luiza Batista, presidenta da FENATRAD, “maioria dos empregadores não reconhecerem a importância do trabalho dessas mulheres periféricas, negras, analfabetas. E neste momento eles veem o valor do nosso trabalho, do cuidado da residência, da alimentação, das roupas que eles usam o cuidado com os familiares. Esse trabalho, tanto das que recebem dinheiro como das donas de casa, é um serviço de bem-estar e saúde”<sup>115</sup>. No Brasil não houve uma atuação efetiva por parte do Governo Federal em prol da proteção do trabalho doméstico.

Na Argentina foi criado o Programa Registrado que visa garantir o acesso ao emprego registrado das trabalhadoras de casas particulares e promove a sua inclusão financeira<sup>116</sup>. O país ainda enfrenta questões relacionadas à informalidade (BORGEAUD-GARCIANDÍA, 2022). Ações continuadas de proteção e fiscalização são fundamentais para a efetiva garantia de direitos, buscando meios de se lutar também contra a informalidade<sup>117</sup>, o assédio moral, sexual e outras formas de violência dentro do ambiente de trabalho. No Brasil é preciso penalizar os empregadores ilegais<sup>118</sup>, medida que se encontra presente na legislação argentina.

Em razão do Dia Nacional dos Trabalhadores Domésticos na Argentina (3 de abril), a UPACP lançou, com o apoio da OIT, uma campanha para oferecer respostas as perguntas recebidas com frequência pelo sindicato, especialmente aquelas sobre os

---

<sup>114</sup> Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_848697/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_848697/lang--pt/index.htm). Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>115</sup> Entrevista disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/05/25/sindicato-critica-estados-que-incliram-domesticas-em-servico-essencial-na-quarentena>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>116</sup> Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/generos/programa-registradas>. Acesso em: 10 mar. 2023.

<sup>117</sup> De acordo com o IBGE, 76% das profissionais não têm carteira assinada, ou seja, 3 em cada 4 profissionais exercem as atividades domésticas sem ter acesso à proteção social e aos demais direitos trabalhistas que foram alcançados pela PEC. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>118</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta>. Acesso em: 08 abr. 2023.

direitos das mulheres trabalhadoras frente à crise do COVID-19. Além disso, foi proposto um documento contendo recomendações e um protocolo de segurança incluindo medidas para as/os trabalhadoras/es domésticos e empregadoras/es com o intuito de proteger a saúde de todas as partes (ONU, 2020).

Além disso, a Argentina criou a Renda Familiar de Emergência (“*Ingreso Familiar de Emergencia*”, compatível com o Benefício Universal por Filho - AUH) destinada a mulheres que ficaram desempregadas/ os, trabalhadoras/es informais ou autônomos, incluindo as trabalhadoras domésticas (ONU, 2020). Também protegia as trabalhadoras migrantes de ficarem sem moradia, através do Decreto presidencial nº 320, art. 2º que suspendia as ações de despejo por falta de pagamento. Além disso, imigrantes com mais de 3 anos de residência tinham direito ao benefício *Asignación Universal por Hijo* (AUH), um auxílio mensal por filho menor de 18 anos até o limite de cinco filhos (MELO, BASTOS, *et al.*, 2020).

Além de adesão às normativas internacionais, como a Convenção 169 da OIT sobre as trabalhadoras e trabalhadores domésticos<sup>119</sup>, a reforma da Constituição Federal do Brasil, e a Lei de Regime Especial de Contrato de Trabalho de Casas Particulares na Argentina são exemplos de legislações específicas para aumentar a segurança social das trabalhadoras. Tanto no Brasil como na Argentina existe normativa referente a ao tempo de trabalho e o estabelecimento de limites máximos de jornada semanal e diária.

A pandemia gerou redes de apoio mútuo entre as trabalhadoras domésticas. Isso permitiu que vários sindicatos aumentassem suas filiações, o que por sua vez potencializou a organização das trabalhadoras, tanto a nível sindical como comunitário (ONU, 2020).

Em 18 de março de 2020, a Federação Internacional de Trabalhadores Domésticos (FITH) apresentou uma declaração chamada “Manifesto em Defesa da Proteção dos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos e Contra a Pandemia do Coronavírus” que previa: Direito a um ambiente de trabalho livre de perigos; Direito a remuneração em situações de doença e acesso a plano médico; Proteção dos direitos trabalhistas; Direito a informação (ONU, 2020).

No dia 30 de março, as trabalhadoras dos Sindicatos e Associações de Trabalhadoras do Lar/ Trabalhadoras Domésticas/Trabalhadoras de Casas Particulares do MERCOSUL e da Região Andina, enviaram uma mensagem de “ALERTA

---

<sup>119</sup> Disponível em:

[https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:2551460](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:2551460). Acesso em: 20 jan. 2022.

e AJUDA” aos governos da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, organizações internacionais e a sociedade em geral, pedindo apoio econômico concretos, alimentos, equipamentos de proteção e protocolos de prevenção e proteção aos cuidados nas famílias em que trabalham (ONU, 2020).

Uma das recomendações do Relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2021) é que um sistema de cuidados deve ser implementado de forma integral para responder à sobrecarga de trabalho remunerado e não remunerado mulheres; também acompanham as mulheres inseridas no sistema de saúde e nos serviços de atenção, que têm maior exposição ao COVID-19.

O cenário que nos encontramos revela que a população afrodescendente e indígena encontra-se sobre representadas no trabalho doméstico, reafirmando o caráter classista e racista de um trabalho não regulado, controlado nem remunerado devidamente, evidenciando o fato de que ainda existe um longo caminho a percorrer para garantir os direitos das trabalhadoras (ONU, 2020).

A Academia tem contribuído com discussões aprofundadas sobre as desigualdades sociais, de classe, gênero e étnicas que perpassam os cuidados, seja ele remunerado ou não. Com marco da pandemia foi realizada uma seleção de trabalhos que discutem questões pertinentes a trabalho doméstico e raça, desigualdades territoriais e fluxos migratórios. Observe o quadro abaixo:

Quadro 7 - Contribuições dos estudos interseccionais brasileiros e argentinos durante e pós-pandemia

<b>CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS INTERSECCIONAIS BRASILEIROS DURANTE E PÓS PANDEMIA</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS INTERSECCIONAIS ARGENTINOS DURANTE E PÓS PANDEMIA</b>
Estudos que evidenciam as desigualdades sociais e raciais em relação aos cuidados/trabalho doméstico  GUIMARÃES e HIRATA, 2020a, 2020b, 2020c, 2021; TEIXEIRA, 2020; ARAÚJO, 2022; GUIMARÃES, 2022; MARTINS, 2022; ALMEIDA, 2022;	Estudos que evidenciam as desigualdades em relação as mulheres do centro e do interior/ fluxos migratórios e trabalho doméstico  DEBANDI E PENCHASZADEH, 2020; BATTHYANY; CEPEDA; ESPINEL VALLEJO, 2020; GAVAZZO, 2021, 2022; NEJAMKI e LÓPEZ, 2021; JOHANA e FACCIO, 2021

Fonte: Elaboração autoral.



Tanto a Argentina quanto o Brasil têm produzido estudos que tem por base uma perspectiva interseccional, isso pode contribuir com a construção de políticas de cuidado mais contextualizadas e situadas em ambos os países.

# O cuidado como marco na pandemia de COVID-19 na América Latina e Caribe

De acordo com o Relatório da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres foi de 46% em 2020, enquanto a dos homens foi de 69% (em 2019 foi de 52% e 73,6%, respectivamente). Calcula-se, também, que a taxa de desocupação das mulheres chegou a 12% em 2020, percentual que sobe para 22,2% se for assumida a mesma taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres em 2019. Em 2020, explica o estudo, registrou-se uma contundente saída das mulheres da força de trabalho, que, por ter que atender às demandas de cuidados em seus domicílios, não retomaram a procura por emprego.

Segundo o relatório produzido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2021)<sup>120</sup>, o enfoque de gênero não recebeu a devida atenção como um dos determinantes estruturais associados à saúde, os redirecionamentos dos serviços de saúde para atuar contra a crise sanitária impactaram na vida das mulheres, deixando-as sem o apoio para outras demandas. Por exemplo, uma em cada quatro adolescentes na América Latina, engravidaram sem que tenham decidido ter o bebê, pela falta de acesso a contraceptivos. Afirma que houve a reconfiguração dos espaços e ambientes laborais. As mulheres perderam seus meios de vida com maior rapidez, pois estarem vinculadas a setores econômicos mais afetados pela pandemia<sup>121</sup>. De acordo com o CEPAL (2020)<sup>122</sup>

La reducción del empleo en términos proporcionales fue mayor en el caso de las mujeres que en el de los hombres (18,1% en comparación con 15,1%, respectivamente), acaso por su mayor presencia en sectores muy afectados por

---

<sup>120</sup> Relatório *Gender and Health Analysis: COVID-19 in the Americas*. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/55557/OPSEGCCOVID-19210006\\_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/55557/OPSEGCCOVID-19210006_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso: 11 nov. 2022.

<sup>121</sup> *De acuerdo con un informe de la Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres (ONU-Mujeres) y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), actualmente alrededor de 435 millones de mujeres y niñas viven con menos de 1,90 dólares estadounidenses por día, cifra que incluye 47 millones de personas sumidas en la pobreza como resultado de la COVID-19.* Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/09/gender-equality-in-the-wake-of-COVID-19>. Acesso em: 01 maio 2023.

<sup>122</sup> *Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Organización Internacional del Trabajo. La dinámica laboral en una crisis de características inéditas: Desafíos de política. Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe N.º 23 (LC/TS.2020/128). Santiago de Chile: CEPAL; 2020. P. 5, 15, 34.* Disponível em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46308/S2000601\\_es.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46308/S2000601_es.pdf). Acesso em: 01 maio 2023.

la crisis de salud (servicio doméstico, restaurantes y hoteles, comercio). La destrucción de empleos domésticos asalariados (sobre todo de mujeres) (CEPAL, 2020, p. 2).

Os antecedentes dessas disparidades estão atrelados aos valores culturais, as expectativas e crenças que se encontram associadas a construção das identidades e relações de gênero. Por isso, torna-se preciso se trabalhar com enfoque interseccional (KERGOAT, 2012), que revela a forma como os diferentes determinantes sociais e estruturais, bem como atribuições identidades, são combinados para gerar diferentes formas de discriminação e desigualdade certos grupos populacionais (OPAS, 2021).

O reconhecimento das diferenciações de gênero é importante para a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas. As assimetrias de gênero estão vinculadas a construções simbólicas das diferenças sexuais e a um sistema de práticas sociais institucionalizadas. Nesse sistema, o binarismo ideal formatado nos papéis do masculino e feminino, influenciam as relações íntimas, familiares e sociais. Assim, presume-se o funcionamento da estrutura de cuidado baseada nas relações de gênero, o que oportuniza manter vivas as correntes de afeto, alianças e solidariedade social (BUTLER, 2020, s/p), noções advindas de um processo de naturalização da visão tradicional do ser mulher e da casa, essencializadora da natureza feminina (BIROLI, 2014; FEDERICI, 2019).

Conforme declarado na Recomendação Geral nº 28 do Comitê da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW, na sigla em inglês)<sup>123</sup>, a perspectiva de gênero e diversidade se sustenta em uma concepção sobre gênero que engloba identidades, funções e atributos socialmente construídos de mulheres e homens e o significado social e cultural que a sociedade atribui a essas diferenças.

Assim, gênero torna-se uma categoria analítica, ética e político indispensável, uma vez que, como observado na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres em 1995, realizada em Pequim, existem políticas públicas neutras em termos de gênero, uma vez que todos têm efeitos e impactos diferentes nas experiências de mulheres e homens.

O Observatorio de Igualdad de Género de la CEPAL (2021, p. 20)<sup>124</sup> assinala que:

---

<sup>123</sup> Disponível em:

[https://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/CEDAW\\_Recomendaci%C3%B3n\\_General\\_28\\_ES.pdf](https://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/CEDAW_Recomendaci%C3%B3n_General_28_ES.pdf). Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>124</sup> Observatorio de Igualdad de Género, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Autonomías [Internet]. Santiago de Chile: CEPAL; sin fecha [consultado el 12 de agosto del 2021]. Disponible en: <https://oig.cepal.org/es/autonomias>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Para el logro de una mayor autonomía se requieren muchas y diversas cuestiones, entre ellas liberar a las mujeres de la responsabilidad exclusiva de las tareas reproductivas y de cuidado, lo que incluye el ejercicio de los derechos reproductivos; poner fin a la violencia de género y adoptar todas las medidas necesarias para que las mujeres participen en la toma de decisiones en igualdad de condiciones.

A partir dessa definição se identificam três tipos de autonomias: física, econômica e para tomadas de decisão e participação. Observe as definições na figura abaixo:

Figura 4 – Definições de Autonomia



Fonte: CEPAL, 2021.

A afetação se expressa na impossibilidade de serviços de acesso devido à incidência de atual pandemia. Isso pode ser devido a medidas de mitigação, bem como a falta de continuidade nos programas e prestação de serviços. A pandemia afetou todas as autonomias, bem como as condições necessárias para pode ser exercido, no mundo em geral e nos países da região da América Latina e do Caribe em especial. Observe a imagem abaixo:

Figura 5 – A perspectiva de gênero na caracterização da pandemia



Fonte: CEPAL (2021)

Fazer referência à igualdade de gênero na saúde implica necessariamente garantir a igualdade de oportunidades para atingir o mais alto nível possível saúde e qualidade de vida, e igualdade no acesso à saúde, independentemente status socioeconômico, local de residência e o grupo cultural a que pertencem. Além disso, o direito à saúde inclui a liberdade de participação e autonomia na tomada de decisões fundamentadas relacionadas com a saúde e seus próprios corpos.

Nesse âmbito, o marcado de gênero deve ser interpretado a partir de uma perspectiva interseccional, pois a pandemia afetou as mulheres de formas diferentes, impactando mais severamente os setores em condições de pobreza e vulnerabilidade. Mesmo com as readaptações para o universo digital, ainda permaneceu a questão: quem pode realizar teletrabalho? De acordo com a OIT (2019, p. 103-104)<sup>125</sup>

Esta desigualdad de acceso a la opción del teletrabajo tiene serias consecuencias distributivas, pues la posibilidad de realizar este tipo de trabajo está

<sup>125</sup> Organización Internacional del Trabajo. *Panorama Laboral Temático 5: Mujeres en el mundo del trabajo. Retos pendientes hacia una efectiva equidad en América Latina y el Caribe*. Lima: OIT-Oficina Regional para América Latina y el Caribe; 2019: 103-104 [consultado el 12 de agosto del 2021]. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_715183.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_715183.pdf). Acesso em: 01 maio 2023.

estrechamente correlacionada con las oportunidades de acceso a Internet y esto a su vez está determinado por el nivel de ingresos de los hogares.

Poder trabalhar em casa é um privilégio que muitas mães pretas não tiveram, devido à necessidade de continuar trabalhando durante a pandemia de modo que não poderiam estar em isolamento social. Além disso, muitas das mulheres negras encontram-se em uma realidade informal no âmbito do trabalho, visto “que a informalidade nas relações de trabalho incide majoritariamente sobre a população negra” (OIT, 2020, p. 47), e no trabalho informal há menos garantia de direitos, como ter a possibilidade de trabalhar remotamente, assim como o dificultado acesso ao seguro-desemprego (SILVA; SILVA, 2021).

Afirma-se então que as mulheres sofrem mais pela pandemia em razão de duplicar ou triplicar suas horas dedicadas ao cuidado, limitando a sua participação no mercado de trabalho. Segundo a OIT, “*las mujeres se encargan de 80% de las tareas del hogar, lo cual restringe su participación efectiva en el mundo del trabajo*” (OIT, 2019, p. 103). Além disso, afirma que “*el grueso del trabajo de cuidado de personas en el mundo es realizado por cuidadoras y cuidadores no remunerados, en su mayoría mujeres y niñas pertenecientes a grupos socialmente desfavorecidos*” (OIT, 2019, p. 104).

No mesmo sentido, a ONU Mulheres afirma que “*el trabajo no remunerado de las mujeres a menudo incluye el costo del cuidado que sostiene a las familias, respalda las economías y cubre la falta de servicios sociales, pero rara vez se reconoce oficialmente como trabajo*”. Isso significa que a pandemia tem destacado o fato de que o trabalho não remunerado foi realmente uma rede de segurança social para o mundo e tornou possível para outros sair e ganhar uma renda produtiva, enquanto dificultou as oportunidades de crescimento e oportunidades de emprego para as mulheres, que tiveram que suportar o peso do cuidado<sup>126</sup>.

Assevera-se que, tanto no campo da reprodução social quanto do assalariamento, as mulheres aparecem como fundamentais na execução do trabalho doméstico e do de cuidado, “atividades essenciais para a sociedade, seja em termos da sua reprodução, seja tendo em vista o bem-estar dos seus membros” (GUIMARÃES e HIRATA, 2019, p. 17). A tendência com as mudanças sociodemográficas, com o envelhecimento da população, vão requerer mais provisão dos serviços de cuidado (OIT, 2020).

---

<sup>126</sup> Lungumbu S, Butterly A. El coronavirus “puede hacernos retroceder 25 años en igualdad para las mujeres”. BBC News. 2020 [consultado el 12 de agosto del 2021]. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-55086718>. Acesso em 01 maio 2023.

Na América Latina a tendência é que entre 2015 e 2050 a demanda por cuidado infantil diminua, enquanto aumentará para a população com idade mais avançada. Observe a imagem abaixo:

Figura 6 – Estrutura da demanda total de cuidados na América Latina

**Cuadro III.4**  
**América Latina: estructura de la demanda total de cuidados, según edad,**  
**a corto, mediano y largo plazo**  
*(En porcentajes)*

Fecha	Población de 0 a 4 años	Población de 5 a 14 años	Población de 15 a 64 años	Población de 65 a 79 años	Población de 80 años y más	Demanda total
2015	17,64	24,11	46,50	8,35	3,40	100,00
2020	16,59	22,47	47,22	9,77	3,95	100,00
2030	14,41	20,03	46,90	13,21	5,45	100,00
2040	12,61	17,59	45,47	16,11	8,20	100,00
2050	11,25	15,61	42,85	18,70	11,59	100,00
Porcentaje 2050/2015	63,78	64,73	92,15	224,07	341,11	

**Fuente:** Elaboración propia, sobre la base de Naciones Unidas, *World Population Prospects: The 2015 Revision. Key Findings and Advance Tables (ESA/P/WP.241)*, Nueva York, 2015. 2015).

Fonte: CEPAL, 2017

Isso demanda uma nova organização das cidades para a gestão do bem-estar, isso demanda mudanças políticas, legislativas e estruturais (CEPAL, 2017). Para tanto, torna-se necessário, “i) *obtener más recursos financieros, lo que implicará cambios en el sistema tributario, y ii) contribuir al cambio del contrato social que vincula entre sí a mujeres y hombres, jóvenes y viejos, oriundos e inmigrados*” (CEPAL, 2017, p. 113).

O papel tradicional da família evolui e as mulheres estão entrando cada vez mais no mercado de trabalho. Com o passar do tempo, a agenda do cuidado foi sendo modificada pelas novas configurações de família, sexualidade, pelos anseios profissionais e inclusive pela perspectiva do direito a não-cuidar (GUIMARÃES e HIRATA, 2019). Os modelos de família foram sendo ampliados/modificados, as mulheres passaram a ter acesso a métodos contraceptivos e começaram a ingressar no mercado de trabalho, por exemplo.

Mesmo assim, observa-se que “*la economía del cuidado se está institucionalizando cada vez más, pero las mujeres siguen siendo las que proveen la mayor parte del trabajo de cuidados no remunerado*” (OPAS, p. 104). As mulheres ainda estão responsáveis de forma desigual pelo trabalho doméstico e cuidados com crianças, sendo essas umas das barreiras para a entrada da mulher no mercado de trabalho.

De acordo com a Conferência Internacional sobre Estatísticas do Trabalho, o cuidado direto ou indireto, remunerado ou não, é considerado trabalho. Portanto, é um elemento fundamental para estabelecer políticas de justiça social e equidade de gênero.

Em 2018, 42,4% das mulheres em idade produtiva declararam que não estavam procurando trabalho ou não. O que está por trás das diferenças salariais? Não estar disponível para trabalhar por causa do emprego não remunerado. Os homens nessa condição mal chegaram a 5,2% (OIT, 2018). A maior dedicação às tarefas de cuidado da mulher ocorre mesmo quando estão ocupados no mercado de trabalho.

Por exemplo, os dados da Argentina mostram que, embora a diferença de gênero nas taxas de participação em tarefas de cuidado para os membros da família é de apenas 7,5 pontos percentuais entre assalariados formais, sobe para quase 20 pontos percentuais no caso de assalariados informais. De modo que mulheres enfrentam escassez de tempo, o que marca barreiras significativas em sua autonomia econômica, ao mesmo tempo em que acarreta limitações de renda para as famílias (LUPICA, 2015).

É preciso entender que a vinculação da mulher à casa encontra-se vinculada às representações sociais construídas ao longo do tempo. E mesmo com as modificações sociais advindas da saída da mulher para o mercado de trabalho, as velhas representações sociais pairam sobre os papéis tradicionalmente definidos para homens e mulheres.

Uma pesquisa desenvolvida pela GALLUP em parceria com a OIT, constata que na América Latina e no Caribe, 71% dos homens expressar seu desejo de que as mulheres participem do mercado de trabalho, mas apenas metade deles (36%) concorda que eles exercer exclusivamente trabalho remunerado fora de casa. Este tem a ver com o papel cultural que tem sido atribuído às mulheres como cuidadores de pessoas e famílias, mas também está com a falta ou insuficiência de serviços de atendimento institucionalizado (OIT e GALLUP, 2017).

Isso resulta que em busca de flexibilidade as mulheres precisam buscar trabalho em condições de inferioridade com os homens. Trabalhos cujos horários ou datas de entrega sejam mais rígidos são menos amigáveis à participação feminino (BLAU e KAHN, 2017; GOLDIN, 2014). É também mais fácil que as mulheres estejam alocadas em empregos informais, sem proteção social. De acordo com a OIT, *“las tasas de participación laboral son más altas para mujeres con familias en países donde hay mayor presupuesto para servicios de primera infancia, cuidado de corto y largo plazo, y prestaciones de maternidad, discapacidad, enfermedad, entre otros* (OIT, 2019, p. 100).



No período que antecedeu a crise da saúde, as mulheres já passavam um terço do seu tempo em tarefas domésticas e com cuidados não remunerados. Observe a imagem abaixo:

Figura 7 – Porcentagem de tempo dedicado ao trabalho doméstico na América Latina

**Cuadro 4.1. América Latina (11 países): Promedio de tiempo dedicado a quehaceres domésticos y cuidados no remunerados durante la semana en el hogar, según sexo (horas y porcentaje)**

Países	Unidad	Hombre	Mujer	Total
Argentina 2013	Horas	15,2	49,3	64,5
	Porcentaje	23,6%	76,4%	100,0%
Brasil 2018	Horas	10,1	25,3	35,4
	Porcentaje	28,6%	71,4%	100,0%
Chile 2015	Horas	16,8	41,1	57,9
	Porcentaje	29,0%	71,0%	100,0%
Colombia 2017	Horas	16,3	22,1	38,3
	Porcentaje	42,4%	57,6%	100,0%
Costa Rica 2017	Horas	14,2	41,2	55,3
	Porcentaje	25,6%	74,4%	100,0%
Ecuador 2012	Horas	12,3	52,6	64,9
	Porcentaje	18,9%	81,1%	100,0%
Guatemala 2018	Horas	6,0	51,6	57,6
	Porcentaje	10,4%	89,6%	100,0%
México 2014	Horas	20,2	68,5	88,7
	Porcentaje	22,8%	77,2%	100,0%
Paraguay 2016	Horas	15,0	51,9	66,9
	Porcentaje	22,4%	77,6%	100,0%
Perú 2010	Horas	20,0	54,7	74,7
	Porcentaje	26,8%	73,2%	100,0%
Uruguay 2013	Horas	14,8	38,5	53,3
	Porcentaje	27,8%	72,2%	100,0%

Fuente: Encuestas de uso del tiempo disponibles en los países de América Latina y el Caribe.

Fonte: CEPAL, 2017.

As mulheres foram mais afetadas durante a pandemia devido à deterioração das suas condições de vida como resultado das barreiras de acesso ao mercado de trabalho, do aumento do trabalho informal não remunerado em relação com os homens, a partir do fato de receber menor salário para a mesma carga horária, de maior carga de tarefas de cuidado, das restrições causados pelas medidas de mitigação da pandemia (bloqueio, distanciamento social) e de violência doméstica<sup>127</sup>.

<sup>127</sup> O Rastreador de Resposta Global Gênero para COVID-19 O PNUD documentou cerca de 177 iniciativas governamentais em 29 países com o objetivo de combater a violência contra a mulher no contexto da

No que tange a autonomia econômica, cabe evidenciar que o Relatório *¿Quién cuida en la ciudad? Aportes para políticas urbanas de igualdad*<sup>128</sup> (2017) afirma que a divisão sexual do trabalho afeta o acesso a autonomia do tempo e do espaço das mulheres, influenciando diretamente no acesso aos bens e serviços da cidade. Chama atenção para a importância de se analisar o tempo destinado ao trabalho não remunerado em casa, uma vez que as mulheres são as principais responsáveis pela tarefa.

O Relatório interroga que tipo de cidade queremos? Que tipo de vínculos sociais, estilos de vida, relações econômicas e ambientais, usos e distribuição do tempo queremos? Reflete como a cidade pode ser pensada e gerenciada no sentido de acolher e atender as necessidades das pessoas que culturalmente carregam o peso das tarefas de cuidados, a saber, as mulheres, com intuito que a mesmas possam exercer seus direitos e ampliar sua autonomia, o que requer novas formas nas relações de gênero, nas quais mulheres e homens possam usar e usufruir do espaço e do tempo da cidade em igualdade de condições.

De acordo com Relatório em um sistema de cuidado altamente privatizado, que exclui grande parte da população urbana, o aumento de pessoas dependentes coloca cada vez mais sob pressão as mulheres, afetando a sua entrada no mercado de trabalho. O cuidado é considerado como um dos pontos críticos das sociedades contemporâneas, principalmente em relação a evolução demográfica. As mulheres sustentam o sistema de cuidados, famílias se mantem graças a esse trabalho não remunerado. Isso afeta a autonomia econômica das mulheres que inclui a sua participação no mercado de trabalho. Pode-se dizer que,

*Desde siempre, la prestación de cuidados dentro del hogar ha recaído sobre las mujeres, en virtud de un contrato implícito de división sexual del trabajo que también contiene un importante componente generacional. La mujer/cónyuge y la mujer/madre son quienes han asumido principalmente las actividades de cuidado, aunque, por razones demográficas, ha ido adquiriendo cada vez más importancia la figura de la mujer hija/madre (la hija adulta que cuida a sus padres de edad avanzada) (CEPAL, 2017, p. 102).*

---

pandemia. A maioria deles foco no fortalecimento dos serviços atenção (64%) e a implantação de campanhas de sensibilização (23%).

<sup>128</sup> Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42424/1/S1700617\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42424/1/S1700617_es.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

Ou seja, o cuidado ainda é vinculado a uma ideia pretérita de família, em que a mulher estava vinculada ao espaço doméstico. As mudanças sociais demonstram que as mulheres permanecem vinculadas ao cuidado, e que sofrem o problema da escassez de cuidadores potenciais. As insatisfações com essa situação podem estar vinculadas a baixas taxas de matrimônio, aumento das taxas de divórcio e diminuição da taxa de natalidade. “*Las mujeres no han conseguido suficientes cambios en la división sexual del trabajo ni que los servicios públicos o comunitarios se hagan cargo de una parte sustancial del cuidado*” (CEPAL, 2017, p. 105).

Nas análises econômicas tradicionais, não se considera o trabalho doméstico não remunerado parte da estrutura produtiva. A questão é que “*si no se conoce el volumen de cuidado previo ni su distribución, ni las proyecciones demográficas que permiten prever la evolución de la demanda, no pueden programarse las políticas de cuidado*” (CEPAL, 2017, p. 105). Para desonerar as mulheres essas informações são fundamentais, tendo em vista um processo para empreender essa substituição.

É preciso refletir e investir em uma melhor divisão do tempo, que seja mais equitativa e igualitária, e o acesso a serviços públicos que as possibilite oportunidades de gerar recursos próprios (SABORIDO, 2000). “*Tales servicios e infraestructura constituyen el soporte físico y espacial de la vida cotidiana de las mujeres, y de las políticas y programas vinculados a su autonomía económica*” (SEGOVIA, 2016b, p. 55).

Isso significa incorporar a dimensão territorial e temporal na elaboração de políticas públicas, levando-se em conta a organização dos espaços, as necessidades de acessibilidade, a mobilidade, as dificuldades de conciliar os tempos domésticos familiares e do trabalho remunerado, o que repercute na sua qualidade de vida e decisões pessoais (CEPAL, 2017). Pode-se citar,

[...] identificar prioridades de localización en el territorio y programas orientados a compatibilizar los tiempos domésticos familiares y los tiempos laborales remunerados, favoreciendo la calidad de vida de mujeres y hombres y ampliando las opciones de las mujeres. Las dificultades de acceso y los altos costos de los servicios y del transporte, a los que en muchos casos se suman altos índices de violencia y de percepción de inseguridad, agregan una carga desproporcionada a las personas responsables del cuidado, principalmente las mujeres (TACOLI, 2012, p. 5).

Para tanto, torna-se fundamental discutir uma dimensão ampla e multidimensional do tempo, ativando processos de debate e sensibilização, também negociações e acordos envolvendo as demandas pessoais e coletivas. Deve-se valorar

mais o trabalho reprodutivo não remunerado em sua importância na garantia do bem-estar da sociedade em seu conjunto, compreendendo que tais experiências dão lugar a percepções e evidenciam posições diferentes das pessoas dentro da sociedade (CEPAL, 2017). O uso do tempo onde as desigualdades se materializam, se convertem em situações de injustiça, uma vez que as oportunidades laborais, políticas e de participação comunitária variam de acordo com a disponibilidade de tempo (MARCO, 2012).

Essa perspectiva permite obter uma perspectiva mais integral dos processos e das dinâmicas das pessoas que habitam a cidade, levando-se em conta suas multiplicidades de modos de vida. Significa facilitar o cuidado e autonomia das pessoas dependentes; conciliar as esferas da vida privada e pública; superar visões que hierarquizam e excluem; investir em segurança pública; e diminuição das distâncias entre os serviços públicos; melhores condições de acesso ao trabalho e estudos (SÁNCHEZ MADARIAGA, 2009).

Ou seja, trata-se de criar políticas públicas que possibilitem a conciliação entre trabalho não remunerado e trabalho remunerado (CEPAL, 2016a). Essa direção dialoga também com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sendo que a ODS 5 tem como objetivo alcançar a igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas<sup>129</sup>. De acordo com a CEPAL

Transformar el actual orden de género y redistribuir el trabajo no remunerado, no solo entre hombres y mujeres, sino entre las familias, el Estado, el sector privado y la comunidad, constituye uno de los pilares para alcanzar el desarrollo sostenible en 2030. Sin igualdad de género no habrá desarrollo en las ciudades, ni este será sostenible (CEPAL, 2017, p. 147).

Em geral, os indicadores que qualidade de vida levam em conta necessidades tangíveis como ar limpo, acesso a água, espaços de convivência, mobilidade, emprego; e também aspectos intangíveis como saúde, segurança, educação, esporte, participação cidadã. A esses, deveria ser incluído a racionalidade dos horários, a facilidade de acesso aos serviços e novas tecnologias. Dessa forma, o cuidado fará diretamente parte das relações sociais e indiretamente se relacionaria com os demais indicadores. Uma das questões que se colocam é que,

---

<sup>129</sup> Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

*El cuidado ya ha irrumpido entre las variables a tener en cuenta en la definición de las ciudades exitosas, pero todavía no ha logrado un alto grado de consenso en su definición ni en el modo de operativizarlo. Menosaín, en la disponibilidad de bases de datos rigurosas que permitan detectar y cuantificar cada progreso o deterioro de un modo comparable con otras ciudades (CEPAL, 2017, p. 101).*

Isto se dá pois existe uma superposição dos aspectos de infraestrutura e com os de seguridade e serviços sociais oferecidos diretamente aos cidadãos. É preciso de pensar e construir cidades cuidadoras com arquitetura e desenho urbanos mais inclusivos (FERNANDÉZ-GALIANO, 2017). Políticas de extensão das redes de água, saneamento e distribuição de água potável são essenciais para melhorar o acesso aos serviços básicos e reduzir a carga de trabalho doméstica, pois reduziriam a participação das mulheres nessas atividades (CEPAL, 2017c).

A emergência de um sistema de cuidados na América Latina une demandas de décadas dos movimentos feministas, organismos nacionais e internacionais e Academia. O investimento em políticas sociais para as mulheres está relacionado ao ciclo de governos progressistas na região, sendo que as políticas infantis foram as que mais se desenvolveram. Na década de 2000, as políticas de cuidado passaram a integrar a Constituição da Bolívia, Equador e Venezuela, e mais recentemente no Chile.

De acordo com o Boletim O cuidado na agenda política: o cuidado em disputa, no Uruguai, um Sistema Nacional Integral de Cuidados<sup>130</sup> foi instituído em 2016, “na perspectiva de gerar, com essa política, um modelo de corresponsabilidade de cuidados entre os diferentes provedores e entre homens e mulheres é explicitada no SNIC” (2022, p.10)<sup>131</sup>. O Sistema influenciou outras políticas nacionais na Colômbia, México, Costa Rica, Argentina e Chile, além de política municipais em Buenos Aires e Bogotá.

No próximo tópico veremos com mais profundidade como a pandemia de COVID-19 influenciou as relações sociais de gênero tanto em âmbito doméstico como público na Argentina e no Brasil. Além disso, identificar quais foram as ações realizadas por

---

<sup>130</sup> Como resultados pode-se citar: expansão da cobertura de educação e cuidado infantil (crianças com até 3 anos), por meio de serviços públicos, lícitos e em empresas e sindicatos; articulação de políticas de cuidado a pessoas em situação de dependência severa, abrangendo a política de assistentes pessoais para apoiar necessidades vitais, centros-dia e de longa permanência, e teleassistência; coordenação e oferta de formação para trabalhadoras e trabalhadores de cuidado. O apoio às famílias para a contratação de serviços de cuidado e a descentralização territorial também compõem essa política. Disponível em: <https://www.institutolula.org/as-19h-lancamiento-do-boletim-sobre-politicas-de-cuidado>. Acesso em: 4 abr. 2023.

<sup>131</sup> Disponível em: <https://www.institutolula.org/as-19h-lancamiento-do-boletim-sobre-politicas-de-cuidado>. Acesso em: 4 abr. 2023.

ambos os países para a construção de uma política de cuidados como novo paradigma social.

## Reconfigurações nas agendas de cuidado? Um olhar para o contexto argentino

O país também enfrenta um contexto de disparidades sociais e uma das problemáticas enfrentadas, além da violência doméstica<sup>132</sup>, relaciona-se ao universo do cuidado, no que tange a um sobrecarga de práticas de cuidado durante a pandemia (MINCYT-CONICET-AGENCIA, 2020).

A importância do cuidado entendido como um assunto de natureza coletiva e cidadã já era tratado nas Ciências Sociais (COMAS-d'ARGEMIR, 2017; RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ e MARZONETTO, 2015). Com a pandemia, o tema ganhou relevância em campanhas de prevenção e conscientização públicas que começaram publicizar a ideia de que todos dependemos do cuidado de outros na nossa vida cotidiana, e que cuidar de nós mesmos é cuidar dos outros (CASTILLA, KUNIN, ESMORIS, 2020).

O que se manifestou foi a incapacidade dos grupos vulneráveis de garantir seu próprio bem-estar, e também de acessar ao mercado para suprir suas necessidades de cuidado (CANEVARO, 2016). Logo, o que se observa é o entrelaçamento de desigualdades sociais, econômicas, regionais, de gênero, que produzem de forma interseccional múltiplas formas de opressão (WADE, 2009). A partir da perspectiva interseccional é possível transpor as diferenças entre homens e mulheres. Mas é possível evidenciar também diferenças entre o mesmo grupo, por exemplo, as mulheres vivenciam de formas distintas as experiências de cuidado (KUNIN, 2019).

### Trabalho de cuidados não remunerados

O que se verificou é que a experiência do surto pandêmico significou que o fardo doméstico das mulheres também se agravou, tornando sua parcela de responsabilidades domésticas ainda mais pesada (UNFPA Brasil, 2020)<sup>133</sup>. Somadas ao contexto de desigualdades estruturais e uma escassa centralidade nas políticas de

---

<sup>132</sup> Según el Observatorio Ahora que sí nos ven, que releva casos de femicidio en base a medios gráficos y digitales, el 72% de los femicidios entre el 20 de marzo y el 12 de abril ocurrieron en la vivienda de la víctima. (HOYOS, PUNTANO, et al., 2020).

<sup>133</sup> Relatório Técnico UNFPA Brasil – COVID – 19 um olhar para gênero. Março de 2020. Disponível em: [https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/Portuguese-covid19\\_olhar\\_genero.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/Portuguese-covid19_olhar_genero.pdf). Acesso em: 29 ago. 2022.

cuidados, contribuindo com a reprodução da pobreza e a persistência das desigualdades de gênero (CEPAL, 2020). De acordo com a ONU Mulheres

As mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não remunerado, principalmente em tempos de crise. Devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres, que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças (ONU MULHERES, 2020, p. 1).

No mês de março de 2020 foi decretada na Argentina a quarentena, restringindo a circulação de pessoas nas ruas e no comércio, mantendo apenas serviços essenciais em funcionamento. No caso da Argentina, o *aislamiento social preventivo y obligatorio* (ASPO), foi realizado pelo presidente Alberto Fernández, através do Decreto 297/2020, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Como resultado, as atividades educacionais foram encerradas e o trabalho foi readaptado para o âmbito doméstico, todavia não se refletiu os impactos dessas mudanças para as mulheres

A partir de la pandemia la modalidad del teletrabajo se extendió de forma disímil hacia otras actividades y categorías. En términos generales, las nuevas regulaciones aplicables durante la pandemia procuraron que el teletrabajo sirviera como una modalidad capaz de asegurar la continuidad laboral, sin reparar en obstáculos y desafíos para el reconocimiento de los cuidados (CEPAL, 2020, p. 171).

Essa alteração sobrecarregou ainda mais as mulheres que destinam o triplo do seu tempo às atividades domésticas e de cuidados não remunerados (CEPAL, 2020). Antes da pandemia, as mulheres já destinavam de 22 a 42 horas a atividades não remuneradas.

Figura 8 – Tempo dedicado ao trabalho remunerado e não remunerado na América Latina



Fonte: CEPAL, 2021

O número de horas destinadas aos cuidados aumentam em lares com menores ingressos de recursos, e também nesses lares é alto o número de dependentes, somado a falta de serviços públicos de qualidade. Isso gera um círculo vicioso de aumento e reprodução da pobreza (SCURO e VACA-TRIGO, 2017).

Na Argentina, no âmbito de um acordo de cooperação entre a Direção Geral de Estatísticas e Censos da cidade de Buenos Aires e Instituto de Ciências da Universidade Nacional General Sarmiento. Em 2005, pela primeira vez na Pesquisa Anual de Domicílios, foi módulo correspondente à pesquisa sobre o uso do tempo na cidade de Buenos Ayres. A segunda pesquisa de uso de tempo realizada neste país realizado na cidade de Rosário, em 2010, a Faculdade de Ciências Economia e Estatística da Universidade Nacional de Rosário, em aliança com o Instituto Provincial de Estatística e Censos (IPEC) de Santa Fe e o Programa de Voluntários das Nações Unidas.

Nesta pesquisa, além de informações sobre o uso do tempo são coletadas, são incorporadas pela primeira vez o trabalho voluntário (AGUIRRE e FERARI, 2014). Entre 7 de setembro e em 15 de dezembro de 2016, foi realizada uma pesquisa sobre o uso do tempo na cidade de Buenos Aires, com o objetivo de coletar dados sobre a alocação de tempo para diferentes atividades diárias, entre as quais trabalho remunerado,



atividades domésticas, cuidados de meninos, meninas, idosos ou pessoas com deficiência, o estudo, recreação, viagens e transferências. A falta de tempo usa dados em níveis grupos subnacionais dificulta o planejamento territorial com enfoque de gênero. (CEPAL, 2017).

A análise sobre o uso do tempo com o trabalho não remunerado é fundamental para analisar as desigualdades de gênero (CEPAL, 2016). As informações de uso do tempo permitem que entendamos como as transformações nas cidades afetaram de diferentes maneiras vida de mulheres e homens (CEPAL, 2017).

Em pesquisa realizada nos períodos de maio a junho de 2020, intitulada “Maternidade(s) durante a pandemia de COVID-19: tempos e espaços no cotidiano”, foi possível observar como as mulheres sentiram o impacto da pandemia a partir das mudanças que ocorreram dentro das suas casas<sup>134</sup>.

A seguinte análise foi feita a partir das 75 respostas que foram obtidas através de um formulário que contou com 34 questões e que foram respondidas por mães argentinas, mulheres que são pertencentes à classe média. O formulário foi aplicado online pelo *google* formulários e teve o apoio de pesquisadoras brasileiras e de uma pesquisadora argentina que dispararam o documento em suas redes de contato, isso explica o fato de que as respostas vindas da Argentina se encontram na região norte, onde a pesquisadora vive.

Como resultados da pesquisa no caso argentino, as mulheres mães viviam em cidades medianas no interior da Argentina, são caracterizadas em idade produtiva, casadas ou não, vivenciando em sua maioria (mais de 70%) a divisão do espaço da casa com crianças de até 12 anos. A maioria (65, 3%) também dependia da escola como uma importante rede de cuidado. Nesse universo, mais de 70% das mulheres trabalhavam de forma remunerada, sendo que 40% em empregos formais, e tiveram suas vidas impactadas pelas mudanças sociais do período pandêmico, principalmente com as restrições ocasionadas pelo isolamento social. Não há nesse contexto uma grande discussão étnico-racial, tendo em vista que a maioria das mulheres se declaram brancas (68%). Vale ressaltar que o motivo das respostas obtidas na Argentina estarem localizadas na região norte do país é o fato de que a pesquisadora que divulgou a pesquisa residi na mesma localidade.

---

<sup>134</sup> Coordenado pelas pesquisadoras Maria Fernanda Gonzalez (*Universidad Nacional de Entre Ríos/Argentina*), Fabiene Gama (*Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil*) e Rosamaria Carneiro (*Universidade de Brasília/Brasil*).

No caso argentino, pode-se observar que a maior parte das interlocutoras vivem em cidades pequenas e fazem parte da classe média, ainda, pode-se observar que essas mulheres se declararam brancas, são casadas e também possuíam uma rede de apoio terceirizada em um contexto pré-pandemia, apesar de que muitas já realizavam o trabalho doméstico dividindo-o com seus companheiros.

Acerca do espaço físico da casa e suas reconfigurações, durante a pandemia, pode-se observar que agenda de cuidado passou a ser realizada majoritariamente por mulheres, todas as atividades de seu cotidiano em casa: trabalho doméstico, trabalho remunerado, cuidado com os filhos e atividades escolares, trabalho doméstico e atividades de lazer em geral em virtude da pandemia. De acordo com Fauer, podiam se observar o grande acúmulo de funções vivenciados predominantemente mulheres em virtude do isolamento social, sendo integrado em um mesmo local o trabalho remunerado e não remunerado, além da educação dos filhos e filhas (GIATTI, BATISTA *et al.*, 2022, p. 44).

As mulheres, para além do cuidado direto, foram envolvidas em outras responsabilidades como o “cuidado emocional”. O apoio emocional que as mulheres ofertaram para a sua rede precisa ser entendido como uma superposição de tarefas. Atrelado ao mito da mãe sacrificial, sempre paciente e presente, aquela que tudo deve dar e nada receber, em uma profunda negação do espírito da dádiva, “rocha” das relações humanas (FERNANDES, 2018). Essa atividade também se colocou como um grande desafio para as mulheres que trabalhavam profissionalmente com o cuidado, que agregaram para além de suas atividades laborativas a responsabilidade de cuidar de sua própria rede familiar.

Antes da pandemia, já havia estudos que demonstravam a falta de recursos humanos e a sobrecarga de atividades. O desgaste físico e emocional decorrente das altas demandas e da duração do dia, que em muitos casos impacta no absenteísmo, riscos psicossociais e/ou doenças mentais como estresse ou *burnout* (ASPIAZU, 2017; MALLEVILLE e BELIERA, 2020). “*Esta situación quedó aún más visible a partir de la pandemia de coronavirus dado el incremento de tareas y la ‘esencialidad’ de las mismas para el sostenimiento de la vida, la recuperación, la prevención y el acompañamiento en la muerte*” (RAMACCIOTTI, 2022, p. 14).

Pesquisas também foram realizadas no interior da Argentina. Como resultados dos estudos da pesquisadora Johana Kunin, verifica-se que as mulheres das cidades de pequeno e médio porte —que contam com ofertas locais públicas e privadas de cuidado menos robustas do que nos grandes centros urbanos— tiveram que lidar mais com a

perda de emprego ou renda do que com o teletrabalho durante a pandemia de COVID-19.

Ao contrário das mulheres que viviam em zonas urbanas, que tinham sobretudo de garantir a ligação às aulas online, as que viviam em zonas rurais tinham de se tornar “professoras” dos filhos e gerir o acesso aos materiais de estudo. Com menos renda, realizaram um intenso trabalho de reorganização monetária das famílias que, em muitos casos, porém, resultou em dívidas. O endividamento era geralmente canalizado por vias informais, principalmente pela solicitação de empréstimos a amigos e parentes e pela prática da confiança em pequenos negócios da cidade. Por isso se argumenta que se observa uma dupla “familiarização”: do cuidado e do endividamento (KUNIN, 2022)<sup>135</sup>.

Em pesquisa realizada durante o período pandêmico pelo *Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación* da Argentina, em 28 localidades rurais e 22 bairros, em um contexto de pobreza urbana e rural na Argentina, foi possível realizar o seguinte Diagnóstico: o principal cuidador é a família e, dentro dela, a mulher; existe maior carga de tarefas de cuidado familiar nas áreas rurais; a simultaneidade das tarefas de cuidado dificulta a diferenciação das atividades; as organizações chegaram antes do Estado para atender as demandas da população (alimentação, saúde); existe menor presença de organizações comunitárias nas áreas rurais; e, a presença do Estado em torno das políticas assistenciais, por meio de programas de transferência monetária, tem menos incidência na zona rural. Observa-se no total um grupo que tem acesso a diversos programas sociais e outros com percepção inferior<sup>136</sup>.

Estudos sobre paternidades também são desenvolvidos na Argentina, levando-se em conta as contradições e desafios do paternar face à precariedade laboral e econômica; o exercício da paternidade em cenários diversos, interculturalidade e interseccionalidade; e as apreensões, significados e questionamentos do exercício paterno (MARTÍN, 2020)<sup>137</sup>.

Em outra pesquisa realizada pelo *Núcleo de Estudios sobre Intimidades, Política y Sociedad de la Universidad Nacional de San Martín*, com 14 homens da classe média em Buenos Aires, com trabalhos estáveis e pais de filhos menores de 12 anos, observou-se

---

<sup>135</sup> Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47874-deudas-cuidados-vulnerabilidad-caso-mujeres-hogares-rurales-la-argentina>. Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>136</sup> O Projeto foi coordenado pela pesquisadora Liliana Madrid. As atividades foram articuladas a partir da interação entre diferentes instituições de pesquisa UNICEN - UNdMP - UNLP - UNLu - UBA - CIEPP/CONICET - UNPAZ - UNC - UNSL - UNT - UNPA - INTA. Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/madrid\\_-\\_extendido.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/madrid_-_extendido.pdf).

<sup>137</sup> Disponível em: <https://www.udg.mx/es/evento/webinar-de-la-paternidad-las-paternidades-y-los-padres>. Acesso em: 10 abr. 2023.

que a pandemia tornou a porosidade visível das fronteiras entre o íntimo e o público. Aquilo que se pensava estar separado, oposto e antagônico foi obrigatoriamente sobreposto no confinamento. Também demonstraram grandes dificuldades em fazer coexistir obrigações públicas e responsabilidades privadas. Nesse sentido, eles encontram o espaço doméstico como entidade com temporalidade e dinâmica próprias que lhes aparecem como desconhecidas e até pouco frequentado até o início da pandemia. A partir desse momento, adaptação à nova realidade significou combinar várias estratégias e práticas de adaptação (CANEVARO e CASTILLA, 2021).

Para Canevaro e Castilla (2021, p. 110), “*la transformación del espacio del hogar en un lugar público conllevó la creación de nuevas formas de sociabilidad y afectó sus propias maneras de construir intimidad e identidad*”. Para as pesquisadoras, para que aconteça a incorporação dos homens como sujeitos das políticas de cuidado é preciso pensar sobre as experiências e noções de paternidade situadas e moldadas pelas trajetórias biográficas e hierarquias sociais ou étnicas (CANEVARO e CASTILLA, 2021).

## Trabalho Remunerado de Cuidados

As dificuldades endêmicas do mercado de trabalho argentino em termos de nível de informalidade e baixos salários se agravaram com a forte perda de empregos informais durante o segundo trimestre de 2020, embora sem diferenças marcantes por gênero. O aumento do trabalho doméstico continua principalmente nas mãos das mulheres. A renda não trabalhista é mantida e cobra um valor maior devido à queda na renda do trabalho. E são especialmente importantes para as mulheres que, de mãos dadas com as políticas sociais que permitiram seu acesso ou as priorizaram, as percebem massivamente (CEPAL, 2020, p. 24). Nesse contexto, o governo argentino projeta uma queda do PIB de -12,1% (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020), o que afetará o assalariado e principalmente a renda<sup>138</sup>.

Nos setores mais afetados, que respondem por quase 56% da queda do emprego, estão os trabalhadores com maior exposição à pobreza antes da crise. Exceto no setor da construção, estes são setores altamente feminizados, especialmente o das mulheres trabalhadoras em casas particulares e outros serviços sociais. As mulheres trabalhadoras de outros setores altamente feminizados também foram expostas a condições de trabalho particularmente difíceis, seja por sua própria exposição ao vírus – no setor de saúde – ou pela sobrecarga de trabalho que vem com a conciliação de tarefas – com os de trabalho remunerado – para os que continuaram a realizar as suas tarefas em casa (CEPAL, 2020, p. 24).

---

<sup>138</sup> Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46453>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Antes da pandemia, já havia estudos que demonstravam a falta de recursos humanos e a sobrecarga de atividades. O desgaste físico e emocional decorrente das altas demandas e da duração da jornada de trabalho, que em muitos casos tem impacto no absenteísmo, riscos psicossociais e/ou doenças mentais como estresse ou *burnout* (ASPIAZU, 2017; NEFFA e HENRY, 2017; MALLEVILLE e BELIERA, 2020).

Em pesquisa realizada por Ramacciotti (2022), com dados baseados em 44 entrevistas realizadas com enfermeiros e enfermeiras dos subsetores público e privado, trabalhando durante a pandemia na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) e na zona sul da Província de Buenos Aires, ficou evidenciado que situação difícil se agravou dado o aumento das tarefas e sua “essencialidade” para manutenção da vida, recuperação, prevenção e acompanhamento na morte. Embora novas pessoas tenham sido contratadas por meio de contratos provisórios, o caráter contagioso da doença e a incerteza biocientífica geraram momentos de sobrecarga de trabalho, estresse e dúvidas quanto à falta de clareza quanto às medidas de biossegurança (RAMACCIOTTI, 2022).

De acordo com a pesquisa, embora existissem algumas políticas de Estado que tentou regular e intervir em situações como os equipamentos sanitários necessários para trabalhar em situação de pandemia ou a criação de espaços de apoio emocional. O setor experimentou essas medidas com alguns atrasos em sua aplicação ou em sua implementação efetiva (RAMACCIOTTI, 2022).

Na Argentina, em pesquisa realizada com profissionais de enfermagem durante a pandemia observou-se que o panorama de trabalho era marcado por: carência de infraestrutura; baixos salários; 40% desempenhavam mais de uma atividade remunerada; a feminização da categoria chegava a 85%. Questões como essas trouxeram como consequências: incerteza, estresse no trabalho, aumento do contágio, sobrecarga de tarefas (92% expressaram que aumentou a intensidade do trabalho com novas tarefas e maior pressão; e 85% responderam que tinham que trabalhar para os colegas que estavam infectados); Desentendimento, estresse, renda insuficiente; 70% das pessoas pesquisadas tiveram que gastar dinheiro de sua renda para usar Equipamentos de Proteção Individual<sup>139</sup>.

As discussões sobre as temáticas de trabalho na enfermagem envolveram o eixo de formação e de condições de trabalho. No primeiro eixo se buscava a incorporação de áreas de reflexão sobre violência de gênero e trabalho em áreas educacionais e de trabalho e/ou instâncias de mediação para resolução de conflitos. Buscava-se a

---

<sup>139</sup> Pesquisa coordenada por Karina Ramacciotti (*Universidad Nacional de Quilmes- CONICET*). Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ppt\\_ramacciotti.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ppt_ramacciotti.pdf). Acesso em: 28 set. 2022.

priorização nos processos de graduação e pós-graduação, com a consolidação do ensino universitário gratuito em todas as províncias através do financiamento adequado que garantisse vagas e acessibilidade ampla. Evidenciou-se a necessidade de formação e atualização permanente, com a abertura de cursos de pós-graduação que permitissem um trabalho articulado e formação contínua por meio de bolsas, licenças, auxílios baratos ou gratuitos<sup>140</sup>.

No segundo eixo se discutiu: que sendo uma profissão altamente feminizada, recomendava-se garantir complementos salariais e acordos de cuidados remunerados no caso de funcionários com crianças e/ou idosos posição. Cabe ressaltar que essa mesma participação feminina não se verifica nos principais postos de decisão e comando (MATOS, 2020).

Além disso, era necessário a manutenção de profissionais com contratos temporários ou bolsas de contingência incorporadas a situações de emergência de saúde, para aliviar a sobrecarga de trabalho, e se buscar uma readequação das atividades após o período de crise sanitária. Esses pontos são fundamentais para um panorama de mulheres que integraram diferentes agendas de cuidado durante o período de emergência e, condensando cada vez mais responsabilidades, sem a sua devida remuneração ou reconhecimento<sup>141</sup>.

Na Argentina ações foram realizadas nos âmbitos institucionais no que tange aos processos reflexivos que envolveram a profissão da enfermagem, como: realizou-se em San Rafael uma formação de professores do Ensino Superior da Cruz Vermelha; realização de ciclo de palestras sobre investigação em Saúde no Hospital Nacional em Red “Lic. Laura Bonaparte”; além da divulgação dos resultados do projeto (31 participações) na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, com a reunião de representantes da Escola Provincial de Enfermagem, Cullen Hospital Professionals, CEMAFE e Hospital Iturraspe, dirigentes sindicais, Cruz Vermelha e Colégio de Profissionais<sup>142</sup>.

Em relação ao trabalho de cuidado comunitário foi realizada pesquisa durante o período pandêmico pelo *Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación* da Argentina, em 28 localidades rurais e 22 bairros, já em um contexto de pobreza urbana e rural na Argentina, foi possível realizar o seguinte Diagnóstico: o principal cuidador é a família e, dentro dela, a mulher; existe maior carga de tarefas de cuidado familiar nas áreas rurais; a simultaneidade das tarefas de cuidado dificulta a diferenciação das atividades;

---

<sup>140</sup> Ibid.

<sup>141</sup> Ibid.

<sup>142</sup> Ibid.

as organizações chegaram antes do Estado para atender as demandas da população (alimentação, saúde); existe menor presença de organizações comunitárias nas áreas rurais; e, a presença do Estado em torno das políticas assistenciais, por meio de programas de transferência monetária, tem menos incidência na zona rural. Observa-se no total um grupo que tem acesso a diversos programas sociais e outros com percepção inferior<sup>143</sup>.

Nesse contexto, de acordo com a pesquisa, novas propostas para alcançar o âmbito das políticas públicas começaram a ser discutidas, a saber, revisão e modificação da legislação existente (trabalho, saúde, educação) para incorporar as tarefas de cuidado; reconhecimento formal do trabalho de cuidado comunitário; desenho de esquemas de interligação para setores de políticas sociais<sup>144</sup>.

Para Castilla *et al.*, 2020:

Esses cruzamentos marcados pela pandemia do COVID-19 e com consequências assumidas no pós-pandemia, destacam a necessidade de agir politicamente, para pensar intervenções do Estado. Os recentes enunciados de políticas públicas propõem cuidar em igualdade desde a concepção sendo cuidado como um direito de ancoragem federal e territorial, enquadrado em redes de reciprocidade e constitutivas das desigualdades de gênero (CASTILA, *et al.*, p. 5, 2020).

A partir da pesquisa sinalizada acima foi possível observar mobilizações/trocas institucionais dentro da Argentina, como: o Acordo Marco de Assistência e Cooperação Recíproca entre o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade da Nação Argentina e UNICEN; Acordos para a assinatura do acordo específico Direção Nacional de Mapeamento de Cuidados (MMGD Nation); Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA). Plataforma Gênero, Infância e Juventude; Coordenação Nacional de Bairros Populares do Ministério do Desenvolvimento Social da Nação Argentina; Também foram realizadas reuniões com diversos atores de municípios/distritos e organizações prestadoras de cuidados para transferência de resultados; foram realizadas atividades para divulgar os resultados da pesquisa em para órgãos estaduais,

---

<sup>143</sup> O Projeto foi coordenado pela pesquisadora Liliana Madrid. As atividades foram articuladas a partir da interação entre diferentes instituições de pesquisa UNICEN - UNdMP - UNLP - UNLu - UBA - CIEPP/CONICET - UNPAZ - UNC - UNSL - UNT - UNPA - INTA.

Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/madrid\\_-\\_extendido.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/madrid_-_extendido.pdf). Acesso em: 01 maio 2023.

<sup>144</sup> Ibid.

organizações, comunidades e público em geral; consolidação das Universidades e Centros de Pesquisa como atores para o diagnóstico e desenho de políticas públicas<sup>145</sup>.

## Políticas Públicas de Cuidados

A Argentina tem sido referência em políticas de cuidados na América Latina. A CEPAL tem uma página destinada ao Observatório da Igualdade de Gênero na América Latina e Caribe<sup>146</sup>, na pesquisa usando o indexador “Argentina” aparecem 18 relatórios e estudos, sendo 3 relacionados a autonomia econômica<sup>147</sup>; 9 relacionados a autonomia física<sup>148</sup>, contendo dados quantitativos dos feminicídios no país desde 2014; 5 no tópico autonomia para tomada de decisões, com enfoque para participação das mulheres no parlamento<sup>149</sup>; 2 relacionados a inter-relação das autonomias.

Na Argentina, com o objetivo de gerar informações para o planejamento do sistema de transporte da Área Metropolitana de Buenos Aires, Entre o final de 2009 e o início de 2010, foi realizado o Inquérito à Mobilidade domiciliar Seus resultados nos permitiram descrever as características de demanda de viagens ao nível de cada zona definida na área de estudo, discriminados por nível socioeconômico da população, modo de transporte utilizados, períodos e motivos das viagens, bem como informações demográficas e rotinas de viagem (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2010).

Em geral, essas pesquisas identificam as categorias de trabalho remunerado, estudo, pessoal, social, compras, saúde e lazer como motivos da viagem, e dão menor importância à divulgação de dados sobre o tempo gasto em viagens relacionadas ao cuidado de pessoas ou gestão doméstica. É importante que este tipo de instrumento permita uma identificação clara das deslocamentos associadas a tarefas relacionadas com o trabalho doméstico e sobretudo de cuidados. Só assim a mobilidade urbana pode ser planejada tendo em conta as necessidades de cuidados da população e dos que se encarregam de cuidar da população dependente (CEPAL, 2017).

A organização do tempo nas cidades da região está condicionada à oferta de horários, frequência e priorização do transporte público, que, por sua vez, tem sido determinado a partir de duas atividades principais: a entrada e a saída de quem trabalham na produção centros e universidades (MONTANER e MUXI, 2011). Isso limita

---

<sup>145</sup> Ibid.

<sup>146</sup> Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/node/1442>. Acesso em: 20 nov. 2022.

<sup>147</sup> Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/documents/autonomy/autonomia-economica-25/country/argentina-5>. Acesso: 21 nov. 2022.

<sup>148</sup> Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/documents/autonomy/autonomia-fisica-1/country/argentina-5>. Acesso em: 21 nov. 2022.

<sup>149</sup> Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/documents/autonomy/autonomia-na-tomada-decisoes-24/country/argentina-5>. Acesso em: 21 nov. 2022.



a autonomia econômica das mulheres, que passam mais tempo indo aos serviços de saúde ou estabelecimentos de atendimento e educação e, como mencionado em outros estudos, são as principais usuárias do transporte público (FIGUEROA e WAINTRUB, 2015; HERNANDÉZ, 2012; DÍAZ JIMÉNEZ, 2002).

Além disso, deve-se considerar que o tipo de atividades de cuidado realizadas por homens e mulheres é diferente: enquanto os homens geralmente participam de atividades como brincar, passear ou levar os filhos a algum lugar, as mulheres concentram-se naquelas atividades que exigem vida diária, sistemática horária e desempenho obrigatório (alimentação, higiene, cuidados de saúde) (BATTHYÁNY, 2009). Para se construir uma política de cuidar torna-se necessário repensar a cidade e toda a sua infraestrutura.

No âmbito legislativo, a sanção da lei argentina de teletrabalho é uma exceção no âmbito regional, pois contempla a possibilidade de interromper a jornada de trabalho com a finalidade de cuidar de pessoas. Embora escassos, durante a pandemia foram assinados acordos e emitidas resoluções entre empregadores e sindicatos que significou uma mudança de rumo. Ambas as circunstâncias podem implicar um novo ponto de partida para a corresponsabilização das tarefas de cuidado, ou pelo menos poderia atenuar os efeitos do uso dessa modalidade de forma não regulamentada (CEPAL, 2020).

Nesse contexto, novas propostas para alcançar o âmbito das políticas públicas começaram a ser discutidas, a saber, revisão e modificação da legislação existente (trabalho, saúde, educação) para incorporar as tarefas de cuidado; reconhecimento formal do trabalho de cuidado comunitário; desenho de esquemas de interligação para setores de políticas sociais<sup>150</sup>.

Para tanto, uma mudança estrutural nas agendas de cuidado, não pode ser alcançada apenas com medidas legislativas é preciso de pensar em uma abordagem integral, contínua e estendida das políticas públicas com recomendações para o fortalecimento da soberania do tempo de trabalho; na desnaturalização das garantias específicas; ampliação de bases para o exercício do direito de cuidar e ser cuidado; ampliação das definições de cuidado; aumento da infraestrutura e desenvolver serviços de atendimento, integrar políticas de atendimento previdência social e desfamiliarizar

---

<sup>150</sup> Ibid.

as proteções trabalhistas; fortalecimento da perspectiva de gênero dos atores sociais (CEPAL, 2020)<sup>151</sup>.

No caso da Argentina, enquanto se desenha o Sistema Integral de Cuidados, pré-definido como “um conjunto de políticas públicas de tempos, recursos e espaços que promova a igualdade nos cuidados e a consequente equidade de gênero”, a cobertura de serviços e transferências monetárias foi ampliada – considerando as crianças, pessoas com deficiência e idosos como público-alvo. Além disso, um avanço na perspectiva da igualdade de gênero e valorização do cuidado foi o reconhecimento do tempo de trabalho de cuidado não remunerado das mães, que passou a contar até 5 anos para o tempo de aposentadoria<sup>152</sup>.

É importante ressaltar que a partir das lutas e mobilizações feministas foi criado em 2019 o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade (MMGyD), recuperando a demanda histórica sobre a desigualdade de gênero em importar-se. Além disso, incluiu em sua estrutura diretrizes para políticas assistenciais, pensar e implementar políticas públicas que permitam enfrentá-los como um trabalho historicamente invisível e deixado a decisões na esfera privada das famílias ou comunidades<sup>153</sup>.

A partir do Ministério foi criada a campanha nacional "*Cuidar en Igualdad*". A partir de uma abordagem integral, federal e com foco em direitos, gênero e diversidade, a campanha "Cuidando pela Igualdade" percorre todo o país para resgatar conceituações, saberes, saberes e dinâmicas organizacionais pré-existentes em torno do cuidado, promover maior conscientização e corresponsabilidade acordo coletivo sobre o direito de cuidar e ser atendido e detectar necessidades e prioridades que alimentem a formulação de políticas públicas<sup>154</sup>.

De acordo com o material divulgado, o caminho para uma reorganização mais justa do cuidado será uma construção coletiva junto ao Governo Nacional, as províncias e municípios, organizações sociais e sociedade civil, famílias, sindicatos, empresas, cooperativas e aqueles que realizam espaços comunitários de cuidado. A partir disso foi construído um Mapa para construção de informações sobre as redes de cuidados, e se

---

<sup>151</sup> Disponível em:

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46453/S2000784\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46453/S2000784_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13 nov. 2022.

<sup>152</sup> Disponível em: <https://www.institutolula.org/as-19h-lancamento-do-boletim-sobre-politicas-de-cuidado>. Acesso em: 4 abr. 2023.

<sup>153</sup> Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/generos>. Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>154</sup> Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/generos/cuidados/camp-nac-cuidar-en-igualdad>. Acesso em: 10 abr. 2023.

configurará como informação para tomadores de decisão e o Parlamento Territorial seria um espaço para levantar demandas, desafios e proposto<sup>155</sup>.

Como forma de transferência de financiamento ARTICULAR, PRODUZIR e GENERAR acompanhamento e formação técnica para implementação de projetos de cuidados<sup>156</sup>.

As ações de estruturam a Campanha *Cuidar em Igualdad* são:

#### Quadro 8 – As ações de estruturam a Campanha *Cuidar em Igualdad* na Argentina

Rondas Nacionais de Conscientização sobre Igualdade de Cuidados: Durante os meses de setembro e outubro de 2020, juntamente com chefes de ministérios e órgãos do Estado Nacional, redes de vereadores e universidades, sindicatos e organizações, realizamos reuniões para engajar a participação e monitoramento do processo em cada província, a fim de avançar políticas que colocam o cuidado no centro da vida e da economia e podem ser redistribuídos de forma mais justa entre todas as identidades de gênero.
Rodas de apresentação/reunião de organização com os referentes provinciais  Formamos uma equipa provincial multisectorial, aprofundamos os objetivos da Campanha, o esquema de trabalho e as instâncias a organizar em conjunto.
Rodadas Internas de Intercâmbio e Reflexão  Juntamente com a equipe provincial multisectorial, convocamos os setores e atores envolvidos na organização local do cuidado, para aproximar o sujeito de sua própria experiência coletiva institucional e territorial em diálogo com o mínimo de conteúdo teórico. Com base em reuniões internas por setor, buscamos: reconstruir a organização local do cuidado; identificar quem cuida e as condições em que o faz; trocar experiências e estratégias;  levantamento das necessidades e demandas locais; sensibilizar para a distribuição das práticas de cuidados e para os problemas subjacentes; traçar propostas, priorizar ações e linhas de trabalho conjuntas. Essas instâncias são preparatórias para a participação no Parlamento Territorial de Cuidados, onde cada setor compartilha as conclusões de seus debates em diálogo com os atores nacionais.

<sup>155</sup> Ibid.

<sup>156</sup> Ibid.

Quadro 8 – As ações de estruturam a Campanha *Cuidar em Igualdad* na Argentina (continuação)

<p><b>Parlamentos Territoriales de Cuidado</b></p> <p>Los Parlamentos están pensados como espacios en los territorios para que lxs actorxs y sectores que intervienen en la organización local de los cuidados confluyan y dialoguen. Constituye el corazón de la Campaña y el momento fundante que expresa el compromiso multisectorial con la transformación social y la construcción de otras realidades para los cuidados, más justas e igualitarias.</p> <p>A partir de la convocatoria de integrantes de organizaciones sociales, políticas y feministas, instituciones privadas y públicas, académicxs y referentxs culturales, entre otrxs, nos proponemos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Promover el intercambio de experiencias y estrategias locales sobre cuidados y su organización social;</li><li>• <i>Relevar</i> necesidades y demandas locales;</li><li>• <i>Sensibilizar</i> a las personas sobre la distribución de las prácticas de cuidados y las problemáticas subyacentes;</li><li>• <i>Construir</i> colectivamente acuerdos mínimos con una mirada y lenguaje en común;</li><li>• <i>Proponer</i> y <i>priorizar</i> acciones conjuntas que permitan revertir la actual feminización en la organización social de los cuidados.</li></ul>
<p>Material Audiovisual producido: ¿De qué hablamos cuando hablamos de cuidados?</p> <p>Disponível em: <a href="https://youtu.be/M-HJTZR476M">https://youtu.be/M-HJTZR476M</a></p> <p><i>Spot de presentación de la Campaña</i></p> <p>Disponível em: <a href="https://youtu.be/x68shnydfjQ">https://youtu.be/x68shnydfjQ</a></p> <p><i>Lanzamiento de la Campaña</i></p> <p><a href="https://youtu.be/jsS6vQsslVM">https://youtu.be/jsS6vQsslVM</a></p> <p><i>¿Alguna vez pensaste quién hace las tareas de cuidado?</i></p> <p><a href="https://youtu.be/dl4aeg4PoDc">https://youtu.be/dl4aeg4PoDc</a></p> <p><i>Parlamento Territorial de Cuidado - Santa Cruz</i></p> <p><a href="https://youtu.be/eMG2m5xSkes">https://youtu.be/eMG2m5xSkes</a></p>

Quadro 8 – As ações de estruturam a Campanha *Cuidar em Igualdad* na Argentina (continuação)

<p>Parlamento Territorial de Cuidado - Región patagónica</p> <p><a href="https://youtu.be/hnYq2-4HtRs">https://youtu.be/hnYq2-4HtRs</a></p> <p>Muestra fotográfica: “Memoria colectiva de los cuidados” (junto al Archivo General de la Nación)</p> <p><a href="https://youtu.be/XjzPMEFaYR4">https://youtu.be/XjzPMEFaYR4</a></p> <p>Hitos de las políticas de cuidados en Argentina</p> <p><a href="https://youtu.be/cYU2lfB6otY">https://youtu.be/cYU2lfB6otY</a></p>
<p>Livro Ilustrado Relatos Federales de Cuidados: siete textos de escritoras argentinas que, a través de cuentos, poemas y canciones, narran distintas experiencias de cuidado</p> <p>Disponível em:</p> <p><a href="https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2020/08/libro_ilustrado_relatos_de_cuidados.pdf">https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2020/08/libro_ilustrado_relatos_de_cuidados.pdf</a></p>
<p>Gravação do podcast “Nosotras movemos el mundo con nuestros cuidados”</p> <p>Disponível em: <a href="https://www.argentina.gob.ar/generos/cuidados/camp-nac-cuidar-en-igualdad/podcast-nos-mov-mundo-con-nuestros-cuidados">https://www.argentina.gob.ar/generos/cuidados/camp-nac-cuidar-en-igualdad/podcast-nos-mov-mundo-con-nuestros-cuidados</a></p>
<p>Documentário: Micros: “Hacedoras de comunidad”</p> <p>Disponível em: <a href="https://www.argentina.gob.ar/generos/cuidados/micros-hacedoras-de-comunidad">https://www.argentina.gob.ar/generos/cuidados/micros-hacedoras-de-comunidad</a></p>
<p>Mostra Fotográfica Memoria colectiva de los cuidados</p>
<p>Informes:</p> <p>Rondas de presentación con organizaciones y organismos nacionales</p> <p><a href="https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_rondas_de_presentacion_con_organismos_y_organizaciones_nacionales.pdf">https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_rondas_de_presentacion_con_organismos_y_organizaciones_nacionales.pdf</a></p> <p>Parlamentos Territoriales de Cuidado</p> <p><a href="https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/patagonia_informe_de_sistemizacion_aportes_federales_para_la_construccion_del_anteproyecto_de_ley_sobre_cuidados_igualitarios.pdf">https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/patagonia_informe_de_sistemizacion_aportes_federales_para_la_construccion_del_anteproyecto_de_ley_sobre_cuidados_igualitarios.pdf</a></p>

Quadro 8 – As ações de estruturam a Campanha *Cuidar em Igualdad* na Argentina (continuação)

Región Patagonia: informe de sistematización

[https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/patagonia\\_informe\\_de\\_sistemizacion\\_aportes\\_federales\\_para\\_la\\_construccion\\_del\\_anteproyecto\\_de\\_ley\\_sobre\\_cuidados\\_igualitarios.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/patagonia_informe_de_sistemizacion_aportes_federales_para_la_construccion_del_anteproyecto_de_ley_sobre_cuidados_igualitarios.pdf)

Región NOA: informe de sistematización

[https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/cuidados\\_parlamentosterritoriales\\_noa.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/cuidados_parlamentosterritoriales_noa.pdf)

Región NEA: informe de sistematización

Descargá el informe:

[https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/nea\\_informe\\_de\\_sistemizacion\\_aportes\\_federales\\_para\\_la\\_construccion\\_del\\_anteproyecto\\_de\\_ley\\_sobre\\_cuidados\\_igualitarios.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/nea_informe_de_sistemizacion_aportes_federales_para_la_construccion_del_anteproyecto_de_ley_sobre_cuidados_igualitarios.pdf)

Fonte: Governo Argentino – Campanha Cuidar em Igualdade

A Campanha pode institucionalizar o cuidado como uma necessidade, um direito e um trabalho. Com intuito de recuperar, em termos territoriais federais, conceituações, saberes, saberes e práticas pré-existentes nos diferentes territórios em torno do cuidado; promover uma maior consciência e corresponsabilidade acordo coletivo sobre o direito de cuidar e receber cuidados; e detectar prioridades que alimentar a formulação de políticas públicas. Por isso, o mesmo tem sido democratizado para agregar toda a diversidade de identidades e que essas vozes sejam representadas<sup>157</sup>.

Abaixo, apresenta-se as Rondas Nacionais que já foram realizadas dentro da Campanha *Cuidar em Igualdad*.

<sup>157</sup> Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/generos/cuidados/camp-nac-cuidar-en-igualdad> Acesso em: 10 abr. 2023.

Quadro 9 – Las Rondas Nacionales

Septiembre / Octubre	
<p><b>12</b></p> <p>ministerios, organismos, sindicatos y organizaciones</p>	<p><b>1.129</b></p> <p>participantxs</p> <p>+ transmisión en vivo por YouTube y Facebook</p>
Red Federal de Concejales - Federación Argentina de Municipios (FAM) y Red de Intendentas	97
Unión Personal Auxiliar de Casas Particulares (UPACP)	138
Red Interuniversitaria por la Igualdad de Género y Contra las Violencias (RUGE)	48
Sindicato de Amas de Casa (SACRA)	85
Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES)	165
Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)	58
Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP)	100
Ministerio de Salud	92
Ministerio de Desarrollo Social	163
Agencia Nacional de Discapacidad / Organizaciones de Discapacidad	52
Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados (PAMI)	37
Ministerio de Seguridad	94

Fonte: INFORME RONDAS DE PRESENTACIÓN CON ORGANIZACIONES Y ORGANISMOS NACIONALES – Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidades.

Além disso, foi confeccionado o Livro *Relatos Federales de Cuidados*, são histórias pessoais, coletivas, de trabalho, familiares, comunitárias e militantes que acontecem em diferentes regiões do nosso país. Cada uma reflete subjetivamente as tradições, hábitos, sentidos e práticas no trabalho assistencial numa perspectiva federal, multicultural e interseccional, com uma abordagem de gênero, diversidade e direitos humanos.

As histórias abordam o cuidado como trabalho, sua organização comunitária e doméstica, como são vivenciados pelas pessoas com deficiência, suas particularidades em idosos, as dificuldades para cuidar em contextos de confinamento. Ao mesmo tempo, os textos contribuem e promovem a reflexão e redefinição de cuidado como tarefas e atividades que exigem esforço, treinamento, tempo e amor, ao mesmo tempo em que contribuem para gerar maior consciência e corresponsabilidade coletiva sobre o direito de cuidar e ser cuidado<sup>158</sup>.

Além disso, foram gravados podcast “*Nosotras movemos el mundo con nuestros cuidados*”. Neste podcast, Eleonor Faur, Lucía Cirimi Obón, Mónica Macha, Valeria Esquivel e Corina Rodríguez Enríquez, lideranças políticas, sociais e culturais especializadas no tema, trazem contribuições e debates para ampliar nosso olhar sobre o mundo do cuidado.

Foi produzido durante a conferência #NosotrasMovemosElMundo 2020 que aconteceu no Centro Cultural Kirchner e Tecnópolis, organizado em conjunto com o Ministério da Cultura da Nação, no âmbito do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora.

Foi construído também o Documetário *Micros: “Hacedorxs de comunidad”*, que contou as histórias de Yanina, Milagros, Ermelinda, Olga, Petronila y Marta, mulheres que trabalham dia a dia em distintos baissos do país realizando tarefas de cuidado.

Também foi construída uma Mostra Fotográfica intitulada *Memoria colectiva de los cuidados*. Juntamente com o Arquivo Geral da Nação, e com a participação do Arquivo Histórico Provincial e do Arquivo Memória Trans, foi realizada uma exposição federal que traçou os rastros materiais do que hoje chamamos de trabalho de cuidado.

Este conjunto de fotografias reconstruiu as memórias visíveis do cuidado na Argentina durante o século XX em diferentes contextos e geografias, mostrando as formas que adotaram e, principalmente, identificando aqueles que os apoiaram com trabalho, esforço, tempo, carinho e dedicação. É uma primeira compilação em chave

---

<sup>158</sup> Disponível em:

[https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2020/08/libro\\_ilustrado\\_relatos\\_de\\_cuidados.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2020/08/libro_ilustrado_relatos_de_cuidados.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.



histórica que continua a ser ampliada e alimentada com contribuições de arquivos locais.

A partir das fotografias busca-se identificar no “feminino” inúmeros estereótipos que buscam consolidar esse papel de cuidadora, legitimando desigualdades de gênero, sociais e econômicas. Por sua vez, a exposição convida a pensar alternativas para alcançar uma organização social mais justa do cuidado, que o reconheça como uma necessidade, um direito e um trabalho, e redistribua a responsabilidade do cuidar entre todas as identidades de gênero e todos os atores da sociedade.

Atualmente, o Estado Nacional assume um papel central na promoção e regulação do cuidado na sociedade, busca transformar as desigualdades territoriais, de gênero, étnicas e de classe que ainda persistem em sua organização e visa garantir o acesso ao cuidado igualitário em todo o país.

Desta forma, o desafio que se coloca é transformar a distribuição injusta de cuidados existente, reconhecendo-a como uma necessidade, um direito e um trabalho. Isso significa que o cuidado é uma necessidade humana fundamental; um trabalho na medida em que exige esforço, tempo e habilidades; e um direito que deve ser garantido pelo Estado para que as pessoas que dele necessitem sejam atendidas e para que todos tenham a possibilidade de escolher o atendimento.

Com material complementar para os visitantes, se propõe dinâmicas participativas com intuito de analisar os estereótipos de gênero, mapear as pessoas que cuidaram na trajetória pessoal, e refletir os cuidados a partir da chave da diversidade<sup>159</sup>.

O *Projeto de Ley Cuidar em Igualdad* foi encaminhado ao Congresso Nacional no início de maio de 2022, e tem mobilizado fortes debates dentro da nação.

Para construir esta proposta, o Ministério de Mulheres e Diversidade de Gênero realizou um processo amplamente participativo. Ele montou um Comitê Editorial de especialistas e conduziu uma série de instâncias consultivas com organizações e agências de sindicatos da concorrência, câmaras empresariais, organizações (feministas e diversidade, deficiência, infância, idosos e economia popular e social)<sup>160</sup>.

---

<sup>159</sup> Disponível em:

[https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/memoria\\_colectiva\\_de\\_los\\_cuidados.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/memoria_colectiva_de_los_cuidados.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

<sup>160</sup> Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2022/06/cuidar\\_en\\_igualdad\\_-\\_sistema\\_integral\\_de\\_politicas\\_de\\_cuidados\\_de\\_argentina.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2022/06/cuidar_en_igualdad_-_sistema_integral_de_politicas_de_cuidados_de_argentina.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

Além disso, a Comissão foi alimentada por contribuições feitas durante o parlamentos territoriais do cuidado da Campanha "*Cuidar en Igualdad*" em cada província.

A experiência exitosa advinda da implantação da Diretoria Interministerial de Políticas Assistenciais, composta por 15 órgãos do Estado Nacional, que se constituiu para planejar políticas públicas que contribuam para uma organização social do atendimento mais justo demonstrou a necessidade de avançar em um sistema de coordenação de políticas assistenciais que reconhecem a importância dessas políticas e priorizam o quadro institucional para a sua implementação.

Para democratizar a lei tem sido realizadas fóruns por todo o país, por exemplo, foi realizado o *Foro de Cuidados y Diversidad Familiar*, que teve o objetivo de ser um espaço de consulta e intercâmbio com organizações e famílias para divulgar os novos direitos contemplados no projeto de lei<sup>161</sup>.

No documento de apresentação do Projeto de Lei se responde: *¿Qué es el trabajo de cuidado?; ¿Por qué necesitamos un Sistema Integral de Políticas de Cuidados?; ¿Por qué ahora?; ¿Cómo llegamos a un Sistema Integral de Políticas de Cuidados para Argentina?*<sup>162</sup>

O Projeto de Lei Cuidar com Igualdade reconhece o direito de todas as pessoas receberem e prestarem cuidados, bem como o direito ao autocuidado. Protege todas as pessoas que se importam, pagas ou não, e também a todos que precisam de cuidados; crianças e adolescentes, com prioridade até aos 5 anos inclusive; pessoas com 60 anos ou mais, quando necessário; pessoas com deficiência, quando necessário<sup>163</sup>.

Abaixo é apresentado um quadro com o conteúdo principal do Projeto de Lei:

---

<sup>161</sup> Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/cuidar-en-igualdad-se-realizo-un-nuevo-foro-de-cuidados-y-diversidad-familiar>. Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>162</sup> Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2022/06/cuidar\\_en\\_igualdad\\_-\\_sistema\\_integral\\_de\\_politicas\\_de\\_cuidados\\_de\\_argentina.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2022/06/cuidar_en_igualdad_-_sistema_integral_de_politicas_de_cuidados_de_argentina.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>163</sup> Ibid.

Quadro 10 – Conteúdo principal do Projeto de Lei Cuidar em Igualdade - Argentina

<p>1. Crea un sistema integral de cuidados con perspectiva de género (SINCA). Esto es un conjunto de políticas y servicios que aseguran la provisión, la socialización, el reconocimiento y la redistribución del trabajo de cuidado, entre el sector público, el sector privado, las familias y las organizaciones comunitarias y entre todas las identidades de género para que todas las personas accedan a los derechos de cuidar y ser cuidadx en condiciones de igualdad.</p>
<p>2. Fija los objetivos que deben seguir las políticas de cuidados en general y las destinadas a poblaciones específicas en particular. Determina cuáles son los lineamientos que deben seguir las políticas para el cuidado de niñxs, personas mayores y personas con discapacidad.</p>
<p>3. Promueve la ampliación de la oferta de servicios e infraestructura de los cuidados. Obliga al Ministerio de Obras Públicas de la Nación a destinar anualmente al menos el 8.5% de su presupuesto a la ampliación de la infraestructura pública de cuidados del país. Además, el proyecto prevé apoyar a las provincias y a la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y los municipios para fortalecer y ampliar la infraestructura y servicios de cuidados.</p>
<p>4. Promueve la adaptación las jornadas laborales a las necesidades de cuidado en el sector público y privado. A través del impulso de políticas de conciliación que permitan adaptar las jornadas a las responsabilidades de cuidado de lxs trabajadorxs, de la promoción de espacios para la lactancia y espacios de cuidado para niñxs en los lugares de trabajo.</p>
<p>5. Reconoce y promueve el trabajo de cuidados remunerado. Obliga al Poder Ejecutivo Nacional a crear un registro nacional de trabajadoras y trabajadores del cuidado remunerado con el fin de facilitar la instrumentación de las políticas antes mencionadas. Además, promueve la capacitación, la certificación de conocimientos, la remuneración adecuada y el reconocimiento de profesiones, tareas y oficios considerados trabajo de cuidados.</p>
<p>6. Reconoce y busca fortalecer el trabajo de cuidados en el ámbito comunitario. Obliga al Poder Ejecutivo Nacional a crear un registro de espacios comunitarios de cuidado, promueve la remuneración de quienes se desempeñan en el trabajo comunitario y la ampliación de la oferta de formación.</p>
<p>7. Reconoce el tiempo para cuidar a través de la modificación del régimen de licencias público y privado. El Proyecto de Ley establece modificaciones a la legislación vigente de manera que: Los períodos de licencia pasan a ser cubiertos por la seguridad social y no por la parte empleadora; Se extiende la licencia para personal gestante; Amplía licencias para personas no gestantes; Crea licencias para futurxs adoptantes y licencias por adopción; Se adapta a los avances tecnológicos y nuevas formas de reproducción; Incorpora extensiones de las licencias para hijxs con discapacidad, ante nacimientos o adopciones múltiples, nacimientos prematuros o con enfermedades crónicas; Reconoce el derecho a cuidar a monotributistas, monotributistas sociales y autonomxs; Establece el mismo régimen para personal de casas particulares, personal temporario de trabajo agrario y para toda la Administración Pública Nacional; Reconoce el derecho a personas no gestantes y adoptantes al período de excedencia; Elimina la presunción de renuncia; Modifica las licencias especiales previstas en la Ley de Contrato de Trabajo para ampliar el derecho a cuidar;</p>

Quadro 10 – Conteúdo principal do Projeto de Lei Cuidar em Igualdade - Argentina

8. Se incluyen los meses de licencia en el cálculo previsional como meses aportados.
9. Promueve la producción de datos, registros e información sobre los servicios de cuidado.
10. Promueve la realización de campañas de difusión y concientización.

Fonte: Projeto de Lei “Cuidar em Igualdad”.

O Projeto de Lei vai contribuir para a superação da divisão sexual do trabalho, que é a ideia que existem empregos para mulheres e outros para homens e determina desigualdades no acesso aos direitos humanos fundamentais. Pretende promover uma organização social do cuidado mais justa e com responsabilidades compartilhadas, envolvendo todas as pessoas e áreas com interferência no trabalho de cuidado, para que nem sempre caiam sozinhos nas mulheres das famílias<sup>164</sup>

Para pesquisadoras e especialista que tem acompanhado a implementação da política de cuidados na pandemia, torna-se necessária que a mesma tenha uma abordagem integral, contínua e estendidas de políticas públicas e regulações com intuito de:

Quadro 11 – Análise sobre a construção de uma política nacional de cuidados na Argentina

<i>Fortalecer la soberanía del tiempo de trabajo. La modalidad del teletrabajo está inserta en una normativa legal y convencional anterior a la pandemia que contempla formas de flexibilidad, extensión y modificación unilateral de la jornada de trabajo, que podrían implicar una sobrecarga desigual de las tareas de cuidado. Esta perspectiva podría ser modificada si las regulaciones laborales –leyes de fondo y CCT– se orientaran hacia una mayor soberanía del tiempo de trabajo que contemple más supuestos que admitan su ejercicio efectivo.</i>
<i>No desnaturalizar las garantías específicas. La reglamentación de la ley de teletrabajo y la orientación de los contenidos no salariales de la negociación colectiva no deberían desnaturalizar las garantías previstas en la nueva regulación de teletrabajo, sino ampliarlas. El derecho a la reversibilidad, la limitación de la compensación de los gastos o la provisión de equipamiento, y el respeto de la limitación de la jornada de trabajo mediante el derecho a la desconexión digital son garantías que se conjugan inseparablemente con el derecho a la interrupción de la jornada y la compatibilidad horaria con las tareas de cuidado.</i>

<sup>164</sup> Ibid.

Quadro 11 – Análise sobre a construção de uma política nacional de cuidados na Argentina (conclusão)

<p><i>Ampliar los supuestos para el ejercicio del derecho a cuidar y ser cuidado/a. La ampliación de estos supuestos según las características propias de los sectores, actividades y las poblaciones alcanzadas podría ratificar el rumbo marcado por la ley de teletrabajo. Además de los requisitos dispuestos (edad de personas menores y convivencia y atención específica de personas adultas mayores o personas con discapacidad) también podrían ser desplazados con el objetivo de alcanzar una mayor cantidad de personas, atender otros supuestos de vulnerabilidad o prevenir otras contingencias en la aplicación del principio de progresividad.</i></p>
<p><i>Aplicar definiciones amplias del cuidado. Más allá de los supuestos específicos, la incorporación del derecho a la compatibilidad horaria y la interrupción de la jornada con motivo de las tareas de cuidado en el teletrabajo deben ser entendidas en el marco del desarrollo normativo local e internacional, que actualmente contiene una noción amplia de los cuidados. En particular, la reglamentación de esta normativa debería contener remisiones o referencias expresas al abordaje integral de las regulaciones precedentes, como es el caso de la Decisión Administrativa 1.745/2020 de la Jefatura de Gabinete de Ministros de creación de la Mesa Interministerial de Políticas de Cuidado, impulsadas en el transcurso de 2020.</i></p>
<p><i>Aumentar la infraestructura y desarrollar servicios de cuidado, integrar las políticas de seguridad social y desfamiliarizar las protecciones laborales. Para asegurar el ejercicio de los derechos asociados al cuidado en la normativa sobre teletrabajo y permitir su desarrollo en la negociación colectiva, es necesario adecuar el sistema de protección social a una perspectiva de género, en especial en lo referido a la modificación del modelo de licencias del marco legal general –base de las ampliaciones previstas en los CCT–, hacia un modelo de licencias parentales como política de distribución equitativa del tiempo.</i></p>
<p><i>Fortalecer la perspectiva de género de los actores sociales. Para alcanzar regulaciones legales y convencionales que contemplen una distribución equitativa del trabajo, es esencial que las organizaciones sindicales y empresariales incorporen la necesidad de una distribución más justa de las cargas de cuidado entre hombres y mujeres, mediante la capacitación, el diálogo social y la incorporación de mujeres a las instancias de negociación paritaria.</i></p>

Fonte: CEPAL - Cuidados y mujeres en tiempos de COVID-19: la experiencia en la Argentina (2020).  
Elaboração autoral.

## Reconfigurações nas agendas de cuidado? um olhar para o contexto brasileiro

No Brasil, foram adotadas medidas de isolamento social para combater a disseminação do novo coronavírus, que implicou na suspensão de aulas presenciais nas instituições de ensino do país no mês de março de 2020. Na esfera educativa, os prédios

escolares foram fechados e as aulas presenciais foram repentinamente interrompidas por meio da Portaria do Ministério da Educação, nº 343, de 17 de março de 2020, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia do Novo Corona vírus - COVID-19.

As situações vivenciadas em decorrência desse fato ampararam-se nas recomendações das autoridades sanitárias, como a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, o Ministério da Saúde publicou a nº 36 de 11 de maio de 2020 que recomendava a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (*lockdown*), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos<sup>165</sup>. A partir daí diferentes medidas foram tomadas tanto em âmbito federal, como estadual e municipal, com intuito de se evitar a propagação do vírus.

No Brasil, a jornada total de trabalho das mulheres é maior do que a dos homens, e o tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados, em média, é o dobro, e se amplia em diferentes arranjos familiares<sup>166</sup>.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), de 2021, apontam que 7 milhões de mulheres saíram do mercado de trabalho, deixaram o emprego ou foram demitidas, na primeira quinzena da pandemia, sendo um dos motivos de não terem com quem deixar seus filhos (as).

## Trabalho de cuidados não remunerados

Em pesquisa realizada com 5.643 mulheres brasileiras, de classe média e média alta, entre 5 de março de 2020 e 7 de julho de 2020, as mulheres responderam que: 57% delas concordaram parcial ou completamente com a afirmação de que a quarentena estava se apresentando como uma possibilidade positiva de aprender novas habilidades; 55,2% indicaram que lidar com as demandas da família, dos cuidados com a casa e de sustento estava quase impossível naquele momento, sendo que 88,9% concordaram que estavam realizando mais trabalho doméstico do que antes; 59,1% delas concordaram que as tarefas domésticas eram distribuídas de forma injusta entre os membros da casa e, mesmo quando divididas, cabia a elas a responsabilidade de cobrá-las (65,7%); 79,7% concordaram parcial ou totalmente que estavam mais cansadas do que o normal; apenas 38,5% apontaram que, quando estavam trabalhando em casa,

---

<sup>165</sup> Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso: 29 de set. 2022.

<sup>166</sup> Disponível em: <https://www.institutolula.org/as-19h-lancamento-do-boletim-sobre-politicas-de-cuidado>. Acesso em: 4 abr. 2023.

podiam contar com outros membros da família para cuidar do(s) seu(s) filho(s) (ZANELLO *et al.*, 2022).

Os resultados revelam que mulheres estavam sobrecarregadas e com dificuldades para lidar com o aumento dessas demandas imposto pela pandemia, como acompanhamento escolar dos filhos. Isso resultou em esgotamento físico e psíquico. De acordo com a pesquisa evidencia-se uma perda do privilégio da terceirização do cuidado doméstico e familiar, produzindo alguma fissura, ainda que discreta, no racismo e no classismo estruturais em nossa sociedade, enquanto o privilégio dos homens se manteve. Sendo assim, as desigualdades de gênero que atravessam a economia do cuidado doméstico e familiar foram exacerbadas com a situação de pandemia e isolamento social (ZANELLO *et al.*, 2022).

Em pesquisa *online* realizada com 3.060 pessoas de todas as regiões brasileiras durante a pandemia, observou-se que as pessoas não refletem sobre a importância dos cuidados na vida das pessoas e sobre quem oferta este trabalho e em quais condições, o relacionam a afetividade ou obrigação moral, no sentido de ter de se cuidar de quem cuidou de você. O estudo aponta para necessidade de construção de Políticas Públicas de Cuidados (MELO, MORANDI *et al.*, 2022). Aponta também como fundamental uma série de debates que devem ser incluídos na agenda públicas incluindo um diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a saber,

Exigir que o Estado brasileiro ratifique a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada em 3 de junho de 1981, e que reconhece a necessidade de se criar condições adequadas de uma convivência harmoniosa entre trabalho e família. Exigir que os debates sobre o tema dos cuidados sejam incluídos como tema transversal no processo educacional, da primeira infância ao ensino médio, contribuindo para a desmistificação desse tema como “coisa de mulher”. Exigir que as empresas vejam os cuidados como parte integrante do mundo do trabalho por ser parte da vida das pessoas, possibilitando maior flexibilização de carga horária. Contribuir para que o tema dos cuidados seja parte integrante das discussões das políticas econômicas e das definições de diretrizes de política de Estado. Exigir que as discussões e proposições de diretrizes de política nos vários níveis de governo representem adequadamente a perspectiva interseccional dos cuidados, além das diferenças importantes relativas a gênero, raça ou cor, etnia, diferenças sociais, regionais e entre as populações urbanas e rurais. Discutir a incorporação de estatísticas sobre gênero e raça/cor em todas as pesquisas realizadas pelos órgãos públicos de pesquisa. Discutir a necessidade da criação de novas pesquisas e estatísticas relativas a gênero, raça/cor e local de moradia. Promover discussões e medidas para acabar com ciclos de pobreza vividos pelas pessoas de baixa renda, principalmente as mulheres, por não terem acesso aos serviços de cuidados, creches e escolas públicas em tempo integral com vagas suficientes, mantendo-as fora do mercado de trabalho (MELO, MORANDI *et al.*, 2022, p. 149).

Essas discussões seriam fundamentais para se ampliar e melhorar as estruturas de serviços públicos e privados de cuidados que garantam seu acesso a todas as pessoas, em especial às famílias de menor renda.

Em outra pesquisa de campo intitulada “Maternidade(s) durante a pandemia de COVID-19: tempos e espaços no cotidiano”, coordenada pelas pesquisadoras Maria Fernanda Gonzalez (Universidad Nacional de Entre Ríos/Argentina), Fabiene Gama (Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil) e Rosamaria Carneiro (Universidade de Brasília/Brasil), a amostra foi composta por 300 mulheres mães, cujo perfil principal das participantes da pesquisa se caracterizava como mulheres que possuíam entre 31 a 40 anos de idade (62,7%), maioritariamente brancas (76%), casadas (61,3%), trabalhadoras em tempo integral, com emprego formal (42,3%), moradoras de cidade grande (com mais de 500.000 habitantes) (70,2%), que moram em apartamento (56,3%), cujas residências possuíam 5 ou mais cômodos (67%) e no mínimo 2 banheiros (38,7%). Aqui não se apresenta um perfil de mulheres interioranas que moram em casa, mas que residem em grandes cidades, e que além da rede de apoio da escola contam com outro apoio particular, a trabalhadora doméstica.

Considerando que a pesquisa foi aplicada no auge da pandemia, durante os meses de maio a junho de 2020, e que neste período a medida principal adotada como estratégia de prevenção da infecção pelo novo coronavírus foi o isolamento social, que implicou basicamente em permanecer em casa o máximo possível e reduzir o contato com pessoas fora do núcleo familiar, é notável o quanto as mães participantes desta pesquisa tiveram “privilégios” no modo como se organizaram nesse contexto, dependendo do contexto social em que se posicionam na sociedade brasileira.

Por mais que a maioria das mães tenham respondido que não foram produtivas no sistema *home office* (39,3%), poder trabalhar em casa é um privilégio que muitas mães pretas não tiveram, devido a necessidade de continuar trabalhando durante a pandemia de modo que não poderiam estar em isolamento social.

Tal pesquisa dialoga com outra realizada pela instituição SempreViva Organização Feminista, realizada em 2020, em que os dados mostraram que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia. O percentual é maior entre as mulheres negras, atingindo 52%. Entre as mulheres brancas, o índice é 46%.

Tratando das empregadas domésticas, uma pesquisa do Instituto Locomotiva apresentada pela Organização Gênero e Número (2020) aponta que em função do isolamento social “45% das empregadas domésticas (diaristas e mensalistas) foram



dispensadas do trabalho nesse período sem nenhuma remuneração” (GÊNERO E NÚMERO, 2020, p. 10).

O fenômeno da sobrecarga laborativa, durante a pandemia, pesou em mulheres (e mães) e pessoas pretas (e ainda mais intensamente nas mulheres pretas). De acordo com o CEPAL (2020), soma-se a isso a dificuldade de acesso a um sistema de saneamento básico em suas comunidades (o que dificulta o processo de higienização); dificuldade das crianças terem acesso aos recursos digitais para manterem as atividades escolares (que demandam novas habilidades e capacidades para alunos e professores).

É relevante comentar sobre o espaço físico que estas mulheres moram, pois, no Brasil, o acesso à moradia de qualidade da população depende da renda (MONTEIRO; VERAS, 2017). Segundo o IBGE (2020, p. 4), 2,2% da população brasileira não possui banheiro exclusivo para uso no domicílio, o que implica na divisão de um banheiro com uma ou mais famílias (ou do uso de “buracos” como vaso sanitário), além de que em 68,3% dos domicílios que possuem banheiro exclusivo, o escoamento do esgoto é “feito pela rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral”. Ou seja, a moradia, no que se refere à sua arquitetura, é uma questão que influencia na qualidade de vida em um período cuja população foi incentivada a ficar em casa.

A questão que se levantou: quem não pode ficar em casa? No Brasil a questão social encontra-se atrelada à questão racial. O que falar das periferias, em que residem mulheres negras, em geral sozinhas, responsáveis pela manutenção da casa, por vezes, pequena e sem acesso a saneamento básico, coleta de lixo e outros serviços públicos essenciais (COSTA, ALMEIDA, ARAÚJO, *et al.*, 2021).

De acordo com a ONU Mulheres, as mulheres negras precisam se dedicar em maior proporção ao trabalho doméstico do que as brancas: em 2019, 94,1% das mulheres pretas e 92,3% das pardas relataram fazer tarefas domésticas. De acordo com o Relatório da ONU Mulheres<sup>167</sup> (2020),

A crise agravou as disparidades de gênero e raça e impôs um pesado fardo às mulheres negras. Além de seus empregos remunerados, estão acumulando trabalhos domésticos, cuidados com as crianças, com higiene e alimentação. Mais difícil é a situação das 11 milhões de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que podem não ter ninguém para compartilhar esse trabalho (ONU, 2020, p. 5).

---

<sup>167</sup> Disponível em:

[https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19\\_2020\\_informe2.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf).

Acesso em: 28 set. 2022

Esse panorama revela as dificuldades de se pensar uma agenda pública de cuidados do Brasil, pois deve levar em conta seu contexto histórico de desigualdades estruturais, agregadas a políticas afirmativas contra o racismo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) do IBGE, em 2019, as mulheres dedicavam, na média, 21,7 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado enquanto os homens dedicavam 11 horas. As mulheres brancas se utilizam 21 horas semanais e as mulheres negras, 22,3 horas por semana. A soma final anual se diferencia em 68 horas a mais de trabalho de cuidados não remunerado para as mulheres negras.

De acordo com a PNAD-C, em 2021, 30% das mulheres em idade ativa não estavam procurando emprego devido às suas responsabilidades com filhos, outros parentes ou com os afazeres domésticos. Entre os homens, esta proporção era de 2%. Quando realizada uma análise racial, 32% delas não podiam ingressar no mercado de trabalho devido às responsabilidades com os cuidados, enquanto para as brancas essa porcentagem era de 26,7%. Isso evidencia que no país a categorial racial é transversal a quaisquer análises que envolvam o âmbito do trabalho.

## **Trabalho Remunerado de Cuidados**

No que tange às trabalhadoras do cuidado, o retrato brasileiro se aproxima ao da Argentina quanto ao fenômeno da feminização. No Brasil, dos trabalhadores de nível superior na área da saúde elas são 90,39% entre as enfermeiras; 95,31% entre as nutricionistas, e, no entanto, entre os médicos, elas representam apenas 35,94%. Já, entre os profissionais de nível médio, elas são 77,88% das técnicas em fisioterapia e afins, 78,03% das atendentes de enfermagem, parteiras e afins, e 86,93% das técnicas e auxiliares de enfermagem. A situação do Serviço Social é praticamente idêntica (MATOS, 2020, s.n.)<sup>168</sup>.

De acordo com a pesquisa Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19, realizada pela Fiocruz com 25 mil participantes em todo o território nacional, a pandemia alterou de modo significativo a vida de 95% dos trabalhadores da saúde. Sendo que quase 50% admitiram excesso de trabalho ao longo desta crise mundial de saúde, com jornadas que ultrapassavam das 40 horas semanais, sendo, que da mesma forma que na Argentina, no Brasil, de acordo com a pesquisa 45% deles necessita de mais de um emprego para sobreviver.

---

<sup>168</sup> Disponível em: <https://www.justicadesaia.com.br/pandemia-covid-19-e-as-mulheres/>. Acesso em: 21 maio 2023.

Existem semelhanças com a pesquisa Argentina relacionada aos profissionais da enfermagem citada acima. No Brasil, os dados indicam que 43,2% dos profissionais de saúde não se sentem protegidos no trabalho de enfrentamento da Covid-19, para 23% deles, está relacionado à falta, à escassez e à inadequação do uso de EPIs (64% revelaram a necessidade de improvisar equipamentos).

Também assinalaram mudanças em seu cotidiano, como: perturbação do sono (15,8%), irritabilidade/choro frequente/distúrbios em geral (13,6%), incapacidade de relaxar/estresse (11,7%), dificuldade de concentração ou pensamento lento (9,2%), perda de satisfação na carreira ou na vida/tristeza/apatia (9,1%), sensação negativa do futuro/pensamento negativo, suicida (8,3%) e alteração no apetite/alteração do peso (8,1%).

Em outra pesquisa realizada em 2020 com 602 profissionais de saúde no Brasil, se evidencia a intensificação das exigências de cuidado no âmbito familiar, profissional, impactando no seu autocuidado. Também se colocam em exposição ao risco, intensificando o sentimento de medo constante de um contágio a partir do contato com os pacientes acometidos pela Covid-19. Os resultados da pesquisa evidenciam que mulheres que trabalham na área da saúde precisam equilibrar suas agendas de cuidado, se colocando em risco constantes, sendo necessário considerar essas especificidades na elaboração de políticas públicas e dispositivos de atenção em saúde mental (CANAVEZ, FARIAS e LUCZINSKI, 2021; SILVA, 2022).

Também na saúde o recorte de raça é importante, pois evidencia o caráter coletivo do cuidado, uma vez que as mesmas acionam uma rede coletiva de sobrevivência para enfrentarem a pandemia. O cuidado interseccional e localizado protagonizado pelas mulheres negras nas linhas de frente da saúde pode ser denominando de “cuidado negro”, que pode servir como servir como “um termo agregador, catalizador de perspectivas negras de cuidado que tenham a solidariedade como caminho” (SILVA, 2022, p. 13).

No Brasil, como dito anteriormente, as mudanças passam muito pelo âmbito legislativo, por exemplo, foi publicada a Lei Complementar 191/22, que permitiu aos servidores da saúde e da segurança pública contarem com o período de maio de 2020 a dezembro de 2021 para aquisição de direitos relacionados ao tempo de serviço.

De acordo com o Ministério da Saúde houveram investimentos em vacinas, leitos e insumos, como testes, máscaras e luvas para os Estados. Além disso, atividades descentralizadas aconteceram em âmbito estadual e municipal, através de ações de associações profissionais, conselhos profissionais e universidades.

A divisão e hierarquização sexual e racial também caracterizam as ocupações da área de enfermagem. Do total de pessoas ocupadas neste campo (entre técnicas de enfermagem e enfermeiras), 84% eram mulheres e a maioria (52%) eram negras. Mais uma vez se evidenciam as desigualdades raciais: as mulheres negras eram maioria (55% do total) das ocupadas como técnicas de enfermagem (cujo nível de escolaridade requerida é o nível médio), enquanto as mulheres brancas eram maioria (55% do total), entre as enfermeiras (com requisitos de nível superior)<sup>169</sup>.

## **Políticas Públicas de Cuidados**

O marco mais importante no que tange a perspectiva de gênero foi a publicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (2021). A Recomendação 128/2022 do CNJ faz referência ao Protocolo como instrumento para alcance da igualdade de gênero, atrelado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030 da ONU. O Protocolo se apresenta como um guia para que os julgamentos, no âmbito da Justiça, com vistas a concretização do direito à igualdade e a não discriminação de todas as pessoas.

O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero foi criado com escopo de orientar a magistratura no julgamento de casos concretos, de modo que magistradas e magistrados julguem sob a lente de gênero, avançando na efetivação da igualdade e nas políticas de equidade. Tem como objetivo permitir uma mudança cultural que nos conduza a cumprir um dos objetivos fundamentais da República, qual seja, construir uma sociedade mais livre, justa e solidária<sup>170</sup>.

O julgamento com perspectiva de gênero se traduz na aplicação do Direito da visão feminista em relação às normas, utilizando-se destes conhecimentos para garantir a mais justa aplicação da lei (LENZI, 2019). A análise jurídica pautada na neutralidade é parcial e específica ao representar parte da realidade como se totalidade fosse, enquanto a adoção da perspectiva de gênero possibilita, no campo do fazer jurisdicional, o combate a múltiplas e interseccionais situações de discriminação contra os direitos humanos das mulheres (SEVERI, 2016), muitas delas invisíveis sob o prisma da universalidade e universalidade.

No âmbito executivo, o Brasil liberou o Auxílio Emergencial de R\$600,00 por três meses, oferecido pelo Governo para família cuja renda familiar mensal por pessoa não

---

<sup>169</sup> Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Secretarias/SNCF/Arquivos/Nota%20Informativa%20N1%2022.03.23.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

<sup>170</sup> Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>. Acesso em 30 nov. 2022.

ultrapassasse meio salário mínimo ou que a renda familiar total fosse de até três salários mínimos, que não recebesse benefícios previdenciários ou assistenciais do governo (exceto o Bolsa Família), que estivesse desempregado ou fosse microempreendedor individual, contribuinte individual da Previdência Social ou trabalhador informal, isso incluía também migrantes. Nas hipóteses em que a família era sustentada somente por uma mulher, a trabalhadora teria direito a R\$ 1.200,00 a título de auxílio<sup>171</sup>.

De acordo com o Ministério da Saúde (2022), houve investimentos em vacinas, leitos e insumos, como testes, máscaras e luvas para os Estados. Além disso, atividades descentralizadas aconteceram em âmbito estadual e municipal, através de ações de associações profissionais, conselhos profissionais e universidades. Todavia, não se teve avanço efetivo no âmbito de políticas públicas estruturais para assegurar o cuidado de quem trabalha com cuidado, em sua maioria, mulheres. Até 2023 não havia se dado um passo para a construção de um Plano Nacional de Cuidados que incluía os cuidadores.

No campo das políticas públicas pouco se avançou em prol de uma agenda de cuidados de maneira estrutural e contínua durante os anos de 2020 a 2022. Houve sim projetos de transferência de renda para mulheres de baixa renda em períodos mais críticos da pandemia, conquista que contou com a pressão da sociedade civil. Além da transitoriedade da medida, os movimentos sociais, grupos de mulheres têm discutido as políticas de proteção social, assistência social, educação infantil, com intuito de se reconfigurar as agendas de cuidado de forma mais democrática e comunitária, mas com poucos avanços.

A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, no governo do presidente Lula, publicou a Cartilha Mulheres no COVID-19, abordando os temas saúde, enfrentamento à violência e mercado de trabalho. E assinalou duas ações realizadas para a construção de um Sistema de Cuidados no País: Ação de comunicação para conscientizar homens sobre a corresponsabilidade no trabalho doméstico e cuidado dos filhos; Participação da elaboração da Cartilha "Prevenção aos Acidentes Domésticos & Guia Rápido de Primeiros Socorros", tendo em vista a possibilidade de aumento das ocorrências de acidentes dentro de casa em virtude do confinamento de crianças e adolescentes em suas residências, que normalmente estão ao cuidado de mulheres (mães, avós, irmãs, tias etc.).

Em 2022, o Governo Federal o Governo Federal lançou as iniciativas e estratégias para ampliar as ações e cuidar da saúde mental dos brasileiros pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as ações estão a *Linha Vida* (196), *teleconsultas* para o enfrentamento

---

<sup>171</sup> Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

dos impactos causados pela pandemia da Covid-19 e as *Linhas de Cuidado* para organizar o atendimento de pacientes com ansiedade e depressão. No total, serão investidos mais de R\$ 45 milhões<sup>172</sup>.

Abaixo um quadro com o conteúdo dos projetos desenvolvidos pelo Governo brasileiro:

Quadro 12 – Conteúdo dos projetos desenvolvidos pelo Governo brasileiro durante a pandemia de COVID-19

<p><b>Linha Vida</b></p> <p>A primeira das ações, <i>Linha Vida</i>, atenderá pelo número 196, acolherá pessoas e fará o direcionamento, buscando a prevenção do suicídio e da automutilação. O projeto-piloto começará pelo Distrito Federal, por um sistema de atendimento multicanal. O serviço vai funcionar 24 horas por dia, todos os dias da semana.</p>
<p><b>Projeto Teleconsulta</b></p> <p>Já o Projeto Teleconsulta (telepsiquiatria e teleterapia) irá apoiar as pessoas que estão lidando com os impactos na saúde mental causados pela pandemia da Covid-19. Feito em parceria com a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), o objetivo é ampliar a assistência de pessoas com transtorno mental leve, por meio de recursos de telemedicina. Serão disponibilizados, mensalmente, de forma online, 12 mil teleconsultas de psicólogos e 6 mil teleconsultas de psiquiatras. Os serviços serão agendados pelas equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS).</p>
<p><b>Depressão e ansiedade</b></p> <p>O Governo Federal está atento à crescente demanda de saúde mental relacionada à depressão e ansiedade entre as crianças e jovens, principalmente após a pandemia, que causou mudança brusca de rotina e na vida das pessoas, a percepção do risco de contaminação, medo de contaminar a família e colegas de trabalho, redução significativa de postos de trabalho e desemprego, e isolamento/distanciamento na vida social foram algumas situações constatadas como desencadeadoras de depressão, ansiedade e outros danos psicológicos nas crianças e jovens.</p> <p><i>Com informações do Ministério da Saúde</i></p>

Fonte: Ministério da Saúde (2022).

<sup>172</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/governo-federal-lanca-estrategias-de-cuidados-com-a-saude-mental-dos-brasileiros>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Observa-se uma preocupação temporária com a saúde mental da população, sem mudanças estruturais na saúde pública. A Secretaria Nacional da Família do governo de Jair Bolsonaro, tinha como Secretária Ângela Granda Martins<sup>173</sup>. Tinha como missão o fortalecimento das relações familiares; a superação e enfrentamento de desafios sociais no âmbito familiar; a atuação transversal da temática família de forma interministerial.

Atuava através do Programa Reconecte (para uso das tecnologias digitais de forma inteligente); Programa Família Forte (para fortalecimento dos vínculos familiares); Selo Empresa Amiga da Família (adoção voluntária de práticas organizacionais familiarmente responsáveis pelas empresas brasileiras); Campanha Acolha a Vida (atuar na conscientização e disseminação de informações, em vista da prevenção da autolesão e do suicídio); Organismos de políticas para as famílias (para incentivar e orientar os Estados e Municípios a criarem organismos voltados para as políticas familiares: secretarias, diretorias, coordenações etc); Observatório nacional da Família (para o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à temática da família, tornando-se referência para elaboração de políticas públicas voltadas à família). Outros programas desenvolvidos: Bloco de países amigos da família (ONU); Campanha "Adote um Trabalhador Venezuelano e sua Família"; Aperfeiçoamento da legislação referente à licença adotante; Certificação para Municípios Amigos da Família; Projeto "Família na Escola"<sup>174</sup>.

No que tange ao Programa Selo Empresa Amiga da Família<sup>175</sup> o mesmo tinha por base investimento privado em políticas de cuidados, mesmo que o termo "cuidado" não esteja evidenciado na proposta. De acordo com os ANEXO I - CATEGORIAS E PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS DE EQUILÍBRIO TRABALHO-FAMÍLIA reconhecidas estão:

---

<sup>173</sup> Doutora em Direito UFRGS. Mestre em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora visitante e pesquisadora em Antropologia Filosófico-Jurídica na Harvard University. Advanced Management Program (AMP-IESE/Universidade de Navarra). Professora de Filosofia do Direito Mackenzie.

<sup>174</sup> Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/copy\\_of\\_ApresentaoSecretariaNacionaldaFamiliaMMFDH.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/copy_of_ApresentaoSecretariaNacionaldaFamiliaMMFDH.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

<sup>175</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/programa-equilibrio-trabalho-familia-1/EDITAL032021completo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Quadro 13 – Programa Selo Empresa Amiga da Família

Categoria	Práticas organizacionais de equilíbrio trabalho-família
Cultura e gestão da conciliação trabalho-família	Capacitação/sensibilização sobre conciliação entre trabalho e família para o público interno da organização Capacitação/sensibilização sobre conciliação entre trabalho e família específica para os dirigentes da organização Material informativo específico sobre medidas e práticas de conciliação entre trabalho e família para o público interno da organização (impresso ou virtual) Política de cargos e salários com oportunidade igual de acesso e ascensão para funcionários, sem distinção de situação familiar
Condições de trabalho (tempo, local e organização)	Redução da jornada de trabalho sem alteração salarial Trabalho em tempo parcial Horário de trabalho flexível Semana de trabalho comprimida Utilização de banco de horas Trabalho a domicílio (teletrabalho)
Benefícios e serviços (prazos e condições além do mínimo estabelecido por lei)	Licença maternidade superior a 120 dias Licença paternidade superior a 5 dias Licença adotante Licença (sem prejuízo no salário) para acompanhamento de familiar enfermo Assistência financeira ou serviço de apoio para o cuidado de crianças em idade pré-escolar Assistência financeira ou serviço de apoio para o cuidado de crianças em idade escolar Assistência financeira ou serviço de apoio para o cuidado de familiar com deficiência ou incapacidade temporária ou permanente Assistência financeira ou serviço de apoio para o cuidado de familiar idoso Sala de apoio ao aleitamento materno Incentivo à realização do pré-natal das funcionárias gestantes

Fonte: Edital CHAMAMENTO PÚBLICO DE EMPRESAS INTERESSADAS NA CONCESSÃO DO SELO EMPRESA AMIGA DA FAMÍLIA (SEAF) – EDIÇÃO 2021/2022.



No Edital 2021/2022 foram 39 empresas contempladas com o selo<sup>176</sup> (Apêndice 3). Apesar da desigualdade no tempo de licença maternidade e paternidade, o projeto é interessante, pois não vinculam as mulheres às agendas de cuidado, sendo direcionado ao público interno da organização.

Mesmo com os projetos descentralizados, não se falava de forma qualificada em uma política de cuidados. Esse tipo de política pressupõe a prestação de serviços, como creches e educação infantil; centros dia; instituições de longa permanência para idosos; programas de acompanhamento a idosos nos domicílios e comunidades, incluindo teleassistência; subsídios para acesso a serviços e transferências monetárias; regulação do trabalho e licenças parentais; investimento em infraestruturas para o cuidado. São políticas intersetoriais, que podem articular políticas de saúde, educação, assistência social e desenvolvimento<sup>177</sup>.

Em 2023, com a mudança para um governo de esquerda, foi criada a Secretaria Nacional de Cuidados e Família vinculado ao Ministério, Assistência Social, Família e Combate à Fome. O site da nova Secretaria não apresenta informações sobre o escopo de atuação, mas informa o resumo do currículo da Secretária, Laís Wendel Abramo é socióloga, pesquisadora do tema cuidados e trabalho, como o texto QUESTIONANDO um mito: custos do trabalho de homens e mulheres. Coautoria de Lais Wendel Abramo. Brasília: OIT, 2005<sup>178</sup>. A Secretaria tem usado outros canais de comunicação com a população como *Facebook* e *Instagram*.

Os primeiros materiais informativos da Secretaria começaram a ser disponibilizados no final de março de 2023, o que culmina também com a escrita do

---

<sup>176</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/programa-equilibrio-trabalho-familial/ResultadofinaldoEditaln03.2021ChamamentoPblicodeempresasinteressadasnaconcessodoSeloEmpresaAmigadaFamíliaSEAF.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

<sup>177</sup> Disponível em: <https://www.institutolula.org/as-19h-lancamento-do-boletim-sobre-politicas-de-cuidado>. Disponível em: 4 abr. 2023.

<sup>178</sup> Mestre e doutora em sociologia pelo Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). É especialista em temas relativos à desigualdade, políticas sociais e o mundo do trabalho. Foi coordenadora executiva do Grupo Técnico de Trabalho da Equipe de Transição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (novembro-dezembro de 2022), diretora da divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2015-2019), diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil (2005-2015), especialista regional da OIT em questões de gênero e trabalho para a América Latina (1999-2005), professora de sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e coordenadora da Comissão de Movimientos Laborales do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). É autora de diversas publicações sobre pobreza e desigualdade, cuidados e proteção social, mercado de trabalho, gênero, raça e juventude, sindicalismo e trabalho decente no Brasil e na América Latina.

relatório final dessa pesquisa. Mas, apesar da limitação temporal para aprofundamento das diretrizes que se fundamentam a Secretaria, já se torna possível desenhar um primeiro esboço do que será a atuação da mesma no país.

A Cartilha Conheça a Secretaria Nacional de Cuidados e Família<sup>179</sup>, foi estrategicamente compartilhada com os prefeitos brasileiros, em evento nacional realizado em Brasília, intitulado Marcha dos Prefeitos.

O material apresenta a seguinte organização:

Quadro 14 – Cartilha Conheça a Secretaria Nacional de Cuidados e Família

<b>Definição de Cuidados</b>	Cuidados são as atividades realizadas para o sustento da vida e o bem-estar das pessoas. Estas incluem a preparação de alimentos, a manutenção da limpeza e organização dos domicílios, o apoio às mais diversas atividades do cotidiano das pessoas com diversos graus de autonomia ou dependência. Se bem o trabalho de cuidados tem um papel central para a manutenção da vida e da própria economia, as tarefas que implicam esse tipo de trabalho são invisibilizadas, subvalorizadas, feminizadas e, em muitos casos, não remuneradas.
<b>Compreensão do Cuidado como um direito de todos (quem cuida e quem é cuidado)</b>	Compreendendo o cuidado como um direito e uma necessidade de todas as pessoas ao longo da vida e buscando atender as necessidades tanto das pessoas que requerem cuidado quanto das que o oferecem, em janeiro de 2023 o presidente Lula criou a Secretaria Nacional de Cuidados e Família (SNCF) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
<b>Apresenta objetivo Geral de criar um Plano Nacional de Cuidados</b>	objetivo principal é coordenar, em parceria com o Ministério das Mulheres, a construção intersetorial e inter federativa de uma Política Nacional de Cuidados

<sup>179</sup> Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Principal/Capa/Marcha%20dos%20Prefeitos/SNCF\\_Cartilha\\_Conheca\\_Sec.Nacional%20Cuidados%20e%20Familia%20\(5\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Principal/Capa/Marcha%20dos%20Prefeitos/SNCF_Cartilha_Conheca_Sec.Nacional%20Cuidados%20e%20Familia%20(5).pdf). Acesso em: 05 abr. 2023.

<b>Apresenta seus objetivos específicos</b>	i) garantir a satisfação das necessidades e o direito aos cuidados de todas as pessoas, a partir da organização e estímulo do Estado, em especial às crianças, às pessoas com deficiência e pessoas idosas com dependência e às trabalhadoras e trabalhadores do cuidado; ii) assegurar um trabalho decente e protegido para as pessoas ocupadas no trabalho remunerado de cuidados; iii) reconhecer, valorizar e redistribuir o trabalho de cuidados, aliviando a carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres, possibilitando a liberação do seu tempo e o usufruto de seus direitos em outros âmbitos da vida.
<b>Externaliza comprometimento com a justiça social e com a redução das desigualdades</b>	Formular e implementar programas e políticas de cuidados significa, necessariamente, enfrentar as profundas desigualdades de gênero, classe, raça, etnia, idade e territoriais que caracterizam a organização social dos cuidados no Brasil. A construção e implementação da Política Nacional de Cuidados, em intensa articulação intersetorial e inter federativa representa, assim, um importante avanço na construção de uma sociedade mais justa, com mais oportunidades para todas as pessoas e uma contribuição fundamental para a redução da pobreza e das desigualdades em nosso país.
<b>Estimula o compartilhamento de experiências sobre políticas de cuidados em nível estadual e municipal</b>	Compartilhe conosco a experiência de ações ou políticas de cuidado em seu Estado ou Município

Fonte: Cartilha Conheça a Secretaria Nacional de Cuidados e Família.

Além de impulsionar que municípios criem seus planos municipais de cuidado, a Secretaria pretende acompanhar ações em curso, como da Prefeitura de Belo Horizonte, em Minas Gerais, que tem desenvolvido o Programa Maior Cuidado.

O Programa tem como objetivo apoiar as famílias no cuidado com os idosos e aumentar a qualidade de vida de todos. Na prática, os cuidadores realizam atendimento domiciliar a pessoas idosas dependentes e semidependentes. Os profissionais atendem

aos idosos em casa, em dias e horários definidos por equipe multidisciplinar, de acordo com o grau de dependência de cada pessoa, e têm como norte a prevenção da exclusão e do isolamento<sup>180</sup>.

O trabalho busca dar apoio às famílias na rotina de cuidado a idosos inseridos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) que, por sua condição social e de saúde, precisam de cuidados constantes. O foco é, também, a garantia do acesso a direitos e evitar a ocorrência de situações que possam fragilizar e romper os vínculos familiares e sociais dos usuários<sup>181</sup>.

Outras iniciativas e ações serão mapeadas pela Secretaria, com intuito de reunir boas práticas e sistematizar ações em andamento<sup>182</sup>. A Secretaria produziu também uma Nota Informativa n1/2023 MDS/SNCF As mulheres negras no trabalho de cuidado, em que pontua: 1. O cuidado é uma necessidade e um direito de todas as pessoas; 2. Pobreza de tempo: a alta carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado é uma forte barreira à igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho; 3. A atual organização social do cuidado gera e reproduz a pobreza e a desigualdade de gênero e raça; 4. Desigualdades de raça e gênero nas profissões do cuidado; 5. Quem cuida das trabalhadoras domésticas e de suas famílias?; 6. Sobre representação de mulheres negras em outras ocupações menos valorizadas do trabalho de cuidados: ajudantes de professoras da educação infantil e auxiliares de enfermagem; 7. Por uma Política Nacional de Cuidados.

Outro marco importante foi a publicação de Decreto nº11.460 de 30 de março de 2023, que Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados<sup>183</sup>.

De acordo com o Decreto, fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à

---

<sup>180</sup> Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/programa-maior-cuidado>. Acesso em: 12 abr. 2023.

<sup>181</sup> Ibid.

<sup>182</sup> Durante a finalização do relatório os deputados distritais aprovaram uma série de projetos de lei que ampliam os direitos das mulheres do Distrito Federal, na sessão desta quarta-feira (12/4/2023). Textos como um que garante licença a servidoras com sintomas graves associados ao fluxo menstrual e outro que prevê aposentadoria por cuidados maternos foram aprovados em segundo turno. Os documentos agora seguem para sanção do governador. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/cldf-aprova-licenca-por-colicas-intensas-aposentadoria-materna-e-mais-projetos>. Acesso em: 14 abr. 2023.

<sup>183</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11460.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11460.htm). Acesso em: 05 abr. 2023.

Fome e do Ministério das Mulheres, com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados. Foi realizado no dia 22 de maio de 2023, em Brasília, o Lançamento do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) da Política Nacional de Cuidados com a participação de ministras e ministros de Estado.<sup>184</sup> E no dia seguinte, a reunião do GTI ocorreu apenas com os entes ministeriais, também em Brasília.

De acordo com o quadro abaixo é possível observar as competências, composição, periodicidade, coordenação, natureza da participação e finalidade do documento final.

Quadro 15 – Proposta da Política Nacional de Cuidados no Brasil

Coordenação (art. 3º, §1º)	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e do Ministério das Mulheres
Competências (art. 2º)	I - formular diagnóstico sobre a organização social dos cuidados no País, que inclua a identificação das políticas, dos programas e dos serviços existentes relativos à oferta e às necessidades de cuidados; II - elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados, com a indicação de seus princípios, suas orientações e seus objetivos; e III - elaborar a proposta do Plano Nacional de Cuidados, que contemple: a) os programas e as ações de cada um dos órgãos e das entidades participantes, com a indicação dos prazos e dos recursos para implementação das medidas propostas; e b) as prioridades, a periodicidade e as estratégias de gestão, de monitoramento e de avaliação dos programas e das ações do Plano.

<sup>184</sup> A programação será organizada da seguinte forma: Mesa “A importância de políticas de cuidados para o Brasil” Laís Abramo – Secretária Nacional de Cuidados e Família/Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) Rosane Silva – Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Cuidados/Ministério das Mulheres Anastásia Divinskaya – Representante de ONU Mulheres no Brasil Vinícius Pinheiro – Diretor do Escritório da OIT para o Brasil Benedita da Silva – Deputada Federal e Coordenadora Geral da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados (a confirmar) Zenaide Maia – Senadora Federal e Procuradora da Mulher do Senado Federal (a confirmar). A organização social dos cuidados no Brasil – Coordenação do GTI Cuidados Sociedade do Cuidado: horizonte da recuperação para América Latina e o Caribe – Maria Lucía Scuro – Oficial Superior de Assuntos Sociais – Divisão de Assuntos de Gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) Chile A construção da Política de Cuidados em Belém do Pará – Georgina Galvão (Coordenadora-Geral do Banco do Povo de Belém do Pará e membro do projeto “Ver o Cuidado”) e Sandra Shirlei Valente Santana (Diretora Geral da Fundação Papa João XXIII – Funpapa) Olhando para as trabalhadoras do cuidado – Luiza Batista – Coordenadora Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

Quadro 15 – Proposta da Política Nacional de Cuidados no Brasil (continuação)

Órgãos integrantes (art.3º, I)	<p>a) um do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;</p> <p>b) um do Ministério das Mulheres;</p> <p>c) um da Casa Civil da Presidência da República;</p> <p>d) um do Ministério das Cidades;</p> <p>e) um do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;</p> <p>f) um do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;</p> <p>g) um do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;</p> <p>h) um do Ministério da Educação;</p> <p>i) um do Ministério do Esporte;</p> <p>j) um do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;</p> <p>k) um do Ministério da Igualdade Racial;</p> <p>l) um do Ministério do Planejamento e Orçamento;</p> <p>m) um do Ministério dos Povos Indígenas;</p> <p>n) um do Ministério da Previdência Social;</p> <p>o) um do Ministério da Saúde;</p> <p>p) um do Ministério do Trabalho e Emprego; e</p> <p>q) um da Secretaria-Geral da Presidência da República;</p>
Entidades permanentes (art. 3º, II)	<p>a) um da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;</p> <p>b) um da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; e</p> <p>c) um do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.</p>
Periodicidade dos encontros (art. 4º) e duração do Grupo de Trabalho (art.10)	Mensal/O Grupo de Trabalho Interministerial terá duração de cento e oitenta dias
Grupos de Trabalho Temporários (art. 5º e 6º)	<p>I - serão instituídos e compostos na forma de ato do Grupo de Trabalho Interministerial;</p> <p>II - serão compostos por, no máximo, oito membros;</p> <p>III - terão caráter temporário e duração estabelecida no ato de instituição do grupo; e</p> <p>IV - estarão limitados a, no máximo, quatro em operação simultânea.</p>

Quadro 15 – Proposta da Política Nacional de Cuidados no Brasil (conclusão)

Natureza da participação (art. 9º)	A participação no Grupo de Trabalho Interministerial e nos grupos de trabalho temporários será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Destino final do Relatório (art.10, § unc.)	O relatório final das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial será encaminhado aos titulares dos órgãos e das entidades nele representados.

Fonte: Decreto nº11.460 de 30 de março de 2023.

Observa-se a tentativa de integração de todos os Ministérios para a construção do esboço de uma política de cuidados, e também a preocupação em identificar políticas, programas e serviços existentes relativos à oferta e às necessidades de cuidados.

Além da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, outra Secretaria também sua na sua identificação o termo cuidados, trata-se Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, vinculada ao Ministério das Mulheres, e tem como Secretária a sra. Rosane Silva<sup>185</sup>. A Secretaria também tem como competência desenvolver políticas de gênero e cuidados<sup>186</sup>.

Abaixo, um quadro com a competência da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados:

---

<sup>185</sup> Nascida em Formigueiro-RS, é membro do Diretório Nacional do PT e atua no movimento de mulheres. Foi Assessora Especial do gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social, no governo Dilma Rousseff, atuando na Coordenação da Política de Gênero e do Subcomitê de Igualdade de Gênero. Fez parte da Direção Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde foi Secretária Nacional de Mulheres. À frente da Secretaria, coordenou a campanha pela igualdade de oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical e a campanha pela paridade nas instâncias da CUT. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/composicao/secretaria-nacional-de-autonomia-economica/roseane-silva>. Acesso em: 10 abr. 2023.

<sup>186</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/composicao>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Quadro 16 – Competência da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados

I. Desenvolver, fomentar e disseminar estudos, projetos e pesquisas transversais sobre temáticas de gênero, trabalho, autonomia e políticas de cuidados das mulheres, para subsidiar definições de políticas para as mulheres e seu desenvolvimento econômico;
II. Elaborar a política nacional de cuidados para desenvolver, executar integrar estratégias de visibilização e desnaturalização da divisão sexual do trabalho;
III. Articular e acompanhar os diferentes mecanismos de combate à pobreza, à fome e ao desemprego de mulheres; e
IV. Formular, implementar, avaliar e monitorar programas e projetos para as mulheres nas áreas de trabalho, autonomia econômica e política de cuidados.

Fonte: Ministério da Mulheres.

Com as competências institucionalizadas em prol de projetos, programas e políticas de cuidados, evidencia-se uma preocupação governamental em construir as bases para uma Política Nacional de Cuidados.

Todavia, devem-se levar em conta as disputas ideológicas que acontecem nesse campo, e que se fortalecerem no último governo no país. Os autores Roberto Efrem Filho e Breno Marques de Mello discutem como “mãe” se apresenta como sujeito imprescindível às disputas democráticas, influenciando movimentos sociais e também a efetivação de políticas públicas, mas também pode fortalecer grupos conservadores a partir de uma perspectiva única de família.

Com as mudanças do neoliberalismo, e avanço do conservadorismo no país o que se observa é que uma restrição de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, a desregulamentação do trabalho e a redução de recursos públicos destinados às áreas de educação, saúde e assistência social, o que impacta diretamente no trabalho de cuidado.

Essa “mãe” acaba por se responsabilizar sozinha pelo trabalho de cuidado, em um contexto de ausência de políticas públicas. Essa “mãe” enquanto sujeito político, transcende a esfera privada, mobilizando disputas ideológicas, políticas públicas e redirecionamento do Estado a partir de seu poder de luta.



De acordo com Melo e Morandi, *et al.* (2022), uma política de cuidados que vise a construção de uma sociedade mais igualitária e de crescimento econômico ecologicamente sustentável, precisa ter como medidas:

Exigir aumento de matrículas em creches públicas de tempo integral de forma a viabilizar uma melhor distribuição do trabalho de cuidados. Exigir que as escolas públicas para crianças até 14 anos sejam de tempo integral, permitindo participação mais efetiva das mulheres no mercado de trabalho. Exigir a extensão do período de aulas no ensino público brasileiro como forma de melhorar a qualidade do ensino e reduzir desigualdades. Exigir a criação, melhoria e ampliação de vagas e instituições para atendimento de pessoas com algum tipo de necessidades específicas, idosas, enfermas, pessoas com deficiências, sejam instituições para cuidados por dia ou continuada, de estadia permanente ou temporária. Exigir a ampla criação e expansão de vagas em casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero, [...], para pessoas em situação de vulnerabilidade e para pessoas sem teto. Criar restaurantes populares, importantes como instrumento de combate à insegurança alimentar, sendo uma forma de garantir a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas, sobretudo em tempos de empobrecimento e aumento do desemprego decorrente de crises. Exigir a implementação de uma reforma agrária. A garantia da posse da terra é garantia de cuidados básicos familiares para a população do campo. Propor uma política de reconhecimento da economia dos cuidados como uma política de luta contra a pobreza e a desigualdade, de proteção social e do trabalho e a ampliação e o fortalecimento de sistemas públicos de cuidados. Incluir nos planos econômicos, orçamento público federal, estadual e municipal os créditos necessários para a criação dos equipamentos necessários nas escolas e nas cidades para democratizar a economia dos cuidados para toda a população (MELO, MORANDI, *et al.*, 2022, p. 150).

Tais medidas devem estar articuladas com o investimento em pesquisas e informações estatísticas e uma melhor distribuição do trabalho dos cuidados através de formalização de licenças parentais, flexibilização trabalhista, igualdade de remuneração, facilitação para retorno à escola, por exemplo (MELO, MORANDI, *et al.* 2022).

## Discussões

Brasil e Argentina apresentam aproximações e diferenciações no que tange ao tema cuidados. Observe o quadro abaixo:

Quadro 17 – Brasil e Argentina - aproximações e diferenciações no que tange ao tema cuidados

	<b>Brasil</b>	<b>Argentina</b>
<b>Dados territoriais e demográficos</b>	Brasil (8.516.000 km <sup>2</sup> e 210. 147.125 habitantes)	Argentina (2.780.000 km <sup>2</sup> e 45.808.747 habitantes)
<b>Uso do tempo</b>	(Pnad-c) do IBGE, em 2019, as mulheres dedicavam, na média, 21,7 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado enquanto os homens dedicavam 11 horas. As mulheres brancas se utilizam de 21 horas semanais e as mulheres negras, 22,3 horas por semana. De acordo com a CEPAL (2021), o número de horas destinadas ao trabalho doméstico é de 26,1 horas por semana	Relatório da CEPAL (). Antes da pandemia, as mulheres já destinavam de 22 a 42 horas a atividades não remuneradas. De acordo com a CEPAL (2021), o número de horas destinadas pelas mulheres ao trabalho doméstico é de 42,4 horas por semana
<b>Mulheres que saíram do mercado de trabalho</b>	7 milhões de mulheres saíram do mercado de trabalho (PNADC, 2021)	Nos setores mais afetados, que respondem por quase 56% da queda de postos de trabalho, estão inseridos os setores altamente feminizados (CEPAL, 2021)
<b>Destaque dos Resultados de pesquisas citadas no tópico 5.1.1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- mulheres de classe média e média alta estavam sobrecarregadas e com dificuldades para lidar com o aumento dessas demandas imposto pela pandemia, como acompanhamento escolar dos filhos;</li> <li>- esgotamento físico e psíquico;</li> <li>- perda do privilégio da terceirização do cuidado doméstico e familiar,</li> <li>- Desigualdades de gênero exacerbadas</li> <li>- mulheres negras dedicam mais tempo ao cuidado não remunerado</li> <li>- transversalidade de raça</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mulheres de classe média vivenciaram sobrecarga de trabalho de cuidados das mulheres, incluindo acompanhamento educacional dos filhos/as</li> <li>- sobrecarga de cuidado emocional</li> <li>- As mulheres rurais vivenciaram processo de endividamentos informais; as mulheres tem menos acesso aos serviços públicos</li> <li>- Pais de classe média encontram o espaço doméstico como entidade com temporalidade e dinâmica próprias que lhes apareciam como desconhecidas e até pouco frequentado até o início da pandemia</li> </ul>

Quadro 17 – Brasil e Argentina - aproximações e diferenciações no que tange ao tema cuidados (conclusão)

<p><b>Destaque dos Resultados de pesquisas citadas no tópico 5.1.2</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- profissão de enfermagem altamente feminizada</li> <li>- excesso de trabalho ao longo desta crise mundial de saúde, com jornadas que ultrapassavam das 40 horas semanais</li> <li>- alterações emocionais</li> <li>- falta, à escassez e à inadequação do uso de EPIs</li> <li>- transversalidade de raça</li> <li>- Lei Complementar 191/22, que permitiu aos servidores da saúde e da segurança pública contarem com o período de maio de 2020 a dezembro de 2021 para aquisição de direitos relacionados ao tempo de serviço</li> <li>- Lei 14.128/2021, dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que trabalharam durante a pandemia</li> <li>- de acordo com o Ministério da Saúde houveram investimentos em vacinas, leitos e insumos, como testes, máscaras e luvas para os Estados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- profissão de enfermagem altamente feminizada</li> <li>- caráter contagioso da doença e a incerteza biocientífica geraram momentos de sobrecarga de trabalho</li> <li>- tiveram que gastar dinheiro de sua renda para usar Equipamentos de Proteção Individual</li> <li>- Ações foram realizadas nos âmbitos institucionais no que tange aos processos reflexivos que envolveram a profissão da enfermagem</li> <li>- movimento legislativo pelo reconhecimento formal do trabalho de cuidado comunitário</li> <li>- Lançado o Programa Nacional de Formação em Enfermagem (Pronafe) faz parte do Instituto Nacional de Educação Tecnológica (INET), dependente do Ministério da Educação da Nação;</li> <li>- A proteção da vida e da saúde do pessoal de saúde é declarada de interesse nacional</li> <li>- Foi criado o Programa de Proteção ao Pessoal de Saúde</li> </ul>
--	---	--

Fonte: Elaboração laboral a partir de dados institucionais e resultados de pesquisas empíricas.

Mesmo considerando as peculiaridades econômicas, sociais, históricas e sociodemográficas entre o Brasil e Argentina, é possível fazer uma interpretação regionalista de dois países que integram a América Latina, considerando sempre as suas diferenças.

Tanto no Brasil como na Argentina, as mulheres realizaram mais tempo de atividade doméstica, sendo que no relatório da CEPAL (2021), as mulheres argentinas usam (42,4 horas semanais) e as brasileiras (26,1 horas semanais), o que se vincula a maior ou menor inclusão dessas mulheres no campo dos trabalhos remunerados. De qualquer forma, em comparação ao período anterior a pandemia, as horas destinadas ao trabalho não remunerado aumentaram em ambos os países. Sendo que no Brasil, o recorte racial é fundamental para a compreensão das desigualdades de gênero e raciais no país.

Evidencia-se que o estudo do uso do tempo no espaço doméstico é diferenciado para mulheres de classes média e alta no Brasil, que tem acesso à internet, mantiveram seus trabalhos em *home office*, e podiam investir em equipamentos de proteção, e tiveram a possibilidade de adequar seus hábitos de consumo, relacionamento, alimentação por exemplo. Muitas dessas mulheres tiveram o privilégio de terceirizar os cuidados para as mulheres negras, e quando não, elas se sobrecarregaram com as novas agendas de cuidados em relação aos homens.

Diferentemente para as mulheres negras, muitas sem acesso a moradias e condições de proteção mínimas, sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, as mesmas se mantiveram em um *continuum* de sobrecarga de cuidados, desde o período da escravização do país. Mais uma vez, o recorte racial é fundamental para se pensar as assimetrias de gênero.

Na Argentina a grande diferenciação é feita entre as mulheres urbanas e rurais. As mulheres urbanas sofreram com a sobrecarga de cuidados, com destaque para o desgaste emocional. Em trabalho desenvolvido por Martín (2020), os homens tiveram acesso a um universo desconhecido, que é a casa. Já as mulheres rurais, com pouco acesso aos serviços públicos, sofreram com o endividamento, e tiveram que contar com o cuidado comunitário.

Sobre o trabalho de cuidados na enfermagem, em especial, pode-se observar a feminização desse trabalho. As questões levantadas com a pandemia se aproximam, como a sobrecarga de trabalho, sentimento de insegurança, falta de EPI, e um discurso diferenciado em relação as ações divulgadas pelos Estados, e o que efetivamente estava acontecendo no sistema de saúde. No Brasil, instituições como FIOCRUZ avaliaram de forma negativa a atuação do governo brasileiro em relação ao sistema de saúde. Na Argentina, observa-se uma intenção do Estado em criar espaços de diálogos com os trabalhadores da saúde, instituições acadêmicas e associações profissionais, levantando dados para posterior tomada de decisões.

Em ambos os países medidas legislativas foram tomadas, na Argentina iniciou-se um movimento pelo reconhecimento do trabalho comunitário, e foi lançado o Programa Nacional de Formação em Enfermagem (Pronafe) faz parte do Instituto Nacional de Educação Tecnológica (INET), dependente do Ministério da Educação da Nação, que visa fortalecer as carreiras de enfermagem, o Programa visa aumentar a quantidade e a qualidade dos enfermeiros na Argentina<sup>187</sup>.

Além disso, foi declarada de interesse nacional a proteção da vida e da saúde dos profissionais de saúde e trabalhadores e voluntários que realizam atividades e serviços essenciais durante a emergência de saúde causada pelo COVID-19. Foi criado o Programa de Proteção ao Pessoal de Saúde é criado com o objetivo de prevenir a propagação do COVID19 entre o pessoal de saúde que trabalha em estabelecimentos de saúde de gestão pública ou privada, e entre os trabalhadores e voluntários que prestam serviços essenciais durante a emergência de saúde<sup>188</sup>.

No Brasil, a Lei Complementar 191/22, permitiu aos servidores da saúde e da segurança pública contarem com o período de maio de 2020 a dezembro de 2021 para aquisição de direitos relacionados ao tempo de serviço.

Além disso, a Lei 14.128/2021, dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito.

No que tange a Política de Cuidados desenvolvidas pelos dois países organizamos o quadro abaixo para melhor comparação:

---

<sup>187</sup> Disponível em: <https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/en/node/4059>. Acesso em: 10 abr. 2022.

<sup>188</sup> Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/justicia/derechofacil/leysimple/covid-19-proteccion-del-personal-de-salud>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Quadro 18 – Comparação da Política de Cuidados no Brasil e na Argentina

<b>AÇÕES</b>	<b>BRASIL</b>	<b>ARGENTINA</b>
<b>Programas, projetos e campanhas desenvolvidos durante a pandemia de COVID 19</b>	<p>Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Cuidados à Ansiedade e Depressão</p> <p>Projeto Teleconsulta</p> <p>Linha Vida</p> <p>Secretaria de Cuidados e Família</p>	<p>- <i>Campaña Nacional "Cuidar en Igualdad"</i></p> <p><i>Para reconocer a los cuidados como una necesidad, un derecho y un trabajo.</i></p> <p>- <i>Mesa Interministerial de Políticas de Cuidado, que articula acciones desde el inicio de la pandemia entre 14 organismos del Poder Ejecutivo Nacional</i></p> <p>- <i>12 Rondas Nacionales de Sensibilización sobre Cuidados</i></p>
<b>Construção de um Plano Nacional de Cuidados</b>	<p><i>Cartilha Conheça a Secretaria Nacional de Cuidados e Família</i></p> <p><i>Nota Informativa n1/2023 MDS/SNCF As mulheres negras no trabalho de cuidado</i></p> <p>Publicação de Decreto nº11.460 de 30 de março de 2023, que Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados.</p>	<p>Mapa Federal del Cuidado</p> <p>Foro de Cuidados y Diversidad Familiar</p> <p>Materiais diversos de democratização do tema como livro, mostra fotográfica, vídeos, podcast, por exemplo</p> <p>- Informativos sobre o processo de participação social por região</p>

Fonte: produção autoral (2023).

Na Argentina foi elaborada a Campanha Nacional "*Cuidar en Igualdad*", para reconhecer a los cuidados como una necesidad, un derecho y un trabajo. A campanha tinha como objetivo construir um diagnóstico federal, coletivo, territorial e multiatorial sobre esta questão, bem como para promover a transformação desses estereótipos que reproduzem a feminização do trabalho de cuidado.

Em setembro e outubro de 2020 foram realizadas 12 Rondas Nacionais de Sensibilização sobre o Cuidado, que constituem instâncias prévias e internas que preparar ministérios e agências nacionais, sindicatos e organizações políticas para sua participação nos Parlamentos Territoriais de Cuidado que não será realizado em todas as províncias<sup>189</sup>.

De acordo com Iris Pezzarini, Directora de Articulación Integral de Políticas de Cuidado del MMGyD (2020, p. 6)<sup>190</sup>

Como los cuidados no se organizan de igual manera en los diferentes ámbitos y regiones de nuestro país, queremos recuperar, en clave federal territorial, conceptualizaciones, saberes, conocimientos y prácticas preexistentes en los distintos territorios en torno a los cuidados; promover mayor conciencia y corresponsabilidad colectiva sobre el derecho a cuidar y a recibir cuidados; y detectar prioridades que nutran la formulación de políticas públicas. Por eso nos interesa mucho que participen, son ustedes los que conocen el territorio y la cotidianeidad de toda la diversidad de identidades y es fundamental que esas voces estén representadas (MINISTÉRIO DAS MULHERES, GÊNERO E DIVERSIDADE, 2020, p. 6).

Na Argentina tem se discutido "*a construcción de una cultura colectiva de cuidados, no podemos pensar a los cuidados desde la academia, sino que tenemos que pensarlos con las propias personas; Tenemos el desafío de generar en Argentina sistemas de cuidados sostenidos, amplios, equitativos y con perspectiva de género*". O cuidado ocorre nas residências, nos serviços públicos e privados, nas organizações comunitárias e na economia popular. Por isso, é necessário tornar visível tudo o que existe sobre o tema

---

<sup>189</sup> Disponível em:

[https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe\\_rondas\\_de\\_presentacion\\_con\\_organismos\\_y\\_organizaciones\\_nacionales.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_rondas_de_presentacion_con_organismos_y_organizaciones_nacionales.pdf). Acesso em 10 mar. 2023.

<sup>190</sup> Disponível em:

[https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe\\_rondas\\_de\\_presentacion\\_con\\_organismos\\_y\\_organizaciones\\_nacionales.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_rondas_de_presentacion_con_organismos_y_organizaciones_nacionales.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

e identificar tudo o que falta para desenhar melhores políticas públicas de atendimento, em articulação com diversas organizações, setores e em todos os territórios<sup>191</sup>.

Na Argentina já se discute os caminhos em que se precisa avançar para a construção de uma política de cuidados pautada na escuta ativa do território, grupos, movimentos e associações.

Observe abaixo o resultado da sistematização do processo de escuta da comunidade para a construção do anteprojeto de lei Cuidar em Igualdade na Argentina.

#### Quadro 19 – Sistematização do processo de escuta da comunidade para a construção do anteprojeto de lei Cuidar em Igualdade na Argentina

<p>Conceituação do cuidado. As tarefas de cuidado estavam ligadas à sustentabilidade da vida, amor, colaboração e ajuda, altruísmo, mas, fundamentalmente, foram definidos como um trabalho que nem sempre escolhido e isso carrega um fardo físico e mental que recai, principalmente, sobre as famílias e, dentro delas, sobre mulheres [...]. Dois conceitos centrais vincularam-se a essa definição e constituem aspectos a serem trabalhados: 1) autocuidado: questionar mulheres [...] sobre por que eles se importam, como isso afeta suas vidas e que tipos de cuidados são recebidos e/ou prestados. 2) comida, como uma das tarefas de cuidados diários que você não pode ser descontinuado, o que é ainda mais uma vez por dia e que recai predominantemente sobre mulheres [...], que desempenham um papel fundamental na economia família e comunidade, em nutrição e saúde, produção, preparação, rendimento e preservação e comensalidade dos alimentos (alimentação afetiva).</p>
<p>El cuidado como eje de las políticas públicas. Uno de los principales puntos de acuerdo fue resaltar que el trabajo de cuidado debe estar reconocido, apoyado, fortalecido y financiado. En consecuencia, deben articularse acciones que: a) reconozcan y ponderen su valor social y económico; b) den cuenta de la sobrecarga que representa mayoritariamente para las mujeres [...], quienes tienen una doble o hasta triple jornada laboral [...].</p>
<p>Protección y seguridad social. Revertir la precarización y la informalidad para que lxs trabajadorxs accedan a la protección y a la seguridad social que corresponda. Modificar el esquema de licencias por maternidad, paternidad y cuidados especiales que incluyan a todas las identidades de género. La región colocó en el mismo nivel de importancia la promoción de nuevas legislaciones y la concientización sobre el derecho a cuidar en igualdad. Además, se requirió contemplar las dificultades o incompatibilidades que surgen en el Estado cuando se reconocen nuevos derechos y las personas buscan su inclusión en el trabajo formal; y promover la conformación de cooperativas de cuidados de niñxs, adolescentes, personas mayores, con discapacidad o adicciones, para que sean lxs mismxs trabajadorxs lxs que definan las condiciones en las que trabajan y sus salarios.</p>

<sup>191</sup> Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidade. Informe: Parlamentos Territoriales de Cuidado. Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/patagonia\\_informe\\_de\\_sistematizacion\\_aportes\\_federales\\_para\\_la\\_construccion\\_del\\_anteproyecto\\_de\\_ley\\_sobre\\_cuidados\\_igualitarios.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/patagonia_informe_de_sistematizacion_aportes_federales_para_la_construccion_del_anteproyecto_de_ley_sobre_cuidados_igualitarios.pdf). Acesso em 10 mar. 2023.



Quadro 19 – Sistematização do processo de escuta da comunidade para a construção do anteprojeto de lei Cuidar em Igualdade na Argentina (conclusão)

<p>Profesionalización y jerarquización de las tareas de cuidado. Promover la jerarquización de los cuidados como un trabajo y la formación de las personas que ejercen cuidados. Es indispensable diseñar capacitaciones específicas para cada tipo de cuidado que se brinda.</p>
<p>Cuidados y discapacidad. Como todavía persisten muchos mitos, ideas y preconceptos que ubican a la discapacidad como una enfermedad, una carga familiar, como lo no deseado o el problema que hay que rehabilitar, las personas con discapacidad son concebidas como objetos de cuidado y de asistencia y no como sujetos que tienen el derecho a cuidarse y a cuidar a otros. Por eso, la principal demanda fue que el abordaje de los cuidados de las personas con discapacidad debe ser pensado y trabajado en relación a las barreras sociales que limitan o impiden su desarrollo.</p>
<p>Cuidados de personas mayores. A partir de las particularidades que adquieren los cuidados de las personas mayores, como por ejemplo, su vinculación con la presencia de enfermedades, la región sostuvo la importancia de colocar a estas tareas en un plano donde primen la autonomía y el respeto de las personas mayores, y no se pierdan de vista sus derechos. En relación a quiénes cuidan a las personas mayores, se resaltó que no existen redes de cuidados amplias (como en el caso del cuidado de los niños), que la tarea recae en las hijas mujeres y que el cuidado se realiza desde un plano afectivo, lo que en algunas oportunidades impide que se actúe correctamente sobre temas como la salud, que precisan de un mayor conocimiento y consideración.</p>
<p>Cuidados en la niñez, adolescencia y juventud. Al analizar las formas en las que se desarrollan los cuidados en las infancias, por un lado, se resaltó como positivo que existen redes más amplias de cuidado con respecto a otras poblaciones; y que aparecen también “comunidades de cuidado”, donde se generan espacios compartidos y multidireccionales, en los que se va creando un engranaje familiar para organizar, repartir, solventar y hacerse cargo de las tareas. Y por el otro, el aporte valioso del movimiento feminista y de la diversidad para cambiar la forma de crianza “hogareña” por redes de apoyo entre mujeres y otras identidades (“crianza colectiva”).</p>
<p>Cuidados comunitarios. A partir de la revalorización del trabajo que lleva adelante la militancia y sostienen diversas organizaciones sociales, políticas, feministas y culturales, se subrayó que las políticas públicas deben construirse desde y con el territorio. En este tópico, el barrio apareció como la unidad de cuidado a atender, en la medida que se forja como el espacio en el que se tejen diversas estrategias colectivas con el objetivo de atender necesidades sociales.</p>
<p>Cuidados, ruralidad y comunidades indígenas. La sobrecarga, la poca valorización y la feminización de las tareas de cuidado, es más notoria y palpable cuando nos trasladamos a las zonas rurales. Para las mujeres [...], cuidar es ocuparse de todo para que todo funcione, al punto de renunciar al cuidado personal y bloquear la posibilidad del autocuidado al frustrarse la capacidad de proyección y construcción de nuevos horizontes. En este marco, fue acentuada la demanda de contar con más lugares de cuidado y personas dedicadas a esa tarea, poniendo especial énfasis en las características geográficas, climáticas y poblacionales de la región, las grandes distancias de los centros urbanos principales, los problemas de conectividad y las características de la ruralidad que muchas veces genera un abismo entre las instituciones y sus habitantes.</p>

Fonte: Informe de sistematización Aportes federales para la construcción del anteproyecto de ley sobre cuidados igualitarios – Patagônia. Elaboração autoral.

O quadro demonstra as pluralidades de modos de ver o fenômeno dos cuidados e indica diferentes necessidades da população em relação a investimentos públicos. Por isso, propôs-se repensar o papel do Estado na elaboração de políticas públicas para que sejam interculturais, contemplem e incluam as diversidades geográficas e étnicas e sejam orientadas a respeitar a visão de mundo e as práticas culturais dessas diversidades, como é o caso dos povos indígenas<sup>192</sup>.

Os Parlamentos Territoriais de Cuidado foram concebidos como um processo de debate e troca situado nas províncias e nas suas realidades e onde protagonizam os saberes, experiências e percepções de quem cuida e é cuidado, bem como de quem faz decisões sobre políticas públicas.<sup>193</sup>

Uma agenda de cuidado com igualdade e perspectiva feminista requer o compromisso da comunidade como um todo e a sinergia de todo o seu tecido social, para dar início à necessária transformação cultural e acabar com a distribuição desigual das tarefas de cuidado, base de todas as desigualdades<sup>194</sup>.

Com este objetivo e por decisão do Presidente da Nação, foi criada uma comissão de redação que tem o desafio, com base nas instâncias consultivas e setoriais e nas contribuições produzidas ao longo da Campanha "Cuidar da Igualdade", de construir uma lei que marca uma mudança de paradigma, que retira o cuidado do mundo privado, familiar e feminino, o coloca na chave da responsabilidade pública com garantias do Estado, e o posiciona como uma questão social e uma responsabilidade de todas as identidades de gênero<sup>195</sup>.

A agenda do cuidado não é apenas uma agenda de gênero, mas também de justiça social. O cuidado é um eixo central no projeto de desenvolvimento econômico que a Argentina tem pela frente, pois pensar o cuidado como necessidade, direito e trabalho tem implicações para a garantia de direitos e proteção social e para o lugar que cuidamos e recebemos em nossa vida e economia.

Nesse contexto, foram defendidas políticas públicas com programas e ações que incorporem o enfoque de gênero e diversidade nas comunidades rurais, camponesas e

---

<sup>192</sup> Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidade. Informe: Parlamentos Territoriales de Cuidado. Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/patagonia\\_informe\\_de\\_sistematizacion\\_aportes\\_federales\\_para\\_la\\_construccion\\_del\\_anteproyecto\\_de\\_ley\\_sobre\\_cuidados\\_igualitarios.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/02/patagonia_informe_de_sistematizacion_aportes_federales_para_la_construccion_del_anteproyecto_de_ley_sobre_cuidados_igualitarios.pdf). Acesso em 10 mar. 2023.

<sup>193</sup> Ibid.

<sup>194</sup> Ibid.

<sup>195</sup> Ibid.

indígenas, bem como uma perspectiva interseccional que contemple uma "dupla assistência" às pessoas com deficiência pertencentes a comunidades indígenas<sup>196</sup>.

Sofre trabalho com cuidado na saúde: Embora existam algumas políticas de Estado que tentou regular e intervir em situações como o equipamento sanitário necessário para trabalhar em situação de pandemia ou a criação de espaços de apoio emocional; O setor experimentou essas medidas com alguns atrasos em sua aplicação ou em sua implementação efetiva. A resolução de conflitos através de estratégias de ajuda mútua entre o setor, o processo judicial e a denúncia nas redes sociais foram os mecanismos que foram implementados para tentar resolver as situações vividas<sup>197</sup>.

As políticas implementadas pela Argentina ganharam reconhecimento na região como se destaca o informe "COVID-19 Global Gender Response Tracker" (PNUDy ONU Mujeres, 2020) e no "Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe" (CEPAL, 2020). *Se enfatiza en la urgente necesidad de diseñar e implementar sistemas de cuidado integrales, desfeminizados, públicos y universales, como respuesta primordial frente a la pandemia* (CEPAL, 2020).

A América Latina e Caribe têm olhado para o tema dos cuidados a partir da sua dimensão pública. Os governos reunidos na XIV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe aprovaram o Compromisso de Santiago, no qual estabelece diretrizes estruturais para se pensar o cuidado a partir de um novo paradigma.

Observa-se a diferença de perspectiva quanto ao Sistema Nacional de Cuidados em construção na Argentina, proposto a partir de uma proposta de desromantização do cuidado, e focar em cuidar de quem cuida; revisar sistemas de cuidado em diálogo com organizações sociais de trabalho remunerado; e revisar a distribuição de direitos.

Os caminhos para esse passo estariam em se implementar políticas anticíclicas sensíveis às desigualdades de gênero para mitigar os efeitos de crises e recessões econômicas na vida das mulheres e promover marcos regulatórios e políticas que impulsionem a economia em setores-chave, incluindo a economia do cuidado.

Além disso, levar em conta os efeitos multiplicadores da promoção da economia do cuidado em termos de participação laboral das mulheres-incluindo empregos vinculados ao conhecimento tradicional, arte e cultura das mulheres indígenas, afrodescendentes, rurais e de base—, bem-estar, redistribuição, crescimento das economias, e o impacto macroeconômico dessa economia do cuidado.

---

<sup>196</sup> Ibid.

<sup>197</sup> Ibid.

Também, projetar sistemas de atenção integral a partir de uma perspectiva de gênero, interseccionalidade e interculturalidade e direitos humanos que promovam a corresponsabilização entre mulheres e homens, o Estado, o mercado, as famílias e a comunidade, e incluam políticas articuladas sobre tempo, recursos, benefícios e benefícios, e serviços públicos de qualidade para atender as diferentes necessidades de cuidado da população, como parte dos sistemas de proteção social.

Na 61ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, em 2022, já se falou em uma “sociedade do cuidado”, em que se tenha por base uma recuperação transformadora, sustentável e com igualdade de gênero na América Latina e no Caribe.

No contexto argentino, já se evidencia um maior avanço de mudanças institucionais e ações mais amplas de discussões, envolvendo diferentes atores sociais e alcançando mulheres através de investimentos em pesquisas, da criação de uma Diretoria de Cuidados vinculada ao Ministério da Mulher, Diversidade e Gênero. Também foi criado dentro do mesmo Ministério o Programa Registradas, com intuito de promover o acesso e permanência do emprego das trabalhadoras de casas particulares, garantir seus direitos e sua inclusão financeira, e avançar rumo à igualdade de gênero. No âmbito legislativo ainda se discute a construção de um Sistema de Cuidados.

Enquanto no Brasil, até 2022, os maiores marcos são legislativos, como a criação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, ainda pouco se avançou com políticas públicas contextualizadas e situadas as multiplicidades de mulheres e profissionais do cuidado, levando-se em conta a dimensão interseccional, ou seja, não se criaram medidas mais protetivas para as trabalhadoras domésticas, foram poucos investimentos estruturais.

A virada interpretativa desta pesquisa está nas transformações políticas que aconteceram no Brasil após as eleições de 2022. Com a vitória de um governo de esquerda, o tema cuidados passou a ser incluído na agenda política, tendo como marco a criação da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, vinculada o Ministério do Desenvolvimento Social, e tendo como Secretária Nacional, a pesquisadora Laís Abramo.

Mesmo sendo discutida a possibilidade de construção de um novo paradigma sobre as relações de cuidado, com uma melhor distribuição dos cuidados, ainda pouco se avançou no âmbito das relações sociais. É preciso ainda se atentar futuramente para que os ajustes fiscais e econômicos em razão da crise não prejudiquem as mulheres, ou

seja, “es importante que el tiempo de las mujeres no se convierta, como ha sucedido a lo largo de la historia, en un factor de ajuste del que los Estados disponen para afrontar la crisis y los nuevos escenarios económicos” (CEPAL, 2020, p. 4).

Assim, políticas e medidas devem ser avaliadas levando-se em conta múltiplas realidades, como quais serão as consequências sobre as mulheres migrantes, trabalhadoras domésticas remuneradas, trabalhadoras domésticas, saúde, cuidadores, trabalhadores informais e também aqueles que trabalham sem remuneração em domicílios.

# Para onde temos avançado? A contribuição de diferentes interlocutores-chave para se refletir um paradigma de cuidados no Brasil e na Argentina

Ao final do percurso investigativo, torna-se importante evidenciar as multiplicidades que envolve estudar o tema cuidados, e esse desafio também se coloca como uma grande oportunidade integrativa e dialógica de compreensão do fenômeno a partir da sua complexidade. Levando-se em conta o ganho de uma abordagem transdisciplinar nesse estudo, e a contribuição do mesmo para a construção de políticas públicas contextualizadas e situadas.

O desenho metodológico do estudo se inicia com minha escrevivência, que dialoga com os estudos teóricos desenvolvidos enunciando que as narrativas, os casos concretos e os relatos de experiência devem integrar o corpo construtivo dos estudos, apontando assim complexidades, contradições e fomentando novas perguntas.

Ao reunir outras narrativas dentro desse processo se forma um mosaico mais rico de pesquisa, que pode contribuir com o desenvolvimento de novos estudos e na elaboração de políticas públicas. Esse formato de pesquisa não se deu de forma linear, mas dentro das irregularidades e reconfigurações da minha própria agenda de cuidados e trabalho.

Rememorando, a escrita do projeto de pesquisa se deu na casa da minha mãe, quando acionei minha rede de sobrevivência para enfrentar os impactos econômicos e sociais da pandemia, sem essa “ajuda” não seria possível atingir esse objetivo.

Depois, o desafio de trabalhar no Poder Legislativo e realizar o estágio pós-doutoral se colocou como uma potencialidade, mas também dificuldade para a realização do mesmo, uma nova reconfiguração nas agendas de cuidado foi necessária.

Outro marco desse processo foi a construção do Seminário Reconfigurações nas agendas de cuidado em tempos pandêmicos - Reflexões sobre Brasil e Argentina, realizado na Universidade de Brasília nos dias 25 e 26 de agosto de 2022. Reunir importantes pesquisadoras da área em um evento híbrido pós-isolamento social, seria difícil, mas importante no intuito de reunir as discussões que aconteceram durante a pandemia nesse campo de estudos.

Como resultado desse evento encontra-se em processo de construção o Dossiê O cuidado na pandemia de Covid 19: leituras cruzadas entre Brasil e Argentina, que tem como objetivo reunir estudos que analisem a realidade do Brasil e da Argentina, a partir de diferentes conjuntares e perspectivas. Os artigos serão publicados na Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação, uma publicação interdisciplinar, de acesso aberto, exclusivamente eletrônica, editada pela Universidade Estadual Paulista – Unesp (Departamento de Saúde Pública, Faculdade de Medicina de Botucatu)<sup>198</sup>.

Para as pesquisadoras/res, observando ambos os contextos, a pandemia evidenciou as assimetrias no que tange às questões de gênero, com recorte para a realidade de que as mulheres carregam a maior carga relacionada ao cuidado, dentro e fora das famílias. Relatórios internacionais e nacionais já começam a assinalar a assimetrias de gênero, e os impactos das ações sanitárias na vida das mulheres.

Após o evento, com intuito de aprofundar mais os temas abordados do Seminário, compreendendo a visão desses interlocutores-chave para o fenômeno dos cuidados e pandemia, encaminhei um formulário para que as pesquisadoras pudessem expor mais profundamente sobre o tema. Dentre doze participantes, três respostas foram enviadas por meio de formulário virtual (*Google Forms*): Alejandro Goldberg, Denise Pimenta e Adriana Manta. Houve autorização para a exposição dos seus nomes por meio de Termo de Autorização. Além disso, entrevistas foram realizadas também com participantes do Seminário com as pesquisadoras Valéria Llobet (24/10); Eleonor Faur (25/10); Johana Kunin (24/10/2022); Walkyria Chagas (24/01); o que soma ao todo 7 narrativas a partir da lista de palestrantes do Seminário.

O quadro abaixo foi elaborado com as respostas dos formulários e entrevistas, sendo que nem todas as respostas foram respondidas pelos participantes, principalmente no caso das entrevistas que tiveram tempo de duração diversas, levando-se em conta a disponibilidade do interlocutor.

---

<sup>198</sup> Disponível em: <https://interface.org.br/a-revista/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

Quadro 20 – Resposta e Pergunta 1 do Formulário Pós-doutoral

<p><b>A partir dos seus estudos, quais as principais alterações sociais, políticas, culturais, jurídicas, você considera fundamentais de serem analisadas, tendo como marco a pandemia de COVID-19?</b></p>
<p><b>Alejandro Goldberg</b> – “<i>Las desigualdades estructurales globales y a nivel de sectores sociales en cada una de las sociedades de los distintos países se potenciaron como consecuencia de la crisis devenida de la pandemia de Covid-19. En efecto, todos los problemas estructurales – fundamentalmente aquellos provocados por las desigualdades sociales intrínsecas al capitalismo – se profundizaron con la pandemia de Covid-19 hasta límites insostenibles para los sectores subalternos de las sociedades (entre los cuales se ubican los sujetos de estudio de mi investigación: grupos de migrantes en situación de irregularidad migratoria-administrativa)</i>”.</p>
<p><b>Denise Pimenta</b> – “Creio que seja fundamental entender a pandemia de Covid-19 como um continuum e não como uma ruptura. Além disso, penso que deva ser dado destaque ao protagonismo das mulheres (cis e trans) negras, jovens e velhas, nas inúmeras crises sociais, sanitárias, ambientais e políticas ao redor do mundo, principalmente na América Latina”.</p>
<p><b>Adriana Manta</b> – “Acredito que existem diferentes perspectivas para analisar. Mulheres de classe média/alta que trabalhavam e passaram a laborar em <i>home office</i>, acumularam o trabalho de cuidado com filhos e residência e foram cobradas por produtividade com mesmo padrão utilizados para homens, acarretando a perda de emprego, pedidos de demissão ou adoecimento mental das mulheres. Muitas mulheres já trabalhavam em condições precarizadas no setor de serviços e se viram sem conseguir executar suas atividades (salões de beleza, por exemplo). Muitas mulheres trabalhando no setor de saúde, enfrentaram o medo e a tensão, além de também acumularem com os cuidados de crianças e casa. Empregadas domésticas com registro na CTPS tiveram que trabalhar para manter o emprego e milhares de outras que trabalhavam sem registro na CTPS se viram sem trabalho”.</p>
<p><b>Walkyria Chagas</b> – O fenômeno da pandemia foi usado para fragilizar direitos e instituições, a estrutura do Estado estava contra a sociedade, e houve redução de direitos. O Auxílio Brasil não estava atrelado à educação (o que mostra que não havia preocupação com enfrentamento das desigualdades estruturais), a negação da ciência e da vacina, serviram para fragilizar a estrutura de saúde, considero um processo de perdas sociais.</p>
<p><b>Johana Kunin</b> – Houve maior discussão midiática e nas políticas públicas, talvez na capital os homens tenham começado a realizar atividades de cuidados que antes não realizavam, mas essa realidade muda quando falamos de interior. De qualquer forma, para as mulheres se ampliou as atividades de cuidados.</p>
<p><b>Valéria Llobet</b> – A pandemia sobrecarregou as mulheres de trabalhos, sendo necessário se aprofundar os casos concretos, no intuito de fomentar políticas de cuidados integrais.</p>

Fonte: Elaboração autoral.



De acordo com as respostas, as desigualdades estruturais preexistentes a pandemia, foram ampliadas, dando a ideia de um *continuum* e atingindo mais fortemente grupos vulneráveis, servindo também como instrumento de redução de direitos, principalmente para grupos mais vulneráveis, como mulheres, trabalhadoras domésticas, migrantes. Apontam que deve ser dada visibilidade para o protagonismo das mulheres negras, jovens e velhas, nas inúmeras crises sociais que se reinventam para enfrentar crises ao redor do mundo, em especial na América Latina. Essas reflexões dialogam com os estudos que foram sendo produzidos durante e no pós-isolamento social (SANTOS, 2021; BLANCO, SACRAMENTO, 2021; GUIMARÃES e HIRATA, 2020a, 2020b, 2020c, 2021; MALUF, 2021).

As mulheres foram impactadas de forma diferente, mas todas sofreram com a sobrecarga dos cuidados. Esse tipo de abordagem interseccional tem sido privilegiado pelas pesquisas brasileiras (TEIXEIRA, 2020; ARAÚJO, 2022; GUIMARÃES, 2022; MARTINS, 2022; ALMEIDA, 2022). Também na Argentina, os estudos reafirmam a maior carga dos trabalhos de cuidados para as mulheres (ATTHYANY; CEPEDA; ESPINEL VALLEJO, 2020; ISLAS, 2020; RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ; ALONSO; MARZONETTO, 2020; DEBANDI; PENCHASZADEH, 2020; ROSAS, 2020), e são realizadas pesquisas que demonstram a diferença dos impactos da pandemia para as que vivem no interior, por exemplo (KUNIN e FACCIO, 2021; KUNIN, 2023).

Quadro 21 – Resposta e Pergunta 2 do Formulário Pós-doutoral

<b>A sra. (sr) integrou ou está ciente da formação de novas redes de estudos ou eventos acadêmicos sobre a temática de cuidados a partir da pandemia de COVID-19? Se sim, quais?</b>
<b>Alejandro Goldberg</b> – Desconozco
<b>Denise Pimenta</b> – Integrei algumas como 1) Antropológicas Epidêmicas - <a href="https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/">https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/</a> ; Observatório da Covid-CEMI (Unicamp) - <a href="https://www.facebook.com/CEMIBR">https://www.facebook.com/CEMIBR</a> . Acompanhei outros trabalhos não acadêmicos, mas não como membro, por exemplo: Segura a Onda - <a href="https://www.facebook.com/seguraaondaBR">https://www.facebook.com/seguraaondaBR</a> , Memorial das Vítimas do Coronavírus no Brasil - <a href="https://www.facebook.com/memorialcoronabrasil">https://www.facebook.com/memorialcoronabrasil</a> ; Inumeráveis - <a href="https://inumeraveis.com.br/?fbclid=IwAR1hb0vjTnkC8CRUtu-KXVdxKthEOpyOm_1Nx-NZE5V0Nb4a9TD7MftI0Kw">https://inumeraveis.com.br/?fbclid=IwAR1hb0vjTnkC8CRUtu-KXVdxKthEOpyOm_1Nx-NZE5V0Nb4a9TD7MftI0Kw</a> ; Tem Gente com Fome - <a href="https://www.temgentecomfome.com.br/">https://www.temgentecomfome.com.br/</a> .
<b>Adriana Manta</b> – Coordena o grupo de estudos sobre Direito antidiscriminatório no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, que tem como objetivos promover o debate acerca da inclusão e diversidade no âmbito do poder judiciário trabalhista, a superação de práticas discriminatórias, reflexões sobre o enfrentamento do racismo, discriminação por gênero, sexualidade, etnia, capacitismo, etarismo, estudos críticos da branquitude, sistemas internos e internacionais de proteção em direitos humanos, entre outros.

Quadro 21 – Resposta e Pergunta 2 do Formulário Pós-doutoral (conclusão)

<b>Walkyria Chagas</b> – participei de grupo com professores indígenas para cuidar física e mentalmente durante o processo adoecedor da pandemia.
<b>Johana Kunin</b> – Cículo de Estudio Maternidad (es) y Maternaje(s) situados, que não produz coletivamente, composto por pesquisadoras (nacionais e outros países) e pessoas interessadas no tema como doulas, médicas, psicólogas, começamos em 2019, 20 e 22 virtual, com um pouco mais de 20 encontros.
<b>Valéria Llobet</b> - Grupos de estudos e pesquisas do Programa de Género, Infancia y Juventud del Cedesil - grupo de pesquisa argentino Cedesi-LICH, Conicete - o grupo de pesquisa argentino Núcleo de Estudios sobre Intimidades, Política y Sociedad (Idaes-Unsam) produziram publicações e eventos sobre a temática.

Fonte: Elaboração autoral.

As respostas das pesquisadoras demonstram o processo de visibilidade que o tema cuidados ganhou na Academia com a pandemia, reunindo pesquisadores e movimentos sociais para discussões sobre cuidado atrelado a diferentes perspectivas como saúde mental, cuidados e infância, pessoas com deficiência, idosos, por exemplo. Esse movimento de confirma a partir dos quadros contruídos no tópico 3.3, que apresenta inúmeras publicações e eventos (dentro e fora do âmbito acadêmico) que foram realizadas sobre o tema desde o ano de 2020. Além disso, se evidenciou o potencial regional de discussão da temática, observado através de eventos como XV Reunião da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe - A liderança das mulheres nas agendas de cuidado: do por que às estratégias (2022) e a XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (2022), que acontecerá na Argentina em 2022.

Quadro 22 – Resposta e Pergunta 3 do Formulário Pós-doutoral

<b>Na sua interpretação, houve reconfigurações nas dinâmicas de cuidados durante a pandemia? E de que forma isso influenciou os estudos sobre a temática?</b>
<b>Alejandro Goldberg</b> – <i>“Las respuestas sociosanitarias grupales-comunitarias entre estos grupos fueron el común denominador más efectivo para contener y sobrellevar las necesidades inmediatas y urgentes de estas personas, más allá de las políticas públicas que se hayan implementado en cada país/región/ciudad, con desigual cobertura y eficacia. La realidad abordada conjuga esas carencias estructurales que no fueron resueltas, con nuevas problemáticas sociosanitarias derivadas de las necesidades de supervivencia de esos grupos, como consecuencia de la crisis sociosanitaria desatada a partir de la pandemia. Lo anterior supuso en la práctica, durante el extenso período de cuarentenas de encierro obligatorio, que la mayor parte de estos migrantes, debido a su situación de irregularidad administrativa-migratoria, y al estar insertos en el mercado de trabajo informal-sumergido precario (en muchos casos trabajos esenciales pero no reconocidos como tales), tuvieron que incumplir esas medidas compulsivas para realizar algún tipo de trabajo que les permitiera ganar dinero para alimentarse y, dado el caso, alimentar a sus familias. Esto los colocó en una situación de especial vulnerabilidad frente a la infección del Covid-19, tal como he podido relevar”.</i>
Denise Pimenta Penso que a configuração na dinâmica de cuidados permanece a mesma, sendo gestada principalmente por mulheres negras periféricas como apontado na obra "Um feminismo decolonial" de Françoise Vergès. No entanto, os estudos sobre o cuidado ganharam uma centralidade nunca vista, alargando a discussão e o número de interessadas no tema.
<b>Adriana Manta</b> – Sim! No Direito do Trabalho a divisão sexual do trabalho e seus impactos passou a ser observada em artigos e estudos com perspectiva de gênero. Em outubro de 2021 o CNJ publicou o Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero e o cuidado aparece transversalmente quando se analisa a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico, a diferença remuneratória por gênero, o assédio materno, dentre outros.
<b>Walkyria Chagas</b> – Não, o que se evidenciou foi o aumento das desigualdades sociais, principalmente para as mulheres negras e indígenas.
<b>Johana Kunin</b> - Grande câmbio social não podemos afirmar. Há uma discussão midiática e de políticas públicas sobre cuidados, mas o que acontece dentro das casas? As transformações sociais são lentas. No caso argentino, mesmo com políticas nacionais e discussão pública, sobretudo da classe média e progressistas e urbanos, é preciso olhar para as províncias, no interior é muito heterogêneo as relações de cuidado. Talvez na classe média tenha teletrabalho e homens que dividam atividades de cuidado, era um pouco incomum, e me parece que aumentou, mas não vejo de forma universal dentro da realidade do país.
<b>Valéria Llobet</b> – No âmbito doméstico, as mulheres foram as que carregaram maior carga. E no âmbito governamental, é preciso pensar em políticas de cuidados não de forma fragmentada, mas amplas, que levem em conta as situações concretas de diferentes grupos sociais, e que consigam alcançar a paridade de gênero.

Quadro 22 – Resposta e Pergunta 3 do Formulário Pós-doutoral (conclusão)

**Eleonor Faur** – Nas políticas públicas houve avanço em relação ao interesse estatal de fazer visível o que já existe e avançar em outras que não estavam configuradas como um projeto de lei que se apresentou ao Poder Executivo em Julho de 2021, e que passou vários meses em negociação com atores sociais. Então há um interesse institucional sobre cuidados, mas falta uma articulação mais profunda que ponha como foco o cuidado integral e não setorial/fragmentado, é preciso se perguntar o que há sobre cuidados e o que se quer a partir das pessoas destinatárias. No que tange a relações sociais as mulheres seguem cuidando mais, e se os serviços não se ampliam vai demorar muito tempo para que haja uma reconfiguração. O interesse em tratar de cuidados precisa se configurar como políticas mais efetivas. A CEPAL por exemplo, vai realizar uma Conferência em que vai abordar o tema sociedade do cuidado, um campo em construção avançando muitíssimo, mas ideias, investigações, isso vai complexando os olhares sobre cuidados. Há 20 anos quando comecei a estudar cuidados se falava apenas em relações interpessoais hoje se pensa em organização social, para mim isso é importante a difusão das ideias.

Fonte: Elaboração autoral.

De acordo com as respostas, as medidas estatais de combate a pandemia alcançaram a população de forma desigual, o que aumentou a importância das redescomunitárias para resolver os problemas mais emergentes das pessoas. Nesse trabalho evidenciamos a situação das trabalhadoras domésticas, principalmente as negras (TEIXEIRA, 2020; ARAÚJO, 2022; GUIMARÃES, 2022; MARTINS, 2022; ALMEIDA, 2022) e migrantes (RIBEIRO e BAENINGER, 2020; VIEIRA, 2022; DEBANDI E PENCHASZADEH, 2020; BATTYANY; CEPEDA; ESPINEL VALLEJO, 2020; GAVAZZO, 2021, 2022; NEJAMKI e LÓPEZ, 2021).

Dentro do âmbito doméstico se verificou aumento das atividades de cuidados para as mulheres, mas também se reconhece mudanças nas dinâmicas dos homens, o que precisa ser estudado de forma contextualizada. O que dialoga com os estudos citados na pesquisa BLANC, LAUGIER, MOLINIER, 2020; ZANELLO, 2022; MARTÍN, 2020; CANEVARO e CASTILLA, 2021).

Há o reconhecimento de que o tema cuidados ganhou visibilidade em diferentes áreas, e passou a influenciar também em análises justralhistas, levando-se em conta a divisão sexual do trabalho, essa mudança foi impulsionada com a publicação em 2021 do Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero do CNJ (KEMMELEMEIER e PASQUALETO, 2021; MOREIRA, ALVES, et.al. 2021; SILVA e RODRIGUES, 2021).

De forma geral, não se reconhece um grande câmbio social, existe um interesse do Estado em construir políticas públicas de cuidados, mas é preciso que as mesmas

sejam efetivas e que tenham como dimensão o cuidado integral e não setorial/fragmentado.

Quadro 23 – Resposta e Pergunta 4 do Formulário Pós-doutoral

<b>Na esfera pública, quais novas dimensões devem ser aprofundadas, levando-se em conta políticas públicas, mudanças legislativas e/ou institucionais, políticas sociais?</b>
<b>Alejandro Goldberg</b> – Desconozco
<b>Denise Pimenta</b> – Creio que seja importante reforçar, ainda mais num momento de desmantelamento, o que já se foi feito no Brasil, deu e dá certo e é referência mundial, ou seja, a maior política de transferência de renda do mundo: Bolsa Família (hoje, chamado Auxílio Brasil). Política Pública focada na mulher, esta que administra os cuidados da vida cotidiana.
<b>Walkyria Chagas</b> – É preciso fortalecer políticas públicas que tenham por base ações afirmativas e alcancem os grupos mais vulnerabilizados. É preciso repensar a saúde, mas também a educação, as políticas de segurança, para que todos consigam viver uma vida digna.
<b>Adriana Manta</b> – Existem estudos relevantes sobre a renda universal (renda básica universal) que voltaram a ser citados durante a pandemia COVID-19 e que podem representar caminhos para uma nova configuração a partir da distribuição de renda. Para além dessas possibilidades, a desfamiliarização do cuidado (criação de creches e escolas em período integral, asilos, restaurantes populares) e a valorização remuneratória de profissões voltadas ao cuidado deve ser pautada. A possibilidade efetiva de uma licença parental remunerada e equitativa também se apresenta como necessária no campo legislativo.
<b>Johana Kunin</b> – A Argentina tenta se espelhar no Uruguai, que já tem um sistema mais avançado. O projeto é nacional, mas é preciso entender que nas províncias a ideia de cuidado é diferente, ainda muito ligada a ideia da maternidade.

Fonte: Elaboração autoral.

De acordo com as respostas, é fundamental que se invista em política de transferência de renda, saúde, educação, segurança pública e políticas para as mulheres. Para se construir políticas de cuidado é preciso romper com a familiarização dos cuidados, e é preciso que se tenha a valorização das profissões de cuidados, assim como licenças remuneradas para cuidados parentais. Deve-se levar em conta também os distintos contextos sociais, para construção de políticas públicas mais efetivas.

Esse conjunto de políticas está citado em estudos sobre políticas de cuidados que foram citados na pesquisa, e que pressupõe ações integradas, que reconheçam direitos

que quem cuida e quem é cuidado, buscando uma equalização das agendas de cuidado envolvendo também o Estado e as empresas (MORENO, 2020, VIEIRA e FERREIRA, 2022; GUIMARÃES, HIRATA, POSTHUMA, 2020; CAMARANO, 2023; SHAFIK, 2021; FERNANDES, 2021).

Quadro 24 – Resposta e Pergunta 5 do Formulário Pós-doutoral

<b>De que forma podemos analisar esse fenômeno a partir de uma lente interseccional de classe, gênero e raça?</b>
<b>Alejandro Goldberg</b> – <i>Las herramientas conceptuales provenientes de los estudios de género y feministas visualizan al género como un determinante en el proceso de salud/enfermedad/atención/cuidado, que opera en forma conjunta con otros factores y variables, como son los de situación administrativa-migratoria, clase, etnia y edad, entre otros. Aplicado lo anterior al problema de estudio, he podido comprobar que son las mujeres y las niñas quienes más sufren las distintas violencias (psicológica-emocional, sexual, etc.) que implican estos procesos migratorios, así como la sobrecarga de trabajo y el asumir los procesos de cuidado. En tal sentido, la perspectiva interseccional permitió identificar en las relaciones de poder y desigualdad, ciertas lógicas de dominación, así como estrategias para enfrentarlas en un marco contextual y situacional. Así, en plena pandemia de Covid-19, he podido relevar la forma en que mujeres migrantes constituyeron actores sociales esenciales en el enfrentamiento a esta nueva enfermedad, a nivel de prevención y/o curación, a través de los cuidados, la alimentación nutritiva, el uso de terapias provenientes de la medicina tradicional de sus países de origen, entre otros conocimientos y prácticas desarrolladas. Estas mujeres dieron cohesión a sus grupos familiares y del colectivo migrante, jugando un rol fundamental en la supervivencia cotidiana de los sujetos, amortiguando de esta forma los daños físicos, psicológicos y emocionales causados por la crisis socio sanitaria de la Covid-19, además de generar redes de apoyo mutuo, solidaridad, cooperación y reciprocidad entre los grupos de migrantes.</i>
<b>Denise Pimenta</b> – Na verdade, creio ser impossível analisar a crise socio sanitária sem a lente interseccional na medida em que as pessoas mais afetadas são pobres, negras e mulheres. Deve-se partir de uma análise interseccional desde o início, do contrário, não será possível captar o fenômeno.
<b>Adriana Manta</b> – Sem dúvidas as mulheres negras e periféricas são as que mais sofreram as consequências da pandemia diante da inserção precarizada no mundo do trabalho.
<b>Walkyria Chagas</b> – A mulher negra periférica vive uma crise constante, a pandemia apenas evidenciou as desigualdades, é preciso um olhar interseccional para equalizar essas situações de desigualdades.

Fonte: Elaboração autoral.

A perspectiva interseccional permite visualizar as relações de poder e as estratégias de dominação que permeiam o universo social, e mais especificamente a crise sanitária. Como citado anteriormente, a cruel pedagogia do vírus atingiu os grupos mais vulneráveis do Sul Global (SANTOS, 2020).

No Brasil, em especial as mulheres negras. No caso das mulheres migrantes, as mesmas também resistiram em rede para o enfrentamento da pandemia, e contribuíram com saberes tradicionais e sua força coletiva para sobreviverem. Evidenciou-se nesse trabalho a importância da fé, espiritualidades, saberes ancestrais e engenhosidades dessas mulheres como forma de manutenção da vida, sendo esses fundamentais para se construir políticas públicas de cuidados contextualizadas (OLIVEIRA, 2007; ARAÚJO e CHAGAS, 2021).

Quadro 25 – Resposta e Pergunta 6 do Formulário Pós-doutoral

<b>Quais os grandes desafios para a construção de um novo paradigma sobre cuidados pós-isolamento social? Para onde é preciso avançar na construção de um novo mapa conceitual na área de estudos?</b>
<b>Alejandro Goldberg</b> – <i>Atender a las nuevas configuraciones y transformaciones resultantes de la pandemia de Covid-19, la cual impactó en la vida cotidiana de estas mujeres migrantes y sus grupos familiares, así como en la forma en que articularon redes micro grupales- comunitarias para hacerles frente. Para ello, es necesario focalizar en las estrategias desarrollados para asegurar la sostenibilidad de la vida, referidas al conjunto de actividades necesarias para la supervivencia. Estas alternativas diseñadas en el contexto de crisis, con frecuencia invisibilizadas por el Estado y sus instituciones, deben abordarse en tanto formas colectivas de organización y ejercicio de la vida cotidiana, resistencia y construcción de lo social.</i>
<b>Denise Pimenta</b> – Não vejo, por hora, grandes transformações na medida em que o luto não e as perdas não foram absorvidas como algo coletivo. Creio que o mapa conceitual já temos, o que precisamos é fortalecer as políticas públicas que aí estão (ainda), focando sempre na mulher/cuidadora.
<b>Adriana Manta</b> – Repensar as relações sociais e o direito sob uma perspectiva efetivamente emancipatória, visando o alcance da igualdade substancial pode ser um caminho interessante no campo dos estudos jurídicos, interseccionando o direito do trabalho com o direito antidiscriminatório.
<b>Walkyria Chagas</b> – Pensar a agenda de cuidado tem que dialogar com feminismo negro, ancestralidade da raça, dar voz aos sentidos de outros grupos como as mulheres negras periféricas e indígenas. Como garantir a rede de cuidados para a mãe solo, a comunidade compartilha responsabilidade, e por exemplo, como garantir conforto espiritual para as pessoas que não estejam dentro da matriz religiosa cristã. O Estado precisa fortalecer as redes que já existe.

Fonte: Elaboração autoral.

De acordo com as respostas, deve se valorizar e reconhecer as redes comunitárias e de cuidados que já existem, como contribuição para a sustentabilidade da vida, principalmente para grupos periféricos e migrantes. É preciso fortalecer as políticas públicas que já se tem com foco no reconhecimento da mulher cuidadora, e as pluralidades de mulheres. A importância das redes comunitárias também foi citada no estudo (ROSAS, 2020; AVAZZO; RAJOY; LÓPEZ, 2021; GUIMARÃES e VIEIRA, 2020; ANDION, 2020).

O campo jurídico também precisa mudar, agregando ao seu campo de atuação a perspectiva de um direito emancipatório e antidiscriminatório (CARVALHO, 2017; MARVEY, 2021), com intuito de alcançar a igualdade material e os direitos das mulheres (CERQUEIRA, ARAÚJO, *et. al*, 2022). Isso significa “que o direito antidiscriminatório além de abordar e superar a noção de igualdade de tratamento e desafiar a idealização de igualdade de oportunidade, deve também se atentar a produção de igualdade de resultados, portanto, produzindo uma igualdade fática” (MARLEY, 2021, p. 13-14).

Quadro 26 – Resposta e Pergunta 7 do Formulário Pós-doutoral

<b>Qual impacto da pandemia de covid-19 na sua trajetória acadêmica atrelada às agendas de cuidado?</b>
<b>Alejandro Goldberg</b> – <i>Debido a las contingencias provocadas por las restricciones de la pandemia de COVID-19, me vi forzado a reajustar la metodología de investigación con la que vengo trabajando en mis estudios previos sobre la temática de migraciones y salud, en la cual el trabajo de campo etnográfico ocupa un papel central. En tal sentido, recurrí a la denominada “etnografía digital o virtual”, lo que me permitió realizar un seguimiento del problema de estudio y de los sujetos migrantes y los conjuntos socioculturales en los que se integran (comunidades virtuales, asociaciones/organizaciones de y para migrantes, etc.), focalizando en el campo de los procesos de salud/enfermedad/atención/cuidados.</i>
<b>Denise Pimenta</b> – Meu trabalho ganhou relevância justamente pelo momento vivido, ou seja, a temática ganhou visibilidade por conta do fenômeno social vivido. No entanto, os estudos acerca do trabalho do <i>care</i> são antigos.
<b>Adriana Manta</b> – A pandemia COVID-19 desencadeou estudos no direito do trabalho observando a divisão sexual do cuidado e seus impactos sociais e nas relações de trabalho produtivo.
<b>Walkyria Chagas</b> – A pandemia alterou minha rotina e saúde mental, carga de trabalho em alta e finalização da tese, produção só em coautoria, mas o impacto veio no físico.

Fonte: Elaboração autoral.



De acordo com as respostas, as dinâmicas de vida e trabalho mudaram, com mudanças nas metodologias de pesquisa, novos temas de estudos, aprendizados de novas tecnologias. Os pesquisadores e professores precisaram se reinventar para dar conta de muitas agendas, além dos processos de adoecimento e precarização do trabalho (docentes de universidades privadas). Apesar de não ser um tema aprofundado nesse estudo, foi abordado e discutido durante a pandemia, inclusive com recorte de gênero, evidenciando as dificuldades das mulheres mães-pesquisadoras (SILVA, 2022; OLIVEIRA, 2020). Além disso, foi citado do quadro de eventos do tópico 3.3 atividades realizadas pelas Universidades brasileiras para discutir os impactos da pandemia para estudantes universitárias.

Além da experiência do Seminário, outro marco importante do estágio foi a agenda de campo que aconteceu na Argentina em outubro de 2022. A oportunidade de conhecer o país, sua cultura e hábitos (mesmo em um tempo curto), contribuiu com a riqueza da pesquisa, uma vez que pude conversar com interlocutores-chave dentro do seu próprio território, para além das leituras.

Tive a honra de entrevistar Virginia Franganillo<sup>199</sup>, ativista do movimento feminista argentino, que milita em relação aos cuidados há quarenta anos, e que foi Conselheira do *Consejo Nacional de la Mujer*. A mesma participou da comissão redatora do Projeto de Lei *Cuidar em Igualdad*. Quando perguntada sobre *qual caminho levou a Argentina a construção de uma política de cuidados?* Respondeu que de acordo com ela, o processo de construção da lei aconteceu a partir de muitas discussões, e que está atrelado a história do país, prioneiro em políticas sociais, peronismo constitucionaliza os direitos da mulher e da infância, mas houve um retrocesso no período militar. Logo em seguida, com a redemocratização do país, os avanços continuam com a aprovação da Lei de contrato de trabalho e cuidados com a primeira infância.

De acordo com Virgínia, o movimento de mulheres também se fortalece através do feminismo político e instituição dos Encontros Nacionais de Mulheres. O que está acontecendo na Argentina hoje é fruto dessa luta histórica em prol dos direitos das mulheres no país. E o Estado tem implementando um diálogo com os movimentos sociais e academia para a construção de uma política de cuidados que reconhece o trabalho comunitário, reconhecendo quem cuida, e integrando as políticas sociais. O

---

<sup>199</sup> Directora del Observatorio de Género y Pobreza con sede en la Universidad Nacional de San Martín. Argentina. Creadora del Consejo Nacional de la Mujer, primer organismo jerarquizado de género a nivel nacional en Argentina. Lideró la ley de cupos pionera en el mundo, el primer Plan de Igualdad de oportunidades para la Mujer en la región, presidió la Red de Oficinas de Gobierno de la Mujer en América Latina para el Cono Sur. Disponível em: <https://cumbrecolima.eventosuim.org/p/virginia-franganillo/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

intuito é transformar a sociedade reconhecendo o trabalho invisibilizado das mulheres, oferecendo também serviços de qualidade ofertados de forma articulada com o mercado de trabalho.

Durante o estágio pós-doutoral participei do Evento da Plataforma CALAS para o Diálogo, acompanhei com atenção a Mesa Relaciones de poder y violências estructurales com Maria Victoria Castilla (CONICET, Argentina), Laura Masson (EISAES-UNSAM) e Eleonor Faur (EISAES-UNSAM). Neste evento foi possível conversar com a pesquisadora Eleonor Faur e perguntar se *houve reconfigurações nas dinâmicas de cuidados durante a pandemia?* A mesma respondeu que no que tange a academia e políticas públicas se ampliou o interesse pelo tema, mas no âmbito das relações sociais as mulheres são ainda as que mais carregam a carga dos cuidados (a resposta na íntegra encontra-se no quadro acima).

No *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad*, conversei com Leandro Bleger (integrante da Dirección Nacional de Políticas de Cuidados), ao ser perguntado sobre *qual o status e desafios para a construção de uma agenda pública sobre cuidados?* Inicou dizendo que se o cuidado é um conceito polissemico, então se torna complexo na política pública, pois nesse âmbito se pretende instituir o cuidado com um direito. A questão das políticas públicas não é conceitual, onde vamos colocar o dinheiro? A pandemia visibilizou os cuidados, e trouxe a necessidade de coresponsabilizar o Estado, a empresa, nos cuidados. Isso é importante principalmente em razão da crise socioeconômica e em razão da feminização da pobreza. Assinalou que o Projeto de Lei *Cuidar en Igualdad* poderia ser feito por decreto, mas há a convicção de que é fundamental a participação da sociedade no processo de construção. O Projeto de Lei não é um marco simbólico, mas uma tentativa de se concretizar uma divisão mais equitativa dos cuidados.

Na discussão sobre como isso atinge o trabalho doméstico, apresentou o Programa Registradas. Argentina enfrenta discursos semelhantes ao do Brasil sobre essas trabalhadoras, a saber, “são como se fosse da família”, e como o trabalho é realizado de forma individual, dificulta a sindicalização. Mas o Programa pretende reduzir a informalidade do setor de trabalhadores em residências particulares, garantir seu acesso e permanência ao emprego registrado e promover a inclusão financeira com uma perspectiva de gênero e diversidade<sup>200</sup>.

Tive a oportunidade de conhecer a Associação das Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires, e compreender mais profundamente a relação das mulheres com a luta

---

<sup>200</sup> Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/generos/preguntas-frecuentes-del-programa-registradas>. Acesso em: 14 abr. 2023.

por direito ao cuidado do Estado com seus filhos desaparecidos na ditadura militar. O cuidado da memória foi algo que ficou evidenciado na conversa. Perguntado sobre *qual a importância da associação para a discussão sobre cuidados no país?*, a resposta foi que de acordo com a Associação, a luta das mães da Praça de Maio começou em 30 de abril de 77 a marcha começou, depois de buscarem os filhos de forma institucional e não conseguirem respostas.

Depois se uniram a marcha dos jovens, e teve também o desaparecimento de três mães nesse processo de luta. *La marcha está abierta a todos aquellos que quieran acompañar el reclamo. Las Madres circulan alrededor de la Pirámide de Mayo que está en el centro de la Plaza y llevan pañuelos blancos sobre sus cabezas, símbolo con el que se han identificado a lo largo de los años para reclamar por el destino de sus hijos desaparecidos durante la última dictadura cívico militar*<sup>201</sup>. Afirmam que são parte da história nacional e fortaleceram movimentos de mulheres em outras partes do mundo. Além disso, agregam a sua pauta a luta de mulheres indígenas, e atualmente pela valorização e reconhecimento da memória dos profissionais de saúde que morreram no processo de enfrentamento à pandemia de COVID-19.

Em outra conversa, no âmbito externo a Academia, pude perceber como o tema cuidados também tomou uma proporção de relevância no âmbito de produções não científicas, a autora Violeta Gorodischer, escreveu o livro *Desmadres – De la experiencia personal a la aventura colectiva: la decisión de maternar hoy*, em que abordar diferentes histórias reais sobre maternidade. No livro, tem um capítulo específico sobre cuidados intitulado *Políticas de Cuidado – Quién se hace cargo?* Perguntei *o que a levou a escrever um livro sobre cuidados?* Ela informou que foi procurada por muitas mulheres que queriam contar suas histórias da pandemia, e que se interessou em dar voz a essas histórias. Para escrever o capítulo sobre cuidados conversou com pesquisadoras da área, e teve o objetivo de democratizar as mudanças legislativas e políticas que estão acontecendo no país com mulheres comuns. Ao dialogar com histórias reais, queria discutir sobre o que mudou e o que deve mudar para que uma sociedade mais igualitária seja possível. E ela acredita que uma sociedade de cuidados seja possível, se houver corresponsabilidade das atividades de cuidados.

Para finalizar esse trabalho foram realizadas duas entrevistas muito importantes, que ajudaram a organizar o texto, e fechar lacunas sobre o lugar do Brasil no processo de construção de uma política de cuidados na América Latina.

---

<sup>201</sup> Disponível em: <https://www.cipdh.gob.ar/memorias-situadas/lugar-de-memoria/ronda-de-las-madres-de-plaza-de-mayo/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

Em entrevista realizada no dia 29 de abril de 2023 com a Diretora do Departamento de Cuidados da Primeira Infância e da Pessoa Idosa, Maria Carolina Pereira Alves, a mesma foi indagada sobre o motivo da inclusão do termo “cuidados” na denominação da Secretaria Nacional, uma vez que já se tinha instituída uma Secretaria Nacional da Família (SNF/MMFDH) vinculada ao governo anterior, e quais são os programas projetos e objetivos dessa nova formulação institucional? A mesma informou que os programas que eram desenvolvidos pela antiga Secretaria estavam passando por um processo de auditoria. A nova Secretaria surgiu a partir de discussões que aconteceram durante os Grupos de Transição, somado ao fato de que a pandemia visibilizou o tema dos cuidados.

A Diretora informou que o Ministério de Desenvolvimento Social, juntamente com o Ministério de Mulheres, está se articulando para a construção de um Plano Nacional de Cuidados. O objetivo é que ações e serviços não integrados sejam analisados e organizados de a partir de uma articulação interseccional. Para tanto, dois departamentos estão sendo estruturado, um de Economia do Cuidado e o outro de Cuidados da Primeira Infância e Pessoa Idosa e Pessoas com Deficiência. A Secretaria também tem estruturado um Grupo de Trabalho Interministerial para realização de um mapeamento que visa identificar e definir políticas de cuidados já existentes, possíveis processos de melhoramento, formulação de políticas novas e identificação de lacunas nos serviços públicos.

Informou que a Secretaria está utilizando outras redes de divulgação como Instagram, Facebook, para democratizar suas ações e já tem disponível dois materiais: Conheça a Secretaria Nacional de Cuidados e da Família<sup>202</sup> e a Nota Informativa n1/2023 MDS/SNCF - As mulheres negras no trabalho de cuidado<sup>203</sup>.

Em entrevista com a nova Secretária Nacional de Cuidados e Família, Laís Abramo, realizada no dia 31 de março de 2023, foi questionado sobre o que suscitou a necessidade de incluir o termo “cuidados” na denominação institucional da Secretaria da Família. De acordo com a Secretária, o processo em que os cuidados entram na agenda pública como direitos no Brasil encontra-se atrasado em relação a outros países na América Latina como Uruguai, Chile e Argentina, mas mesmo sem que se pensasse em políticas integradas, o tema sempre estava presente na agenda pública brasileira.

---

<sup>202</sup> Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Principal/Capa/Marcha%20dos%20Prefeitos/SNCF\\_Cartilha\\_Conheca\\_Sec.Nacional%20Cuidados%20e%20Familia%20\(5\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Principal/Capa/Marcha%20dos%20Prefeitos/SNCF_Cartilha_Conheca_Sec.Nacional%20Cuidados%20e%20Familia%20(5).pdf). Acesso em: 05 abr. 2023.

<sup>203</sup> Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Secretarias/SNCF/Arquivos/Nota%20Informativa%20N1%2022.03.23.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

Desde os anos 70 o debate se colocou como importante atrelado aos direitos das mulheres e estudos feministas. Os governos de esquerda compartilharam promessas de promoção de justiça social e redução de desigualdades (FILGUEIRA, 2013; ANTÍA *et al.*, 2013; MERCADANTE e ZERO, 2018).

Em 1988, como a promulgação da Constituição Federal, se ampliaram as garantias sociais. Pensar uma agenda de direitos na América Latina teve como influência a atuação do Sistema das Nações Unidas, como a CEPAL, a partir de um diálogo intergovernamental, levando-se também em conta o avanço dos governos progressistas<sup>204</sup> no Brasil, Chile, Argentina, Equador. No Uruguai, por exemplo, a CEPAL disponibilizou assistência técnica para a construção de uma Plano Nacional de Cuidados<sup>205</sup>.

A Secretária afirmou que o retrocesso na agenda política se deu desde o *impeachment* da presidente Dilma Roussef, agravado pelo governo de extrema direita que assumiu o poder em 2018. Apesar disso, na Academia o tema continuou alcançando relevância.

Também se manteve viva a discussão no Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo, vinculada ao Partido dos Trabalhadores. Tanto no Núcleo de Debates nas áreas de Economia, Internacional<sup>206</sup> e Mundo do Trabalho, por exemplo<sup>207</sup>. Em 2021, o Instituto debateu o tema: Pauta Brasil debateu políticas de cuidado e desigualdade<sup>208</sup>; O peso da pandemia sobre os profissionais de saúde<sup>209</sup>. Em 2022, o Instituto produziu materiais envolvendo o tema cuidados: O sistema de cuidados do Uruguai: perspectivas de gênero e lições aprendidas<sup>210</sup>; Diálogos pelo Brasil:

---

<sup>204</sup> Movimento chamado de giro à esquerda, iniciado durante a virada do Século XX para o XXI (MORENO, 2020).

<sup>205</sup> Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2022/04/12/o-sistema-de-cuidados-do-uruguai-perspectivas-de-genero-e-licoes-aprendidas/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

<sup>206</sup> Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2022/04/12/o-sistema-de-cuidados-do-uruguai-perspectivas-de-genero-e-licoes-aprendidas/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

<sup>207</sup> Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2022/06/22/desigualdades-no-mundo-do-trabalho-estruturais-multiplas-e-entrecruzadas/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

<sup>208</sup> Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/2021/10/26/napp-mulher-politicas-de-cuidado-e-desigualdade/?repeat=w3tc>. Acesso em: 4 abr. 2023.

<sup>209</sup> Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/2021/01/04/o-peso-da-pandemia-sobre-os-profissionais-de-saude/?repeat=w3tc>. Acesso em: 5 abr. 2023;

<sup>210</sup> Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2022/04/12/o-sistema-de-cuidados-do-uruguai-perspectivas-de-genero-e-licoes-aprendidas/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

saúde reprodutiva e integral e política de cuidados<sup>211</sup>; Por um programa nacional de cuidados aos idosos<sup>212</sup>.

O Instituto Lula também publicou o Boletim O cuidado na agenda política, o cuidado em disputa, evidenciando como o cuidado alcança a esfera pública com o advento da pandemia, pesquisadores dedicados ao mapeamento da fronteira digital produziram Boletins sobre "Velhas e novas desigualdades na era digital no Brasil da terceira década do século 21", sendo que um dos Grupos de Trabalho era sobre Políticas de Cuidados, evidenciando experiências internacionais e perspectivas para o Brasil - (coordenado pela pesquisadora Renata Moreno)<sup>213</sup>.

De acordo com o Boletim, torna-se necessário “redistribuir e reorganizar socialmente o cuidado, desconcentrando das casas e da responsabilidade das mulheres para espaços públicos e coletivos” (2022, p.6). Observa-se que já se tem um espaço de discussão sobre a importância dos cuidados na esfera pública, o que poderia quebrar o continuum que une trabalho doméstico, cuidado não remunerado e trabalho mal remunerado e sem direitos.

Além disso, conforme o Boletim, “as políticas de cuidado podem contribuir para a redução da pobreza, a ampliação da autonomia econômica das mulheres, a promoção da igualdade de gênero e raça, a geração de emprego e a efetivação de direitos do trabalho” (2022, p. 8). De acordo com o Boletim, as políticas de cuidado, dentro do contexto brasileiro devem responder às necessidades para a sustentabilidade da vida, por exemplo, políticas de alimentação em equipamentos públicos e restaurantes populares; efetivação e garantia de direitos das trabalhadoras domésticas e cuidadoras, ampliação da licença paternidade; entre outras.

Para a Secretária, a partir dessas discussões e produções que aconteceram não apenas no Instituto vinculado ao Partido dos Trabalhadores, mas também em outros, o que aconteceu foi um processo de integração desses debates, possibilitando que o tema entrasse no Programa de Governo, fortalecido pelas discussões já existentes no âmbito dos movimentos sociais e Academia. Outro fator que fortaleceu a discussão a partir dos

---

<sup>211</sup> Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2022/08/22/dialogos-pelo-brasil-saude-reprodutiva-e-integral-e-politica-de-cuidados/>. Acesso em: 04. Abr. 2023.

<sup>212</sup> Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/2022/02/07/por-um-programa-nacional-de-cuidados-aos-idosos/>. Acesso em: 5 abr.2023.

<sup>213</sup> Disponível em: <https://institutolula.org/pesquisadores-avancam-em-estudo-sobre-fronteira-digital>. Acesso: 4 abr. 2023.

pilares da educação, trabalho e responsabilidade familiar, foi a elaboração da Agenda<sup>214</sup> e do Programa Nacional de Trabalho Decente<sup>215</sup>, a partir de 2006.

De acordo com Laís Abramo, a pandemia visibilizou o tema dos cuidados de forma dramática, colocando em evidência a necessidade de se construir uma política de cuidados pautada na garantia de direitos. O que aconteceu foi que o tema cuidados era uma demanda reprimida dentro das políticas públicas, e encontrou eco no novo governo. Desde as equipes de transição (GT Trabalho, GT Desenvolvimento Social e GT Mulher), o tema tem sido discutido, o que resultou na proposta de construção da Secretaria de Cuidados e Família<sup>216</sup>, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social.

A referida Secretaria tem como desafio atuar de avançar para a construção de uma Política Nacional de Cuidados, levando em conta o atual processo de abertura democrática. Há muitas possibilidades de ações públicas: serviços e benefícios, equilíbrio tempo destinado aos cuidados; abrigos institucionais; creches; garantias de renda.

Seminário Ipea Cuidar, Verbo Transitivo: Caminhos para a Provisão de Cuidados no Brasil e Lançamento do Livro com mesmo nome (fruto de dois anos de elaboração entre diferentes pesquisadoras), teve presente em sua mesa de abertura Abertura: Luciana Mendes – presidenta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Olivia Santana – deputada estadual (PCdoB BA); Leandro Grass – presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Ana Carolina Querino – representante adjunta da ONU Mulheres; Carlos Henrique Corseuil – diretor de Estudos e Políticas Sociais (Disoc/Ipea).

A programação do evento contou com a participação de acadêmicos, movimentos sociais e representantes do executivo e legislativo (Apêndice 2)<sup>217</sup>. Na ocasião a Secretária Nacional de Cuidados e Família, Laís Abramo, afirmou que “precisamos transformar a organização social do cuidado com respostas públicas e a presença do Estado”. Para isso, é preciso ser sensível às diferenças, e fazendo um levantamento do

---

<sup>214</sup> Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_226229.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226229.pdf). Acesso em: 5 abr. 2023.

<sup>215</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/itens-para-verificar/uncategorised/programa-nacional-de-trabalho-decente>. Acesso em: 5 abr. 2023.

<sup>216</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/mds-secretarias/secretaria-nacional-de-atencao-a-primeira-infancia>. Acesso em: 5 abr. 2023.

<sup>217</sup> Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/agenda-de-autoridades-eventos/13623-seminario-cuidar-verbo-transitivo-caminhos-para-a-provisao-de-cuidados-no-brasil>. Acesso em: 05 abr. 2023.

que já existe e o que precisa ser feito de novo. O Brasil pode contribuir com inovações no âmbito internacional, tendo em vista suas pluralidades<sup>218</sup>.

O Livro é composto por com onze capítulos sobre as dimensões do cuidado para as políticas públicas: Debates conceituais em torno do cuidado e de sua provisão; Equidade racial e a agenda de cuidados no Brasil; Famílias: espaços de cuidados e espaços a serem cuidados; Entre a política de creches e o cuidado infantil: uma análise dos serviços de educação e/ou cuidado no Brasil; Entre o cuidar e o direito de ser cuidado: os jovens nem e os cuidados no contexto da pandemia da covid-19; O cuidado enquanto ocupação; configurações do trabalho doméstico remunerado na pandemia e no “pós-pandemia” no Brasil: desigualdades e vulnerabilidades no cuidado domiciliar; A agenda de cuidados e a organização social da primeira infância: licenças, creches e o trabalho doméstico remunerado no Chile, Uruguai e México; O halo do cuidado: desafios para medir o trabalho remunerado de cuidado no Brasil; Quais as oportunidades perdidas pela realização do trabalho de cuidado não remunerado no Brasil?<sup>219</sup>.

O IPEA também abriu chamada pública para selecionar pesquisadores para o projeto *Cuidar em tempos de pandemia e pós* a fim de pesquisar as empresas intermediadoras de serviços de cuidados<sup>220</sup>.

O mosaico de entrevistas com interlocutores-chave reafirmou as discussões evidenciadas por esse estudo, mas também trouxeram perspectivas para novos estudos, como os aprofundamentos sobre a importância dos saberes ancestral e engenhosidades dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade, incluindo as contribuições migrantes; estudos sobre memória a cuidados, numa perspectiva interseccional de valorização das narrativas e trajetória biográfica de diferentes grupos e mulheres.

Há um conjunto de saberes que precisam ser reunidos com intuito de embasar uma construção de políticas de cuidados contextualizadas e situadas, ampliando assim a sua efetividade. Argentina e Brasil, iniciaram esse processo enquanto Estado, o que se coloca como um marco quando se fala em políticas públicas para equidade de gênero, mas isso não é suficiente, é preciso investir na democratização desses saberes, participação social e das empresas nesse processo, repensar a educação a partir de uma

---

<sup>218</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wxLOjsXByVk&pp=ygUEaXBIBYQ%3D%3D>. Acesso em: 14 abr. 2023.

<sup>219</sup> Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11842>. Acesso em: 05 abr.2023.

<sup>220</sup> Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/chamadas\\_publicas/2023/230207\\_chamada\\_publica\\_007.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/chamadas_publicas/2023/230207_chamada_publica_007.pdf). Acesso em: 06 abr. 2023.



pedagogia do cuidado, contribuindo para mudanças nas relações sociais, mesmo que as mesmas sejam lentas. Isso aponta para a elaboração de uma política de cuidados pautada na unidade e compreensão desse fenômeno como complexo, buscando a interligação de diferentes áreas e saberes.

## Considerações finais

Como contribuições para o campo de estudos dos cuidados, esta pesquisa conseguiu realizar um levantamento do que mudou e o que não mudou quando se fala em relações interpessoais e sobre políticas públicas de cuidados no Brasil e na Argentina.

Minha autobiografia foi uma fonte de pesquisa importante para interpretar o fenômeno dos cuidados de forma complexa e transdisciplinar, buscando compreendê-lo de forma interseccional. Acredito que tenha com esse mapa biográfico de cuidados conseguido alcançar o objetivo específico 1 da pesquisa, sinalizando a importância de que outras narrativas devam ganhar espaço nesse processo construtivo, como de mulheres indígenas, ciganas, rurais, quilombolas, por exemplo, em prol da construção de um paradigma de cuidado que seja intercultural. Uma escuta ativa das múltiplas leituras de mundo será o grande desafio, mas concomitantemente, o grande trunfo de um Plano Nacional de Cuidados à brasileira (no sentido mais positivo possível de reconhecimento de nossos saberes e engenhosidades múltiplas).

Foi possível responder ao objetivo específico 2 da pesquisa, mapeando diferentes eventos que foram realizados a nível nacional e internacional, demonstrando o potencial de regionalização que o tema tem alcançado, influenciado também pelas legislações e assessorias técnicas de organismos internacionais como CEPAL, ONU Mulheres e OIT.

Observou-se que as contribuições acadêmicas são teóricas, metodológicas e também podem contribuir com a elaboração de ferramentas técnicas de apoio aos governos para a construção de diagnósticos, mapeamentos, e avaliação de políticas públicas de cuidados. São múltiplas as possibilidades de se estudar cuidados atrelados a divisão sexual do trabalho (com a quebra da ideia de um sistema de cuidados pautado exclusivamente nas atividades de cuidados sendo realizadas pelas mulheres, assim como a desconstrução da figura do/a trabalhador/a sem responsabilidades familiares); infâncias (pensando no marco de proteção e promoção das pluralidades); pessoas idosas; pessoas com deficiência (enfrentando a opressão capacitista, ou seja, uma estrutura social que oprime e limita esses sujeitos de direitos); juventudes (levando em conta a necropolítica do Estado brasileiro); mulheres rurais; indígenas; desigualdades sociais e raciais (como os direitos reconhecidos e não efetivados para as trabalhadoras domésticas), afetos, trabalho comunitário, por exemplo.

Além disso, os estudos argentinos sobre migrações e cuidados, ruralidades e infâncias também podem ser chave interpretativa importante para a compreensão de nossa realidade plural. Eles contribuem para se pensar também a ética do cuidado no campo da educação e cultura, em busca da construção de uma pedagogia do cuidado.

O marco da interseccionalidade é fundamental para os estudos no Sul Global, e essa afirmativa aparece em estudos nacionais e regionais. Acredito que devemos avançar para se pensar cuidados a partir de um marco intercultural, agregando diferentes saberes e engenhosidades de cuidados vivenciados pelas mulheres latino-americanas. Certamente essa perspectiva agregará de forma inovativa/transformativa estudos e políticas públicas em curso na América Latina.

Como resposta ao objetivo específico 3, precisamos pensar em dois aspectos, as análises das relações interpessoais, dentro do marco da domesticidade; e, as políticas públicas de cuidados. Eis a questão: seria possível reorganizar a organização social do cuidado para que ele seja prestado por qualquer pessoa e, ao mesmo tempo, recebido em condições de igualdade e proteção social? Podemos escolher quando cuidar, de quem cuidar e como cuidar?

No âmbito das relações interpessoais, no interior das famílias brasileiras e argentinas, houve pouca mudança na divisão sexual do trabalho, reproduzindo as assimetrias de gênero. Observa-se uma mudança cultural lenta, e mais estudos empíricos precisam ser realizados, levando-se em conta as diversidades territoriais, raciais e socioeconômicas.

Quando se fala em políticas públicas de cuidados é evidente que a Argentina, juntamente com outros países da América Latina, como Uruguai e Chile, já se encontram avançados no processo de discussão e implementação de uma política de cuidados. A experiência da Argentina foi reconhecida e publicada em material da CEPAL, e pode contribuir muito para o processo inicial brasileiro, principalmente no que tange aos diálogos com as comunidades e produção múltipla de matérias para democratizar o tema na sociedade (como livro, *podcast*, vídeos, informes, mostras fotográficas, documentários, por exemplo).

A Argentina produziu durante a pandemia materiais informativos, pesquisas, legislações e diagnósticos territoriais em diálogo com a Academia e os movimentos feministas, privilegiando o olhar situado de sua população. Tem fortalecido um diálogo interministerial e buscado identificar em quais serviços públicos o orçamento precisa ser alocado para a efetivação de uma Política Nacional de Cuidados.

A Argentina discute o processo de desfamíliação e descentralização dos cuidados, levando em conta outros atores que cuidam, como por exemplo, as crianças.

Pode-se evidenciar uma reconfiguração das agendas de cuidados do ponto de vista das políticas públicas, através das ações concretas que citamos nessa pesquisa, tendo como base uma construção participativa, dialógica e situada, o que de certa forma conversa com os anseios dos movimentos sociais feministas do país. Mas, certamente existem desafios, tendo em vista as pluralidades políticas do país, as necessidades da população e grupos, as diversidades territoriais, e a seleção de investimentos. É preciso acompanhar os processos de monitoramento e avaliação dessas políticas, atentos aos marcos transformativos da realidade social do país.

O Brasil efetivou políticas públicas de cuidados de forma descentralizada, como a transferência de renda, priorizando mulheres mães, e proteção na esfera do direito trabalhista. O período pandêmico também foi marcado por contradições, como a lei que tornava essencial o trabalho doméstico. Não se discutiu cuidados de forma qualificada, mas se privilegiou projetos não estruturais e temporários de resposta a crise.

Não podemos falar em reconfiguração de uma agenda de cuidados a partir da pandemia dentro da esfera pública, o tema se evidenciou nos centros acadêmicos e institutos vinculados aos partidos políticos, mas não alcançou lugar qualificado na arena política brasileira. O tema cuidados não integrou de forma centralizada as decisões públicas, e nem teve por base diálogo com o legado intelectual construído pela Academia e movimentos sociais sobre o tema. Fora da arena pública governamental, institutos como a Fundação Percecu Abramo e o Instituto Lula discutiam a necessidade de se instituir um Plano Nacional de Cuidados, tendo em vista a experiência de países vizinhos, a visibilidade que os cuidados tiveram com a crise sanitária, e também as recomendações de organismos internacionais para a ampliação do investimento em políticas de cuidado para a geração de empregos diretos e indiretos.

Foi a mudança de governo que possibilitou a atração do tema para o âmbito governamental. Isso se evidencia com a criação da Secretaria de Cuidados e Família, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Assistência Social, Família e Combate a Fome; e também da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, vinculada ao Ministério das Mulheres. Apenas com a mudança de governo, ou seja, com um novo giro à esquerda, o país conseguiu trazer o tema para a agenda pública, coordenado pela socióloga Laís Abramo, que é pesquisadora nas temáticas de questões de gênero e trabalho para a América Latina, com experiência internacional na

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O país tem como desafio construir um Plano Nacional de Cuidados que reconheça os direitos de quem cuida em um contexto pós-isolamento social de diminuição do número de pessoas ocupadas, redução da taxa de escolaridade, o novo papel do idoso dentro das famílias brasileiras (com quem cuida diretamente ou financeiramente da família).

A Secretaria Nacional de Cuidados e Família foi criada tendo como principais ações a produção de um material informativo sobre a Secretaria e uma Nota Informativa Nota Informativa n1/2023 MDS/SNCF - As mulheres negras no trabalho de cuidado. Conseguiu também publicar o Decreto que cria o Grupo de Trabalho Interministerial - Decreto nº11.460 de 30 de março de 2023. Existe atualmente uma vontade política para se tratar o tema dos cuidados em âmbito nacional, estadual e também municipal. E a Secretaria tem o intuito de se espelhar nas experiências vizinhas, como da Argentina.

No Brasil, a questão étnico-racial é uma categoria analítica fundamental. O país pode contribuir de forma inovadora na construção de uma agenda de cuidados pautada em uma perspectiva teórica interseccional, que leve em conta os pressupostos: as desigualdades sociais e raciais estruturantes; as pluralidades de famílias; o acirramento das desigualdades para as trabalhadoras domésticas pós-pandemia; as pluralidades de infâncias e suas relações com o cuidado e o trabalho; e, uma escuta ativa das escrivências, dos saberes de sobrevivência, ancestrais, espirituais (evidenciando as espiritualidades ecológicas, que reconhecem a sacralidade da natureza) das mulheres rurais, indígenas, ciganas, quilombolas, por exemplo, e isso pressupõe a formação de um núcleo gestor estruturante plural e a construção de processos metodológicos participativos e decoloniais. Logo, deve-se pressupor compreender os cuidados a partir de diferentes perspectivas.

Isso significa dialogar com a realidade das religiosidades do país e seus sentidos sobre família, reconhecendo que a ética cristã evidenciada no texto “se alguém não cuida de seus parentes, e especialmente dos de sua própria família, negou a fé e é pior que um descrente<sup>221</sup>”, tem grande força política no país e pauta a construção da ideia de cuidados vinculada a família, o que requer diálogos, reflexões, desconstruções e proposições que também os represente na agenda pública de cuidados. É preciso fortalecer os vínculos familiares, sem esvaziar as políticas sociais e a ideia de

---

<sup>221</sup> Texto bíblico registrado em 1 Timóteo 5.8.

Disponível em: [https://www.bibliaon.com/versiculo/1\\_timoteo\\_5\\_8/](https://www.bibliaon.com/versiculo/1_timoteo_5_8/). Acesso em: 10 maio 2023.

corresponsabilidade. Essa mediação é fundamental dentro do contexto político polarizado do país, buscando uma pluralidade de sentidos.

É a oportunidade que se tem de olhar para o Sul Global, para as culturas mais tradicionais, que se fundamentam a partir do cuidado, para os saberes e engenhosidades ancestrais, a religião com a natureza, evidenciando uma dinâmica de corresponsabilidade e troca de cuidados.

Em razão da delimitação temática e tempo limitado da pesquisa não foi possível aprofundar sobre as contribuições que as mulheres indígenas, ciganas, quilombolas, entre outras, podem dar para a construção decolonial de uma política de cuidados, sem dúvidas, outros estudos devem ser realizados com intuito de agregar ao campo de estudos (e também na elaboração de instrumentos para políticas públicas) saberes fundantes para a compreensão de uma dimensão de cuidados integrada com a ancestralidade e a natureza.

Seria uma proposta diferenciada do que tem sido realizado na Argentina, país majoritariamente branco. Nesse processo, a produção de informações, a criação e uso de metodologias participativas e integrativas decoloniais, e a elaboração de indicadores, são fundamentais para a construção, implementação e avaliação das políticas públicas.

Já se percebe que alguns temas serão priorizados dentro dessa agenda como equidade racial, famílias, juventude e cuidados; o cuidado infantil; idosos; pessoas com deficiência; trabalho doméstico remunerado, desigualdades e vulnerabilidades no cuidado domiciliar; trabalho de cuidado não remunerado. Esse foi o núcleo de discussões que aconteceram no Seminário do IPEA Cuidar, Verbo Transitivo: Caminhos para a Provisão de Cuidados no Brasil, em março de 2023, e que contou com a participação de pesquisadoras, sociedade civil, servidores da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, e também da Secretária Laís Abramo; Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, com a presença da Secretária Rosane Silva, e da sra. Ana Paula Feminnela, Secretária Nacional do Direito das Pessoas com Deficiência, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Como foi dito, o processo de reconfiguração das agendas de cuidados no Brasil não aconteceu durante a pandemia no âmbito das políticas públicas, o que se deu foi a visibilidade do tema por meio de estudos e iniciativas acadêmicas e dos movimentos sociais de mulheres. Mas, com a mudanças política no pós-isolamento social pode-se afirmar que o processo de reconfiguração se inicia, e que precisa ser acompanhado e estudado, tendo em vista o necessário processo de democratização de cuidados na sociedade.

As pesquisas acadêmicas sobre o tema cuidados são avançadas, inclusive contam com análises de experiências que aconteceram durante a pandemia, o que pode contribuir para a construção de uma política pública contextualizada, com igualdade de gênero e raça.

Essa pesquisa contribui com o mapeamento de estudos empíricos e teóricos sobre o tema, e o histórico do processo de construção de políticas de cuidados na Argentina e Brasil. Sinaliza a necessidade de aprofundamento nos estudos decoloniais sobre cuidados e de acompanhamento e avaliação do processo de implementação de uma Política Nacional de Cuidados em ambos os países.

Ao final desse processo investigativo tão importante e instigante, permito-me sair da academia e adentrar a literatura para somar coro com a querida escritora argentina Violeta Gorodischer que afirma *“Yo no creo que sea utópico apuntar a un paradigma universal de cuidado en vez de a una moral femenina o maternal exclusivamente”*.

## Referências

- ABRAMO, Lais Wendel. **QUESTIONANDO um mito: custos do trabalho de homens e mulheres.** Coautoria de Lais Wendel Abramo. Brasília: OIT, 2005.
- ABRAMO, L., VALENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, A. R. P. H.; M. R. LOMBARDI, R. (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais.** São Paulo: Boitempo, 2016. p.113 - 123.
- ACSRELD, Henri. **A Ambientalização das lutas sociais** – o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados. 2010. Disponível em: <[www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br)>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- AGUIRRE, R. y F. Ferrari. Las encuestas sobre uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe: caminos recorridos y desafíos hacia el futuro, serie **Asuntos de Género**, n° 122 (LC/L.3678/Rev.1), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), febrero.2014
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural.** Col. Feminismos Plurais. Belo Horizonte: letramento. 2ª ed. 2019.
- ALMEIDA, Mariana, *et al.* **Care and domestic work in the context of the covid-19 pandemic in Brazil.** Paper apresentado no X Congresso da ALAP (Asociación Latinoamericana de Población). 2022.
- ANDRADE, Luiza L. **Gênero, Trabalho E Bem-Estar Social Na América Latina: um estudo das políticas de licenças maternidade, paternidade e parentais no Brasil, Chile e Uruguai.** Brasília: 2018 [Dissertação] Ciências Sociais - Estudos Latino-Americanos.
- ANDION, C. (2020). Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v.54, p. 936-951. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/hYrKjNjjbcJWKjKn35KBwtN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 26 abr. 2023.
- ANTÍA, Florencia et al. La renovación del sistema de protección uruguayo: el desafío de superar la dualización. **Revista Uruguaya de Ciencia Política.** Montevideo, v. 22, n. 2, p. 171-194, 2013.
- ANTUNES, Dálea. **A mãe de 3º anos: maternidades e divisão sexual do trabalho.** Rio de Janeiro: 2022 [Tese] Programa de Ciências Sociais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/18602/2/Tese%20-%20Dal%C3%A9a%20Soares%20Antunes%20-%202022%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- ARAÚJO, A.B. “Não sou empregada, sou cuidadora”. O trabalho de fronteira em torno de uma nova ocupação. **Civitas** (Porto Alegre), v. 22, p. e40548. 2022.
- ARAÚJO, D. F. M. S. O problema da inclusão: um olhar sobre a realidade brasileira. **Revista Científica do Curso de Direito**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 147-164, 2017a.



ARAÚJO, D. F. M. S. Política pública, efetividade e direitos sociais. **Revista Diké**, Ilhéus, v. 18, n. 2, p. 115-146, 2017b.

ARAÚJO, Danielle Ferreira M.S; SILVA, Fernanda Lima da; QUIRINO, Tatiane Martins; NASCIMENTO, Marina Marçal do; SANTOS, Walkyria Chagas S. **Feminismos negros: mães de corpos marginais**. In: MELO, Paula Balduino et al (Orgs.). *Descolonizar o feminismo: VII Sernegra*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; GÓES, Eva Dayane Almeida; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. **Da casa grande à universidade: uma análise sócio-jurídica do trabalho doméstico e do acesso ao direito fundamental à educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ágora 21, 2019.

ARAÚJO, D. F. M. S. Juventude negra no Brasil: para uma desconstrução de um corpo marginal e descartável. **Caderno Sisterhood**, Santo Antônio de Jesus, v. 3, n. 3, p. 46-62, 2019.

ARAÚJO, D. F. M. S.; SANTOS, W. C. S. Novos sujeitos, novos direitos e cidadania: pluralismos e perspectivas do Sul – aspectos iniciais. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 15-28, 2019a.

ARAÚJO, D. F. M. S.; SANTOS, W. C. S. Escravidão moderna no Brasil: (des)continuidades em um contexto de desigualdades raciais e sociais. In: CARVALHO, C., et al. (org.). **Direitos humanos e fundamentais: leituras interdisciplinares**. v. 1. Rio de Janeiro: Pembroke Collins; FAPERJ; Caed-Jus, 2019b. p. 227-242.

ARAÚJO, D. F. M. S.; SANTOS, W. C. S. Raça como elemento central da política de morte no Brasil: visitando os ensinamentos de Roberto Esposito e Achille Mbembe. **Rev. Direito Práx.**, v. 10, n. 4, p. 3024-3055, 2019c.

ARAÚJO, D. F. M. da S.; FELBERG, A. Pluralidades e Subjetividades na Relação Infância e Trabalho: um olhar sobre a perspectiva indígena pataxó. **Anais...** do 43º Encontro Anual da ANPOCS, de 21 a 25 de outubro de 2019, em Caxambu-MG.

ARAÚJO, D.F.M.S, et al. Relato de experiência sobre a execução do Projeto Infância e Trabalho – Novas Alternativas de Atuação (2019) Porto Seguro – BA. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 8, n.17, p. 434-464, 2020.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; GOES, Eva Dayane Almeida de; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Morte encomendada: mata que é negro! In: OLIVEIRA, Vanessa et al (Orgs.). **De bala em prosa: vozes da resistência ao genocídio negro**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. **Relato de experiência do Curso “Enegrecendo a Academia: escrita e publicação de textos acadêmicos”**. Negras escritoras, interseccionalidades e engenhosidades: educação e políticas afirmativas /. – XI COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores/ as Negros/as, 9 a 12 de novembro de 2020. – Organização: Paulo Vinicius Baptista da Silva, Nathalia Savione Machado, Neli Gomes da Rocha ... [et al.]. – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020.

ARAÚJO, D. F. M. S.; SANTOS, W. C. S. Controle das práticas periféricas: entre normas legais e pluralidades. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad** – RELACULT, v. 7, ed. especial, p. 1-16, 2021.

ARAUJO, D.; SANTOS, W. Caminos de los Derechos Humanos em “Pretuguês”. In: NUNES, C. A. R. et al. (org.). **Temas de Direitos Humanos do VI CIDHCoimbra 2021**. Campinas / Jundiaí: Brasília. Edições Brasil, 2021. p. 595-604.

ARAÚJO, D.F.M.S. O estudo e aplicação do direito para a superação das desigualdades sociais: um relato de experiência sobre estratégias de enfrentamento no terceiro setor. In: TEIXEIRA, E. F.; OLIVEIRA, D. S.; MORAIS, G. R. T.; SENA, L. (Orgs.). **Direitos Sociais: Reflexões e Desdobramentos**. 1º Ed. Curitiba: Editora Appris, 2021. v. 2. 431p. ISBN 978-65-250-1198-1.

ARAÚJO, Emilia. **Questões de tempo e espaço: Do teletrabalho, ao “ficar em casa”, passando pelo confinamento**. Communitas Think Tank – Ideias. 2020. Disponível em: <http://www.comunitas.pt/ideia/questoes-de-tempo-e-espaco-do-teletrabalhoao-ficar-em-casa-passando-pelo-confinamento>. Acesso em: 10 mai. 2023.

ARGENTINA. **Programa de Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción (ATP)**. Argentina: Gobierno Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/atp>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ASPIAZU, E. Las condiciones laborales de las y los enfermeros en Argentina: entre la profesionalización y laprecariedad del cuidado en la salud. **Trabajo y Sociedad**, n.28, p. 11-35. 2017.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Sos Corpo: Recife, 2014, p. 13-50.

BADINTER, E. **O Conflito – A mulher e a mãe**. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2011.

BATTHYÁNY, K. Cuidado de personas dependientes y género: Las bases invisibles del bienestar social. **El trabajo no remunerado en Uruguay**, R. Aguirre (ed.), Montevideo, Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer (UNIFEM), marzo. 2009.

BATTHYÁNY, Karina. **Cuidado infantil y trabajo: ¿un desafío exclusivamente femenino? Una mirada desde el género y la ciudadanía social**. 1a edição. Montevideo, Uruguay: OIT, CINTERFOR, 2004.

BATTHYANY, Karina; CEPEDA, Zobeyda; ESPINEL VALLEJO, Manuel. **Coronavirus y desigualdades preexistentes: género y cuidados**. Santo Domingo: Friedrich Ebert Stiftung, 2020.

BATTHYANY, K. Miradas Latinoamericanas al Cuidado. In: **Miradas latinoamericanas a los cuidados**; Batthyany, K. (Coord.). Buenos Aires: CLACSO; México DF: Siglo XXI, 2020.

BELI, A. C.; VENÂNCIO, A. A.; MAIA, B. M. et al. Depressão e estresse em cuidadores durante a pandemia de COVID-19. **Revista Científica da FHO|UNIARARAS**, v. 1, n. 1, 2021.

BELLO, A. Una pedagogía visceral: experiencias de cuidado y trabajo emocional de profesoras en la periferia carioca. **Revista Educación y Ciudad**, n. 39, p. 49-62. 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2002.

BICHERI, Cristina. **Norms, conventions and the power of expectations**. To appear in Philosophy of Social Science, N. Cartwright and E. Montuschi, eds., Oxford University Press. Fev 2013. Disponível: <[https://sites.sas.upenn.edu/behav-ethics/files/pss\\_oxford\\_feb.2013.pdf](https://sites.sas.upenn.edu/behav-ethics/files/pss_oxford_feb.2013.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2023.

BIROLI, F. Justiça e família. In L. F. Miguel e F. Biroli (Orgs.), **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo. p. 47-61. 2014.

BLAU, F; KAHN, L. 2017. **The Gender Wage Gap: Extent, Trends, and Explanations**. Journal of Economic Literature v.55, n.3, p. 789-865.2017.

BOLÍVAR, A. (2002). **¿De nobis ipsis silemus? Epistemología de la investigación biográfico-narrativa**. Revista Electrónica de Investigación Educativa (REDIE), vol. 4 (1). Disponível em: <<http://redie.ens.uabc.mx/vol4n1/contenidobolivar.html>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BORDO Susan. A feminista como o Outro. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n.1, p. 10-29, 1º Semestre 2000.

Borgeaud-Garciandía, Natacha. Cuidado y Responsabilidad. **Estudios Avanzados**, v.34, n.98, p.41-55. 2020.

BLANCO, Lis Furlani; SACRAMENTO, Jonatan. Pós-pandemia ou a “endemização do (extra)ordinário”? Uma análise comparativa entre as experiências com a fome, Zika vírus e Covid-19 no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, vol. 27, núm. 59, 2021, pp. 183-206.

BLANC, Nathalie; LAUGIER, Sandra; MOLINIER, Pascale. O preço do invisível: As mulheres na pandemia. Por que as mulheres, onipresentes na luta contra a pandemia e seus efeitos, não obtêm a visibilidade que elas merecem? A crise que nós vivemos é reveladora de nossa negação e desconsideração das atividades cotidianas. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia – pp. 1-13, 2020.

BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. **Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear**. Psicologia Argumento, v. 29, n. 64, p.31-39. 2011.

BUTLER, J. **Quando a economia se torna o berro angustiante dos eugenistas – visões sobre a quarentena por Judith Butler** [Entrevista concedida a J. Dominguez & R. Zen]. Mídia Ninja. (2020, 17 de maio). Disponível em: <https://midianinja.org/juanmanuelpdominguez/quando-a-economia-se-torna-o-berro-angustiante-dos-eugenistas-visoes-sobre-a-quarentena-por-judith-butler> Acesso em: 10 mai. 2023.

CAMARANO, A. A. Cuidados para a população idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas. In: PINHEIRO, L.; PEREIRA, C.; POSTHUMA, A. C. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: IPEA; OIT, 2021.

CAMARANO, A. A; FERNANDES, D. Famílias: espaços de cuidados e espaços a serem cuidados. In: **Cuidar, Verbo Transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Brasília:IPEA. 2023.

CAMARANO, A. A; FERNANDES, D; SILVA, B. O cuidado enquanto ocupação. In: **Cuidar, Verbo Transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Brasília:IPEA. 2023.

CAMARANO, A. A. **Notas para um debate sobre cuidados: Crises, desequilíbrios e contratos sociais**, Rio de Janeiro (mimeo). 2023.

- CAMMAROTA, A. Maestras y enfermeras: entre el cuidado y la enseñanza. En K. Ramacciotti (Dir.), **Historias de la enfermería en Argentina**. Pasado y Presente de una profesión. José C. Paz, Argentina: Editorial de la Universidad Nacional de José C. Paz.2020.
- CANAVÊZ, F.; FARIAS, C. P.; LUCZINSKI, G. F. A pandemia de Covid-19 narrada por mulheres: o que dizem as profissionais de saúde?. *Saúde em Debate*, v. 45, n. spe1, p. 112–123, out. 2021.
- CANEVARO, Santiago; CASTILLA, María Victoria. Masculinidad, intimidad y cuidados: ¿nuevas reconfiguraciones en la pandemia? Dossiê/Dossier: **Vida Cotidiana, emoções e situações limites: viver em um contexto pandêmico / Vida cotidiana, emociones y situaciones límite: vivir en un contexto de pandemia**, sob coordenação de Marina Moguillansky e Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 20, n. 58, pp. 97-113, 2021.
- CARDOSO, Ana Claudia Moreira; PEREIRA,; TAVARES, Maria Júlia Tavares. A plataformização do trabalho no Brasil e o subsetor dos cuidados: uma revisão de achados bibliográficos. **Coleção Documentos de Trabalho, Redes “Who cares? Rebuilding care in a post pandemic world” e “Cuidados, direitos e desigualdades”**, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, n. 1. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- CARNEIRO, R.; MULLER, E. Afinal, quanto de extraordinário a pandemia de COVID-19 soma na vida das mulheres mães? **Revista Áltera**,v.1, n.10, 2020.
- CARNEIRO, R.. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. **Cadernos Pagu**, n. Cad. Pagu, 2021 (63), p. e216313, 2021.
- CARSTEN, Janet. 2014. “A matéria do parentesco”. In: *R@u*, 6(2), jul.dez., p. 103-118.
- CARRASCO, Cristina. La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes. **Revista de Economía Crítica**. n. 11, p. 205-225, 2011.
- CARRASCO, C. **A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução**. In: *Temáticas: revista dos pós-graduandos em ciências sociais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. vol. 1, n.1. (1993 -). Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1993 - v.26, n.52, 2018 Semestral ISSN - 2595-315X (versão on-line).
- CARVALHO, Suane Souza. **Discriminação jurídica do trabalho doméstico e relação de gênero e raça**. *Revista Opará Etnicidades*. Ano 5. v. VII. 2017.
- CASTILLA, M. V; KUNIN, J.; ESMORIS, M. F. B. **Pandemia y novas agendas de cuidado**. Documento n°8/2020. Secretaría de Investigación Instituto de Altos Estudios Sociales IDAES | UNSAM ISSN 1851-8788.2020.
- CASTILLA, María Victoria, KUNIN, Johana, Blanco; ESMORIS, María Florencia. **Pandemia y nuevas agendas de cuidados**, Documento n°8 Secretaría de Investigación Instituto De Altos Estudios Sociales IDAES, UNSAM. 2020.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana. **Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista.** Blog DADOS, 2020 [published 22 May 2020]. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/> Acesso em: 10 mai. 2023.

CEPAL. María Nieves Rico y Olga Segovia (eds.), **¿Quién cuida en la ciudad?** Aportes para políticas urbanas de igualdad, Libros de la CEPAL, N° 150 (LC/PUB.2017/23-P), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2017.

CEPAL. **Informe regional sobre el examen y la evaluación de la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing y el documento final del vigesimotercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General (2000) en los países de América Latina y el Caribe (LC/L.3951)**, Santiago, septiembre. 2015.

CEPAL. **Territorio e igualdad: planificación del desarrollo con perspectiva de género**, Manuales de la CEPAL, N° 4 (LC/L.4237), Santiago, octubre.2016a.

CEPAL, **Autonomía de las mujeres e igualdad en la agenda de desarrollo sostenible** (LC/G.2686/Rev.1), Santiago, diciembre.2016b.

CEPAL. **Horizontes 2030.** La igualdad en el centro del desarrollo sostenible (LC/G.2660/ Rev.1), Santiago, julio.2016c.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**, 2016 (LC/PUB.2017/12-P), Santiago.2017c.

CEPAL 2020. Informes COVID-19. La pandemia del COVID-19 profundiza la crisis de los cuidados en América Latina y el Caribe. Abril de 2020. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45335/S2000261\\_es.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45335/S2000261_es.pdf?sequence=5&isAllowed=y) Acesso em: 10 mai. 2023.

CEPAL, **Cuidados y mujeres em tiempos de COVID-19: la experiencia en la Argentina.** Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/153), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.

CERQUEIRA, Ana Vitória Cruz; ARAÚJO, DANIELLE FERREIRA MEDEIRO DA SILVA DE; SANTOS, Flavia Marques Dos. Complexidade e transdisciplinaridade: novos meios de estudo de um direito emancipatório.. In: **Anais do Congresso Internacional Dignidade Humana em Tempos de Pandemia: direito e democracia no Brasil contemporâneo.** Anais...Blumenau(SC) FURB, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/dignidadehumanaedireito/495903-COMPLEXIDADE-E-TRANSDISCIPLINARIDADE--NOVOS-MEIOS-DE-ESTUDO-DE-UM-DIREITO-EMANCIPATORIO>>. Acesso em: 10 mai. 2023;

CERRUTTI, Marcela. **Diagnóstico de las poblaciones de inmigrantes en la Argentina.** Buenos Aires: Dirección Nacional de Población, 2009.

COMAS D'ARGEMIR, Dolors. **“El don y la reciprocidad tienen género: las bases morales de los cuidados.”** Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia 22, n. 2, p 17-32.2017.

COSTA, C; ALMEIDA, C; ARAÚJO, D; SANTOS, W. **Da revolta da vacina a Covid-19: diálogos sobre cultura, desigualdades e racismo.** Dossiê Cultura em foco: Distanciamentos e aproximações culturais em tempos de pandemia Da revolta da vacina a Covid-19: diálogos sobre cultura, desigualdades e racismo. Editora CLAEAC, 2021. DOI: 10.23899/9786586746112.103.

COSTA, C. S. da; ARAÚJO, D. F. M. da S. de; GUIMARÃES, W. C. da S. S. Direitos humanos e covid-19: diálogos a partir da racialização da população negra. *Revista de Direito Sanitário*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. e0022, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9044.rdisan.2022.183776. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/183776>. Acesso em: 14 abr. 2023.

CORREA, Ranna Mirthes Sousa. A economia moral dos cuidados: uma reflexão sobre as fronteiras entre dinheiro, afeto e o estado nas casas de “cuida-se” em Porto Alegre (RS). *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 1, p. 167-181, 2021.

CRIANÇAS, Maria Nemésia; BLANCO ESMORIS, Maria Florencia. Adaptação à sobrevivência: corpos e casas durante o isolamento. **Reflexões sobre a vida cotidiana nos setores médios da Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA)**. 2020.

DALY, Mary; LEWIS, Jane. The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states. **The British Journal of Sociology**. London, v. 51, n.2, p. 281-298, 2000.

DALONSO, Glaucia de Lima. **Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho**: trajetórias e travessias. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 15, dez. 2008.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAS, Veena. Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Rio de Janeiro - Reflexões na Pandemia. p. 1-8.2020.

DEBANDI, Natalia; PENCHASZADEH, Ana Paula. **Ser migrante en tiempos de pandemia**. *Ciencia Hoy* [En línea]. Buenos Aires, v. 29, n. 172, p. 33-37, 2020. Disponível em: <https://cienciahoy.org.ar/ser-migrante-en-tiempos-de-pandemia> Acesso em: 10 mai. 2023

DÍAZ, M. y F. Jiménez (2002), **Transportes y movilidad**: ¿necesidades diferenciales según género?, documento presentado en el Segundo Seminario Internacional sobre Género y Urbanismo “Infraestructuras para la Vida Cotidiana”, Madrid, 27 y 28 de mayo. 2002.

DRAIBE, Sonia; RIESCO, Manuel. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**. Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 220-254, ago. 2011.

DROTBOHM, Heike. O cuidado além o reparo. **Revista Mana**. v. 28, n.1., p. 1-23, 2022.

DUFFY, Mignon. Reproducing Labor Inequalities: Challenges for Feminists Conceptualizing Care at the Intersections of Gender, Race and Class. **Gender & Society**, v. 19, n. 1, p. 66-82. 2005.

DUFFY, Mignon. **Making Care Count: A Century of Gender, Race and Paid Care Work**. New Jersey: Rutgers University Press. 2011.

DURÁN, María Ángeles. **La riqueza invisible del cuidado**. Valencia: Universitat de València. 2018.

EFREM FILHO, R.; MELLO, B. M. DE. A renúncia da mãe: sobre gênero, violência e práticas de Estado. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 61, p. 323-349, set. 2021.

- ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. Hacia la conceptualización del cuidado: familia, mercado y estado. In: ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth (Ed.). **Las lógicas del cuidado infantil**: Entre las familias, el Estado y el mercado. Buenos Aires: IDES, p.11-44.2012.
- EPAMINONDAS, J. M. et al. Análise de aplicativos móveis para cuidadores de idosos em plataformas digitais. **Estud. interdiscipl. envelhec.**, v. 25, n. 3, p. 153-166, 2020.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. IN: MOREIRA, Nadilza M de B; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Idéia, 2005.
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.
- FAUSTINO, Cristiane. Racismo ambiental: mulheres indígenas e quilombolas na proteção de seus povos contra a Covid-19. **NósMulheresdaPeriferia**. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/especiais/racismo-ambiental/> Acesso em: 15 abr. 2023.
- FEDERICI S. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante. 2019.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: Notas sobre Marx, gênero e feminismo (Vol. 1). São Paulo: Boitempo.2021.
- FERNÁNDEZ-GALIANO, L. **Matadero en Madrid Río**: regeneración e incertidumbre 2004-2016”, ponencia realizada en el ciclo de conferencias Arquitectura en España: de la Transición a la Incertidumbre, Madrid, Fundación Juan March, 4 y 6 de abril.2017.
- FERBER, M. A.; NELSON, J. A. **Beyond economic man: feminist theory and economics**. Chicago: University of Chicago Press. 1993.
- FERBER, M. A.; NELSON, J. A. **Feminist economics today**. Beyond economic man. Chicago: University of Chicago Press. 2003.
- FERNANDES, Camila. O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade. In: **(Des) Prazer da norma**. Everton Rangel; Camila Fernandes; Fátima Lima (Orgs.). Papéis Selvagens, 2018.
- FERNANDES, Camila. Casas de ‘tomar conta’ e creches públicas: relações de cuidado e interdependência entre periferias e Estado. **Rev. Antropol.** (São Paulo, Online) v. 64, n. 3, USP, 2021.
- FIGUEROA, C. y N. Waintrub, “Movilidad femenina en Santiago de Chile: reproducción de inequidades en la metrópolis, el barrio y el espacio público”, Urbe: **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, nº 1, Curitiba, Pontificia Universidad Católica de Paraná (PUCPR).2015.
- FILGUEIRA, Fernando. Los regímenes de bienestar en el ocaso de la modernización conservadora: posibilidades y límites de la ciudadanía social em América Latina. **Revista Uruguiaia Ciência Política**, Montevideo, v. 22, n. especial, p. 10-27, dez. 2013.
- FILGUEIRAS, Vitor. ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, Uberização do trabalho, e regulação do Capitalismo contemporâneo. **Contratempo**, Niterói v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

FLECK, A. C; WAGNER A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 31-38, 2003.

FOLBRE, Nancy (ed.). **For Love and Money: Care Provision in the U.S.** New York: Russel Sage Foundation. 2012.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOURNIER, M. Cuidados comunitarios en clave feminista y de Economía Social. El derecho a la autonomía y la autogestión. En Tricontinenta. Disponível em:  
<https://www.thetricontinental.org/es/baresearch/fp-fournier/> Acesso em: 27 de abr. 2023.

FOUTOURA, Natália. Debates conceituais em torno do cuidado e sua provisão. In: **Cuidar, Verbo Transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil.** Brasília:IPEA. 2023.

FRASER; Nancy. **Fortunes of feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis.** Londres: Verso, 2013.

FRASER, Nancy; SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues de. **Contradições entre capital e cuidado.** Princípios,v. 27, n. 53, p. 261-288,jul. 2020.

FREIDIN, Betina e cols. Trabalhadores da saúde no primeiro nível de atenção durante a pandemia de COVID-19 nos subúrbios de Buenos Aires. **População e sociedade** , v. 28, não. 2 p. 138-167, 2021.

GANDRA, J. Covid-19, Diversidade das Famílias e Desigualdades.In: **População e Desenvolvimento em Debate** [livro eletrônico]: impactos multidimensionais da pandemia da Covid-19 no Brasil. Campinas: ABEP, 2021.

GARCIA, Leila Posenato. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da Covid-19. **Epidemiol. Serv. Saúde.**v. 29, nº. 02. p. 01 – 04. Brasília: 2020.

GARDINER, Jean. El trabajo doméstico de las mujeres. In: RODRÍGUEZ, Dinah; COOPER, Jennifer. **El debate sobre el trabajo doméstico: antología.** México: Universidade Nacional Autónoma de México e Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM), p. 1975, p. 92-107.2005.

GAVAZZO, Natalia; ESPUL, Sofía. “La educación de las nuevas generaciones como herramienta de ascenso social para las familias migrantes del Gran Buenos Aires”. Períplous. **Revista de Pesquisa sobre Migrações** [En línea]. Brasília, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em:  
[https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/31169](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/31169) Acesso em: 26/ abr. 2023.

GAVAZZO Natalia; RAJOY Romina; LÓPEZ Belén.“Sostener”, “padecer” y “aguantar” en pandemia: integralidad de la salud y cuidados comunitarios entre mujeres migrantes del GBA. AVÁ **Revista de antropología**, Posadas, 2021. En prensa.

GAVAZZO, Natalia; NEJAMKIS, Lucila. “Si compartimos, alcanza y sobra”: redes de cuidados comunitarios entre mujeres migrantes del Gran Buenos Aires frente al COVID19”. REMHU. **Revista Interdiscip. Mobil. Hum** [En línea]. Brasília, v. 29, n. 61, 2021. Disponível em:  
<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1454> Acesso em: 26 abr. 2023.



- GÊNERO E NÚMERO. **Um retrato das mães solo na pandemia**. Site Gênero e número, 18 jun. 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrato-dasmaes-solo-napandemia/> Acesso em: 05 mai. 2023.
- GIATTI, C, R.; BATISTA, M.; CALADO, R, L.; VIEIRA, B, R.; BARTOLOMEU, A. Género, Cuidado e Covid-19 en Argentina: una charla con la socióloga Eleonor Faur. **Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 41-50, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/43797>>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- GILLIGAN, Carol. **Joining the Resistance**. Cambridge: Polity Press, 2011.
- GILMORE, Ruth Wilson. Geografía abolicionista y el problema de la inocencia. **Tabula Rasa**, v.28, p. 57-77. 2018. Disponível: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n28/1794-2489-tara-28-00057.pdf> Acesso em: 04 abr. 2023.
- GODOI, E.; WEITZMAN, R.; LOVO, A. **Modos de cuidar**: experiências etnográficas entre indígenas, quilombolas e agricultoras agroecológicas. No prelo – artigo submetido para dossiê a ser publicado pela Revista de Antropologia. São Paulo: SP, 2022.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004
- GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra cumé que fica? **Jornal Mulherio**, ano II, n. 7, maio-junho, 1982.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Orgs. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GOLDIN, C. 2014. A Grand Gender Convergence: Its Last Chapter. **American Economic Review** 2014, v.4. n. 4, p.1009-1019.2014.
- GOUVEIA, M. C. S. Infância: entre a anterioridade e a alteridade. **Revista Educação e Realidade**. p.547-567, v.36, n.2, mai/ago.2011.
- GROISMAN, D.; ROMERO, D. (coord.) **Cuida-Covid**: Pesquisa nacional sobre as condições de trabalho e saúde das pessoas cuidadoras de idosos na pandemia – Relatório Principais resultados. Rio de Janeiro: EPSJV/ICICT/Fiocruz, 2021.
- GUARESCHI, P. A ideologia: um terreno minado. In: **Psicologia Sociedade**. v.8, n.2, p.82-94; jul./dez., 1996.
- GUIMARÃES, N. A. Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: Dilemas do viver, desafios do interpretar. Em L. S. Pinheiro, C. P. Tokarski, & A. C. Posthuma (Eds.), **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: Dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. p. 17-24. Brasília: Ipea, OIT. 2021.
- GUIMARÃES, Nadya A. **Entre marolas e tsunamis** – As trajetórias laborais dos jovens brasileiros. Futuribles em Português nº 4, setembro 2021.
- GUIMARÃES, Nadya A. Género, raça e cuidado: pensando a partir da experiência brasileira. In: Direito, Género e Raça: um debate necessário. **Reflexões interdisciplinares**, Londrina, PR, p. 43-56.2022.

- GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.1, n. 151, p. 151-179, 2011.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. **O gênero do cuidado: desigualdades significações e identidades**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2019.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S (comps.). (2020a). **El cuidado en América Latina Mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay**. Buenos Aires: Fundación Medifé Edita.2020a.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. **O gênero do cuidado**. Desigualdades, significações e identidades. SP: Ateliê Editorial.2020b.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. O cuidado e o emprego doméstico: Interseccionando desigualdades e fronteiras. In: **O gênero do cuidado: Desigualdades, significações e identidades** (pp. 129–160). Cotia, SP: Ateliê Editorial.2020c.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S; POSTHUMA, Anne (2020). El cuidado: sus formas, relaciones y actores. Reflexiones a partir del caso de Brasil. In: Nadya A Guimarães e Helena Hirata (eds.) **El cuidado en América Latina: mirando a los casos de Argentina, Brasil, Chile, Comombia y Uruguay**. Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, pp. 27-74. 2020.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S (eds.). **Care and care workers**. A Latin American perspective. Switzerland: Springer. 2021.
- GUIMARÃES, N.; VIEIRA, P. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome”. **Revista Estudos Avançados**. v. 34, n.98, 2020.
- GUIMARÃES, Nadya e PINHEIRO, Luana. O halo do cuidado: desafios para medir o trabalho remunerado de cuidados no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia e PINHEIRO, Luana. In: **Cuidar, Verbo Transitivo: Caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Brasília: Ipea, 2023.
- HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert. **Development, democracy, and welfare states: Latin America, East Asia, and Eastern Europe**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575 - 599, 1988.
- HARAWAY, Donna. Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980's, In: *Socialist Review*, 80, 1985. Tradução brasileira: Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80" In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.) **Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1994.
- HEYWOOD, C. **Uma história da infância**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- HERNÁNDEZ, D. **Políticas de tiempo, movilidad y transporte público**: rasgos básicos, equidad social y de género, Montevideo, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), noviembre. 2012.
- HERNÁNDEZ, C. **Experiencias de niñez en la pobreza**. Una cartografía de cuidados. *Runa*, v. 40, n. 2, p. 93-111, 2019.

- HERRERA, Karolyna Marin. **A complexidade do care em contextos rurais**. In: IX Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2021, Brasília. IX Encontro da Rede de Estudos Rurais. Desenvolvimento, Mercantilização e Financeirização da Natureza: Desafio Alimentares Globais, v.2.2021.
- HILL COLLINS, Patricia. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, p. 13-42. 2015.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A Classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 92-100, 1994.
- HIRATA, Helena. **O cuidado: teorias e práticas**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- HIRATA, Helena. **Por una arqueología del saber acerca del cuidado en Brasil**: la influencia de la investigación sobre los cuidados en Francia en el campo de los estudios del cuidado en Brasil. In: Congreso Latinoamericano de Estudios de Género y Cuidados: Miradas latinoamericanas al cuidado. Montevideo: UDELAR, 2018 (Comunicação Oral; Panel Central de Apertura “Recorridos latinoamericanos del Cuidado”)
- HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo et al. **Cuidado e Cuidadoras**: As várias faces do trabalho do Care. São Paulo: Atlas, 2012.
- HUNLETH, J. **Children as caregivers**: the global fight against tuberculosis and HIV in Zambia. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2017.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf) Acesso em: 29 abr. 2023
- ISLAS, Maritza. **Lecciones desde la emergencia: entre el coronavirus y el cambio climático**. Observatorio Social del Coronavirus [En línea]. Buenos Aires, n. 48, 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/lecciones-desde-la-emergencia-entre-el-coronavirus-y-el-cambio-climatico/>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- ISLA, A; NOBRE, M; IYUSUKA; HERRERO, Y. **Economia feminista e ecológica**: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.
- JEAN, Bosco Kakozi Kashindi. Unbutu como ética africana, humanista e inclusiva. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS**, ano 15. v. 15. nº 254, 2017.
- JESUS, Maria Carolina. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- KERGOAT, D. **Se battre, disent-elles. Paris, La Dispute** (col. Le Genre du Monde) 2012.
- KEMMELEMEIER, C.; PASQUALETO, O. Q. F. **A violência laboral e o julgamento em uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/26022> Acesso em 01 mai. 2023.
- KITTAY, Eva. F. **Love’s Labor**. New York: Routledge, 1999.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O Covid-19 e as emoções: pensando na e sobre a pandemia. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 19, n. 55, abril de 2020.

KUHLMANN Jr. M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KUNIN, J. **El poder del cuidado**: Mujeres y agencia en la pampa sojera argentina/Le pouvoir du Care: L'agentivité des femmes dans la pampa argentine au temps du soja OGM. Tesis de Doctorado en cotutela presentada a la École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Francia) y al Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES), Universidad Nacional de San Martín (Argentina), como parte de los requisitos necesarios para la obtención del título de Doctora en Antropología Social. 2019.

KUNIN, J.; FACCIO, Y. “Aqui sabemos se as pessoas estão isoladas”: (anti)anonimato, cuidado e poder em localidades pequenas e médias em tempos de COVID-19. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/sec. v24.65950. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/65950>. Acesso em: 7 abr. 2023.

KUNIN, J.; FACCIO, Y. La venganza del “interior” en tiempos de COVID-19: reactualización de relaciones de alteridad entre la Buenos Aires metropolitana y el “interior” argentino durante la pandemia. **Cadernos de tradução**. Número Especial Traduzir a Pandemia. 2020.

LARA, Juliana Siqueira de; CASTRO, Lucia Rabello de. Children's responsibilities in a Brazilian community: Citizenship as care practices. **Global Studies of Childhood**, p. 1-11, 2021.

LEAVY, P.; SZULC, A. Cuidando a los niños y niñas, cuidando el territorio. Una mirada etnográfica sobre comunidades rurales mapuche y ava-guaraní en Argentina. **INDIANA**, v. 38, n. 1, p. 79-101, 2021.

LEAVY, P; SHABEL, P. N. Child care and participation in the Global South: an anthropological study from squatter houses in Buenos Aires. **Third World Thematics: A TWQ Journal**, p. 1-16, 2022.

LENZI, Tié Martins. **Direitos fundamentais das mulheres**: das previsões legais à sua aplicação efetiva. Dissertação de Mestrado em Direito. Faculdade de Direito da Universidade do Porto. 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/140176/2/537080.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

LEONE, Eugenia; BALTAR, Paulo. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro**. Revista Brasileira de Estudos de População. v. 25. N. 10, 2008.

LLOBET, V. Tensões entre os direitos das mulheres e a proteção da infância. **Revista Estudos Feministas**. v.28. n.3.2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/65412> Acesso em: 10 mai. 2023.

LONDERO, J.C. Os movimentos de mulheres e a agenda de políticas públicas de gênero no Brasil e na Argentina. In: **Direitos sociais fundamentais**: contributo interdisciplinar para a redefinição das garantias de efetividade / Organizadores Josirene Candido Londero e Carlos André Hüning Birnfeld - Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

LUPICA, C. 2015. Instituciones laborales y políticas de empleo. Avances estratégicos y desafíos pendientes para la autonomía económica de las mujeres. **Serie Asuntos de Género** (125). Santiago de Chile, CEPAL. 2015.

MAINWARING, Scott. PÉREZ-LIÑÁN; Aníbal. **Why Regions of the world are important**. Notre Dame: Kellogg Institute. Working Paper, n. 322. 2005.

- MALLEVILLE, S. BELIERA, A. El lugar del reconocimiento en el trabajo de enfermería. Repensando el conceptode precarización laboral. **Estudios del Trabajo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Asociación Argentina de Especialistas en Estudios del Trabajo (ASET). 2020.
- MAIZZA, F.; OLIVEIRA, J. C. DE. Narrativas do Cuidar: mulheres indígenas e a política feminista do compor com plantas. **Mana**, v. 28, n. 2, p. e282102, 2022.
- MALUF, Sônia. (2021). Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. **Revista TOMO**, v. 38, p.251-285. 2021.
- MARCO, F. (2012), **La utilización de las encuestas de uso del tiempo en las políticas públicas**, serie Mujer y Desarrollo, N° 119 (LC/L.3557), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), octubre. 2012.
- MARCONDES, mariana m. TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS DE CUIDADO. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42378>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- MARCONDES, Mariana Mazzini; FARAH, Marta Ferreira Santos; SIERRA, Isabel Pérez de. Agenda feminista e serviços de cuidado infantil: Brasil, Argentina e Uruguai. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, p. 410-428, 2020.
- MARTÍNEZ FRANZONI, Juliana. **Domesticar la incertidumbre en América Latina**: Mercado laboral, política social y familias, Editorial UCR, San José, 2008. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Costa\\_Rica/iis-cr/20120726031307/Domesticar.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Costa_Rica/iis-cr/20120726031307/Domesticar.pdf) Acesso em: 10 mai. 2023.
- MARTINEZ, Josefa. **Las que cuidan**. Nueva Sociedad. 2020. Dissponível em: <https://ctxt.es/es/20200401/Politica/31865/trabajo-precarizado-cuidados-pandemia-coronavirus-cuerpos-josefina-martinez.htm> Acesso em: 14 abr. 2023.
- MARTINI, Sandra Regina Martini; MOTA, Thaynah Santana Mota; LESSA, Pablo henrique Cordeiro. Sistemas previdenciários de países integrantes do Mercosul: mudanças ocorridas durante a pandemia do Coronavírus. In: **O direito à saúde frente à pandemia COVID-19** [recurso eletrônico] : da crise sanitária à crise humanitária no Mercosul / [organizadoras] Sandra Regina Martini, Janaína Machado Sturza, Charlise Paula Colet Gimenez. – Porto Alegre: Evangraf, 2020.
- MARTINS, E. Mulheres imigrantes no trabalho doméstico remunerado em São Paulo: duas trajetórias e uma multiplicidade de arranjos. In: Dossiê: Mujeres migrantes y trabajo doméstico. REMHU, **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. v. 30, n. 65. 2022.
- MATIAS. K. A; ARAÚJO, A. B. Configurações do trabalho doméstico remunerado na pandemia e no “pós-pandemia” no Brasil: desigualdades e vulnerabilidades no cuidado domiciliar. In: **Cuidar, Verbo Transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Brasília: IPEA. 2023.
- MATOS, L, S, L; VIEIRA. S, V. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

MARLEY, Sidnei Luiz. **Direito Antidiscriminatório À Luz Da Constituição Federal Uma Construção Teórica Necessária**. Dissertação (Mestrado). Centro De Ciências Jurídicas -Universidade Federal De Santa Catarina 2021. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/MARLEY-LUIZ-DIREITO-ANTIDISCRIMINATORIO.pdf>. Acesso em: 01 de abr. de 2023.

MAIZZA, F. e OLIVEIRA, J. C., Narrativas do Cuidar: Mulheres indígenas e a política feminista de compor com plantas. **MANA**, v.28. n.2. p. 1-33, 2022.

MAURICE, M. Méthode Comparative Et Analyse Sociétale: les implications théoriques des comparaisons internationales. Théories et méthodes. **Sociologie du Travail Les Comparaisons Internationales**: v. 31, n. 2. Montrouge, Dunod, 1989.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. RevistaArteEnsaio, Rio de Janeiro, n. 32, 2016.

MELLO, Janna Thainá Magalhães; BASTOS, Michelli Linhares de; MARTINI, Sandra Regina Martini. A pandemia de covid-19 e os imigrantes: uma análise dos contextos brasileiro e argentino. In: **O direito à saúde frente à pandemia COVID-19** [recurso eletrônico] : da crise sanitária à crise humanitária no Mercosul / [organizadoras] Sandra Regina Martini, Janaína Machado Sturza, Charlise Paula Colet Gimenez. – Porto Alegre: Evangraf, 2020.

MENEZES, C. R.; DE SÁ NETO, C. E.; FERREIRA, T. Branca cansada, preta morta: apontamentos sobre o trabalho doméstico e de cuidados e o contexto de pandemia de covid-19. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42050> . Acesso em: 7 abr. 2023.

MELO, Hildete. **A vida das mulheres em tempos de pandemia**. Friedrich Ebert Stiftung, 13 de abril de 2020. Disponível em <https://brasil.fes.de/detalhe/a-vida-das-mulheres-em-tempos-de-pandemia/> Acesso em 21 abr. 2023.

MELO, H; MORANDI, L; MORAES, L. **Os Cuidados no Brasil**: Mercado de Trabalho e Percepções. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

MERCADANTE, Aloizio; ZERO, Marcelo. **Governos do PT**: um legado para o futuro. São Paulo, 2018.

MINCYT-CONICET-AGENCIA, Comisión de Ciencias Sociales de la Unidad Coronavirus COVID-19. **Relevamiento del impacto social de las medidas del Aislamiento dispuestas por el PEN**. Marzo. 2020.

MINISTÉRIO DE TRANSPORTE, “ENMODO. **Encuesta de Movilidad Domiciliaria 2009-2010**: movilidad en el Área Metropolitana de Buenos Aires”, Buenos Aires. 2010. [en línea]. Disponível em: <http://datar.info//dataset/457a8384-217f-4cbc-baa4-825c7790e44c/resource/80f49dcb-2b77-4ddc-afb6-f7d87b6eda13/download/publicacionenmodo.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MINISTERIO DE ECONOMIA, “**Mensaje de remisión del proyecto de Ley de Presupuesto 2021**” [en línea], Disponível em: <https://www.economia.gob.ar/onp/documentos/presutexto/proy2021/mensaje/mensaje2021.pdf> [10 de octubre de 2020]. Acesso em: 10 mai. 2023.

MIZAEL, Táhcita Medrado e BARROZO, Sarah Carolinne Vasconcelos e HUNZIKER, Maria Helena Leite. **Solidão da mulher negra**: uma revisão da literatura. Revista da ABPN, v. no 2021, n. 38, p. 212-239, 2021Tradução. . Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1270>. Acesso em: 14 mar. 2023.

- MOLINIER, P; LEGARRETA, M. Subjetividad Y Materialidad Del Cuidado: Ética, Trabajo Y Proyecto Político, En **Papeles Del CEIC**, Vol. 2016/1, CEIC (Centro De Estudios Sobre La Identidad Colectiva), Universidad Del País Vasco, 2016.
- MONTANER, J. y Z. Muxí. **Usos del tiempo y la ciudad, Barcelona, Ayuntamiento de Barcelona**, febrero. 2011.
- MONTAÑO, S. C. Calderón (coords.) (2010), “**El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo**”, Cuadernos de la CEPAL, N° 94 (LC/G.2454-P), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer (UNIFEM)/Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), julio.2010.
- MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. de R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator** (Fortaleza) [online]. 2017, v. 16 Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2017.E16015> Acesso em: 10 mai. 2023.
- MONTEIRO, Dani. **Violência, a pandemia que afeta mulheres por detrás do coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/artigo-violencia-a-pandemia-que-afeta-as-mulheres-por-detras-do-coronavirus/>>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- MORAES, L.; MEDEIROS, L.M. Uso do tempo e as mulheres rurais: A construção de outras metodologias a fim de proporcionar a visibilidade e valorização dos trabalhos das mulheres. III CIFA: **Cadernos de Agroecologia** - Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia – Vol. 15, N° 3, 2020
- MORAES, L.; FUNARI, J., et. al. Metodologias, Trabalho e Uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais. In: DE MELO, H.; MORAES, L. (Orgs.) **A arte de tecer o tempo: Perspectivas feministas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.
- MOREIRA, Lisandra Espíndula; ALVES, Júlia Somberg; OLIVEIRA, Renata Ghisleni de;
- NATIVIDADE, Cláudia. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Revista Psicologia e Sociedade**, n.32. 2020.
- MOREIRA, Lisandra Espíndula; ALVES, Júlia Somberg; OLIVEIRA, Renata Ghisleni de; NATIVIDADE, Cláudia. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Revista Psicologia e Sociedade**, n.32. 2020.
- MORENO, Renata (2022). **Implicações da digitalização para o cuidado**. As plataformas digitais de trabalho e os caminhos da “inteligência artificial”. Livreto FrontD-1, S.Paulo: Instituto Lula. 2022. Disponível em: <https://www.institutolula.org/implicacoes-da-digitalizacao-para-ocuidado> Acesso em: 10 mai. 2023.
- MORIN, Edgar. **O desafio da complexidade**. Ciência com Consciência. Publicações Europa, 1994.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.
- MORIN, Edgar. **A inteligência da complexidade**. Publicações Europa. 2000.
- MOURA, Margarida. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural** / Margarida Maria Moura. Imprensa: São Paulo, Hucitec, 1978.
- MURRAY, M.; SOFIA, B., MARISOL, V., et. al. Care And Relatedness Among Rural Mapuche Women: Issues Of Cariño And Empathy. **Ethos**, v.45, n. p. 367–385. 2017.

- NOVICK, M (Coord.). **Impacto del COVID-19 en la salud del personal no médico de salud en el AMBA.** Informe ATSA y Friedrich Ebert Stiftung. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/HLcGsnv> Acesso em: 10 mai. 2023.
- NUNES, N. Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 1o Semestre de 2021 - n. 47, v. 19, p. 103 – 120.
- NUNES, N; VELLETTTE, A. Mulheres de favelas e o (outro) feminismo popular. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.1. 2018.
- OIT; GALLU. **Hacia un futuro mejor para las mujeres en el trabajo: la opinión de las mujeres y de los hombres.** Organización Internacional del Trabajo. Ginebra.2017.
- OIT. **El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente.** Organización Internacional del Trabajo. Ginebra.2018.
- OIT. **La contribución del diálogo social a la igualdad de género.** Organización Internacional del Trabajo. Ginebra. 2019a.
- OIT. **Panorama Laboral Temático 5:** Mujeres en el mundo del trabajo. Retos pendientes hacia una efectiva equidad en América Latina y el Caribe. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2019b.
- OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira. **Maternidade, universidade e pandemia.** Mães que escrevem, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://maesqueescrevem.com.br/maternidadeuniversidade-e-pandemia/>. Acesso em: 09 out. 2020.
- OLIVEIRA, Eduardo. **Filosofia da Ancestralidade:** corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Gráfica e Editora Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Anita. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de covid-19. **Rev. Tamoios**, v. 16, n. 1, Especial COVID19, p. 154-166, maio 2020.
- OLIVEIRA, C. B. F. Maternidade, universidade e pandemia. **Mães que escrevem**, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://maesqueescrevem.com.br/maternidadeuniversidade-e-pandemia/>. Acesso em: 09 mai. 2023.
- ONU MUJERES; CEPAL. **Hacia la construcción de sistemas integrales de cuidados en América Latina y el Caribe.** Novembro, 2021.
- ONU MULHERES. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta.** ONU Mulheres, mar. 2020. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ONUMULHERESCOVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ONUMULHERESCOVID19_LAC.pdf). Acesso em: 10 mai. 2023.
- ORTIZ, Z. et.al. **Preocupaciones y demandas frente a COVID-19. Encuesta al personal de salud.** Medicina Buenos Aires, 80, suplemento III. 2020. Disponível em: <https://www.medicinabuenosaires.com/indices-de-2020/volumen-80-ano-2020-s-3-indice/preocupaciones/>. Acesso em: 10 mai. 2023.



- OWEN, L. Five ways the coronavirus is hitting women in Asia. **BBC News**, v. 8, 2020.
- PASSOS, L.; GUEDES, D. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 50, p. 68-94, 2018.
- PASSOS, L.; MACHADO, D. C. Regime de cuidados no Brasil: uma análise à luz de três tipologias. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, n. Rev. bras. estud. popul., 2021 38, p. e0166, 2021.
- PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Stanford, Stanford University Press.1988.
- PAUTASSI, Laura. Educación, cuidado y derechos – Propuestas de políticas públicas. **Ser Social**. Brasília, v. 13, nº 29, p. 10-34, jul./dez. 2011.
- PAUTASSI, Laura. La crisis en la crisis: el derecho al cuidado como variable de ajuste. En Bohoslavsky, Juan Pablo (ed) **COVID-19 y Derechos Humanos**. La pandemia de la desigualdad. Buenos Aires: Biblos, 373-388. 2020.
- PECHENY, M. Derecho a la salud y COVID-19 desde la perspectiva latinoamericana de la vulnerabilidad y los derechos humanos. En J. P. Bohoslavsky (Ed.), **COVID-19 y Derechos humanos**. La pandemia de la desigualdad (pp. 199-214). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Biblos. 2020.
- PEREIRA, Bruna Cristina J. **Economia dos cuidados**: marco teórico-conceitual (Relatório de pesquisa IPEA). Brasília: IPEA, 2016.
- PEREIRA, Bergman de Paula. **De escravas a empregadas domésticas** - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PucSP, 2001.
- PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora NÓS, 2017.
- PISANE, Mariane da Silva. **O enfrentamento e a sobrevivência ao Coronavírus também precisa ser uma questão feminista! Boletim Especial nº 12. ANPOCS**. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2323-boletim-n-12-o-enfrentamento-e-a-sobrevivencia-ao-coronavirus-tambem-precisa-ser-uma-questao-feminista>. Acesso: 12 abr. 2023.
- PINTO, C; ACCIARI, L; et. al. **Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia** [recurso eletrônico]: memórias da resistência. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021
- QUIROGA DIAZ, N. "Economía del cuidado. Reflexiones para um feminismo decolonial". In: Casa de la Mujer. N°20 (2): 97-116, julio-diciembre 2011.
- RAMACCIOTTI, K. Trabajar en enfermería durante la pandemia de la covid-19. **Cuadernos de H ideas**, [S. l.], v. 16, n. 16, p. e060, 2022. DOI: 10.24215/23139048e060. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/cps/article/view/7515>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- RAMACCIOTTI, K. Trabajar en enfermería durante la pandemia de la covid-19. **Cuadernos de H ideas**, [S. l.], v. 16, n. 16, p. e060, 2022. DOI: 10.24215/23139048e060. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/cps/article/view/7515>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- RAZAVI, Shahra. **The Political and Social Economy of Care in a Development Context**: Conceptual Issues. Programm Paper 3, Geneva: Research Questions and Policy Options, Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, 2007.

- REDONDO, M. F. O COVID-19 e o reconhecimento do trabalho doméstico como essencial. **Boletim Ciências Sociais** n. 71. 2020. ANPOCS. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2399-boletim-cientistas-sociais-n-71> Acesso: 11 abr. 2023.
- REID, M. **Economics of Household Production**. John Wiley & Sons. 1934.
- REPETTO, Fabian; BONARI, Damián; DÍAZ LANGOU, Gala. **Recomendaciones para una nueva ley nacional de licencias por maternidad, paternidad y familiares**. Buenos Aires: CIPEEC (Documento de Políticas Públicas: Análisis, n. 126). 2013.
- RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.
- RIBEIRO, E. M.; BAENINGER, R. **Migração internacional de mulheres e o mercado global de cuidados**. Um estudo sobre filipinas em São Paulo, Brasil. *Cidades* [Online], 40, 2020.
- RICO, Maria N. **El desafío de un sistema nacional de cuidados para el Uruguay**. Santiago de Chile: Chile (Serie Seminarios y Conferencias – CEPAL, n. 66). 2011.
- RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina; ALONSO, Virginia; MARZONETTO, Gabriela. **En tiempos de coronavirus, el trabajo de cuidado no hace cuarentena: pensar la pandemia**. Observatorio Social del Coronavirus [En línea]. Buenos Aires, n. 42, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/351913712\\_En\\_tiempos\\_de\\_coronavirus\\_el\\_trabajo\\_de\\_cuidado\\_no\\_hace\\_cuarentena](https://www.researchgate.net/publication/351913712_En_tiempos_de_coronavirus_el_trabajo_de_cuidado_no_hace_cuarentena). Acesso em: 10 mai. 2023.
- ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do Trabalho Esquemático**. 5ª edição. Saraiva. 2018.
- ROSAS, Carolina. “La (des)valorización de las trabajadoras del hogar remuneradas en tiempos de pandemia”. **Revista Bordes** [En línea]. Buenos Aires, n. 6, 2020. Disponível em: <http://revistabordes.unpaz.edu.ar/ultimas-otras-del-cuidado/> Acesso em: 10 mai. 2023.
- SABORIDO, M. “**Ciudad y relaciones de género**”, documento preparado para la Octava Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe, Lima, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 8 a 10 de Febrero. 2020. [en línea] <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/4965/ddr5e.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- SANTOS, B. S; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- SANTOS, Hellen Thaís Dos; GARMS, Gilza Maria Zauhy. **Método autobiográfico e metodologia de narrativas**: contribuições, especificidades e possibilidades para pesquisa e formação pessoal/profissional de professores. II Congresso Nacional de Formação de Professores e XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Unesp. 2014.
- SANTOS, K. O. B. et al. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2020, v. 36, n. 12 [Acessado 23 Setembro 2022], e00178320. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320>.
- SANTOS, Juliana Bernardo Silva et al. A vivência da maternidade em meio à pandemia. **Global Academic Nursing Journal**, v. 2, n. Spe. 1, p. e95-e95, 2021.

SCHWARCZ, L. **Casa não é a mesma coisa que lar (e vice-versa)**. Nexo Jornal (4 de maio). 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2020/Casa-n%C3%A3o--%C3%A9-a-mesma-coisa-que-lar-e-vice-versa> Acesso em: 10 mai. 2023.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995.

SCURO, L; I. Vaca-Trigo (2017), **El trabajo no remunerado en la medición no monetária de la pobreza**, ponencia realizada en el Seminario regional “Indicadores no monetarios de pobreza: avances y desafios para su medición”, Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 15 y 16 de mayo.2017

SEGOVIA, O. **Quem se importa na cidade?** Oportunidades e propostas na comuna de Santiago (Chile) (lc/L. 4127). Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). 2016.

SEVERI, Fabiana Cristina. Justiça em uma perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 574-601, 2016.

SHAFIK, M. **Cuidar uns dos outros: um novo contrato social.**, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

SILVA, Juliana Marcia Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente; ABREU, Kamila Eulálio; SILVA, Livia Souza. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Femininos**. v. 8, n. 3, set. - dez. 2020.

SILVA, C. L. O.; SILVA, A. G. C; PALHARES, J. V. et al. Profissão e profissionalização de cuidadores: um estudo a partir dos discursos de sites de empresas especializadas no Brasil. **Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho**, v. 24, n. 1, p. 33-50, 2021.

SILVA, Vinicius Gabriel. **"A professora que se vire": impactos da pandemia de covid-19 no trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres mães e professoras de ensino básico**. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, 2022.

SILVA, A. M. RODRIGUES, J. R. S. A perspectiva de gênero como ferramenta à serviço da efetivação da igualdade no âmbito da atuação jurisdicional. In TEIXEIRA, M. H. S. CRUZ, M. G. **Direito antidiscriminatório do trabalho: aspectos Materiais e processuais do Vale**. Salvador: Escola Judicial / TRT-5. 2021.

SILVA, Ana Paula Marcelino. **Os riscos do cuidado: experiências do trabalho das profissionais de enfermagem na pandemia de COVID-19**. Dissertação (mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Paraíba, 2022.

SILVA, Ana Cláudia Rodrigues. “O cuidado negro”. Mulheres negras profissionais da/na saúde no contexto da Pandemia da Covid-19. **Novos Debates**, v.8. n.1, 2022.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**. São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, ago. 2013.

SORJ, B. **Estudos sobre o cuidado na sociologia: a contribuição de Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata**Sociol. antropol. Rio de janeiro, v.11.n.03. p. 1089-1097, set.-dez., 2021.

SOUZA, E. C. de. **Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido**. Educação, Santa Maria, v. 39. p. 39-50. jan./abr. 2014.

- SOUZA, Maysa Carvalho. **Trabalhos de agulha e a pandemia da COVID-19: mulheres e o protagonismo na produção de máscaras artesanais.** Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, 2022.
- SPINK, Mary Jane Paris. “Fique em casa”: a gestão de risco em contextos de incerteza. **Psicologia & Sociedade.** v. 32, p. 01 – 19. Belo Horizonte. 2020.
- STRARHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.
- TACOLI, Cecilia. **Urbanization, gender and urban poverty: paid work and unpaid carework in the city.** Human Settlements Group, International Institute for Environment and Development, 2012.
- TANURE, R. G.A. “Que horas elas voltam?” – Relatos do trabalho escravo doméstico no cenário da pandemia. **Boletim Científico ESMPU,** Brasília, ano 21 – n. 59, jul./dez. 2022.
- TEIXEIRA, Juliana Cristina. Brazilian housemaids and COVID-19: How can they isolate if domestic work stems from racism?. **Gender, Work & Organization,** v. 28, p. 250-259, 2021.
- TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas:**a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP / Liliam Telles. – Viçosa, MG, 2018.
- TODARO, Rosalba; ARRIAGADA, Irma. Cadenas globales de cuidados: el papel de las migrantes peruanas en la provisión de cuidados en Chile, **ONU Mujeres,** Santiago de Chile, 2011.
- TRONTO, J.C. An ethic of care. **Generations: Journal of the American Society on Aging,** v. 22, n. 3, p. 15-20, 1998.
- TRONTO, J. Moral Boundaries. **A Political Argument for an Ethic of Care.** Londres: Routledge, 1993.
- TRONTO, J. Particularisme et responsabilité relationnelle en morale: une autre approche de l'éthique globale. In: Molinier, P.; Paperman, P. (Ed.) **Contre l'indifférence des privilégiés.** À quoi sert le care. Paris: Payot e Rivages, 2013.
- VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- VIEIRA, Regina S. C. **O cuidado como trabalho: uma interpelação do Direito do Trabalho a partir da perspectiva de gênero.** Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- VIEIRA, R.S; FERREIRA, P.S. Políticas de assistência social e gênero na América do Sul durante a pandemia da Covid-19. In: **Mulheres, Financeirização do Capital e a Corrosão das Estruturas de Proteção Social no Brasil.** Editora RTM, p. 60-75, Belo Horizonte.
- VIEIRA, R.S. Verbete Cuidado. In: **Dicionário Jurídico do gênero e da sexualidade.** 1 ed. Salvador: Devires, p. 83-90. 2022.
- VOMMARO, Las dimensiones sociales, políticas y económicas de la pandemia. In: **CLASCO-Pensar la pandemia.** Disponível em: <https://www.clasco.org/las-dimensiones-sociales-politicas-y-economicas-dela-pandemia/> Acesso em: 27 de abr. 2023.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s)**: questões para a psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p.103-122. 2009.

ZANELLO, V. *et al.* Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. Rev. Estud. Fem., 2022 30(2), p. e86991, 2022.

WADE, P. **Race and Sex in Latin America**, Pluto Press, Londres.2009.

WEINSTEIN, Bárbara. Elas nem parecem operárias – feminilidade e classe na América Latina no século XX. (Tradução de Regina Célia Lima Xavier, Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). In: Anos 90, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010.

WEITZMAN, R.; CARNEIRO, M.J.; QUEIROZ, M.L., et. al. “Mulheres na pandemia: agroecologia, cuidado e ação política.” In: **Um meio tempo preparando outro tempo**: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. (NOBRE, M. et. al, 2021). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, p. 60 – 87, 2021.

WEITZMAN, R. “Mulheres na produção agroecológica: uma ética de ‘cuidado’ e ‘controle.’” In: **Casa, corpo, terra e violência**: abordagens etnográficas. Org.: Comerford, J., Carneiro, A., et. al. VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA., FAPERJ. PPGAS/UFRJ, 2021.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770.

# Apêndice 1

Programação do Seminário Internacional Reconfigurações nas agendas de cuidado em tempos pandêmicos - Reflexões sobre Brasil e Argentina (UNB – agosto de 2022)

<p><b>Data: 25 de agosto</b> 9h - Conferência de Abertura: Nueva reconfiguración de género y cuidado en las políticas públicas: una mirada desde la experiencia argentina - Valeria Llobet - CEDESI-LICH, CONICET</p>
<p><b>10h-12h- MESA 1 PANDEMIA, FEMINISMO E MÚLTIPLAS PARENTALIDADES</b> Denise Pimenta (Cidacs/Fiocruz; Niesp/Fiocruz) – Sobre amor e risco: o "cuidado perigoso" como categoria de análise (do ebola à covid-19) Alessandra Rinaldi (UFRRJ) – Covid 19 e seu reflexo nas múltiplas parentalidades</p>
<p><b>14h-17h - MESA 2 PANDEMIA E DESIGUALDADES: MÚLTIPLOS OLHARES</b> Johana Kunin (IDAES, UNSAM-CONICET) - prácticas y relaciones de cuidado em el interior rural Walkyria Chagas (UFT) – Gênero, cuidado e periferias 15:50h às 16:30h - Nadya Araújo Guimarães (USP) – Gênero, trabalho e cuidados Data: 26 de agosto de 202</p>
<p><b>9h-12h - MESA 3 - SAÚDE MENTAL, GÊNERO E PANDEMIA</b> Valeska Zanelo (UNB) - Saúde mental: interseccionalidades de raça e etnia María Fernanda González (UNIVERSIDAD NACIONAL DE ENTRE RÍOS) - Impacto de la pandemia por COVID-19 en la salud mental perinatal Eliene Rodrigues Putira Sacuena (Técnica na Coordenação Estadual de Saúde Indígena e Populações Tradicionais - CESIPT/ SESP) - Cuidado na perspectiva indígena: saberes e desafios</p>
<p><b>14h-17h MESA 4. NOVAS GRAMÁTICAS DO CUIDADO PÓS-PANDEMIA</b> Eleonor Faur (UNGS-IDES) – Argentina – Reflexões sobre o Sistema de Cuidados na Argentina Márcia Reis Longhi (UFPB) – Cuidado, Pandemia e envelhecimento Adriana Manta (Juíza TRT/5ª Região) – Reconfigurações no legislativo e judiciário brasileiro durante e pós-pandemia</p>
<p><b>18h - Cerimônia de Encerramento - Karina Bidaseca (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto) - O feminismo desde el Sul: perspectivas para o presente</b></p>

## Apêndice 2

Seminário Ipea Cuidar, Verbo Transitivo: Caminhos para a Provisão de Cuidados no Brasil (Março 2023)

<p>Mesa 1 - Perspectivas Teóricas O que se está Entendendo por Cuidado? Palestrante: Natália Fontoura – especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Disoc/Ipea Equidade Racial e uma Agenda de Cuidados Palestrante: Fernanda Lira Góes – técnica de planejamento e pesquisa da Disoc/Ipea Debatedores: Pedro Nicoli – professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenador do Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero? Regina Nogueira Kota Mulanji – professora da Universidade de Pelotas (UFPEL) (online)</p>
<p>Mesa 2 – Cuidado Domiciliar/Familiar Família Enquanto Espaço de Cuidado e a ser Cuidado Palestrante: Ana Amélia Camarano – coordenadora de Estudos e Pesquisas de Igualdade de Gênero, Raça e Gerações da Disoc/Ipea As Trabalhadoras Domésticas que Cuidam Palestrantes: Krislane Andrade – pesquisadora associada da Disoc/Ipea Anna Bárbara Araújo – socióloga professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DCS/UFRN) Entre o Cuidar e o Direito de ser Cuidado: Os Jovens nem-nem e os Cuidados no Contexto da Pandemia da Covid-19 Palestrante: Enid Rocha – técnica de planejamento e pesquisa da Disoc/IPEA Debatedores: Mary Castro – socióloga e pesquisadora visitante emérita da UFRJ/IICS – Nuderg Marcus Barão – presidente do Conselho Nacional da Juventude</p>
<p>Mesa 3 – Economia de Cuidados Cuidar e o custo de oportunidade para as mulheres Palestrantes: Joana Costa – diretora do Departamento de Monitoramento da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome Ana Luísa Barbosa – técnica de planejamento e pesquisa da Disoc/Ipea O Halo do Cuidado. Desafios para Medir o Trabalho Remunerado de Cuidado no Brasil Palestrante:</p>

<p>Luana Simões – diretora do Departamento de Economia dos Cuidados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)</p> <p>Debatedoras:</p> <p>Marilane Teixeira – professora e pesquisadora do Cesit-IE/Unicamp na Área de Gênero, Trabalho e Relações de Trabalho</p> <p>Paula Montagner – subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE</p>
<p>Mesa 4 - O Estado e o Cuidado</p> <p>A Experiência latino-americana: Políticas para a Primeira Infância</p> <p>Palestrante:</p> <p>Carolina Tokarski – coordenadora-geral de Articulação Intersetorial do MDS</p> <p>A Experiência Latino-Americana: políticas para idosos</p> <p>Palestrante:</p> <p>Ana Amélia Camarano – coordenadora de Estudos e Pesquisas de Igualdade de Gênero, Raça e Gerações da Disoc/Ipea</p> <p>Debatedoras:</p> <p>Karla Giacomini – médica e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública e Envelhecimento (Nespe – Fiocruz/UFMG)</p> <p>Carolina Miranda – assessora da Secretaria Nacional de Cuidados e Família do MDS</p>
<p>Encerramento: O que está sendo pensado para o Brasil?</p> <p>Palestrantes:</p> <p>Láís Wendel Abramo – secretária nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</p> <p>Alexandre da Silva – secretário nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania</p> <p>Anna Paula Feminella – secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania</p> <p>Rosane Silva – secretária nacional de Autonomia Econômica/Ministério das Mulheres</p>



## Apêndice 3

### Empresas selecionadas com o Selo do Programa Empresa Amiga da Família (2022)

I - SEAF - Empresa Amiga da Família:

a) Biscoitos Feito por Nós (Dom Casero Comércio de Produtos Alimentícios Ltda

- CNPJ n. 23.007.078/0001-33);

b) CEF MATRIZ (Caixa Econômica Federal - CNPJ n. 00.360.305/0001-04);

c) CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CNPJ n. 00.399.857/0001-26);

d) DAE Jundiaí (DAE S/A - Água e Esgoto - CNPJ n. 03.582.243/0001-73);

e) SANEAGO (Saneamento de Goiás S/A - CNPJ n. 01.616.929/0001-02);

f) SERPRO SEDE (Serviço Federal de Processamento de Dados - CNPJ n. 33.683.111/0001-07);

g) Smart Modular Technologies do Brasil - Indústria e Comércio de Componentes Ltda (CNPJ n. 11.576.445/0001-30);

h) Smart Modular Technologies Indústria de Componentes Eletrônicos Ltda - CNPJ n. 06.103.827/0001-07; e

i) Tox Pressotechnik do Brasil (Tox Pressotechnik do Brasil - Indústria e Comércio de Equipamentos Ltda - CNPJ n. 03.818.222/0001-04);

II - SEAF - Adesão:

a) Alupar (Alupar Investimento S.A - CNPJ n. 08.364.948/0001-38);

b) Auto Geral (Auto Geral Autopeças Ltda - CNPJ n. 01.437.537/0001-37);

c) Avenorte (Avenorte Avícola Cianorte Ltda - CNPJ n. 01.682.147/0001-71);

d) B.ON (Kiri Indústria e Comércio de Confeccões Ltda - CNPJ n. 42.822.024/0001-76);

- e) COA - Centro Oftalmológico Avançado (Oftalmologia COA Ltda - CNPJ n. 09.591.966/0001-15);
- f) Decorp Tecnologia Assistência Comércio E Serviços (D Batista da Silva - CNPJ n. 10.690.011/0001-02);
- g) Detronic Energia (RB Energia e Serviços Ltda - CNPJ n. 33.560.080/0001-99);
- h) Fabinject (Fabinject Indústria e Comércio Importação e Exportação EIRELI - CNPJ n. 02.289.126/0001-53);
- i) Foxtime Soluções Especializadas (Foxtime Soluções Especializadas EIRELI - EPP - CNPJ n. 27.355.669/0001-52);
- j) Hondatar Advogados (Honda, Teixeira, Araújo, Rocha Advogados - CNPJ n. 58.725.813/0001-29);
- k) Hospital Nipo Brasileiro de Olhos (Incat & Laser Serviços Médicos Ltda - CNPJ n. 12.145.552/0001-77);
- l) Jacto (Máquinas Agrícolas Jacto S A - CPNJ n. 55.064.562/0001-90);
- m) Liotto Marcon (Liotto Marcon Ltda - CNPJ n. 27.699.942/0001-66);
- n) MEDLOG (MSC Mediterranean Logística Ltda - CNPJ n. 08.680.888/0001-62);
- o) MSC Mediterranean (MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda - CNPJ n. 02.378.779/0001-09);
- p) Ocean Barra Residence (Ocean Barra Residence Ltda - CNPJ n. 37.080.511/0001-70);
- q) Paraná Gás, Supermercado e Representações (Paraná Gás Comércio e Representação EIRELI - CNPJ n. 08.975.645/0001-51);
- r) Paraná Imobiliária e Construção Civil (Paraná Imobiliária Consultoria e Construção Civil Ltda - CNPJ n. 10.629.636/0001-50);
- s) Pergunta Fixar (Pergunta Fixar Editora, Produtora de Arte, Educação e

Cultura Ltda - CNPJ n. 13.652.940/0001-07);

t) PETROBRAS - EDISE (Petróleo Brasileiro S. A. - CNPJ n. 33.000.167/0001-01);

u) Podium Alimentos (Comercial Agrícola Anhumá Ltda - CNPJ n.

82.050.170/0001-45);

v) Qualifisio (Qualifisio Serviços de Fisioterapia e Reabilitação Ltda - CNPJ n.

07.405.594/0001-60);

w) Rádio Recanto das Águas (Rádio Recanto das Águas Ltda - CNPJ n.

04.287.065/0001-10);

x) REMAX MK (Koser Imóveis EIRELI - CNPJ n. 33.327.076/0001-85);

y) Rosa Maria (Rosa Maria Liotto & CIA. LTDA - CNPJ n. 04.346.051/0001-

20);

z) Solubio Tecnologias Agrícolas (Solubio Tecnologias Agrícolas S/A - CNPJ n.

16.952.307/0001-22);

aa) Uberlândia Refrescos Ltda (CNPJ n. 23.814.940/0001-10);

ab) Vamfertil (Vamfertil - Vamtec Fertilizantes Ltda - CNPJ n. 07.919.864/0001-50);

ac) Vamtec Ltda (CNPJ n. 22.034.458/0001-02); e

ad) Vamtec Vitoria (Vamtec Vitoria Ltda - CNPJ n. 02.284.444/0001-21).

Fonte: Portaria nº 1.099, de 10 de junho de 2022.

Editora CLAE

2023